

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

JOÃO PEDRO VOLANTE

PROCESSOS PIONEIROS DE DIFERENCIAÇÃO
SOCIOESPACIAL URBANA NO OESTE PAULISTA:
o caso de São Carlos (1880-1914)

SÃO CARLOS -SP

2021

JOÃO PEDRO VOLANTE

PROCESSOS PIONEIROS DE DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL
URBANA NO OESTE PAULISTA:
o caso de São Carlos (1880-1914)

Dissertação de mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia, ao
Departamento de Sociologia da
Universidade Federal de São Carlos,
para obtenção do título de mestre em
Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo M. S.
Truzzi.

São Carlos-SP
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato João Pedro Volante, realizada em 08/07/2021.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi (UFSCar)

Profa. Dra. Ana Lucia Duarte Lanna (USP)

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

À minha irmã, Beatriz Volante, agora Irmã Maria do Carmo da Santíssima Trindade.

Agradecimentos

Antes de agradecer a todos e todas, gostaria de comentar que houve dificuldades encontradas nesta pesquisa, principalmente devido ao acometimento de nossa atual sociedade pela pandemia de Covid-19. Assim como uma das funções de meu trabalho foi a de historicizar a discussão sobre a cidade de São Carlos, espero, da mesma forma, que o tempo presente seja gravado nesta página como algo que passou, da mesma forma como os acontecimentos históricos. Que possamos manter nossa esperança!

Gostaria de agradecer imensamente:

Aos meus pais, Regina M. Laroza Volante e Ernesto Volante Junior, por sempre me incentivarem a estudar - independentemente de tudo – e por cuidarem de mim. Sem eles, seria impossível eu ter conhecido o mundo universitário da Universidade Federal de São Carlos e ser o que sou.

Às minhas irmãs, Beatriz Volante e Maria Laura Volante, que sempre tiveram a coragem de seguir seus sonhos, e por me motivarem a seguir os meus também.

Ao meu eterno orientador, Prof. Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi, por ter acreditado em mim desde que nos conhecemos em 2016 e me auxiliado em incontáveis ocasiões de dúvidas e impasses. Sem as oportunidades oferecidas por ele, eu jamais teria aprendido o que sei sobre São Carlos e o Estado de São Paulo, e até mesmo feito este trabalho.

À minha amiga Bruna Costa, estudante de letras, por ter lido meu projeto de pesquisa e meu texto de qualificação, sendo também uma companheira para todas as conversas.

À minha amiga Luana Gabriela Ruy, que desde 2016 me incentivou a estudar São Carlos e foi minha colega de turma durante toda a graduação e o mestrado. Pudemos compartilhar muitas discussões sobre o futuro e as dificuldades no meio acadêmico, que hoje foram superadas.

À minha amiga Carla Fernandes da Conceição, que me auxiliou desde que ingressei no grupo de pesquisa do Prof. Oswaldo Truzzi. Com sua ajuda, pude começar a escrever meu primeiro projeto de pesquisa e tive a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a elite italiana em São Carlos.

Ao querido Keith Diego Kurashige, por ter discutido comigo a montagem de um projeto de pesquisa, além de todo apoio e experiência compartilhada sobre a pós-graduação. Sem sua paciência e dedicação, eu estaria perdido na escrita acadêmica.

À toda Fundação Pró-Memória de São Carlos, em especial às minhas amigas historiadoras Leila Maria Massarão e Vanessa Dias. Graças a elas, pude entender melhor como a Sociologia e a História se relacionam, além de conhecer melhor a história de São Carlos.

Aos meus amigos e colegas da “Revista Áskesis des Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar”, Thalles Vichiato Breda, Ana Carina Sabbadin, Fernando Guimarães e Karina Camargo. Acredito que a revista tenha contribuído muito para o nosso crescimento, além de ter sido um incentivo durante estes tempos difíceis.

À minha querida professora de geoprocessamento, Emilene Frasso Capoia, mestranda do Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil da UFSCar. Por meio de seus valiosos ensinamentos – que levarei para a vida toda -, pude aprender a construir mapas georreferenciados e enriquecer meu trabalho.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa. Sem eles, este trabalho jamais teria sido realizado.

Resumo

Durante o final do século XIX e início do XX, o interior de São Paulo sofreu uma série de modificações resultantes da economia cafeeira, dentre as quais é possível citar: a imigração em massa, a Abolição oficial da Escravatura (1888) e a pré-urbanização, responsáveis por caracterizar as cidades como são hoje. Devido a esses fatos históricos e econômicos, cidades como São Carlos/SP receberam grupos de pessoas diferentes entre si – devido à sua etnia, raça, classe e ocupação –, responsáveis por ocupar o espaço de uma cidade nascente, em regiões distintas, segundo suas diferenças sociais. Em vista disto, o presente trabalho teve a finalidade de investigar, a partir de documentos históricos, a gênese dos processos de diferenciação social associados às características espaciais na cidade de São Carlos/SP, de 1880 até 1914. Nessa virada do século XIX para o XX, devido ao fim da abolição e ao grande influxo de migrantes estrangeiros para as cidades, parece ter ocorrido uma diferenciação populacional no interior das ruas e bairros em virtude dessas diferenças entre os indivíduos que produzem o espaço urbano, modificam-no e que estão ligados a ele. Procurou-se, portanto, entender a partir de recenseamentos, livros de cobranças de impostos e mapas, questões referentes à diferenciação populacional nas ruas e bairros como sendo reflexo dos perfis socioeconômicos da população. Dados foram coletados a partir de documentos históricos dos acervos da Fundação Pró-Memória de São Carlos e da Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM) na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Ao final, toda a documentação foi catalogada com base em uma análise documental e foi utilizado um *software* de georreferenciamento para elaborar representações cartográficas das diferenciações sociais encontradas.

Palavras-chave: Diferenciação Socioespacial. Interior Paulista. São Carlos. Geoprocessamento.

Abstract

During the late nineteenth and early twentieth centuries, the countryside of São Paulo underwent a series of changes resulting from the coffee economy, including: mass immigration, the official Abolition of Slavery (1888) and the pre-urbanization, responsible for characterizing cities as they are today. Due to these historical and economic facts, cities like São Carlos/SP received different groups of people - due to their ethnicity, race, class and occupation -, responsible for occupying the space of a nascent city in different regions according to their social differences. In view of this, this study aimed to investigate, from historical documents, the genesis of social differentiation processes associated with spatial characteristics in the city of São Carlos/SP from 1880 to 1914, due to the end of abolition and the large influx of foreign migrants to the cities there seems to have been a population differentiation within the streets and neighborhoods, due to these differences between the individuals who produce the urban space, modify it and are linked to it. Therefore, we sought to understand, from censuses, tax collection books and maps, issues related to population differentiation in the streets and neighborhoods as a reflection of the socioeconomic profiles of the population. Data were collected from historical documents from the collections of the Fundação Pró-Memória de São Carlos and the Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM) at the Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). In the end, all the documentation was cataloged based on a documental analysis and a georeferencing software was used to develop cartographic representations of the social differences found.

Keywords: Sociospatial Differentiation. Countryside of São Paulo. São Carlos. Geoprocessing.

Lista de figuras

Figura 1 - Modelo concêntrico de Ernest Burgess	25
Figura 2 - Mapa de John Snow sobre os casos de cólera em Londres	48
Figura 3 - “Sertões” ou Campos de Araraquara	53
Figura 4 - Antiga Igreja Matriz em c. 1920, sucessora da capela primitiva.....	57
Figura 5 - Notícia da elevação de São Carlos do Pinhal à categoria de Vila	60
Figura 6 - Rua São Carlos (atual Avenida São Carlos) c. 1890	61
Figura 7 - Anúncio de um negro escravizado que fugiu de São Carlos do Pinhal em 1865	63
Figura 8 - Estação Ferroviária de São Carlos c. 1920	67
Figura 9 - Jardim Público de São Carlos em 1940	78
Figura 10 - Vista aérea da Vila Pureza em primeiro plano (s. d.)	83
Figura 11 - Descrição sobre a colônia italiana de São Carlos - 1890.....	89
Figura 12 - Anúncio sobre a festa de 20 de setembro em São Carlos do Pinhal - 1890	90
Figura 13 - Página do volume 7 do censo de 1907 com um “traço” que separa um grupo de outro.....	96
Figura 14 - Casa de Gabriel Gagliardi (c. 1890) desenhada por Julio Bruno.....	97
Figura 15 - Antiga Residência de Gabriel Gagliardi (c. 2010), atual “Lajes Pinhal”	98
Figura 16 - Estabelecimentos e pessoas localizadas a partir dos relatos de Neves (2007a)	99
Figura 17 - Modelo utilizado por Zunz (1982) “um aglomerado de seis blocos nas fachadas”	103
Figura 18 - Anúncio de estabelecimento entre as ruas Carvalho (atual Episcopal) e São Carlos em 1905.....	104
Figura 19 - Pontos estabelecidos no Google Maps para o georreferenciamento do mapa de 1909	161
Figura 20 - Pontos de georreferenciamento transferidos para o mapa de 1909 a partir do Google Maps	162
Figura 21 - inserção do mapa no software QuantumGIS	163
Figura 22 - Inserindo o DATUM “SIRGAS 2000” para dar início ao georreferenciamento do mapa de 1909.....	164
Figura 23 - Localização da latitude e longitude da Estação Ferroviária no Google Maps	165

Figura 24 - Ferramenta georreferenciar utilizada para georreferenciamento no QuantumGIS.....	166
Figura 25 - Marcando os pontos elencados para o georreferenciamento	167
Figura 26 - Criando uma nova camada de dados vetoriais.....	168
Figura 27 - Nomeando a nova camada	168
Figura 28 - Camada do traçado viário da rua 13 de maio, em 1909 em São Carlos	169

Lista de quadros

Quadro 1 - Pessoas e estabelecimentos encontrados na região da estação ferroviária a partir de relatos memorialísticos e dados de almanaques.....	99
Quadro 2 - Pessoas e estabelecimentos encontrados na rua General Osório a partir de relatos memorialísticos, dados de almanaques e fotografias.....	100
Quadro 3 - Pessoas e estabelecimentos encontrados na região próxima à Igreja Matriz a partir de relatos memorialísticos, dados de almanaques e fotografias	100
Quadro 4 - Ocupações encontradas nas áreas de análise e suas categorias com frequências populacionais - 1907.....	170

Lista de tabelas

Tabela 1 - Categorias Ocupacionais com mais de 50 indivíduos (maiores de 12 anos) e residentes no meio urbano, por nacionalidade e cor. Município de São Carlos – 1907.	42
Tabela 2 - Origem dos cônjuges (escravos, forros e libertos), São Carlos, 1860-1888 .	63
Tabela 3 - População escrava de São Carlos do Pinhal (1874-1887).....	64
Tabela 4 - População de São Carlos em 1874 (anterior à chegada das ferrovias).....	68
Tabela 5 - Composição demográfica do município de São Carlos em 1886 (após a chegada das ferrovias)	69
Tabela 6 - População de São Carlos, 1886	69
Tabela 7 - Distribuição da população da cidade de São Carlos por categorias raciais - 1907	108
Tabela 8 - Distribuição da população da cidade de São Carlos por nacionalidade - 1907	109
Tabela 9 - Distribuição da população da cidade de São Carlos (indivíduos maiores de 12 anos) por alfabetização – 1907	110
Tabela 10 - Distribuição da população da cidade de São Carlos por posse de propriedade - 1907.....	111
Tabela 11 - Distribuição das categorias de ocupação entre as áreas de estudo na cidade de São Carlos – 1907 (maiores de 15 anos)	112
Tabela 12 - Distribuição da população na região do entorno da Igreja Matriz por categorias raciais e de ocupação - 1907.....	117
Tabela 13 - Distribuição da população na região do entorno da Igreja Matriz por categorias raciais e de ocupação - 1907.....	118
Tabela 14 - Distribuição da população na região da Piccola Calabria por categorias raciais e de ocupação - 1907	121
Tabela 15 - Distribuição da população na região da Piccola Calabria por nacionalidade e categorias de ocupação - 1907.....	122
Tabela 16 - Distribuição da população no bairro Vila Pureza por categorias raciais e de ocupação - 1907.....	125
Tabela 17 - Distribuição da população no bairro Vila Pureza por nacionalidade e categorias de ocupação - 1907.....	126
Tabela 18 - Distribuição da população no bairro Vila Nery por categorias raciais e de ocupação – 1907	128

Tabela 19 - Distribuição da população no bairro Vila Nery por nacionalidade e categorias de ocupação – 1907	129
Tabela 20 - Distribuição da população no bairro Botafogo por categorias raciais e de ocupação – 1907	131
Tabela 21 - Distribuição da população no bairro Botafogo por nacionalidade e categorias de ocupação – 1907	131
Tabela 22 - Distribuição da população no bairro Vila Izabel por categorias raciais e de ocupação – 1907	134
Tabela 23 - Distribuição da população no bairro Vila Izabel por nacionalidade e categorias de ocupação – 1907	134
Tabela 24 - Distribuição da população no eixo Rua São Carlos por categorias raciais e de ocupação – 1907	137
Tabela 25 - Distribuição da população no eixo Rua São Carlos por nacionalidade e categorias de ocupação – 1907	138
Tabela 26 - Distribuição das categorias de ocupação entre as áreas de estudo na cidade de São Carlos - 1907	140

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição da população, por nacionalidade e cor Município de São Carlos – 1907	40
--	----

Lista de mapas

Mapa 1 – Representação do centro urbano de São Carlos em 1918.....	73
Mapa 2 – Áreas de análise da população da cidade de São Carlos no começo do século XX.....	106
Mapa 3 – Perfil socioeconômico dos indivíduos com ocupações e com 15 anos ou mais na região do entorno da Igreja Matriz – 1907.....	116
Mapa 4 – Perfil socioeconômico dos indivíduos com ocupações e com 15 anos ou mais na região da Piccola Calabria – 1907.....	120
Mapa 5 – Perfil socioeconômico dos indivíduos com ocupações e com 15 anos ou mais no bairro Vila Pureza – 1907.....	124
Mapa 6 – Perfil socioeconômico dos indivíduos com ocupações e com 15 anos ou mais no bairro Vila Nery – 1907.....	127
Mapa 7 – Perfil socioeconômico dos indivíduos com ocupações e com 15 anos ou mais no bairro Botafogo – 1907.....	130
Mapa 8 – Perfil socioeconômico dos indivíduos com ocupações e com 15 anos ou mais no bairro Vila Izabel – 1907.....	133
Mapa 9 – Perfil socioeconômico dos indivíduos com ocupações e com 15 anos ou mais no eixo Rua São Carlos – 1907.....	136
Mapa 10 – Zona urbana de São Carlos em 1909 desenhada a partir do mapa original.....	159

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Discutindo fenômenos sociais no espaço	10
1.1. O espaço: antes de um tudo, um conceito social geográfico	10
1.2. A Sociologia Urbana inicial da Escola de Chicago e o espaço da cidade	19
1.3. O espaço enquanto expressão de vivências e desigualdades: segregações, diferenciações socioespaciais e integração	28
Capítulo 2 - Metodologia.....	35
2.1. Os documentos com dados socioeconômicos:	37
2.2. Os documentos com dados de localização	44
2.3. Geoprocessamento: uma tentativa de reconstrução das espacialidades populacionais históricas	46
Capítulo 3 - São Carlos e sua urbanização (1856-1910).....	51
3.1. Primeiros habitantes antes da construção da Igreja Matriz	51
3.2. A cidade invade o espaço: o surgimento das primeiras ruas e edifícios urbanos	56
3.3. A chegada das ferrovias e as transformações urbanas e sociais (1886-1900)	64
Capítulo 4 – O espaço urbano e suas vivências: elites, negros, imigrantes e suas interações	73
4.1. As elites	74
4.2. A população negra	80
4.3. A população dos imigrantes estrangeiros	87
Capítulo 5 – São Carlos e sua população no espaço urbano em 1907	95
5.1. Construindo informações sociais ligadas ao espaço.....	95
5.2 – A população dos bairros e do núcleo central de São Carlos no começo do século XX	105
5.3 - Características sociais e econômicas da população urbana de São Carlos expressas cartograficamente	114
Considerações finais	142

Referências bibliográficas	147
Anexo 1: tutorial de georreferenciamento utilizado para a presente pesquisa	159
Anexo 2: categorização das ocupações	170

Introdução

Monotonias das minhas retinas...
Serpentinas de entres frementes a se desenrolar...
Todos os sempre das minhas visões! “Bon giorno, caro”.

Horríveis as cidades!
Vaidades e mais vaidades...
Nada de asas! Nada de poesia! Nada de alegria!
Oh! Os tumultuários das ausências!
Paulicéia – a grande boca de mil dentes;
E os jorros dentre a língua trissulca
De pus e de mais pus de distinção...
Giram homens fracos, baixos, magros...
Serpentinas de entes frementes a se desenrolar...

Estes homens de São Paulo,
Todos iguais e desiguais,
Quando vivem dentro dos meus olhos tão ricos,
Parecem-me uns macacos, uns macacos.
(ANDRADE, 1987, p. 84)

O poema acima, titulado “Os cortejos”, da obra “Paulicéia Desvairada” (1920), de Mario de Andrade (1987), retrata, a partir da visão poética do autor, como era São Paulo na segunda década do século XX: “uma grande boca de mil dentes”. A Paulicéia¹, a qual negativamente, e acima de tudo, é repleta de diferenças entre seus cidadãos iguais, mas, de forma paradoxal, desiguais ao mesmo tempo, como o “pus de distinção” expelido por essa “grande boca de mil dentes”.

Referir-se à cidade significa trazer à tona um tipo de espaço específico: o urbano. Mesmo que de forma sutil, o poeta Mario de Andrade (1987) evoca o espaço urbano como área de convívio e moradia entre diferentes pessoas na então sociedade paulistana do começo do século XX: uma cidade com diferentes grupos indo de um lado para o outro, formando uma multidão rotineira – “os tumultuários das ausências” –, em que há operários, imigrantes estrangeiros, negros e negras, profissionais liberais, e até mesmo membros das elites. Todos esses grupos de pessoas, impreterivelmente, habitaram a cidade alocados no espaço de acordo com seu perfil socioeconômico, racial e étnico.

Observando-se São Paulo em detalhes, é possível notar como tal cidade se constituiu a partir de populações situadas e configuradas em espaços específicos. Segundo

¹ Segundo Borges Pinto (2001, p. 442), a Paulicéia Desvairada “é um canto à magia de sua cidade”, uma vez que São Paulo passava pelo processo de transformação em uma sociedade urbana complexa e repleta de desigualdades. A capital paulista, nesse contexto, seria guia e símbolo da nova cultura nacional, atrelada ao Modernismo (BORGES PINTO, 2001, p. 442).

Maria Nilza da Silva (2006, p. 51), na capital paulista, a população negra, por exemplo, teria se estabelecido em regiões mais distantes do centro, devido ao valor imobiliário de tais regiões ser menor, enquanto os grupos com maior poder econômico tinham facilidade aquisitiva de imóveis na região central da cidade, a qual também funcionava como símbolo de poder e status social devido a sua localização.

Outros grupos sociais, como imigrantes estrangeiros – principalmente italianos –, habitaram bairros como o Brás, Bom Retiro e Barra Funda, sendo eles caracterizados pelas indústrias – muitas de fundo de quintal – e pela mão de obra operária, que muitas vezes vivia em cortiços ao lado das fábricas e demais residências (TORRES, 1985; TRUZZI, 2001; BRUNELLI *et al.*, 2006). Também há o exemplo dos Sírios e Libaneses – sem citar tantos outros –, os quais, em sua maioria, no início do século XX, residiam nas imediações da rua 25 de março, fosse com seus pequenos estabelecimentos comerciais, ou mesmo exercendo a atividade de mascates ou vendedores (TRUZZI, 2008, p. 57, 103).

É possível notar, a partir desses pequenos exemplos da capital paulista, como problemas que dizem respeito à população no espaço urbano – exclusões e diferenças socioeconômicas para o acesso à terra – não são fenômenos atuais, tendo sua constituição no final do século XIX e ao longo do século XX. Portanto, caso se busque entender como as cidades são hoje, é preciso analisar o passado, pois, como disse Marc Bloch (2001, p. 65), a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Logo, observar o histórico de tais desigualdades e diferenças que caracterizam as populações, seus espaços de habitação e vivências, é necessário para a compreensão da dimensão socioespacial do presente.

No final do século XIX, a capital paulista – beneficiada pela economia cafeeira (MATOS, 1955, p. 104) –, além de receber em seus espaços grande contingente de negros e negras, antes escravizados, também abrigou imigrantes estrangeiros - grupos responsáveis por compor bairros e ruas das mais diversas formas, segundo suas diferenças étnicas, raciais e de classe² (MATOS, 1955). A exemplo disto, podemos observar a história do bairro paulistano Bexiga, o qual, conforme estudou Ana Lúcia D. Lanna (2012, p. 872-873), apesar de não ser considerado uma “*Little Italy*” ou um gueto italiano,

² Segundo Odilon Matos (1955, p. 120-121), no final do século XIX, os homens mais abastados e da classe média tinham suas casas concentradas ao lado das regiões comerciais do centro, sendo que de 1880 a 1890, bairros operários e residenciais finos – preferidos pela aristocracia cafeeira – começaram a se formar. O bairro do Bom Retiro, por exemplo, por suas terras mais baratas, atraiu numerosos imigrantes italianos que ali se estabeleceram, fundaram pequenas fábricas ou mesmo serviram de mão de obra.

recebeu muitos imigrantes italianos que formaram vizinhanças e criaram “redes de sobrevivência e estabilidade” (LANNA, 2012, p. 872-873).

Mesmo sendo na atualidade considerada uma megalópole³ visualmente identificada por suas desigualdades e diferenças socioespaciais herdadas desde o final do século XIX, a cidade São Paulo não foi a única região a ter toda sua malha urbana e população modificadas a partir desse período, com o alastramento da economia cafeeira no Estado de São Paulo. Muitos municípios do interior paulista também tiveram suas cidades alteradas com as transformações socioeconômicas durante tal período. Ribeirão Preto, por exemplo, de acordo com Hugo F. Sousa (2006), teve espaços ocupados pelas elites, os quais foram distinguidos por meio de melhorias urbanas em relação aos espaços habitados pela população mais pobre dos subúrbios, excluída desse processo.

Para Thomas Holloway (1984, p. 17), nas últimas décadas do século XIX a população europeia e a norte americana tiveram o café como um de seus elementos indispensáveis do dia a dia, aumentando a demanda por esse produto que, no hemisfério sul, estava sendo cultivado no Brasil, principalmente no estado de São Paulo. Com a crescente produção cafeeira, houve, no início, o prolongamento da escravidão por fazendeiros interessados em manter o sistema latifundiário, o qual, em seguida, recebeu imigrantes estrangeiros para o trabalho nas lavouras (HOLLOWAY, 1984, p. 21).

Muitas cidades paulistas, por sua vez, como Campinas, Ribeirão Preto, Franca, São José do Rio Preto, dentre outras, cresceram drasticamente apoiadas no excedente gerado pelo café, e iniciaram seu processo de industrialização, ganhando também ferrovias que intensificaram o fluxo de pessoas e mercadorias antes inexistentes no interior de São Paulo. O município de São Carlos, objeto do presente trabalho, estava localizado na denominada zona da Paulista, conforme caracterizou Sergio Milliet (1982, p. 15), tendo sido um dos municípios mais impactados pelo fim da escravidão em 1888 e pela vinda de estrangeiros imigrantes a partir de 1870 (TRUZZI, 2007, p. 65).

Durante o período da economia cafeeira, São Carlos, bem como seu núcleo urbano, foi um atrativo para fazendeiros, imigrantes e, em certa medida, para a população negra, a qual buscava novas oportunidades na cidade com o fim do regime escravocrata.

³ De acordo com Queiroga e Benfatti (2007, p. 42), a megalópole é formada por uma grande rede de várias entidades urbanas, sendo elas distritos, cidades, aglomerações urbanas e metrópoles, as quais constituem “(...) uma ampla conurbação funcional, não necessariamente uma conurbação física – ainda que esta seja freqüente em vastas porções dos territórios megalopolitanos” (QUIEROGA E BENFATTI, 2007, p. 42). O caso mais emblemático de megalópole no Brasil é a do Sudeste, formada pelo complexo metropolitano de São Paulo e do Rio de Janeiro – englobando cidades como Campinas, o Vale do Paraíba, Petrópolis, Niterói, dentre outras.

Quando comercializou café com o mercado mundial, o município conseguiu aperfeiçoar o transporte cargueiro, inaugurando suas ferrovias em 1886 (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS, 2017, p. 36).

Com a chegada das estradas de ferro, a cidade se tornou, então, movimentada, pois o fluxo de mercadorias, café e pessoas foi facilitado, ligando-a a outros municípios como Araraquara, Rio Claro, Campinas, São Paulo e, finalmente, o porto de Santos (BORTOLUCCI, 1991, p. 86). Com o acúmulo de excedente econômico gerado por essas novas dinâmicas de transporte e pré-industrialização, houve o desenvolvimento de pequenos estabelecimentos comerciais e fábricas nas regiões rural e urbana do município, diversificando seu aporte de atividades comerciais (TRUZZI, 2007; FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS, 2017).

A população, por sua vez, aumentou drasticamente a partir da chegada das ferrovias em 1886, pois saltou de 16.104 pessoas para certamente mais dos 38.642 arrolados por um recenseamento municipal realizado no ano de 1907, o qual, apesar de ser incompleto, nos dá um bom retrato da população no período. Grande parte destes grupos de indivíduos eram brasileiros brancos, imigrantes estrangeiros, e negros e negras antes escravizados⁴. A composição étnica e racial de São Carlos caracterizava-se da seguinte forma, segundo o censo de 1907: 48,1% brasileiros brancos; 29,3% italianos; 9,9% brasileiros pretos; 4,3% espanhóis; 4,2% portugueses; 2,6% brasileiros mulatos; 0,8% diversos; 0,5% alemães e 0,3% turcos. Vale destacar o fato de muitos brasileiros brancos serem representados por migrantes nordestinos e mineiros, além de serem filhos de imigrantes estrangeiros⁵, especialmente de italianos⁶.

No início da primeira década do século XX, em 1911, de acordo com Takashi Maeyama (1975, p. 36), o contingente populacional chegou a 54.720 e reduziu-se de forma pouco significativa na segunda década, com cerca de 54.225 indivíduos. No mesmo período, à nível econômico, também houve a criação da Companhia Fiação e Tecidos São Carlos, inaugurada em 1911 e sendo, conforme Truzzi (2007, p. 141-142), a maior expressão da indústria local ao longo da primeira metade do século XX, fazendo par com

⁴ Muitos negros e negras, antes estabelecidos nas fazendas e aprisionados forçosamente pelo regime escravista, deixaram São Carlos (TRUZZI E BASSANEZI, 2000, p. 200-203), talvez pelo fato de desejarem recomeçar a vida longe do local onde foram escravizados (OLIVEIRA, 2018).

⁵ Por imigrante estrangeiro, entende-se aquele que deixou sua terra natal e ingressou em outro país, seja de forma forçada ou voluntária. Logo, o mesmo, conforme definiu Abdelmalek Sayad (1998), seria tanto um emigrante, quanto um imigrante, uma vez que estaria ligado ao seu país de origem e ao de destino ao mesmo tempo.

⁶ Foram classificados dessa forma por causa da política do *jus solis*, tornando todos os filhos de estrangeiros nascidos em terras brasileiras, nacionais (TRUZZI E BASSANEZI, 2009, p. 200-203).

serrarias, fábricas de adubo, de prego – fundadas entre 1898 e 1914 -, tecelagem (criada em 1911) e ainda uma indústria de lápis, fundada em 1926.

Mais de três quartos dos indivíduos, segundo o censo de 1907, concentrava-se no meio rural (77,8% ou 30.058 indivíduos), enquanto a população urbana somava cerca de 22,2% do total (8.584 pessoas) (TRUZZI E BASSANEZI, 2009, p. 204). Todavia, apesar de a cidade apresentar um número bem menor de indivíduos se comparada ao meio rural, ela já continha complexidades urbanas resultantes do aumento populacional e da marginalização dos mais pobres e negros (TRUZZI, 2007; COSTA, 2015; OLIVEIRA, 2018). Parte da população rural, no decorrer dos anos, também se transferiu gradualmente em direção à cidade, onde já havia acontecido uma diferenciação no interior dos grupos sociais urbanos.

De acordo com Devescovi (1987), a jovem cidade já contava com uma série de “melhoramentos urbanos” e recursos trazidos pelas elites locais, dentre os quais se pode citar: em 1894, a instalação de linhas de bonde com tração animal; em 1889, a criação de linhas telefônicas na cidade e, no ano seguinte, a chegada da luz elétrica na região central; e em 1914, um banco de propriedade do Conde do Pinhal. Os fazendeiros estavam bem alocados próximos ao setor comercial, nas ruas adjacentes ao centro urbano. Já o estabelecimento de pessoas mais pobres, como negros e imigrantes recém-chegados nesta área, era menos frequente devido ao seu valor comercial elevado (DEVESCOVI, 1987).

Os grupos mais vulneráveis da época, por sua vez, formados por negros libertos, brancos pobres e parcelas de imigrantes estrangeiros, de acordo com Takashi Maeyama (1976, p. 45-48), localizavam-se em 1918 em zonas mais distantes do centro da cidade, onde não havia saneamento básico e os estabelecimentos eram insalubres. Os negros, por exemplo, em sua grande maioria, moravam na região da Vila Pureza, onde havia um lazareto para os leprosos e um curtume; também viviam eles na Vila Izabel, distante do núcleo urbano, em volta de uma zona industrial, pelo fato de os terrenos provavelmente serem mais baratos. Já os imigrantes pobres (principalmente italianos) habitavam a região da Vila Nery, local onde se situava um antigo cemitério – com terras mais baratas em sua proximidade –, e a região conhecida como “*Piccola Calabria*” ou “Baixa Calábria”, localizada entre o centro e a estação ferroviária.

Tais fatos apresentados demonstram, previamente, como um município do interior paulista como São Carlos já apresentava características que podem ser, mesmo que em menor grau, cotejadas com o que ocorria nas de cidades grandes, como São Paulo, no começo do século XX, a partir da descrição feita por Mário de Andrade (1987) em sua

“Paulicéia Desvairada”, repleta pela antítese de homens iguais, mas diferentes ao mesmo tempo, dentro do espaço urbano. Todavia, apesar de tais fatos histórico-sociais sobre São Carlos, praticamente inexitem estudos sobre a relação entre população e o espaço urbano nos municípios do interior paulista durante o período da economia cafeeira, e mesmo estudos esquematizados sobre tal temática em São Carlos⁷.

Frente a isso, a partir das considerações sobre este município paulista ser caracterizado por seu grau de expansão e diversificação populacional, urbana e pré-industrial geradas pela economia cafeeira a partir do final do século XIX, esta pesquisa de mestrado tem o objetivo de explorar a gênese de processos de diferenciação socioespacial ou de integração em São Carlos entre o final do século XIX e o início do século XX, e de como analisá-lo em detalhes, segundo clivagens raciais, étnicas e de classe (ocupacionais, alfabetização e de posse de propriedades urbanas).

O período temporal de discussão deste trabalho compreende o início “oficial” de formação do núcleo urbano da cidade (1856) até a diminuição dos fluxos migratórios para ela, no começo da Primeira Guerra Mundial (TRUZZI, 2007). Acredita-se que, além de ter compatibilidade com a documentação encontrada, tal período histórico seja suficiente para o entendimento, bem como para o avanço na discussão sobre a população relacionada ao espaço urbano de São Carlos no final do século XIX e início do século XX.

A fim de responder o problema de pesquisa proposto, esta dissertação foi dividida em 5 capítulos principais.

Primeiramente, foi feita uma discussão teórica que perpassa por todas as discussões histórico-sociológicas do presente trabalho. Nomeado como “Abordagens Teóricas”, o primeiro capítulo tratou dos conceitos-chave sobre a população, as segregações, as diferenciações socioespaciais e o conceito de integração.

A começar a discussão pelo espaço, como o próprio título faz menção, no primeiro tópico denominado “O espaço: antes de tudo, um conceito geográfico”, há uma explanação de como o espaço estaria inserido no debate da Geografia, compreendido como uma extensão do social, a partir de Milton Santos (1977 e 2006), o qual é diferente do conceito de território, na perspectiva de Raffestin (1993), podendo também ser

⁷ Os estudos aproximados sobre a temática das diferenciações socioespaciais em São Carlos são os de Takashi Maeyama (1976), Natália Costa (2008) e Joana D’Arc Oliveira (2018), que apresentam dados importantes sobre os grupos étnico-raciais no município, mas não exploram tais dados de forma ampla no tocante ao espaço urbano.

dividido em “três partes” principais, sendo inseparável do tempo, como local de memórias, de acordo com Harvey (2012), e pelos estudos de Simmel (2013) e sua Sociologia do Espaço – transitando, assim, da Geografia para Sociologia.

Ainda no primeiro capítulo, no segundo tópico “A Sociologia Urbana inicial da Escola de Chicago e o espaço da cidade”, foi discutido como o espaço passou a fazer parte dos estudos sociológicos por meio da primeira geração da Escola de Chicago e de sua Sociologia Urbana. Nele foram apresentadas algumas considerações dos trabalhos de Robert Ezra Park (1984), Ernest Watson Burgess (1984) e Louis Wirth (1956) a respeito de como eles lidaram com a problemática de diferentes grupos étnicos e raciais no espaço urbano de Chicago.

Já no terceiro e último tópico do capítulo 1, “O espaço como expressão de vivências e desigualdades: segregações, diferenciações socioespaciais e integração”, apresenta-se uma discussão sobre como o social poderia ser elucidado por meio do espaço como manifestação da desigualdade, diferença e mesmo integração entre os grupos de uma população. Conceitos como segregação, integração e diferenciação socioespacial foram explanados, tendo como base os estudos de Friedrich Engels (2010), Henri Lefebvre (2008 e 2016), Peter Marcuse (2004), Luiz de Aguiar Costa Pinto (1953), Florestan Fernandes (2008), David Lockwood – a partir de Nico Mouzelis (1998) -, e Ana Fani Alessandri Carlos (2007).

Após terem sido feitas as considerações teóricas que embasam e perpassam pela pesquisa, foi apresentada a abordagem metodológica – no segundo capítulo -, necessária para um melhor entendimento de como os grupos sociais estavam estabelecidos no espaço urbano da cidade. A fim de encontrar dados, foram discutidos todos os documentos utilizados para identificar informações referentes às características socioeconômicas da população e sobre sua localização no espaço urbano, sendo eles referentes aos dados socioeconômicos da população (idade, sexo, alfabetização, dono de propriedade, cor e nacionalidade) e aos dados de localização (endereço com rua e número da casa). Ademais, no último tópico deste capítulo foram levadas em conta discussões sobre o georreferenciamento em mapas históricos a partir do software *Quantum GIS* e sua relevância para os estudos que envolvem o espaço urbano.

O terceiro capítulo, “São Carlos e sua urbanização (1956-1914)”, é focado em um breve histórico da formação de cidade entre os anos de 1856 e 1900, período em que ocorreram as primeiras formas de apropriação e transformação do espaço. Partindo desse pressuposto, o primeiro tópico “Primeiros habitantes antes da construção da Igreja

Matriz” tentou recuperar de que forma o município de São Carlos foi formado, estando inserido no contexto da colonização e expulsão dos povos antes existentes pela frente pioneira e sua destruição “civilizadora”, processo pelo qual também houve usurpação de terras devido ao interesse pelo lucro do latifúndio. O segundo tópico “A cidade invade o espaço: o surgimento das primeiras ruas e edifícios urbanos”, visou mostrar como o espaço urbano foi utilizado pelas elites locais, como houve a edificação das primeiras casas e a constituição do traçado urbano inicial da cidade. O terceiro tópico “A chegada das ferrovias e as transformações urbanas e sociais (1886-1900)”, foi redigido com o intuito de traçar um panorama geral sobre a construção das ferrovias na cidade, após o início da economia cafeeira, responsáveis por gerar um aumento populacional drástico.

Com a apresentação e discussão de informações de cunho histórico sobre a cidade de São Carlos, pode-se adentrar no quarto capítulo “O espaço e suas diferenciações sociais relatadas na bibliografia sobre São Carlos”, o qual, sendo um detalhamento do terceiro, procurou trazer discussões sobre como os diferentes grupos sociais teriam se estabelecido em espaços distintos da cidade: os três tópicos “As elites”, “A população negra” e “Os imigrantes estrangeiros” retrataram os espaços de habitação desses grupos sociais a partir de pesquisas anteriores e relatos de memorialistas que fazem menção à formação dos primeiros bairros e aos imigrantes na cidade. A função principal desse capítulo e de seus tópicos foi a de afunilar a discussão iniciada a partir da urbanização do município apresentada no capítulo 3 e preparar o leitor para o capítulo 4, não apenas se restringindo às informações de cunho quantitativo, mas apresentando informações e detalhes cotidianos dos diferentes grupos sociais que habitaram a cidade entre o final do século XIX e início do XX.

Por sua vez, o quinto e último capítulo “Considerações sobre São Carlos e sua população no espaço urbano” visou explicar os dados reunidos e ordenados na presente pesquisa sobre a população de São Carlos no espaço urbano. No primeiro tópico, “Construindo informações ligadas ao espaço”, foi discutido detalhadamente como foi realizada a união primária de dados a partir das diversas fontes de pesquisa sobre a cidade de São Carlos, como os almanaques, fotografias e propagandas comerciais, para o posterior encaixe dos dados quantitativos encontrados pelos principais documentos utilizados na pesquisa, como o censo de 1907 e o Livro de Cobrança de Impostos sobre Indústrias e Profissões de 1907. Esta parte teve como função detalhar o resultado obtido no segundo tópico do capítulo 5 “A população dos bairros e do núcleo central de São Carlos no começo do século XX”, em que foram discutidos e apresentados dados

estatísticos sobre as características socioeconômicas e de localização das pessoas a partir da junção de dados do censo de 1907 com o Livro de Cobrança de Impostos sobre Indústrias e Profissões de 1907, em todas as regiões, bairros e ruas do centro levadas em consideração. O último tópico do capítulo 4, por sua vez, chamado “Desenhando espacialidades populacionais”, apresenta mapas temáticos de nacionalidade e ocupações da região central e dos quatro bairros da cidade - resultantes dos dados estatísticos delimitados do segundo tópico -, bem como discussões sobre as informações encontradas a partir de suas representações aproximadas da sociedade no espaço urbano do período.

Por fim, as evidências mais importantes encontradas sobre a população de São Carlos entre o século XIX e início do XX são reunidas com o término do quinto capítulo, a fim de se concluir e sintetizar toda a discussão fomentada durante a etapa capitular da presente dissertação de mestrado.

Capítulo 1 – Discutindo fenômenos sociais no espaço

Antes de adentrarmos nas abordagens teóricas sobre diferenciação, segregação e integração no espaço urbano, as quais dariam abertura para explicar o que aconteceu em São Carlos na passagem do século XIX para o XX, primeiro é preciso compreender um dos conceitos-chave desta pesquisa, sem o qual a história, as relações sociais e as desigualdades socioeconômicas não se revelariam na região urbana do município no período, por necessitarem de uma materialidade essencial para sua concretização, sendo essa unidade material a espacialidade. Um dos objetos de estudo da geografia, o espaço foi definido como algo portado não apenas de materialidade, mas também tempo e, conseqüentemente, história dos grupos sociais que o ocuparam ou se apoderaram.

Em diferentes momentos das vivências humanas, as populações foram as principais responsáveis por modificar o espaço ao seu redor, construindo fazendas e depois cidades, as quais o tornaram urbano. Com isso, sociólogos passaram a analisá-lo a partir de seus assentamentos humanos e diferentes regiões. Vale ressaltar que, para o presente trabalho, entende-se região urbana/área urbana como sendo meramente o espaço ocupado por uma cidade, em oposição ao rural marcado pelo latifúndio, fazendas e até mesmo chácaras.

Já por cidade, a partir do que afirmou Lencioni (2008, p. 116), entende-se a formação de “(...) um aglomerado sedentário que se caracteriza pela presença de mercado (troca) e que possui uma administração pública” (LENCIONI, 2008, p. 116), e como sendo obra não só material, mas ligada à arte de construção humana, pois, segundo Henri Lefebvre (2016, p. 56), “a cidade tem uma história, ela é a obra de uma história, isso é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”. Portanto, a cidade seria algo muito maior do que um aglomerado humano, sendo caracterizada pela interação humana em sua edificação, a qual é preenchida de acontecimentos históricos e significados subjetivos de seu povo.

1.1. O espaço: antes de um tudo, um conceito social geográfico

A relação entre espacialidades e desigualdades sociais, conforme afirmou Sofia Santos (2014, p. 1-2), é repleta de diferentes estudos que perpassam pela Sociologia, Geografia, Antropologia, Economia, História e Filosofia. Maria Nilza da Silva (2006, p. 54), em sua pesquisa sobre a população negra em São Paulo, alertou, a partir de suas discussões teóricas sobre espaço e cidade, para o fato de espaço e território serem

conceitos distintos. Em vista disso, em um primeiro momento, é preciso distinguir ambos, para que não sejam cometidas ambiguidades ou confusões conceituais ao longo do texto.

No Brasil, talvez o maior autor a ter insistido na importância do conceito de espaço na Geografia seja o intelectual Milton Santos (1977). Segundo ele, a história não é concebível fora do espaço, assim como a sociedade:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 1997, p. 81).

De acordo com Santos (2006, p. 38), espaço e território são diferentes, uma vez que “a configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima”. Logo, a configuração territorial precisa do social para existir, mais especificamente das relações sociais. Antes das ocupações humanas, havia apenas os complexos naturais, responsáveis por caracterizarem a configuração territorial, mas, após os seres humanos ocuparem a superfície terrestre, suas obras, que compreendem construções, casas, estradas, plantações, fábricas e cidades, tomaram conta da configuração territorial, caracterizando-a ao longo dos anos como uma “natureza inteiramente humanizada” (SANTOS, 2006, p. 38-39).

O espaço, por sua vez, seria formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de objetos e sistemas de ações inseridos na história. No começo da história, apenas a natureza ocupava o espaço, sendo substituída posteriormente por objetos artificiais, fabricados e mecanizados. O espaço, atualmente, seria então “(...) um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS, 2006, p. 39).

Para Santos (2006), então, a espacialidade seria algo já preexistente, anterior à chegada do ser humano, o qual é capaz de transformá-la em um espaço artificial e criar uma “natureza inteiramente humanizada”. Já para o geógrafo Claude Raffestin (1993, p. 143-144), espaço e território também são diferentes, justamente pelo fato de o primeiro ser preexistente em relação ao outro e o formá-lo, pois, “(...) ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço”. Apesar de estar ligado ao espaço, o território seria algo produzido por meio dele.

Logo, para o autor, esse espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico⁸“(…) não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, o território visto e/ou vivido” (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

A partir desta consideração teórica formulada por Claude Raffestin (1993), conseguimos pensar em como a cidade de São Carlos teria seus espaços apoderados pelos diversos atores sociais como os fazendeiros, os negros e os imigrantes, responsáveis por transformá-los em territórios cotidianos com (con)vivências cotidianas entre eles, possuidores de sistemas sêmicos diferentes e até conflitantes entre si, por serem de origens distintas e partilharem cultura e língua diferentes.

Carla Holanda da Silva (2009, p. 108) afirmou que, a partir dos anos 1980, as múltiplas características do território chamaram a atenção de muitos geógrafos interessados em sua formação e multiplicidades. A abordagem de Claude Raffestin (1993) leva em conta o território como algo relacional, e, além de ser uma base material, estar também inserido em uma “complexa rede de relações e indivíduos heterogêneos”. Estas, por sua vez, compreendem disputas e confrontos, dando origem ao chamado “campo do poder”, sendo tal “subentendido como um território, ou seja, um espaço delineado por relações de poder”⁹ (SILVA, 2009, p. 108).

Outra noção importante mobilizada por Raffestin (1993, p. 158-159) seria a de territorialidade, “pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Tal territorialidade se caracteriza por estar em várias escalas espaciais e sociais, podendo ser a “face vivida” e a “face agida” do poder. Ela pode se inscrever “(…) no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas”, sem estar ligada ao espaço, a fim de fugir de determinismos do passado¹⁰ (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

De acordo com Silva (2009, p. 109), a partir da noção de territorialidade, definida por Raffestin como conglomerado do vivido territorial de uma sociedade ou de membros

⁸ Podem ser entendidos como processos sociais e como as classificações de ações sociais em um determinado território (que envolvem disputas de poder na construção de territórios políticos, por exemplo) (FONSECA *et al*, 2020, p. 136).

⁹ Para o autor, a concepção de poder seria a mesma definida por Michel Foucault, sobre o poder compreender várias relações difusas em determinados lugares, estando não apenas vinculadas ao território fixo, mas presentes em toda organização social, para além de territórios (SILVA, 2009, p. 108).

¹⁰ De acordo com Raffestin (1993, p. 159), a noção de territorialidade veio a partir dos naturalistas, preocupados com a territorialidade animal e não com a territorialidade humana, sendo, portanto, necessário separar ambas, pois a territorialidade foi tratada posteriormente pelas ciências do homem a partir das relações entre espaço e território.

de um determinado grupo, os quais apresentam relações com características culturais diferentes, é possível estabelecer uma tríade de territorialidade, a qual compreenderia uma função cultural, responsável por mediatizar “(1) o indivíduo com o seu grupo e seu espaço através da definição da (2) exterioridade, do espaço-fora, e da interligação para com o território, (3) do espaço-próprio.”. Tal mediação se tornaria um posicionamento identitário (SILVA, 2009, p. 109).

Dessa forma, é possível, por exemplo, como mencionou Raffestin (1993, p. 162), que a territorialidade de um siciliano seja formada pelo conjunto do vivido por ele cotidianamente: suas relações com o trabalho, com o não-trabalho, com a família, sua esposa, autoridade política, dentre outros fatores cotidianos. Todavia, “(...) não é possível compreender essa territorialidade se não se considerar aquilo que a construiu, os lugares em que ela se desenvolve e os ritmos que ela implica”. Haveria a parte interna de determinada territorialidade e a parte externa, caracterizada pelos indivíduos diferentes aos habitantes da parte interna. As territorialidades, portanto, seriam “formas de lutas” para se preservar identidades e diferenças específicas.

Logo, para Raffestin, o território seria formado pelas relações entre as pessoas, expressas nas relações simbólico-significativas. A partir do momento em que diferentes grupos se encontram, as territorialidades são definidas e confrontadas devido às tensões de diversidade e um campo de força, resultante das relações de poder entre tais diversidades (SILVA, 2009, p. 110).

Além das considerações importantes definidas por Claude Raffestin (1993) sobre o conceito de território ser diferente de espaço, têm-se as elucidações teóricas apresentadas por David Harvey (2012), um geógrafo britânico, muito próximo em sua formação intelectual de Milton Santos¹¹. Segundo Fábio Rodrigues da Costa (2014), tanto o geógrafo britânico, quanto o brasileiro, definiram o conceito de espaço em um mundo em movimento contínuo, onde a técnica e a informação desempenham função chave. Logo, para ambos os autores, o espaço não pode ser visto com algo estático, sendo produto da ação do trabalho dos seres humanos (COSTA, 2014, p. 64).

Para David Harvey (2012, p. 9-10), é fundamental entender a natureza do espaço para compreender os processos urbanos amparados pelo Capitalismo. O autor afirmou,

¹¹ De acordo com Costa (2014, p. 65), Milton Santos e David Harvey são intelectuais influenciados pelo materialismo histórico-dialético, em que a transformação da sociedade é permeada pelo pensamento crítico. Entretanto, mesmo sendo influenciados pelo materialismo histórico-dialético, os autores não tomam o marxismo como algo ortodoxo, fazendo críticas a ele e tentando preencher as lacunas existentes em tal pensamento.

em sua obra “*Explanation in Geography*” (1969)¹², que o espaço poderia ser entendido a partir de uma tripartite, ou seja, poderia ser explicado a partir de três “partes” principais: espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional.

A primeira “parte”, o espaço absoluto, pode ser considerada fixa e, a partir dela, é possível planejar ou registrar diversos eventos e acontecimentos dentro de um molde que constitui esse tipo de espaço. Essa primeira “parte” espacial estaria atrelada à filosofia e à física por meio de René Descartes¹³ e Isaac Newton¹⁴, sendo representada como “(...) uma grade pré-existente e imóvel que permite padronizar medições e está aberto ao cálculo”. Na perspectiva geométrica, o espaço absoluto é ligado a Euclides¹⁵, sendo constituído pela engenharia devido ao predomínio das formas de mapeamento cadastral. Em seu eixo social, é considerado o espaço da propriedade privada e de outros elementos delimitados por fronteiras territoriais, como: os Estados, as unidades administrativas, os planos urbanos e as grades urbanas (HARVEY, 2012, p. 10).

A segunda “parte” de espaço, chamada “relativa”, diz respeito às geometrias não-euclidianas do século XIX, muito associadas também à figura intelectual de Albert Einstein¹⁶. A sua relatividade pode ser descrita em dois sentidos, conforme afirmou Harvey (2012, p. 11):

(...) há múltiplas geometrias que podemos escolher e de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem. Quando Gauss estabeleceu pela primeira vez as regras da geometria esférica não-euclidiana para lidar com os problemas da descrição precisa da superfície curva da Terra, ele também afirmou a declaração de Euler de que um mapa com escala perfeita de qualquer porção da superfície terrestre é impossível. Einstein tomou o argumento mais tarde pontuando que todas as formas de medição

¹² “Explicação em Geografia” em tradução livre.

¹³ René Descartes (1596-1650) nasceu em Haia, nos Países Baixos, em 1596. Segundo Reale e Antiseri (2004, p. 287), o filósofo, mesmo admirador do rigor matemático, criticava a aritmética e geometria tradicionais por não serem sustentadas em uma clara orientação metodológica. Talvez sua contribuição mais significativa para as ciências de forma geral seja a questão do método, em que Descartes propõe quatro “regras fáceis” para se buscar o verdadeiro conhecimento: a evidência racional, a análise, a síntese e o controle.

¹⁴ Isaac Newton (1642- 1727) nasceu em Woolsthorpe, na Inglaterra, em 1642. De acordo com Reale e Antiseri (2004, p. 232), Newton foi responsável por influenciar o Empirismo inglês, o Iluminismo francês, e o próprio filósofo Immanuel Kant (1724-1804). Em seu livro “*Philosophiae naturalis principia mathematica*” (“Princípios matemáticos da filosofia natural”), o filósofo buscou “(...) compreender a dinâmica do universo, os princípios da força e o movimento e a física dos corpos em movimento em meios diversos” (REALE E ANTISERI, 2004, p. 233).

¹⁵ Euclides (435 a 365 a. C. aproximadamente) nasceu em Mégara, em 435 a. C. De acordo com Reale e Antiseri (2004, p. 106, 313), seus conhecimentos sobre a geometria influenciaram a filosofia ocidental, a partir de metodologia fornecida por Aristóteles.

¹⁶ Segundo Altavini (s. d.), Albert Einstein (1879-1955) nasceu em Ulm, na Alemanha, em 1879. Seus estudos mais famosos e lembrados dizem respeito à Teoria da Relatividade, em que “(...) a velocidade da luz no espaço vazio é sempre a mesma, qualquer que seja a posição do observador” (ALTAVINI, s. d.).

dependem do modelo de referência do observador. A ideia da simultaneidade no universo físico, ele disse, deve ser abandonada.

Em virtude disso, seria impossível compreender o espaço sem considerá-lo atrelado ao tempo. Dessa forma, passa-se de um “espaço” e “tempo” – como concebidos nas reflexões anteriores, de forma separada – para espaço-tempo ou espaço-temporalidade.

Já a terceira “parte” de espaço, a “relacional”, é ligada à figura de Gottfried Wilhelm Leibniz¹⁷, que dirigia críticas a Isaac Newton – a partir de cartas enviadas a Samuel Clarke¹⁸ –, pela visão desse sobre o espaço e tempo ser absoluta. Segundo a concepção relacional de espaço, “processos não ocorrem no espaço, mas definem seu próprio quadro espacial. O conceito de espaço está embutido ou é interno ao processo”. Em resumo, não é possível separar espaço e tempo, mas pode-se observá-los em seu caráter relacional, sem pensá-los como algo isolado. Por meio da abordagem relacional do espaço-tempo, é possível entender como o papel político das memórias coletivas opera nos processos urbanos (HARVEY, 2012, p. 14).

Exemplificando a “parte” relacional do espaço explanada por Harvey (2012): ao estudar certo local de uma cidade, como uma praça onde diversos eventos festivos ou mesmo políticos aconteceram, caso se entenda o espaço-tempo como algo relacional, é possível compreender, ou mesmo recuperar, o significado de tal praça ou local histórico para uma determinada população ou habitante dessa cidade. Segundo Costa (2014, p. 76), Harvey avança epistemologicamente ao entender o espaço-tempo relacional como algo vivido, em que são consideradas as sensações e emoções, sem deixar de lado a materialidade do espaço absoluto, bem como seus pontos fixos. A análise estaria centrada na interação e tensão dialética entre o espaço relacional e o espaço absoluto. Consequentemente, o espaço seria dotado de história e em si mesmo a temporalidade e cultura da população que nele se estabeleceu.

Mesmo o espaço sendo um dos objetos e conceitos de suma importância da abordagem geográfica, conforme explanado acima - principalmente no tocante à relação

¹⁷ Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) nasceu em Leipzig, na Alemanha, em 1646. Suas contribuições estão ligadas à fundação da dinâmica, uma área da mecânica. Suas disputas com Newton diziam respeito ao cálculo infinitesimal, em que Leibniz dizia possuir primazia (FEM UNICAMP, s. d.).

¹⁸ Samuel Clarke (1675-1729), de acordo com Brandão (2018, p. 1), nasceu em Norwich, na Inglaterra, em 1675. Ele era amigo próximo de Newton e defendia a chamada metafísica Newtoniana, da qual também fora um dos elaboradores. Em sua correspondência com Leibniz, Clarke defendeu a física e a metafísica newtonianas contra “(...) o que pensa ser o perigo da filosofia moderna - perigo este presente, sobretudo, na concepção leibniziana de um Deus determinado (...)” (BRANDÃO, 2018, p. 1).

do homem com o meio ambiente -, a partir do começo do século XX, sociólogos também investiram esforços nas pesquisas sobre as espacialidades e relações sociais, trazendo à tona pesquisas sobre o espaço urbano das grandes cidades repletas de pessoas, onde a desigualdade e as diferenças estariam expostas. Durante o século XX, e até as duas Guerras Mundiais, uma série de problemas sociais surgiram, em que as metrópoles e cidades eram – e continuam a ser – seus maiores locais de manifestação.

A exemplo disto, temos Georg Simmel, que escreveu vários ensaios e reflexões sobre as cidades entre o final do século XIX e o começo do século XX. Em um de seus textos mais lembrados, “As Grandes Cidades e a Vida do Espírito”, de 1903, Simmel (2005, p. 578) chamou a atenção sobre como o espaço urbano, mais especificamente as cidades, sempre foram locais da economia monetária, onde

todas as relações de ânimo entre as pessoas fundamentam-se nas suas individualidades, enquanto que as relações de entendimento contam os homens como números, como elementos em si indiferentes, que só possuem um interesse de acordo com suas capacidades consideráveis objetivamente — assim como o habitante da cidade grande conta com seus fornecedores e fregueses, seus criados e mesmo freqüentemente com as pessoas de seu trato de dever social, em contraposição ao caráter do círculo menor, onde o conhecimento inevitável das individualidades cria também inevitavelmente uma coloração plena de ânimo do comportamento, um estar para além da mera consideração das capacidades e compensações (SIMMEL, 2005, p. 579).

A partir deste trecho, o autor esboça uma diferença marcante entre as cidades grandes e as pequenas: as primeiras apresentariam essa individualidade marcante e seriam o local da economia monetária, em que reina o dinheiro; já nas segundas, todos os habitantes se conheceriam e o ritmo cotidiano seria mais lento se comparado com as cidades grandes (SIMMEL, 2005, p. 578 e 582). Esse seria o traço marcante da modernidade, resumida pela famosa metonímia da multidão desamparada, em que muitas pessoas caminham sobre um mesmo espaço urbano, mas não se conhecem, tampouco sabem se irão se encontrar novamente.

Entretanto, talvez o maior texto reflexivo do autor que trate da temática espacial abertamente seja o “Sociologia do Espaço”, finalizado em 1902 e publicado em 1903. Nesse ensaio, Simmel (2013) aborda o espaço numa perspectiva interacional¹⁹, que anos

¹⁹ Segundo Isabelle de Paiva Sanchis (2010), Simmel está preocupado com o indivíduo que, na modernidade, deparou-se com o novo mundo urbano e manifesta diferentes reações devido aos estímulos desse “novo mundo”. O sociólogo alemão se preocupou muito em compreender “(...) formas específicas de *interação* tais como as que constituem a figura do estrangeiro, do metropolitano, do pobre, entre outras. Volta-se também para aspectos das experiências subjetivas delas decorrentes” (SANCHIS, 2010).

mais tarde influenciaria os escritos de Alfred Schütz (1899-1959)²⁰ a respeito do estranho, e de Erving Goffman (1922-1982)²¹ a respeito da comunicação não verbal (FREHSE, 2013, p. 70, 72). Segundo Simmel (2013, p. 75), impérios e seres humanos não podem existir caso o espaço seja retirado de cena, pois é ele quem torna os indivíduos próximos ou distantes uns dos outros. O sociólogo alemão, ao afirmar isto, demonstrou ter sido influenciado por Immanuel Kant (1724-1804), filósofo que definiu o espaço como uma possibilidade de “se estar junto”. Quando ocorre interação entre os indivíduos a partir da chamada sociação²², várias formas de se “estar junto” surgem, e, para investigar isso, Simmel (2013, p. 76) propôs examinar as condições espaciais que uma sociação possui.

A primeira delas seria a chamada “exclusividade do espaço”, referente à existência de um único espaço geral do qual vários outros espaços individuais seriam parte, sendo esses singulares, praticamente sem analogia com qualquer outro. Conforme disse Simmel (2013, p. 76): “cada um ocupa uma outra parte espacial, e essas não podem jamais coincidir, é que se trata de várias, embora sua composição seja absolutamente unitária”. Dentro dessa unicidade espacial, vários objetos poderiam existir, preenchendo o espaço e ligados à unicidade dele. O autor cita o exemplo disso ocorrer com o chão e a terra, essenciais para o preenchimento tridimensional do espaço segundo nossos interesses (SIMMEL, 2013, p. 76-77).

Ao se tornar solidária ou estar fundida com uma extensão de terra, uma formação social teria caráter de unicidade ou exclusividade, inexistente de outra forma. Nesse caso, “(...) certos tipos de associação²³ só conseguem realizar sua forma sociológica integral da seguinte maneira: dentro da zona espacial que preenche uma das configurações de tais tipos de associação, não há lugar para uma segunda configuração”. Tal exemplo de associação corresponderia unicamente ao Estado, um conjunto agremiado de pessoas que

²⁰ De acordo com Polianne Merie Espindola (2012), Alfred Schütz pode ser considerado um filósofo e sociólogo da fenomenologia, dedicado a escrever obras sobre metodologia nas Ciências Sociais e sobre as filosofias Max Weber e de Edmund Husserl, fundador da fenomenologia. Para Alfred Schütz, os estranhos – os estrangeiros –, “(...) sentem um choque quanto à forma de pensar, que é inadequada fora do seu agrupamento (...)” (ESPINDOLA, 2012, p. 163).

²¹ Conforme afirmou Claudemar Alves Fernandes (2000, p. 104), para Erving Goffman, ao analisar uma interação, deve-se levar em conta também os gestos das pessoas: os olhares, a postura e todos os materiais comportamentais. Há, então, uma análise linguística da linguagem verbal e não-verbal.

²² Para Simmel, conforme afirmou Sanchis (2010), a sociação seria a forma mais pura de interação entre os indivíduos. Para que ela ocorra, é preciso que haja interação de no mínimo duas pessoas, chamada de diáde, representante básica da sociação. “O processo fundamental de constituição da sociedade é então a sociação, formada pelos impulsos dos indivíduos, ou por motivos, interesses e objetivos (...)” (SANCHIS, 2010).

²³ Diferente da sociação, a “associação” para Simmel, segundo Santos Filho (s. d., p. 4, 5), existe depois de formada a sociedade, sendo esta uma “unidade objetiva das consciências subjetivas, como a síntese de todos com todos”. Dessa forma, a Sociologia de Simmel é de caráter interacionista das diversas formas de associação, a partir de uma “interpretação dialética das formas e dos conteúdos”.

tudo domina. A associação gerada entre os indivíduos por meio do Estado, vinculado por sua vez ao território, impossibilitaria a formação de um segundo Estado. Já outras associações, compostas por qualquer contingente populacional que ocupem o mesmo perímetro, sendo completamente permeáveis, também podem apresentar “coalisões espaciais” mesmo não possuindo relações internas com o espaço (SIMMEL, 2013, p. 77).

A próxima qualidade do espaço mencionada pelo autor diz respeito às interações sociais e sobre como o meio espacial pode ser separado: ao se utilizar certa porção de terra, ela poderia ser separada em pedaços, representados também em unidades emolduradas em limites. De acordo com Simmel (2013, p. 79), isso fica nítido quando se percebe “o espaço que um grupo social preenche em algum sentido, como uma unidade que tanto quanto exprime e sustenta a unidade desse grupo é por ela sustentado”. Os limites, por sua vez, seriam fatos sociológicos com formas espaciais assumidas.

Ao longo do texto, o sociólogo alemão, em suas análises ensaísticas sobre o espaço, bem como de suas condições sociológicas, exemplifica as “qualidades espaciais” de um nível macro para um micro, deixando nítida a sua mudança de eixo para uma microsociologia, chegando a ilustrar a proximidade e a distância entre as pessoas (nível micro) como mais uma dessas qualidades que o espaço pode assumir.

Simmel (2013) afirmou sobre a existência de, nas cidades grandes, haver muita indiferença em relação ao vizinho espacialmente próximo devido ao fato de isso ser mera medida de proteção contra o desgaste anímico. Entretanto, nem para todos os grupos sociais isso foi uma realidade, pois na cidade de Alexandria antiga, judeus teriam habitado dois dos cinco bairros da cidade a fim de se protegerem contra conflitos de vizinhos. Seria importante para as minorias estarem dispersas ou juntas dentro de um espaço onde grupos maiores coabitam (SIMMEL, 2013, p. 90, 93).

Para confirmar isto, Simmel também trouxe esse exemplo do povo judeu ao expor como a forma de distribuição desse grupo contribuiu para sua defesa diante de outros grupos maiores:

O modo de distribuição espacial dos judeus fez uso de ambas as vias, para proveito deles. Como a diáspora os dispersou pelo mundo cultural inteiro, nenhuma perseguição foi capaz de atingir todas as suas divisões, e, para quem a vida se tornou impossível em um ponto, sempre houve outro de adesão, proteção e apoio. Por outro lado, devido ao fato de que, nos respectivos lugares, eles viviam ou no gueto ou, de resto, na maioria das vezes em total vizinhança, também gozavam das vantagens e forças que a coligação compacta, sem vácuos, desenvolve em prol de sua defesa (SIMMEL, 2013, p. 96).

Por meio deste aporte teórico discutido por geógrafos e adotado por sociólogos como Simmel (2013), podemos ter uma visão mais detalhada de como o espaço é polissêmico conceitualmente, expressão dos grupos que o tomaram para habitação, e, além disso, é capaz de abrigar cidades e locais específicos que possuem história e significados simbólicos para seus habitantes. Estes, quando se estabelecem pela primeira vez no espaço urbano ou chegam como estrangeiros, são capazes de criar diversas formas de amparo e sobrevivência dentro da nova sociedade. Em vista desta discussão, o próximo tópico apresentará a relação da primeira geração da Escola de Chicago com o espaço urbano, em específico das grandes cidades, pois as imigrações e a questão racial ganharam grandes contribuições a partir dos diferentes pesquisadores destes grupos de intelectuais estadunidenses, os quais vivenciaram também um espaço caracterizado por diferentes grupos étnicos e raciais, sede de sua Universidade e de suas pesquisas.

1.2. A Sociologia Urbana inicial da Escola de Chicago e o espaço da cidade

Conforme afirmou Markus Schroer (2008, p. 131 *apud* FREHSE, 2013, p. 70), na Sociologia, durante muito tempo, o espaço foi mencionado e descrito tanto nas análises, quanto nas pesquisas de forma implícita, no tocante às suas diversas categorias. Poucas vezes os autores têm se referido a ele de forma direta, sendo a partir das duas décadas finais do século XX que esse conceito adquiriu maior relevância e consideração nas análises sociológicas.

De acordo com Sofia Santos (2014), a teoria social e, mais especificamente, a Sociologia passaram a incluir o espaço – mesmo que de forma implícita – em suas pesquisas a partir da Escola de Chicago²⁴, influenciadora não apenas de sociólogos, mas também de antropólogos, geógrafos e psicólogos sociais. Durante as décadas de 1920 e 1930, uma série de estudos buscou compreender as interações sociais no espaço urbano da cidade de Chicago. A partir desses estudos, houve a criação de uma Escola de Ecologia Humana²⁵, devido à maneira dos pesquisadores de “(...) transpor perspectivas das ciências naturais para a leitura das realidades sociais” (SANTOS, 2014, p. 1).

²⁴ De acordo com Coulon (1995, p. 7), a Escola de Chicago pode ser descrita como sendo um conjunto de trabalhos sociológicos realizados entre 1915 e 1940 por professores e estudantes da Universidade de Chicago. A Sociologia dessa escola é caracterizada pela implantação da pesquisa empírica, bem como por ter impactado a sociedade a partir dessas pesquisas, empenhadas em produzir algo útil para a solução de problemas sociais concretos.

²⁵ De acordo com Negri (2008, p. 132), dentro da Escola de Chicago houve a formação de uma Escola de Ecologia Humana, ainda no início do século XX. Os pesquisadores dessa escola tinham como base o

O espaço vinculado ao urbano assumiu, portanto, papel essencial nos trabalhos de sociólogos dos Estados Unidos. De acordo com Alain Coulon (1995, p. 8, 11), a Escola de Chicago é marcada por uma Sociologia Urbana interessada em estudar os problemas pelos quais a cidade de Chicago – e parte significativa das grandes cidades estadunidenses – passava, dos quais podem-se citar a imigração em massa e a problemática sobre a assimilação de imigrantes estrangeiros que se estabeleciam massivamente na, então, pequena cidade. Durante a segunda metade do século XIX, Chicago cresceu drasticamente, pois imigrantes rurais da região de Middle West²⁶ e estrangeiros como alemães, escandinavos, irlandeses, italianos, poloneses, checos e judeus chegaram a ela, que passou a contar com uma população aproximada de 1 milhão e 100 mil pessoas em 1890 (EUFRASIO, 2013, p. 26).

Além disso, Chicago se tornou uma grande cidade industrial, onde o Capitalismo se desenvolveu e desencadeou vários movimentos sociais ainda no final do século XIX. Com todo esse “laboratório a céu aberto” de fenômenos sociais, surgiu a Universidade de Chicago, responsável por grande parte das pesquisas iniciais que envolviam as relações sociais e o espaço, em especial o urbano (COULON, 1995, p. 12). A maioria dos pesquisadores interessados nessa temática elencaram a espacialidade em seus estudos a partir de:

(...) tentativas de esquematização de organização ou evolução do espaço urbano (modelos de Burgess, Hoyt, Harris e Ullman, entre outros), de dissertações sobre cultura urbana (Simmel, Wirth), ou de leituras etnográficas da cidade de Chicago, em particular de espaços marginais onde residia população desfavorecida (SANTOS, 2014, p. 2).

Devido ao perfil populacional diferenciado a partir das migrações internas e estrangeiras, questões raciais e étnicas ganharam destaque para o caso norte-americano nos estudos sobre as desigualdades sociais atreladas ao espaço urbano, enquanto no Reino Unido a classe social ocupou papel central à sociologia urbana por suas questões históricas diferenciadas do continente americano (SANTOS, 2014, p. 2). Tais migrações internas e externas na cidade de Chicago teriam favorecido a ideologia do *mellting pot*, em que características heterogêneas e conflitivas se fundiriam para a gênese de uma nova sociedade, o que, por sua vez, também caracterizou a Sociologia dos Estados Unidos, a

Darwinismo Social para suas análises sobre o espaço urbano, a partir de uma perspectiva positivista do mundo real.

²⁶ Região centro-oeste dos EUA formada pelos estados de Dakota do Norte, Dakota do Sul, Illinois, Indiana, Iowa, Kansas, Michigan, Minnesota, Missouri, Nebraska, Ohio e Wisconsin.

qual, além de ter o viés ecológico, era direcionada principalmente para o: “(...) estudo da distribuição das zonas de trabalho e residência, distribuição de serviços, estrutura dos lugares públicos e privados e na profusão de doenças”. (VIANA, 2015, p. 168).

A respeito da Escola de Chicago, podemos definir suas primeiras investigações sociológicas a partir de Albion W. Small (1854-1926), o fundador do primeiro departamento de Sociologia e Antropologia da instituição. Entretanto, se não fosse seu contato com a Sociologia europeia, principalmente a alemã²⁷, talvez os estudos urbanos não teriam sido concretizados da forma como são conhecidos hoje (COULON, 1995, p. 14-15). Vale a pena ressaltar que, apesar de ser tratada como uma “entidade unificada”, a Escola de Chicago abarcou uma série de vertentes teóricas e epistemológicas diversas, sendo possível classificá-las como “escolas” de Chicago de Filosofia, de Ciência Política, de Economia, dentre outras, segundo Eufrazio (2013, p. 35-36).

Se nos voltarmos para a primeira geração da Escola de Chicago sociológica, temos os trabalhos de Robert Ezra Park (1984), Ernest Watson Burgess (1984) e Louis Wirth (1956), os quais se debruçaram ainda mais sobre os estudos urbanos espaciais ligados às características étnicas, raciais e econômicas da população. Silvio M. Negri (2008, p. 132) afirmou que, para os estudiosos da Escola de Chicago, a cidade se portava como um organismo vivo, possuía uma história de vida em que muitos indivíduos estariam reunidos em competição, e aquele que se adaptasse melhor às formas de vida urbana seria capaz de habitar as melhores regiões do espaço urbano, caracterizando a chamada Ecologia Humana.

Para os estudiosos de Chicago, conforme disse Eduardo Viana (2015, p. 167), o surgimento de delitos estaria diretamente conectado com um “conglomerado urbano”, o qual era desordenado e radical, favorecendo “(...) a decomposição da solidariedade das estruturas sociais”, e uma das principais teses dos estudiosos seria a existência de certos espaços em que haveria zonas de delinquência, ou “(...) espaços geográficos com determinadas características que, em tese, não só explicariam o crime como também a sua própria distribuição nestas áreas.” (VIANA, 2015, p. 168). Logo, essas formas heterogêneas no espaço urbano chamaram a atenção dos pesquisadores, os quais passaram a analisar sua população e características enquanto habitantes de determinadas zonas.

²⁷ De acordo com Coulon (1995, p. 14), ainda no final do século XIX, depois de terminar seus estudos em Teologia, Small foi estudar em Berlim, onde teve contato com Georg Simmel, sociólogo que influenciou a sociologia europeia.

A cidade surge como um dos interesses dos pesquisadores por Charles Henderson e Charles Zueblin²⁸, sendo possível afirmar, de acordo com Bulmer (1984, p. 25 *apud* EUFRASIO, 2013, p. 37), um envolvimento social da Escola com relação à sociedade, o qual marcaria o início dos estudos urbanos da Escola de Chicago que, por sua vez, seriam diferenciados em relação aos de Nova York e Boston. É válido ressaltar o fato de Henderson ter estimulado a curiosidade de pesquisadores mais jovens como Thomas e Burgess, posteriormente.

Para Mike Savage e Alan Warde (1993, p. 9), a publicação conjunta de Park²⁹ e Burgess, “*The City: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*”³⁰, deixa uma exaustiva agenda de pesquisa a respeito de grande parte dos “problemas” urbanos existentes na dimensão histórica, os quais ainda são estudados na atualidade. Em seu estudo, Park (1984, p. 1-2) traz definições acerca do que seria a cidade, sendo esta não apenas mero mecanismo físico e com construções artificiais. Por ser um produto da natureza humana, em uma perspectiva eurocêntrica e determinista, a cidade seria o local do homem civilizado, em contraposição ao local do camponês “rudimentar”, representado pelo solo. Desse ponto de vista, muitos estudos geográficos e ecológicos têm sido feitos a respeito da cidade, a qual assume também o papel de ser a representação de uma organização econômica baseada na divisão do trabalho.

Em virtude disto, para Park, conforme discutiu EufRASIO (2013, p. 49-50), a cidade não seria apenas o conjunto de uma entidade coletiva, pois se tornou um mecanismo psicofísico em que há junção de interesses privados e políticos. Logo, ela seria uma produção não intencional resultante do trabalho de muitas gerações de pessoas ao longo do tempo. Tudo seria parte da cidade: seus elementos físicos, manifestações espirituais, e a ordem moral, os quais são elementos que resultam em um processo. Tanto a organização física, quanto a moral presentes na cidade, interagiriam de forma mútua, se moldando e modificando uma à outra. A primeira estaria ligada às necessidades da população, a qual, após ser formada, seria imposta a eles, agindo como um fato externo

²⁸ Charles Henderson (1848-1915) foi ministro batista e ativista do movimento por uma reforma social nas décadas de 1870 e 1880. Na universidade, em Chicago, exercia a atividade de capelão, de professor e pesquisador. Seus escritos e ensinamentos eram sobre organizações de caridade, problemas trabalhistas, classes delinquentes, dentre outros. Charles Zueblin (1866-1924), foi professor no Departamento de Extensão da universidade, tendo seus interesses sido direcionados para pesquisas sobre reforma das comunidades, não sendo a rigor um sociólogo.

²⁹ Park foi influenciado a ser sociólogo por Thomas, enquanto suas teorias foram marcadas por Simmel, no tocante à relação entre teoria sociológica e pesquisa empírica (EUFRASIO, 2013, p. 40).

³⁰ Em tradução livre: “A Cidade: Sugestões para Investigação do Comportamento Humano no Ambiente Urbano”.

bruto, os transformando segundo intenções e interesses que são incorporados (EUFRASIO, 2013, p. 49-50).

Toda a estrutura física de uma determinada cidade pode apresentar formas geométricas para Park, sendo discutido o modelo de tabuleiro de xadrez das cidades estadunidenses e o quarteirão como unidade de distância, impactados por modificações - sejam elas intencionalmente induzidas ou não -, marcadas pelo “caráter de instituição da cidade”. Ou seja, por mais que edifícios sejam construídos em determinadas áreas, de forma organizada e ordenada, “os processos inevitáveis da natureza humana” seriam os responsáveis por operar “(...) continuamente para dar um caráter difícil de controlar essas regiões e a esses edifícios.” Além disso, por existir a propriedade individual em um sistema desses, seria inviável determinar certas concentrações populacionais em todas as áreas (EUFRASIO, 2013, p. 51).

Destarte, para Park, as empresas privadas controlariam até aonde algum limite da cidade iria, além de gerarem interferências na criação de distritos industriais e residenciais, segregando e classificando a população (EUFRASIO, 2013, p. 51). Consequentemente, podemos notar como a questão da terra se apresentava, em que as populações foram classificadas a partir de gostos pessoais, conveniências e interesses econômicos capazes de as segregarem (PARK, 1984, p. 5). No tocante à distribuição e organização da população, de acordo com Savage e Warde (1993, p. 9), existiria o modelo de forma urbana, proposto por Burgess (1984), sendo baseado nos padrões de uso da terra em Chicago de 1920. A partir deste modelo, o autor tentou delinear os padrões básicos de segregação nas cidades modernas.

No tocante à segregação, de acordo com Park (1984), ela seria uma divisão de vários indivíduos de uma população nas grandes cidades em que, em um primeiro momento, realizar-se-ia a partir da língua e da cultura, e, depois, a partir da raça. Exemplificando: em certas ocasiões, o imigrante estrangeiro irá optar por morar próximo de seus conterrâneos, parentes ou amigos, devido às questões étnicas, morais ou culturais. Por ser caracterizada de uma certa organização espacial, de acordo com Eufrazio (2013, p. 52), Park entendia a cidade como sendo um “conjunto de áreas ou setores”, divididos por atributos comerciais ou industriais, os quais teriam em seu interior o elemento social espacial chamado “vizinhança”, a qual “(...) é a forma mais simples e elementar de associação da organização da vida urbana (...) [existindo] sem organização formal.” (EUFRASIO, 2013, p. 52). Dentro destas vizinhanças, indivíduos de uma mesma cor ou etnia poderiam viver juntos ou mesmo em grupos isolados, unindo interesses de classe e

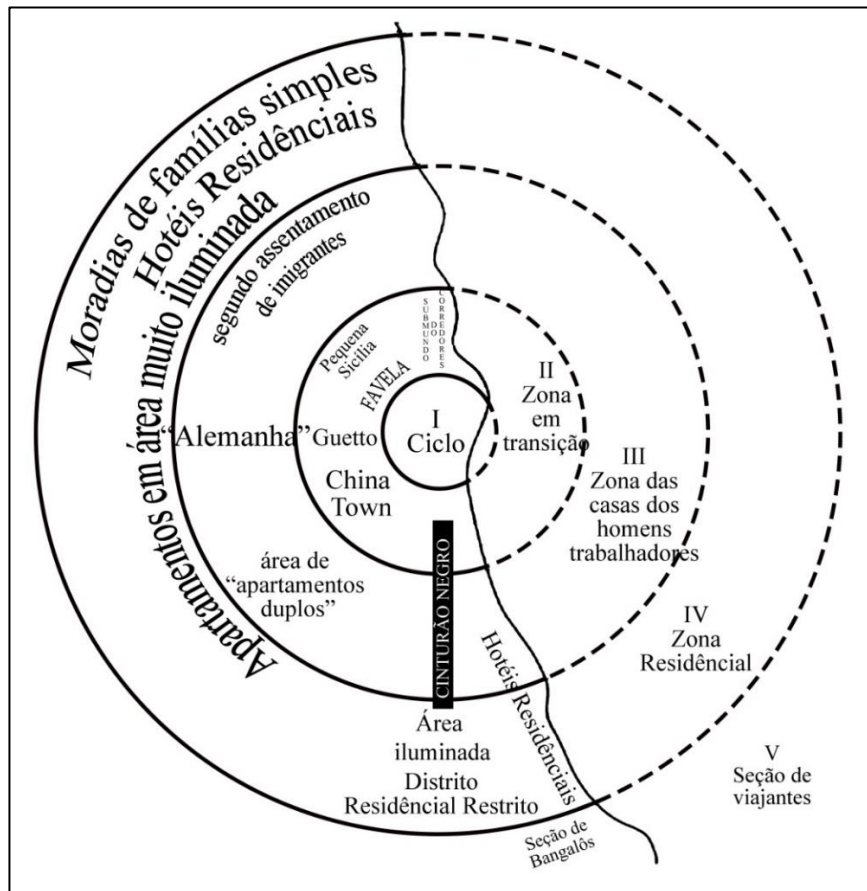
antagonismos de caráter racial. Vale ressaltar que isso seria a realidade das grandes cidades, em que haveria colônias raciais e até mesmo distritos segregados.

Tanto Park (1984), Burgess (1984), e Wirth (1956), ao discutirem a questão das segregações no espaço urbano, teriam identificado dois modelos principais: a “voluntária” e a “involuntária” – caracterizadas, como seus próprios nomes indicam –, sendo a primeira gerada pelo fato de um indivíduo habitar um determinado local por conta própria, e a segunda resultado de forças externas que obrigavam um indivíduo a se alocar em um espaço contra sua vontade (NEGRI, 2008, p. 132-133).

Para a cidade de Chicago, Burgess (1984) definiu uma zona de modelo concêntrico a partir de um tipo ideal, representando o crescimento urbano. De acordo com Eufrasio (2013, p.79), este autor, em um primeiro momento, apresenta a cidade como um todo em expansão, onde ocorrem invasões, sucessões, contrações, concentrações e descentralizações. Em um segundo momento, suas formulações dizem respeito sobre como as expansões afetariam o metabolismo urbano, sendo possível “(...) caracterizar a mobilidade como uma medida quantificável ou indicador da expansão e do metabolismo urbanos” (EUFRASIO, 2013, p. 79). Burgess (1984) postulou a existência de um Distrito Central de negócios e, distante dele, uma zona urbana em decadência, a qual teria sido invadida pelos negócios e pelas indústrias. Isso teria tornado essa região menos atrativa para a população residente que, quando conseguiu recursos, mudou para perto das casas de trabalhadores, sendo essas associadas aos subúrbios, onde as classes médias predominavam.

Evidentemente, as afirmações de Burgess (1984) representam uma análise ecológica da cidade, uma vez que com essas sucessivas ondas de “invasões” geradas pela expansão da cidade, as pessoas seriam alocadas em outras áreas, onde haveria competições entre os grupos que acabaram de chegar e os que lá já estavam (SAVAGE E WARDE, 1993, p.10-11).

Figura 1 - Modelo concêntrico de Ernest Burgess



Fonte: Savage e Warde (1993, p. 10).

Como se pode notar na figura 1, Burgess (1984) ilustrou, em seu modelo concêntrico, como a cidade seria diferenciada internamente por diferentes tipos de moradias, grupos étnicos e raciais, regiões iluminadas e mesmo “zonas de transição”. Próximo ao “ciclo I”, no centro das circunferências, parece haver forte concentração de grupos étnicos, como os chineses em China Town e os Sicilianos na “Pequena Sicília”. Outras regiões que chamam bastante a atenção são aquelas onde há concentração de alemães e – aparentemente – da população negra, que chegam a atingir a “segunda camada” onde estão os guetos, China Town e as favelas. Esse modelo, apesar de estar atrelado à Ecologia Humana, em que diferentes grupos sociais competem entre si no espaço, auxilia na discussão e esquematização para estudo de diversas cidades.

Outro trabalho importante para a compreensão das diferenças sociais atreladas ao espaço urbano na Escola de Chicago, é o de Louis Wirth (1956), chamado “The Ghetto”³¹.

³¹ Em tradução livre, “O Gueto”. Segundo Marcuse (2004, p. 24), pode ser definido como “uma área de concentração espacial adotada pelas forças dominantes na sociedade para separar ou limitar um

Esse estudo foi uma sugestão de Burgess à Wirth (1956), o qual, anteriormente, estava apenas interessado em realizar pesquisas acerca da área geográfica. Entretanto, ao se deparar com a questão espacial, o autor notou uma outra dimensão “psicológica” das pessoas: a cultura de um grupo em específico poderia reagir acima das características de um determinado povo, e, de forma inversa, as mutações de um determinado lugar numa cultura poderiam ser resultado das mudanças de experiência de um povo.

Para compreender como um grupo “reagiria” frente às características de um povo, Wirth (1956, p. 1-2) iniciou seus estudos sobre os judeus após a grande Diáspora com a invasão do Império Romano na região da Palestina³². Após esse acontecimento histórico, a trajetória dos judeus poderia ser descrita como a “história dos guetos”, devido ao fato de esse grupo étnico ter se diferenciado do restante da população presente nos países em que foram forçados a se estabelecerem.

De acordo com Wirth (1956, p. 2-3): “portanto, historicamente, o gueto traça ancestralidade para com a instituição europeia urbana medieval pelos meios nos quais os judeus estavam segregados do resto da população”. Como exemplo disso, é possível citar alguns bairros em cidades da Europa, marcados por serem majoritariamente judaicos: *Judenviertel* na Alemanha, Judiaria em Portugal, *Juiverie* na França, e assim por diante. Já na modernidade, os guetos seriam uma forma de lidar com a minoria divergente dentro de uma grande população. Ao mesmo tempo, foram também uma forma de tolerância a partir da qual um *modus vivendi* é estabelecido entre grupos que estão em conflito um com o outro em seus problemas fundamentais (WIRTH, 1956, p. 4-5).

Os guetos, do ponto de vista administrativo, como disse Wirth (1956, p. 11-27), também podem ser considerados instrumentos de controle para impedir que determinado grupo acesse um local onde a maioria da população está localizada e tenha um intercâmbio cultural com esta, a exemplo de como os judeus foram impedidos de terem contato com a população europeia, devido ao fato de não serem cristãos. Vale a pena ressaltar também que esse grupo étnico era, acima de tudo, estrangeiro. Durante muito tempo da era cristã na Europa, foram um grupo tolerável, mas não “ideal”. A situação se agravou com a incursão das Cruzadas, pois foram acompanhadas de grande

determinado grupo populacional, autodefinido por etnicidade, religião (...)”. Entretanto, o mesmo grupo pode também se congreguar em determinado lugar para se proteger ou mesmo manter seu desenvolvimento econômico, social ou cultural (MARCUSE, 2004, p. 24).

³² De acordo com Ênio Aloisio Fonda (1969, p. 40), as primeiras notícias sobre a Diáspora Judaica aparecem depois do ano de 63 a. C., quando o então imperador romano Pompeu tomou Jerusalém. Com esse acontecimento, a população judaica emigrou massivamente para várias regiões, caracterizando uma grande diáspora (dispersão) desse povo pelo mundo.

movimentação dentro de muitos países europeus e fizeram a população se tornar consciente dos estrangeiros em seu meio. De fato, os judeus não estavam definitivamente fixados em um local. Entretanto, apesar de serem estrangeiros, viviam intimamente com seus vizinhos (WIRTH, 1956, p. 16).

Ainda de acordo com Wirth (1956, p. 18-19), muito antes de serem segregados – seja pela igreja ou por leis do Estado – em áreas separadas do restante da população europeia, o povo judeu, em um primeiro momento, decidiu se estabelecer em guetos voluntariamente para preservar sua cultura e a transmitir a seus descendentes. Logo, a partir desse exemplo, pode-se notar que estar separado do restante da maioria da população era uma garantia de preservar costumes religiosos e culturais de uma forma geral, não sendo necessariamente algo imposto pela sociedade.

Segundo Edmond Préteceille (2004, p. 12), a partir desses estudos da Escola de Chicago de Robert Park, Ernest Burgess e Louis Wirth, a questão da segregação de determinados grupos populacionais nas cidades – principalmente nas metrópoles – chamou a atenção de outros pesquisadores, os quais expandiram a análise, deixando de lado determinismos e concepções eurocêntricas presentes na Escola de Chicago.

Conforme elucidaram Savage e Warde (1993, p. 63-65), a desigualdade social é algo inerente às sociedades capitalistas. No tocante à questão da terra, esta seria um recurso escasso, gerando uma série de desigualdades visíveis no espaço urbano: os subúrbios, os guetos e enclaves gentrificados seriam, então, expressões por meio da segregação, da desigualdade.

Na cidade capitalista, a terra está ligada à propriedade privada, em que cada porção sua pode ter um valor diferente dependendo do tamanho, localização e potencial de uso. Suas finalidades podem ser diversas, atendendo a interesses industriais, residenciais ou mesmo para a construção de estradas. Entretanto, de acordo com Savage e Warde (1993, p. 64), uma sociologia da segregação dos grupos sociais seria de suma importância – em relação a uma sociologia da segregação do uso da terra –, uma vez que as desigualdades sociais podem ser expressas espacialmente. A exemplo disso, seria raro encontrar empresários ao lado de trabalhadores não qualificados.

As segregações não são apenas sinais de divergências entre as classes sociais, pois estas podem conter também padrões étnicos, raciais e mesmo ocupacionais. Nas cidades dos Estados Unidos, as segregações étnicas têm se mostrado mais pronunciadas em relação às de classes sociais. Negros e brancos das cidades estadunidenses, por exemplo, aparentam estar altamente segregados se comparados com os grupos étnico-raciais da

Europa, onde, em vários países, por serem compostos em menor número, localizaram-se em microáreas da região urbana (SAVAGE E WARDE, 1993, p. 66-67).

Vale a pena ressaltar que em São Carlos, uma cidade do interior paulista, parte do Brasil e da América Latina não houve uma segregação de caráter étnico ou racial, porém, ter discutido parte dos estudos da Primeira Escola de Chicago foi necessário para uma melhor compreensão dos conceitos que serão apresentados no tópico a seguir, bem como para possíveis comparações entre a teoria sociológica destes intelectuais de Chicago com as informações discutidas no presente trabalho sobre os grupos étnicos e raciais na espaço urbano de São Carlos. A primeira geração da Escola de Chicago, conforme mencionado anteriormente, trouxe os estudos do espaço da cidade ligados aos diferentes grupos que nela se estabeleciam no começo do século XX, tendo sido fundamental para posteriores estudos com a mesma temática.

1.3. O espaço enquanto expressão de vivências e desigualdades: segregações, diferenciações socioespaciais e integração

Após discutir brevemente a dimensão espacial, mais especificamente o conceito de espaço tanto na Geografia, quanto na Sociologia, é possível observar melhor como a dimensão do “social” se revelaria no espaço, seja de forma diferenciada ou com um viés na integração. Conforme mencionado, segundo Milton Santos (1977), o espaço em si seria a expressão do social, pois nele ocorrem processos históricos, bem como as relações entre os indivíduos. Além disso, essa dimensão física, geográfica e temporal pode revelar diferenças e desigualdades da população de diversas formas – raciais, étnicas, econômicas, ocupacionais, dentre outras –, demonstrando, portanto, as características que envolvem o social.

De acordo com Negri (2008, p. 129-130), quando se pensa o urbano a partir da organização espacial das classes sociais, podem-se identificar vários problemas sociais, políticos ou mesmo ideológicos, como por exemplo: pobreza, miséria, violência, degradação ambiental e social, exclusão, desemprego, falta de moradia, favelização, periferação, segregação, insuficiência de transporte adequado, entre outros. Nesse contexto, a separação entre os diversos grupos habitantes de uma cidade não seria apenas espacial, mas também social, envolvendo renda, ocupação, nível educacional, raça e etnia.

Para Peter Marcuse (2004, p. 24), a segregação (do inglês, “*segregation*”) “é o processo pelo qual uma determinada população é forçada, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida, em um gueto. É o processo de formação e manutenção de um gueto”. Segundo o autor, na história há um padrão para a ocorrência das segregações das classes sociais, o qual pode ser formatado da seguinte forma: a) Divisão cultural; b) Divisão funcional; e c) Divisão por diferença no status hierárquico. Na primeira, os grupos são divididos pela língua que falam, religião, características étnicas, estilo arquitetônico, e por serem estrangeiros. Na segunda, os grupos são divididos a partir da lógica econômica, em que bairros são separados entre si por serem residenciais ou comerciais/industriais, ou mesmo rurais, em virtude de suas funções em cada atividade. Já a terceira pressupõe uma divisão entre os grupos de acordo com as relações de poder em uma cidade. A exemplo disso, podem-se encontrar enclaves fortificados (os condomínios), ou mesmo a distribuição desigual de recursos pelo Estado nas periferias (MARCUSE, 2004, p. 25-27; NEGRI, 2008, p. 131).

Conforme afirmou Henri Lefebvre (2016, p. 55), a cidade e os fenômenos urbanos sempre estiveram conectados

(...) com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto.

Logo, uma cidade impactada por fenômenos sociais, como as migrações de grupos étnicos e raciais diferentes, e pela divisão do trabalho em diversas ocupações, muda, pelo fato da sociedade também ter sofrido modificações provenientes desses fenômenos. Para Lefebvre (2008, p. 157), o urbano pode ser definido como “lugar da expressão dos conflitos”, em que há uma inversão na separação dos lugares, onde desaparece a expressão, predomina o silêncio e onde são estabelecidos os “signos da separação”.

Antes de Lefebvre (2008), Friedrich Engels (2010) já demonstrou como Manchester, uma cidade caracterizada pela força de trabalho operária, havia mudado drasticamente com a Revolução Industrial e a vinda de muitos trabalhadores para lugares específicos em relação ao restante da população anteriormente estabelecida. Muitos desses trabalhadores eram imigrantes irlandeses, observando que “o rápido desenvolvimento da indústria britânica não teria sido possível se a Inglaterra não dispusesse de uma reserva – a numerosa e pobre população da Irlanda”. De acordo com

o autor, praticamente todos os irlandeses se instalaram em áreas industriais, principalmente nas grandes cidades³³, tendo formado a classe mais baixa da população (ENGELS, 2010, p. 131).

De acordo com Negri (2008, p. 131), após a Revolução Industrial, grande parte dos tipos de segregação existentes no espaço urbano ocidental diziam respeito à raça ou etnia. A partir daí, vieram os estudos da Escola de Chicago, descritos no tópico anterior, bem como estudos semelhantes em outras partes do mundo. No Brasil, de acordo com Préteceille (2004, p. 12), a maioria dos trabalhos sobre segregação são referentes às diferenças socioeconômicas, e alguns poucos sobre as diferenças étnico-raciais, dentre os quais se podem citar os trabalhos de Costa Pinto (1953) e de Edward Telles (2003).

Ao pesquisar a população negra existente no Rio de Janeiro, antiga capital do país, Costa Pinto (1953, p. 123) afirmou que a Região Oriental do então Distrito Federal, com cerca de 85% da população, apresentava as áreas mais diferenciadas em relação ao restante da capital nacional. Nesta, os brancos representavam 72,9% em relação ao total, enquanto na Região Ocidental eram 60,02% da população em relação aos outros grupos. Já no Norte e Nordeste da antiga capital, “(...) em cada 100 habitantes, 48,12 são de côr; essa proporção [era] de 23,48 no Sueste-Sudoeste e de 46,63 % no Oeste-Centro-Oeste”. Outro caso interessante mencionado pelo autor foi o do bairro da Gávea, com maior quota proporcional da população preta (19,14%) em relação aos demais bairros. Esse bairro era justamente onde se concentrava um forte núcleo industrial, além de conter grande parte da população proletária moradora das favelas (COSTA PINTO, 1953, p. 123).

Outro estudo que diz respeito a uma espécie de divisão “integradora” entre a população branca – principalmente imigrante – em relação à população negra no Brasil, é o de Florestan Fernandes (2008). Ainda no final do século XIX, o padrão de distribuição étnica da capital São Paulo demonstrava que onde havia grande ocupação do espaço por estrangeiros, havia pouca presença de pessoas negras e vice-versa. Isso poderia ser indício das “desvantagens” no tocante à competição ecológica da população estrangeira com os negros e negras. A exemplo disso, grande parte da população branca era mais numerosa ao Norte e Sul da Sé (88,3%) em contraposição aos negros (5,0%). Mesmo o contingente tendo sido 75,1% de pessoas brancas nos subúrbios da capital paulista, esse era o local de

³³ No começo do século XIX, havia 120 mil irlandeses em Londres, 40 mil em Manchester, 34 mil em Liverpool, 24 mil em Bristol, 40 mil em Glasgow, e 29 mil em Edimburgo. Muitos desses imigrantes, obrigados a trabalhar na indústria britânica, “cresceram quase sem conhecer os benefícios da civilização, habituados desde a infância a privações de toda sorte, brutais, alcoólatras, pouco se importando com o futuro (...)” (ENGELS, 2010, p. 131).

maior concentração da população não branca, a qual contava com cerca de 24,7% de pessoas (incluindo nesse dado negros e pardos) (FERNANDES, 2008, p. 40-41).

Ademais, Fernandes (2008) também se atentou à questão da integração³⁴, a qual diverge do conceito da segregação no espaço urbano, pois não leva em conta o conflito dos indivíduos - uma das questões centrais da Sociologia do conflito³⁵, da qual Karl Marx faz parte (COLLINS, 2009, p. 51) -, pois considera primeiramente a coesão populacional em uma sociedade, se aproximando, assim, da tradição durkheiminiana³⁶ (COLLINS, 2009, p. 159).

De acordo com Duarcides Ferreira Mariosa (2019, p. 184), o conceito de integração não diverge muito de sua concepção literal, que remete à coesividade e homogeneização, sendo características “(...) observadas em sistemas sociais, nas partes que os compõem ou, ainda, nos fenômenos correspondentes, que articulam indivíduos entre si e estes com a sociedade”. Logo, trata-se de interpretar a sociedade em primeiro lugar e “(...) de buscar pelos comportamentos, atitudes, práticas sociais, hábitos coletivos e fenômenos análogos que se especializam nos mecanismos de inserção do indivíduo na sociedade.” (MARIOSA, 2019, p. 184).

Para Fernandes (2008), a relação entre negros, brancos e indígenas seria melhor entendida a partir do prisma da exclusão social durante a passagem do Brasil Colonial (sociedade escravocrata) para a sociedade de classes. A sociedade brasileira abarcaria em toda a sua história momentos com elementos modernos e arcaicos, estando ligada tanto à inclusão, quanto à integração com exclusão e discriminação. Haveria um hibridismo dentro do conceito de integração para o autor, o qual elucidou como ele não teria se dado de forma linear na sociedade brasileira: uma ordem social estável teria se estabelecido, mas com a inclusão de camadas da população de forma hierárquica e marginal. Portanto, haveria no Brasil sistemas integrativos e desintegrativos operando ao mesmo tempo. (MARIOSA, 2019, p. 188-189).

³⁴ Florestan Fernandes teria se embasado nos trabalhos de Émile Durkheim, Talcott Parsons, Karl Mannheim, Robert Merton e Bronislaw Malinowski para definir seu conceito de integração, mas nas teorias sociológicas mais recentes, este termo estaria ligado à David Lockwood e Jurgen Habermas (MARIOSA, 2019, p. 1984).

³⁵ De acordo com Randall Collins (2009, p. 49) a tradição sociológica que dá ênfase ao conflito social leva em conta “(...) indivíduos que tentam impor seus próprios interesses sobre outros, sendo que podem não irromper conflitos abertos nessa luta para obter vantagens.” (COLLINS, 2009, p. 49).

³⁶ De acordo com Collins (2009, p. 157), esta tradição, originada a partir de Émile Durkheim (1858-1917), “(...) enfoca temas como as forças irracionais, a moralidade, o sagrado, o religioso – e declara que tudo isso constitui a essência de tudo o que é social.” (COLLINS, 2009, p. 157).

Os negros teriam presenciado a forma mais difícil de integração no sistema social após a queda do regime escravocrata, pois a eles foi negado o direito de cidadania, impedindo seu ingresso efetivo em uma sociedade de classes (MARIOSIA, 2019, p. 201). Apesar de os trabalhos de Costa Pinto (1953) e Fernandes (2008) não apresentarem informações mais detalhadas a respeito da distribuição dos diversos grupos étnicos e raciais no espaço urbano a partir de representações cartográficas, e ainda serem ligeiramente influenciados pelas teorias da Escola Ecológica de Chicago, eles demonstram indícios quantitativos de como a população do período estava distribuída desigualmente no espaço urbano: onde certos grupos predominavam, outros eram pouco representados e, na maioria dos casos, grupos mais vulneráveis, como a população negra e os estrangeiros, habitavam as regiões mais distantes do centro da cidade, bem como as mais prejudicadas pela falta de infraestrutura.

Já para David Lockwood - autor que também abordou o conceito de integração -, de acordo com Nicos Mouzelis (1998, p. 3-4), a integração social estaria ligada a um conjunto de relações, sejam elas ordenadas ou conflitantes entre os atores. Logo, se olharmos para um determinado sistema social constituído por um pequeno ou grande grupo – alguma organização formal ou uma sociedade ao todo -, veremos que há duas perspectivas distintas, mas complementares entre si. Temos a perspectiva da integração social, a qual está centrada na agência dos atores e sobre como eles se veem e se relacionam entre si. Além dela, também há a integração do sistema, direcionada para as ligações compatíveis ou incompatíveis entre as “partes do sistema social” (MOUZELIS, 1998, p. 3-4).

Se nos voltarmos para alguns exemplos históricos no caso brasileiro, veremos que em muitas ocasiões, grupos de negros, elites e imigrantes estrangeiros chegaram a viver em um mesmo espaço, principalmente a partir de relações laborais estabelecidas entre as partes. De acordo com Maria Helena P. T. Machado e Marília Bueno de Araújo Ariza (2018), muitas mulheres negras se estabeleceram nas cidades com o pós-abolição, e estavam ligadas à ocupações como vendeiras, quitandeiras, amas de leite e amas secas, domésticas, cozinheiras, lavadeiras, dentre outras, frequentemente trabalhando de forma parcial ou total no âmbito doméstico, vivendo de favor nas casas da elite branca que, com a chegada das mulheres imigrantes, preteriu o trabalho das negras.

Além deste caso de “integração” com exclusão, caberia citar o trabalho de Matheus Gato (2018, p. 288) sobre a população negra nos espaços de São Luiz no Maranhão de 1850 a 1888, nos quais havia uma relação entre cor, condição social,

circulação e moradia. A população branca, por exemplo, concentrava-se na Primeira Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, onde havia o mais importante bairro comercial da capital maranhense no início da década de 1870. Havia também caboclos que habitavam parte da Primeira Freguesia próximos ao porto da cidade, onde o acesso às praias com licença para a venda de peixe era permitido. Já a população preta do período, composta em sua maioria por escravizados, também se concentrava na Primeira Freguesia, e alguns poucos na Segunda Freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Os pardos, por sua vez, também estavam concentrados na Segunda Freguesia da cidade, sendo também pouco encontrados – em relação aos brancos e pretos – na Primeira Freguesia (Nossa Senhora da Vitória) e na Terceira Freguesia.

Além dos conceitos de integração e segregação, também temos o de diferenciação socioespacial, o qual também perpassa pela desigualdade³⁷ social expressa no espaço. Conforme discutiu Ana Fani A. Carlos (2007, p. 48, 58), a diferenciação socioespacial distintamente da diferenciação espacial – um dos temas centrais da Geografia – insere “qualidade” do social como essência do próprio conceito. A partir deste, pode-se entender o acesso diferenciado das classes sociais ao espaço urbano: ao assumir a forma de mercadoria, ele gerou uma série de lutas para o acesso igualitário à moradia, pois as normas foram ditadas pelo mercado imobiliário.

José B. da Silva (ano, p. 92) afirmou que, pelo fato de o Brasil ser caracterizado por diferentes contrastes sociais, pobreza e riqueza coexistiram “(...) com as contradições inerentes ao processo de produção e organização do espaço.” (SILVA, ano, p. 92), sendo o acesso, disponibilidade e possibilidade dos espaços públicos restritos. Isso seria suficiente para definir uma diferenciação socioespacial no país, em que diversos grupos sociais com baixo poder de compra procurariam lugares onde o vazio urbano e a pouca presença do Estado favoreceriam sua ocupação.

A cidade e o espaço, como mencionados, são produto do social (SANTOS, 1997; LEFEBVRE, 2016), e conseqüentemente é provável que, com a população de São Carlos alterada e acrescida drasticamente desde o final do século XIX e início do século XX, diversos grupos sociais modificaram o espaço urbano e a cidade, estabelecendo-se e até mesmo formando bairros e regiões específicas, reflexos de suas próprias diferenças raciais, étnicas e econômicas. Porém, antes de definir se a cidade de São Carlos

³⁷ Por desigualdade, cabe mencionar a definição de Charles Tilly (2000, p. 38), em que há uma distribuição desigual de atributos em meio a um conjunto de unidades sociais, tais como os indivíduos, as categorias, os grupos, ou mesmo as regiões.

presenciou alguma espécie de integração ou diferenciação socioespacial em seu espaço urbano, antes, será preciso apresentar o aporte metodológico adotado para construir a presente pesquisa, para depois adentrar nas considerações históricas sobre São Carlos, bem como nos dados obtidos sobre a população das elites, dos negros e dos imigrantes. A partir das informações construídas pelos dados, será possível confrontar e discutir os limites e similaridades da teoria apresentada sobre o espaço, os estudos urbanos da Escola de Chicago e os conceitos de integração e diferenciação socioespacial.

Capítulo 2 - Metodologia

Qualquer pesquisa inserida no debate científico, disse Florestan Fernandes (1967, p. 6-7), passa pelo processo de observação da realidade: diferentemente de apenas “ver” algo, observar, nas ciências sociais, envolve o tratamento analítico dos dados, o que nos “(...) permite passar das imagens sensíveis dos fenômenos para imagens unitárias ou analíticas de suas propriedades e das condições que são produzidos” (FERNANDES, 1967, p. 6). Ou seja, sem a observação não seria possível analisar corretamente os dados, apenas constatando sua existência. Com ela, pode-se reconstruir o objeto de pesquisa empiricamente para conseguir, portanto, entender a realidade inserida no estudo dos fenômenos sociais.

Diferente das outras ciências, as Ciências Sociais, conforme afirmou Fernandes (1967, p. 8) durante o processo de observação, possuem três formas distintas de

(...) operações intelectuais: a) as operações através das quais são acumulados os dados brutos, de cuja análise dependerá o conhecimento objetivo dos fenômenos sociais estudados; b) as operações que permitem identificar e selecionar, nessa massa de dados, os fatos que possuem alguma significação determinável na produção daqueles fenômenos; c) as operações mediante as quais são determinadas, isoladas e coligidas – nesse grupo restrito de fatos – as instâncias empíricas relevantes para a reconstrução dos fenômenos, nas condições em que forem considerados. (FERNANDES, 1967, p. 8-9).

No primeiro grupo de operações descrito por Fernandes (1967), o pesquisador é capaz de agremiar sua documentação de acordo com a pesquisa realizada. Por exemplo: pela presente pesquisa compreender um período histórico específico em São Carlos (1880-1914), as técnicas utilizadas para a aquisição de dados brutos são as mesmas usadas pelos historiadores.

Logo, para adquirir dados e informações para o período histórico em questão, a pesquisa documental torna-se indispensável. De acordo com André Cellard (2008, p. 295), “as capacidades da memória são limitadas”, uma vez que seria impossível alguém conseguir memorizar tudo. Além disso, a memória pode modificar algumas lembranças, ou mesmo esquecer acontecimentos importantes, alterando alguns fatos do passado. Por isso, nessas condições, o documento é insubstituível no tocante à reconstrução do passado distante, “(...) pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios humanos em determinadas épocas. Além disso, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado presente” (CELLARD, 2008, p. 295).

Esta pesquisa, por compreender um período de certa forma longínquo em relação ao presente, somente poderá ser amparada pelos documentos, os quais poderão dar uma visão aproximada a respeito do passado, levando em conta que, de 1880 a 1914 poucas pessoas teriam sobrevivido até a atualidade, deixando apenas seus descendentes, com memórias herdadas, sobre como era São Carlos no final do século XIX e início do século XX.

Por documento, entende-se algo que é vestígio do passado, podendo servir como um testemunho de determinado período. Eles são textos escritos, fotos, filmes, ou qualquer material que tenha captado algo do passado. Os documentos, de uma forma geral, podem ser repartidos em dois grupos: os arquivados e os não arquivados, que também podem ser de domínio público ou privado. Os primeiros geralmente são encontrados em arquivos públicos, organizados segundo critérios rigorosos que podem conter variáveis no tempo. Já os segundos podem pertencer a uma determinada pessoa ou grupo, sendo – em muitos casos – de difícil acesso (CELLARD, 2008, p. 296-298).

Para a presente pesquisa, todos os documentos utilizados são de domínio público e foram encontrados na Fundação Pró-Memória de São Carlos e na Unidade Especial Informação e Memória (UEIM) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Neste caso, vale a pena ressaltar a importância do município de São Carlos possuir dois arquivos bem estruturados – e universidades -, sem os quais o presente trabalho não teria sido concluído. Grande parte dos municípios do interior paulista não abrigam tais arquivos, o que, por sua vez, acaba dificultando – ou mesmo impossibilitando – o trabalho do pesquisador ou da pesquisadora, ao se deparar muitas vezes com uma documentação ou inexistente, ou desordenada, em locais inapropriados ou, ainda, totalmente sob o domínio privado de algum grupo ou pessoa em específico.

Antes de discutir a forma como uma representação de São Carlos no começo do século XX com seus diferentes grupos sociais foi construída, é importante relatar brevemente os documentos que foram utilizados como fontes de dados para a presente pesquisa. Esses foram divididos em duas categorias principais, as quais envolvem características importantes para se chegar a uma resposta para a pergunta de pesquisa a respeito da existência ou não de diferenciações socioespaciais em São Carlos da passagem do século XIX para o XX. A primeira parte da documentação é referente ao fornecimento sobre os dados socioeconômicos dos indivíduos e compreende o censo de 1907 e os livros escritos pelos memorialistas. Já a segunda parte da documentação diz respeito aos dados de localização dos indivíduos do período, que são o livro de cobrança de impostos sobre

indústrias e profissões do ano de 1907, jornais municipais, fotos, certidões de óbito e livros escritos por memorialistas.

Apesar de todos esses documentos terem auxiliado tanto nos dados socioeconômicos, quanto na localização de uma forma geral, essa divisão diz respeito ao fornecimento primordial de dados de cada um deles. Ou seja, o censo de 1907 foi capaz de fornecer mais dados socioeconômicos dos indivíduos – nacionalidade, cor, idade, sexo -, enquanto o Livro de cobrança de Impostos sobre Industriais e Profissões de 1907 deu maior aporte às informações de localização das pessoas, como o número e a rua em que residiam ou que detinham algum estabelecimento comercial. Como será possível ver, eles se complementam, mas o fornecimento de informações foi diferenciado, dependendo de como o documento foi escrito e para que fim ele foi destinado no passado.

2.1. Os documentos com dados socioeconômicos:

O censo de 1907

Parte do acervo da Fundação Pró-Memória de São Carlos e compilado em 8 volumes diferentes, o censo de 1907 foi uma fonte indispensável para se saber qual população o município de São Carlos abrigava, por servir como uma “fotografia estática” da realidade do período. De acordo com Truzzi e Bassanezi (2009, p. 198), muito provavelmente, o censo de 1907 foi realizado para, além de compreender e fazer um levantamento da população,

(...) subsidiar a Câmara Municipal de São Carlos em relação a seu artigo 7º: ‘O número de vereadores de cada município será fixado pelo governo, na proporção de um vereador para dois mil habitantes, não podendo, porém, ser inferior a oito e nem superior a vinte’ (TRUZZI E BASSANEZI, 2009, p. 198).

Portanto, mesmo sendo uma fonte de dados organizada e repleta de informações socioeconômicas, o censo de 1907 serviu também como instrumento para a nomeação de vereadores no município, uma vez que a população foi contabilizada com o número aproximado de 38.642 pessoas. Logo, o número de vereadores poderia aumentar também na cidade, a qual tinha a Câmara composta por 8 deles. Em consequência disso, o intendente foi autorizado a realizar o recenseamento da população, em 4 de fevereiro de

1907, atendendo também aos interesses de uma elite política³⁸ (TRUZZI E BASSANEZI, 2009, p. 198).

Rapidamente, então, o registro populacional foi feito e, apesar de conter algumas falhas, como a maioria dos recenseamentos da época³⁹, a forma como suas informações foram explanadas tornou possível unir seus dados com outros diversos documentos do período, pelo fato de ser nominal, conter a idade das pessoas, sexo, estado civil, profissão, cor e nacionalidade, e se “é proprietário ou não”, ou mesmo se sabe ler ou não. Logo, caso não houvesse a existência de tal censo, muitas características individuais não estariam acessíveis, ou não haveria uma fonte confiável para revelar os dados socioeconômicos da população, mesmo existindo a localização de cada pessoa em outras fontes documentais.

Sobre os recenseamentos, vale a pena ressaltar também as constatações de Michel Foucault (2005) sobre como o Estado se modificou desde o século XVII, estando cada vez mais presente no controle da população, exercendo uma série de políticas coercitivas e “adestradoras”. Foucault (2005) demonstrou que, do século XVII até o XVIII, desenvolveu-se um conjunto de técnicas de poder centradas no corpo individual com procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos – as tecnologias disciplinares do trabalho. Em meados do século XVIII, começaram a se desenvolver outras tecnologias, as quais não necessariamente anularam as anteriores, mas seu foco não era mais corporal e individualizante, e sim massificante. Para esse processo, Foucault (1999) deu o nome de biopolítica:

Conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São estes processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, justamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retomo agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle desta biopolítica. É neste momento, em todo o caso, que lança mão da medição estatística desses fenômenos com as primeiras demografias (FOUCAULT, 1999, p. 290).

Esse fenômeno foi uma espécie de estatização do biológico: o desenvolvimento de mecanismos sutis, racionais, de seguro, de poupança individual, o cuidado, do fazer viver, de produzir a longevidade. Foucault (1999) argumenta que os objetivos que se buscam no fazer viver, tanto da disciplina quanto da regulamentação, são a produção do

³⁸ O censo foi autorizado pela Lei Municipal 126, promulgada também em 04 de fevereiro de 1907.

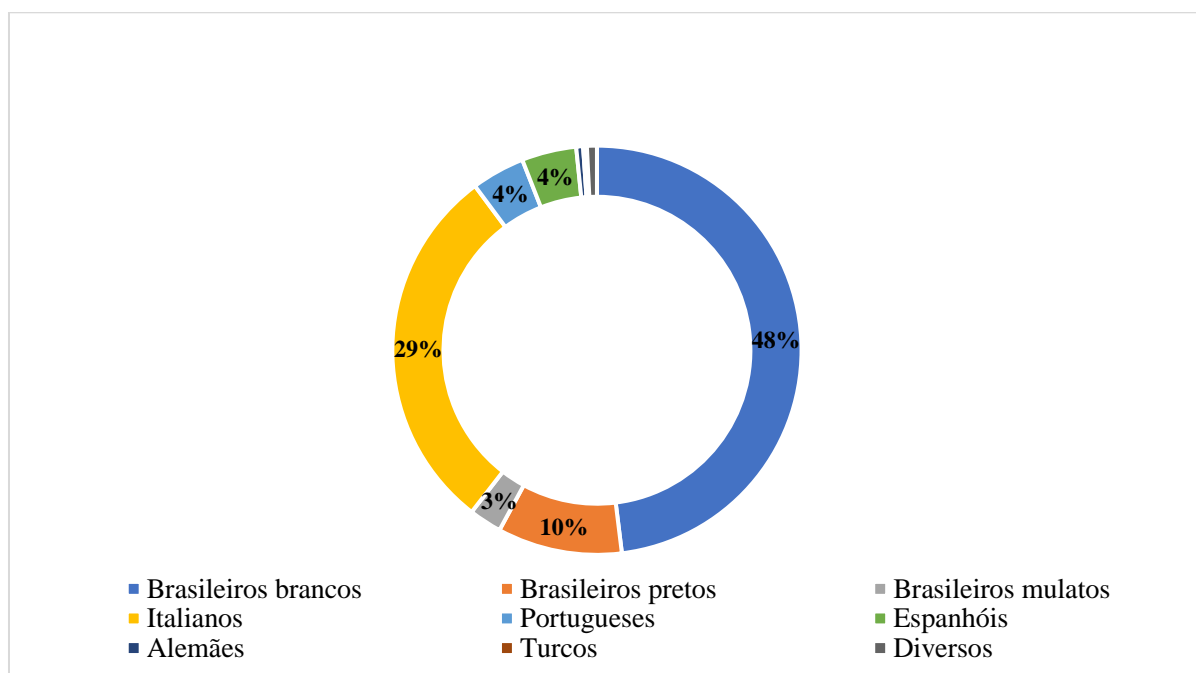
³⁹ Segundo Truzzi e Bassanezi (2009), muito provavelmente a população registrada na época seja menor em relação à população que realmente havia no período.

lucro econômico e a utilidade política. É válido ressaltar que os recenseamentos, nesse caso, assumiram um papel central de controle da população domesticada pelo Estado. Houve “(...) centralização da informação, de normalização do saber, e [aquisição] também [do] aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população” (FOUCAULT, 1999, p. 291).

A biopolítica, apoiada pela ciência, medicina e técnica, produz um regime de verdade. Ou seja, ela diz o jeito certo de viver e morrer. Como aponta Foucault (1999), o poder sempre se exerce colocando-se um saber em prática. A biopolítica, portanto, lida com a população e tem funções tais quais: previsões, estimativas estatísticas, medições globais, intervenções em fenômenos, estímulo à vida, busca do equilíbrio e da média, otimização, maximização das forças - mas não por meio da disciplina, e sim pela regulamentação. De modo geral, a biopolítica torna a população tanto alvo, quanto instrumento nessa relação de poder, permitindo controlá-la por inteiro. Em uma era em que todo o poder deve ser justificado a partir de uma narrativa racional, a biopolítica é usada para dar ênfase à proteção da vida, à regulação dos corpos, à gestão da saúde, higiene, sexualidade, natalidade, economia etc., na medida em que se tornarem preocupações políticas (FOUCAULT, 1999).

Conseqüentemente, o censo de 1907 representa algo muito maior do que um mero levantamento populacional, sendo responsável por fornecer informações úteis à máquina estatal sobre a população de São Carlos. A partir deste censo, pode-se ter uma ideia de como era o município sob ótica de diversas categorias socioeconômicas: quem era nacional, imigrante, negro (brasileiros pretos e brasileiros mulatos) (Gráfico 1), quais suas profissões (ocupações), quantos habitavam a zona urbana, e quem era alfabetizado.

Gráfico 1 - Distribuição da população, por nacionalidade e cor Município de São Carlos – 1907



Fonte: Truzzi e Bassanezi (2009, p. 203).

Como é possível visualizar no Gráfico 1, quase metade da população total (tanto da zona urbana, quanto da rural), 18.568 habitantes, eram brasileiros brancos⁴⁰ (48%). Havia também 11.339 italianos (29%), 3.808 brasileiros pretos (10%), 1.670 espanhóis (4%), 1.631 portugueses (4%), 999 brasileiros mulatos (3%), 209 alemães (0,5%), 304 diversos (0,8%)⁴¹ e, por fim, 114 turcos (0,3%) (TRUZZI E BASSANEZI, 2009, p. 203).

Para apreender a população da época, o próprio censo dividiu o município em áreas rurais e urbanas, as quais também foram consideradas no presente trabalho para se estudar a cidade. Nesse caso, a área rural seria formada por: Ibaté villa, Ibaté fazendas, Jacaré, Monjolinho, Água Quente, Água Fria, Corta Rabicho, Colônia, Lobo, Pinhal, Visconde Rio Claro, Babylonia, Floresta, Canchim, Capão Preto, Água Vermelha, Fortaleza, Cancan, Ararahy, Santa Eudóxia fazendas, Santa Eudóxia, e Subúrbios. Em contraposição a essa área rural – formada por fazendas e pequenos vilarejos no município

⁴⁰ Vale a pena ressaltar que, devido à política de *jus solis*, muitos filhos de imigrantes já eram nacionalizados, tornando-se brasileiros. Isso poderia também ser um indicativo do grande número de brasileiros brancos (TRUZZI E BASSANEZI, 2009, p. 203).

⁴¹ A categoria “diversos”, na qual alguns imigrantes estrangeiros foram classificados no censo, pode se referir a várias nacionalidades de uma vez, como suíços, russos, chineses, franceses, dentre outros que, por provavelmente compreenderem pouquíssimas pessoas, foram enquadrados como “diversos”.

de São Carlos –, ter-se-ia a área urbana, a qual compreendia os bairros: Villa Izabel, Villa Nery, Villa Pureza, Botafogo (Vila Prado), e São Carlos cidade⁴².

Em termos de distribuição rural-urbana, 26,5% dos brasileiros pretos do município habitavam o meio urbano, enquanto esta mesma proporção era de 22,4% para brasileiros mulatos e de 25,5% para brasileiros brancos (TRUZZI E BASSANEZI, 2009, p. 207).

Em relação aos imigrantes, a maioria deles era composta por italianos, que respondiam por praticamente 30% da população total do município. A maioria deles habitava as fazendas como colonos e trabalhava na colheita do café. Entre os estrangeiros, os espanhóis se caracterizavam por serem os menos “urbanos”, compreendendo apenas 12% de seu contingente total – 1.670 pessoas – na cidade, seguidos pelos italianos, com cerca de 15,8% de 11.339 indivíduos, os portugueses com 23,7% de 1.631 pessoas, e praticamente todos os turcos (sírios e libaneses) na zona urbana, sendo esse, entre os imigrantes, o grupo mais “urbanizado”, com mais de 100 pessoas na cidade (TRUZZI E BASSANEZI, 2009, p. 207).

Outra característica interessante para o presente trabalho, discutida por Truzzi e Bassanezi (2009, p. 211), diz respeito às ocupações (registradas como profissões) da população de São Carlos em 1907. Nesse período, a cidade já apresentava uma significativa divisão do trabalho devido à grande diversidade das mais diferentes atividades encontradas. Ao analisar as ocupações de cada indivíduo, foram considerados apenas os que contavam doze anos ou mais, a fim de se corrigir uma distorção sobre crianças com menos de doze anos terem sido registradas com a “profissão” dos pais em alguns casos.

⁴² Mesmo com essas divisões entre a zona rural e a urbana, algumas regiões podem ser consideradas como transitórias entre o rural e urbano, devido ao seu intercâmbio com fazendas e chácaras, além das ocupações exercidas pelas pessoas que nelas moravam.

Tabela 1 - Categorias Ocupacionais com mais de 50 indivíduos (maiores de 12 anos) e residentes no meio urbano, por nacionalidade e cor. Município de São Carlos – 1907

Profissão	Brasileiros				Italianos	Portu- gueses	Espanhóis	Alemães	Turcos	Diversos	Total
	Total	Branco	Pretos	Mulatos							
Negociante	87	82	2	3	190	26	15	4	46	2	370
Camarada	169	57	101	11	120	51	18	1	0	7	366
Lavrador	237	194	30	13	38	35	21	2	0	2	335
Empregado	221	161	52	8	76	32	10	0	1	7	347
Costureira	125	110	11	4	45	10	3	4	0	2	189
Cozinheiro	145	31	105	9	18	0	0	2	0	2	167
Criado	93	40	50	3	25	4	3	1	0	4	130
Lavadeira	97	39	51	7	23	2	3	1	0	0	126
Ferrovário (1)	65	52	11	2	11	37	11	0	0	0	124
Carroceiro (2)	16	7	9	0	68	6	0	0	0	0	90
Sapateiro	18	18	0	0	57	0	0	0	0	3	78
Estudante	60	58	0	2	1	0	0	0	0	0	61
Alfaiate	19	18	0	1	38	1	0	0	0	0	58
Trabalhador	27	19	8	0	28	3	0	0	0	0	58

Fonte: Recenseamento de 1907, São Carlos.

(1) Inclui empregados da Cia. Paulista, empregados de estação, empregados da estrada de ferro, chefes de estação.

(2) Inclui carroceiros.

Fonte: Truzzi e Bassanezi (2009, p. 212).

No meio urbano, alguns grupos étnicos demonstraram estar mais ligados a uma determinada ocupação, como foi o caso dos italianos, em que mais da metade era negociante, sendo também muito numerosos entre os carroceiros, sapateiros, alfaiates (65%) e trabalhadores (48%). Os portugueses, mesmo numericamente pouco expressivos, eram bem representados entre os ferroviários, compondo cerca de 30% do total nessa ocupação. Dos turcos (sírios e libaneses) que habitavam São Carlos, cerca de 46 pessoas das 47 registradas eram negociantes (TRUZZI E BASSANEZI, 2009, p. 211-212).

Já os brasileiros brancos eram maioria entre os lavradores (cerca de 58%) e compunham 40% dos trabalhadores ferroviários, representando também 58 estudantes, do total de 61 registrado no censo. Todavia, esses, no meio urbano, com a ocupação de empregados, eram mais numerosos em relação aos negros, uma vez que compunham 46% de indivíduos nessa atividade, e 56% como costureiras. A população negra, por sua vez, era representada por profissões mais subalternas como cozinheiros (68%), lavadeiras (46%), criados (41%), além de disputarem a ocupação de camaradas com os italianos na área urbana (TRUZZI E BASSANEZI, 2009, p. 211-212).

Conforme explanado, o censo de 1907, além de conter essas informações referentes à raça, à nacionalidade e à ocupação, fornece também mais dados socioeconômicos sobre os indivíduos da primeira década do século XX em São Carlos. Entretanto, a forma como tal recenseamento foi realizado ainda não é muito evidente, tornando difícil sua utilização exclusiva para a reconstrução histórico-espacial da população na cidade.

Segundo Tarcisio R. Botelho (2005, p. 325-326), os primeiros recenseamentos realizados no Brasil tiveram as mesmas orientações e preocupações que a Coroa Portuguesa, uma vez que os funcionários elegidos para realizarem a medição populacional “(...) eram praticamente os mesmos utilizados nos momentos anteriores à Independência, e os capitães de ordenanças e inspetores de quarteirões elaboravam listas locais contendo a discriminação de todos os habitantes residentes em seus distritos”. Após todo o levantamento quantitativo das pessoas, várias listas eram enviadas aos governos centrais das então províncias, que apuravam os resultados e depois os despachavam para a Corte no Rio de Janeiro. Depois algum tempo, todas as listas nominativas eram transformadas em tabelas com resultados organizados da população. No decorrer do Brasil Império, os funcionários de realização do censo foram sendo substituídos “(...) pelos juízes de paz e, a partir de 1841, pelos delegados e subdelegados de polícia” (BOTELHO, 2005, p. 325-326).

Provavelmente, a contagem e posterior condensação dos dados das pessoas em São Carlos seguiu o mesmo padrão, tendo sido realizada por funcionários públicos da região, que enviaram todas as informações ao governo ou Assembleia Legislativa do Estado. A partir das características físicas da documentação, composta por 8 livros pesados e de tamanho considerável, podemos afirmar que os recenseadores registraram a população e suas características em algum rascunho e depois o redigiram novamente na documentação consolidada.

Pelo fato de a distribuição dos recenseados no espaço do município não se apresentar de modo claro no censo de 1907, outros documentos foram utilizados para complementar suas informações, especialmente os que dizem respeito à localização dos indivíduos, pois no censo não há qualquer endereço das pessoas, bem como a partir de qual trecho urbano “começaria” um grupo de pessoas e terminaria outro. Não há indicações precisas sobre a forma como a população foi arrolada (se começaram em uma determinada rua, seguindo-a do começo ao fim, o que parece ser mais provável, ou se procederam por quarteirões, por exemplo). Apenas se sabe que, de forma aproximada, a

população habitante da área considerada urbana estaria presente nos volumes 7 e 8 do censo em relação aos outros 6 volumes anteriores, atinentes à população rural.

2.2. Os documentos com dados de localização

Os jornais, a lista de cobrança de impostos sobre indústrias e profissões de 1907, certidões de óbito e fotografias históricas

Para suprir essa necessidade advinda da falta de informações sobre a localização dos indivíduos registrados em São Carlos no ano de 1907, foram analisados, primeiramente, os jornais. Esses documentos são uma fonte rica de informações em vários aspectos: a partir deles, pode-se estudar a política, a economia e até o cotidiano de uma determinada localidade. A fim de se saber mais sobre onde cada indivíduo morava, foram utilizadas propagandas de comerciantes de São Carlos, além de uma série de listas de cobranças de impostos sobre prédios, água e esgotos, presentes nos jornais. Todos eles continham o endereço das pessoas residentes na cidade no final do século XIX e início do século XX.

Entretanto, houve uma dificuldade para se encontrar jornais que estivessem próximos do ano de 1907 - mesmo ano de realização do recenseamento. Na Fundação Pró-Memória de São Carlos, onde está a maior parte da coleção de jornais históricos do município, há alguns fragmentos do século XIX – de 1890 a 1899 aproximadamente –, sendo que há uma lacuna no começo do século XX, pelos primeiros jornais desse século – presentes no arquivo – serem a partir do ano de 1912. Devido a isso, foram procurados outros jornais que pudessem suprir essa lacuna em relação ao início do século passado.

Na UEIM da UFSCar, foram encontrados também alguns fragmentos do começo do século XX, sendo eles: um jornal de 1903 e uma página de outro do ano de 1906, muito próximos do censo de 1907. Porém, apenas o primeiro apresentava alguns anúncios de comerciantes e seus respectivos endereços, além de um fragmento danificado da lista de cobrança sobre impostos prediais, de água e esgoto.

Os jornais de 1912 do “Correio de São Carlos” apresentaram uma série de listas de cobranças de impostos que auxiliaram a pesquisa em um primeiro momento, entretanto, seria pertinente unir seus dados com o do censo de 1907 cautelosamente em outra pesquisa, pois muitos comerciantes e pessoas pareciam já ter mudado de estabelecimento nesse período em relação ao ano de 1907. Ao comparar as informações contidas nos jornais de 1912, muitos números de domicílio ou de casas comerciais não se

encaixaram com a documentação que foi encontrada próxima ao ano de 1907. Além disso, algumas pessoas tinham mais de um terreno ou casa, que serviam para aluguel, dificultando ainda mais o trabalho de saber onde cada pessoa morava ou tinha propriedade predial. Por causa disso, os pagadores de aluguel eram diluídos, aparecendo apenas seus proprietários. Casos de crianças com posses de terrenos e prédios também apareceram ao longo desta documentação, nos fazendo questionar a exatidão dos dados presentes nas listas de cobranças de impostos sobre água e esgoto.

Logo, outro documento mais próximo da realização do censo foi procurado, tendo sido aconselhada a utilização do livro de impostos sobre indústrias e profissões do ano de 1907. Esse, além de ser referente ao ano do censo, é nominal, possui dados como a “profissão” (ocupação) dos indivíduos – facilitador da união de diferentes informações – , e, mais importante: o endereço de cada pessoa.

O livro de impostos sobre indústrias e profissões de 1907, também encontrado no acervo da Fundação Pró-Memória de São Carlos, apresentou alto grau de comparação e compatibilidade com o censo de 1907, uma vez que, ao unir os dados de ambos, foram encontradas muitas pessoas em um e em outro, se comparado aos jornais. Apesar de muitos dos registros das pessoas serem duplicados, em virtude das anotações de contas de cada um no decorrer do ano, uma quantidade considerável de dados pôde ser unida ao censo de 1907. Além disso, certidões de óbitos de alguns indivíduos que foram encontrados nos livros de cobranças de impostos sobre indústrias e profissões, foram utilizadas por também conterem o endereço dos presentes em 1907 e o complementarem. As fotografias do período, por sua vez, também auxiliaram no processo de entendimento da localização das pessoas, pois retratam fielmente como era a cidade.

Fotografias do começo do século XX são bem numerosas no arquivo da Fundação Pró-Memória de São Carlos, facilitando o processo, tendo sido encontradas durante a pesquisa fotos de armazéns de comerciantes, ruas e diversos prédios, bem como vistas panorâmicas do centro da cidade. Livros de memorialistas como Ary Pinto das Neves (2007a e 2008b) e Octavio Damiano (1955 e 2007) auxiliaram no processo de identificação de parte dos prédios comerciais e residenciais, pois apresentam muitos relatos e crônicas do final do século XIX e início do XX. Vale a pena ressaltar o fato de também serem aproximações, como qualquer outro documento, e terem suas limitações. Neves (2007 e 2008b), por exemplo, em seus dois livros sobre São Carlos, aparenta ser alinhado politicamente à família Arruda Botelho - uma das que compuseram as elites do

município -, criando, muitas vezes, exaltações ufanistas⁴³ em torno dos feitos e realizações deste clã familiar. Tanto ele quanto Damiano (1955 e 2007) frequentemente apresentam, então, uma visão idealizada e literária da cidade, entretanto isso não quer dizer que esta não remeta à realidade vivida por eles e mesmo contada por seus pais e demais anciãos.

Após o encontro com toda essa extensa documentação relatada e sua posterior catalogação, iniciou-se a aplicação dos dados das pessoas com suas características socioeconômicas a partir do censo de 1907 e suas respectivas localizações com o livro de impostos sobre indústrias e profissões do mesmo ano.

Para visualizar como os diferentes grupos socioeconômicos estavam alocados no espaço urbano no começo do século XX, um mapa de 1909 - portanto próximo ao censo de 1907 -, da UEIM, foi utilizado. Entretanto, apenas “inserir” os indivíduos sem critério algum nas diversas ruas da cidade não faria sentido para a presente pesquisa. Logo, antes foi preciso desenhar novamente o mapa de 1909 para, depois, alocar os indivíduos no espaço urbano a partir da ferramenta de geoprocessamento *Quantum GIS*.

2.3. Geoprocessamento: uma tentativa de reconstrução das espacialidades populacionais históricas

A fim de se observar como a população de São Carlos estava configurada no espaço urbano da cidade, foi preciso recorrer a um ramo das geotecnologias, as quais compreendem um aglomerado de tecnologias para coleta, armazenamento, processamento, análise e disponibilização de dados e informações com referência espacial geográfica, conhecido como geoprocessamento.

Segundo Ricardo Tavares Zaidan (2017, p. 198), o geoprocessamento compreende um “(...) conjunto de técnicas e métodos teóricos e computacionais relacionados com a coleta, entrada, armazenamento, tratamento e processamento de dados, a fim de gerar novos dados e ou informações espaciais ou georreferenciadas”. Essas informações georreferenciadas possuem a localização como um de seus elementos principais, estando ligadas a uma região específica do globo terrestre a partir de coordenadas predeterminadas (ZAIDAN, 2017, p. 198).

⁴³ Muitas vezes os Arruda Botelho são descritos e mesmo representados como os “desbravadores” de São Carlos, sendo sua figura muito ligada aos dos bandeirantes paulistas, símbolo “(...) a audácia, pelo desejo imoderado da conquista, pelo sentimento de independência, pela vocação do mando, pela lealdade (...) (QUEIROZ, 1988, p. 79).

De acordo com Marcia Harumi Ito et al (2017), a informação geográfica permeia toda a história desde os primórdios em que a tecnologia dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) foi desenvolvida, ainda mais na atualidade com o surgimento dos *softwares* livres de SIG. Em um passado não tão distante, na Inglaterra de 1850, segundo Paula Hino et al (2006, p. 124), o médico britânico John Snow⁴⁴, ao presenciar uma epidemia de cólera em Londres – a qual crescia desordenadamente afetada pela Segunda Revolução Industrial -, demonstrou a ligação entre as mortes causadas pela cólera e o fornecimento de água em diferentes bombas públicas. No período, havia as empresas *Lambeth Company* e a *Southwark and Vauxhall Company*, que eram concorrentes no fornecimento de água para a população, sendo a primeira coletora de sua fonte a partir do rio Tâmbisa, próximo à entrada de esgoto na capital inglesa e, a segunda coletora de água após esta região. Com base nisso, Snow procurou demonstrar, por meio de listas das pessoas acometidas pela doença e das casas com suas respectivas empresas fornecedoras hídricas, que a água consumida pelas pessoas e contaminada pelo esgoto causava cólera⁴⁵.

⁴⁴ Nascido em um dos bairros mais pobres de York, na Inglaterra, em 1813, Snow era filho de William e Frances Snow. Quando completou 14 anos, se tornou aprendiz de médico em Newcastle e desenvolveu forte interesse pela doença cólera. Em 1836, foi a Londres para terminar seu doutorado e lá se deparou com um novo surto da doença, chegando a questionar a teoria de que os miasmas (vapores malignos) seriam os causadores de cólera. Teorizou, então, que a diarreia de pessoas infectadas poderia ser um dos disseminadores da doença, tendo iniciado seu estudo de caso para provar esta teoria. Ao encontrar uma casa, onde a água para consumo estava ao lado do esgoto, Snow pode provar suas ideias com base em estudos mais amplos, mapeando as regiões de Londres onde a doença era mais frequente, bem como de onde vinha seu abastecimento de água (REVISTA QUESTÃO DE CIÊNCIA, 2018).

⁴⁵ Conforme afirmou Hino et al (2006, p. 125), “os resultados foram conclusivos: enquanto em 10 mil casas abastecidas pela *Lambeth Company* ocorreram 37 mortes, em 10 mil supridas pela *Southwark and Vauxhall Company* houve 315 mortes.” (HINO et al, 2006, p. 124).

Figura 2 - Mapa de John Snow sobre os casos de cólera em Londres



Fonte: Revista Questão de Ciência (2018).

Desta forma, o georreferenciamento dava os primeiros passos quando John Snow estudou e comparou a variação espacial de eventos, sendo, em seu caso, a epidemia de cólera em Londres. Como podemos ver na figura acima, os círculos vermelhos representam os casos da doença, enquanto os azuis, as bombas de água para consumo das pessoas. Próximo ao fornecimento hídrico no centro, nitidamente os casos de cólera são mais comuns em relação aos mais afastados, representados no desenho (REVISTA QUESTÃO DE CIÊNCIA, 2018). A partir destes estudos, foi possível observar os riscos que a população estava submetida, acompanhar elementos nocivos à sua saúde, bem como seus agravamentos, sendo possível propor explicações causais, apresentar soluções e acompanhar o impacto delas por meio das técnicas de georreferenciamento (HINO *et al*, 2006, p. 124).

Dentro do ramo do geoprocessamento, pode-se encontrar uma das geotecnologias conhecida como “Sistema de Informações Geográficas” (SIGs). Elas possibilitam a automatização da coleta, o armazenamento, assim como a manipulação e recepção final de diversos dados cartográficos. Há diversas definições para o SIG, dependendo da área do pesquisador, podendo envolver linguagem de programação, banco de dados, geografia,

mapas, dentre outros. Parte componente dos SIGs são os *softwares*⁴⁶, os quais são considerados “(...) uma das áreas de atuação do geoprocessamento, que se define como um ramo de atividades das geotecnologias” (ZAIDAN, 2017, p. 199).

Além disso, o SIG pode ser definido como um tipo de sistema formado por *softwares* e *hardwares*⁴⁷, componentes de uma rede de pessoas ligadas entre si e que buscam a mesma finalidade ao utilizarem dados georreferenciados, tornando possível a coleta, armazenamento, edição, processamento e análise, com o objetivo de estruturar e observar questões referentes ao espaço físico geográfico, por meio de “(...) produtos gerados pelo sistema, que são arquivos digitais contendo Mapas, Gráficos, Tabelas e Relatórios convencionais” (ZAIDAN, 2017, p. 200).

Para a presente pesquisa, foi escolhido o *software Quantum GIS*, programa livre e gratuito, multiplataforma, que pode, portanto, ser utilizado em sistemas operacionais como o Windows, Linux, Android e Mac, sendo, também, “(...) um sistema de informação geográfica e licenciado sob a General Public License (GNU (...))”, o qual também é utilizado pela empresa Google para criar pequenos fragmentos de imagens de satélite por todo o planeta Terra, dentro do *Google Earth* (SCHMITT e MOREIRA, 2015, p. 129). O *Quantum GIS* está inserido nas SIG e permite a criação de mapas com multicamadas, podendo ser utilizadas para isso, várias projeções cartográficas. Os mapas gerados, por sua vez, podem servir para análises ambientais, urbanas, demográficas, dentre outras que envolvam o espaço geográfico.

De uso relativamente fácil e intuitivo, a interface gráfica do *Quantum GIS* “(...) permite consultas espaciais, identificação e seleção de geometrias, exploração interativa de dados, pesquisa, visualização e seleção de atributos e criação de simbologia vetorial e raster” (ITO *et al*, 2017, p. 132). Atualmente, o programa ainda continua recebendo atualizações, e suas funcionalidades aumentando. É possível analisar dados, modificar e prepará-los para impressão⁴⁸ (ITO *et al*, 2017, p. 132).

O mapa utilizado na presente pesquisa, por sua vez, corresponde ao ano de 1909, estando próximo ao censo de 1907 e ao livro de cobrança de impostos sobre indústrias e profissões do mesmo ano – comentados nos tópicos anteriores. Mas, antes de inserir um

⁴⁶ Os *softwares* são a parte não física de um computador, ou seja, compreendem os programas e aplicativos que uma máquina pode possuir.

⁴⁷ Os *hardwares* são a parte física de um computador. Eles compreendem toda a estrutura material de um CPU (*Central Process Unit* ou Unidade Central de Processamento), o qual funciona como a parte central de um computador.

⁴⁸ Para saber mais sobre as funcionalidades do *Quantum GIS*, acessar o link oficial do software: <<https://qgis.org/en/site/forusers/index.html>>

banco de dados – com as informações socioeconômicas e os dados de localização da população de São Carlos em 1907 - no *software Quantum GIS*, foi preciso georreferenciar esse mapa histórico. Tal procedimento consistiu em “inserir” o mapa de São Carlos em 1909 no globo terrestre, tendo em vista que este se trata apenas de uma representação da realidade. Segundo Eduardo Dutenkefer (2016, p. 58), os mapas são “(...) abstração da realidade espacial construída por operadores sociais que a modelam e a codificam com o propósito de que seja apreendida”. Eles são capazes também de, além de representar fenômenos espaciais, especializar esses mesmos fenômenos, independentemente de serem espaciais, materiais ou mesmo ideais (DUTENKEFER, 2016, p. 58).

Logo, por se tratar de um mapa histórico, o qual representa os fenômenos espaciais do passado de São Carlos, foi necessário adequá-lo às coordenadas geográficas do presente, a fim de propor uma reconstrução mais detalhada do tecido urbano da cidade no começo do século XX, para, após isso, inserir um banco de dados com as características populacionais. Seria incoerente não devolver ao mapa histórico suas coordenadas geográficas a partir do georreferenciamento, pois essas já existiam em 1909, apenas sendo adequadas e, conseqüentemente, recriadas ao presente para fazerem parte da realidade, formando, com o *Quantum GIS*, uma nova representação passível de reconstruções e análises com a complementação de outros dados.

Existem duas formas de se georreferenciar um mapa, conforme relatou Dutenkefer (2016, p. 59-60): a absoluta e a relativa. Para conseguir fazê-lo em um mapa histórico, foi preciso levar em conta a metodologia do georreferenciamento relativo, a qual buscou estabelecer feições, lugares e trajetórias com quaisquer mapas antigos que tenham ligação com os atuais sem, contudo, gerar anacronismos. Tal processo nada mais é do que “(...) estabelecer adequadamente uma relação das feições do mapa histórico com as suas coordenadas geográficas – latitude e longitude” (DUTENKEFER, 2016, p. 59-60).

Pelo fato de o mapa de 1909 de São Carlos não conter as coordenadas cartesianas de latitude e longitude utilizadas atualmente, foi preciso inseri-las, indicando ao *Quantum GIS* onde estariam elas na região urbana de São Carlos do começo do século XX. Para conseguir isso, a ferramenta Google Maps da Google serviu de apoio, fornecendo as latitudes e longitudes a partir de “pontos” da atualidade que já existiam no passado.

Os “pontos” escolhidos para tal finalidade foram algumas quinas das quadras das ruas do traçado urbano presente no mapa de 1909, bem como edifícios históricos

existentes e preservados atualmente (vide anexo 1)⁴⁹. Apesar de muitos elementos terem se modificado e mesmo desaparecido ao longo do tempo, muitas ruas e quadras do passado ainda possuem formatos aproximados em relação às do presente e, determinados prédios continuam no mesmo lugar, por não terem sido demolidos, possibilitando a ligação de uma “São Carlos de 1909” às coordenadas geográficas terrestres. Com isso, foi possível inserir no mapa os dados encontrados sobre a população e estimar sua localização aproximada no centro urbano em 1907. Para detalhar melhor o processo metodológico de georreferenciamento do mapa histórico de São Carlos, foi escrito um pequeno tutorial que se encontra ao final desta dissertação de mestrado em um capítulo anexo.

Mas, antes de nos debruçarmos sobre os dados e resultados, é preciso discutir aspectos históricos, econômicos e sociais de São Carlos. Para isso, o terceiro capítulo foi elaborado com o intuito de servir de aporte interpretativo e questionador dos dados encontrados no capítulo 5, em que estão presentes as representações cartográficas formadas por mapas temáticos de características socioeconômicas populacionais.

Capítulo 3 - São Carlos e sua urbanização (1856-1910)

3.1. Primeiros habitantes antes da construção da Igreja Matriz

A região onde atualmente está localizado o município de São Carlos era conhecida como “Campos” ou “Sertões” de Araraquara⁵⁰ e, durante séculos, foi habitada e serviu como rota de transição para os povos indígenas Tupinambá e Tupiniquim, e pelos Kaingang e Kaiapó, componentes dos grupos Tupis e Gês, respectivamente, conforme afirmou Marcel Mano (2006). A partir de 1718, com a descoberta de ouro em Cuiabá, houve um movimento de mineiros sentido interior do Brasil, passando pelo território da margem direita do rio Tietê, onde se localizavam os Sertões de Araraquara. Nesta região - construída a partir do olhar e das considerações espaciais do colonizador -, e em grande parte da província de São Paulo, a população se tornou muito miscigenada, fazendo surgir

⁴⁹ Um tutorial, descrito no anexo desta dissertação, dá mais detalhes sobre o processo do georreferenciamento foi abordado em um mapa histórico de São Carlos.

⁵⁰ Segundo Truzzi (2007, p. 30), uma das primeiras notícias a respeito dos Sertões de Araraquara são do século XVIII, momento em que um astrônomo português, ao viajar para explorar a região pelo rio Tietê, “(...) deparou-se com uma grande cordilheira, ‘que, quando n’ella batia o sol, parecia-lhe uma grande cidade’” (SÃO PAULO, 1925 *apud* TRUZZI, 2007, p. 30). Tal local era conhecido pelos indígenas como Aracoara, que pode tanto significar “morada do sol”, quanto “ninho de araras”. Tais “Campos” ou “Sertões” de Araraquara compreendiam os atuais municípios de Araraquara, Jaboticabal, São Carlos, Jaú, Brotas e Dois Córregos.

até uma língua própria, com a confluência do português e do tupi antigo, chamada nheengatu, a qual só seria proibida durante a administração de Marques de Pombal no começo do século XVIII⁵¹ (MANO, 2006, p. 43).

Grande parte dos pequenos povoados que foram surgindo a partir do aumento do fluxo da frente pioneira, composta pelas bandeiras, entradas e monções de paulistas⁵², serviam de local de abastecimento e descanso para suas tropas, compostas em sua maioria por indígenas, mestiços deles, portugueses e por alguns negros escravizados. Suas relações sociais, conforme discutiu Mano (2006, p. 41), eram estabelecidas “(...) com base em relações de trabalho escravagistas, forte influência da religião católica e uma economia básica de produção agrícola para subsistência e comércio.” (MANO, 2006, p. 41).

Evidentemente, se não fosse pela mão de obra indígena escravizada da época, os colonizadores não teriam conseguido estabelecer sítios pelo interior de São Paulo, tampouco teriam entendido o formato geográfico e a composição da fauna e flora paulistas. No século XVIII e início do século XIX, marcado por essa transição de diferentes povos movidos pelos ideais colonizadores da Coroa Portuguesa - ou mesmo em fuga de suas sentenças -, o Estado de São Paulo presenciou “(...) atividades de produção de excedentes agrícolas para um mercado interno”. Alguns autores chegam mesmo a qualificá-lo, com certo exagero, como o “Seleiro do Brasil” (MANO, 2006, p. 42-43).

⁵¹ Mesmo tendo sido proibida pelo marques de Pombal, a língua nheengatu influenciou o português falado, deixando traços fonéticos e palavras ouvidas até hoje (MANO, 2006, p. 43).

⁵² As entradas eram expedições militares oficiais criadas pela Coroa Portuguesa e tinham o objetivo de conhecer e procurar metais preciosos no interior do Brasil. As bandeiras caracterizavam-se por serem expedições militares particulares, que saíam de São Paulo e geraram grande expansão territorial do Brasil. Já as monções, por sua vez, eram uma espécie de bandeiras baseadas no comércio navegável nos rios, o qual era responsável por abastecer as vilas nascentes. Vale ressaltar que, as bandeiras, as entradas e as monções, de uma forma geral, foram responsáveis pela destruição de várias aldeias indígenas e quilombos pelo país, longe da visão romântica comumente difundida no cotidiano (MANO, 2006, p. 33).

região foi a de José Inácio Ribeiro Ferreira, obtida na segunda metade do século XVIII” (TRUZZI, 2007, p. 32).

O processo de anexação das terras por parte dessas famílias influentes não foi pacífico, pois ocorreram expulsões, matanças e expropriações de indígenas e posseiros (SILVA, 2015, p. 16). Foi a partir desse genocídio e expulsão de seus primeiros habitantes que o município de São Carlos foi formado, compreendendo a concomitante junção de 3 sesmarias principais em seus diferentes pontos cardeais (norte, centro e sul) durante o processo: a do Quilombo, a do Monjolinho e a do Pinhal, todas pertencentes a personagens ricos e influentes da história local, aclamados pelo “espírito de coragem”, de “civilização” e de certa sede por lucro.

Em 1781, houve, a exemplo disto, a concessão de três léguas de terra ao cirurgião-mor do Regimento de Voluntários Reais de São Paulo, o qual, em 1786, vendeu as terras a Carlos Bartholomeu de Arruda, na época sargento-mor do município de Itu e avô do futuro Conde do Pinhal (Antônio Carlos de Arruda Botelho) - figura histórica muito lembrada pelos habitantes de São Carlos (TRUZZI, 2007, p. 32). Com essa aquisição de terras por parte de Carlos Bartholomeu de Arruda, originou-se a Sesmaria do Pinhal, componente das terras ao sul do atual município.

Já a sesmaria localizada ao norte foi adquirida pelo então vigário da capela do município de Piracicaba, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel. A sesmaria se chamava Quilombo e, em 1812, foi concedida ao governador Oyenhausem e depois a cessionários de padre Gurgel, tendo ficado pouco tempo nas mãos desse pároco. A denominação de Quilombo se deve, segundo Cincinato Braga (1894, p. XI), aos relatos de fazendeiros, que compraram porções de terra da sesmaria, quanto à existência de negros escravizados fugitivos⁵⁴. Essa parte do território ao norte deu origem aos distritos de Santa Eudóxia e Água Vermelha. A terceira sesmaria, por sua vez, chamada Sesmaria do Monjolinho, localizada ao centro da região atual do município, foi adquirida por Miguel Alberto de Vasconcellos, “(...) dentro de cujo perímetro está situada a metade setentrional, mais ou menos, da actual cidade de S. Carlos. Tais terras em 1810 foram já transferidas em 1810 ao sargento-mor Felipe de Campos Bicudo e tenente José de Campos Paes (...)” (BRAGA, 1894, p. XI).

As sesmarias mencionadas, elementos da então região dos Campos de Araraquara, formaram o município de São Carlos e foram adquiridas pelas primeiras elites

⁵⁴ Apesar de tais relatos, ainda não existem pesquisas aprofundadas sobre o quilombo existente nessa região.

latifundiárias da época, responsáveis, depois, por terem negociado ou mesmo concedido porções de terras a outras pessoas – os futuros fazendeiros locais – nos anos seguintes. Muitos ainda permanecem na memória da população e em livros de memorialistas⁵⁵ dedicados em retratá-los como “heróis desbravadores”. Segundo Silva (2015, p. 20), “nesse sentido, não se pode negar que houve a construção de uma memória social que abrigou a formação do município sob a aura pioneira de um conjunto limitado de famílias”.

Como se verá ao longo deste trabalho, cujo objetivo é identificar e analisar a gênese das diferenciações socioespaciais no espaço urbano de São Carlos, haverá o esforço de demonstrar, também, o fato de a história e o espaço urbano da cidade terem sido construídos por sua população – agentes de suas trajetórias no decorrer do tempo –, e não apenas por famílias de prestígio, aclamadas pela memória e parte da história regionais.

Tanto os indígenas quanto os posseiros foram descritos pelos Almanques de São Carlos como uma população de pequenos lavradores, os quais haviam adentrado na região um pouco além de Rio Claro, até então considerado o povoamento final da “civilização”⁵⁶. Esses pequenos lavradores eram pessoas malsucedidas do Leste, “(...) que se tornaram posseiros no Oeste [onde se localiza São Carlos], onde dispunham de uma vasta região inexplorada, de solo fértil e clima temperado” (TRUZZI, 2007, p. 48).

Na primeira metade do século XIX, São Carlos, assim como grande parte das cidades do interior paulista em seus primórdios, era apenas ponto de pousada de viajantes que chegavam de Rio Claro e depois se dirigiam à Araraquara, vilarejo ao qual foi vinculado⁵⁷. Nesse vilarejo, todas as fazendas cultivavam cana-de-açúcar e criavam gado bovino, constituindo, assim, as primeiras atividades econômicas da região. Com cada vez mais fazendas cultivadoras de cana-de-açúcar surgindo, desde 1840, a demanda por terras em São Carlos e Araraquara aumentou consideravelmente, tornando a presença de negros escravizados crucial para a manutenção dos latifúndios, pois eram eles a força de trabalho explorada na época.

Em pouco mais de uma década, São Carlos se tornou distrito de Araraquara, desenvolveu-se economicamente e atraiu cada vez mais fluxos populacionais. A região

⁵⁵ Ver Ary Pinto das Neves (2007a e 2007b) e Maria Christina Pirolla (1988 e 1998).

⁵⁶ Nesse período existiam apenas algumas poucas vilas no Estado de São Paulo, sendo a maior parte delas localizadas na região do litoral e distantes dos Sertões de Araraquara (TRUZZI, 2007, p. 37).

⁵⁷ São Carlos se tornou distrito de Paz de Araraquara em 1857, a pedido de Antônio de Carlos Arruda Botelho (BRAGA, 1989, p. XVI)

de seu núcleo urbano começou a tomar forma, e pessoas começaram a edificar suas casas no entorno da Igreja Matriz, fundada em 1857 (TRUZZI, 2007, p. 39-40).

3.2. A cidade invade o espaço: o surgimento das primeiras ruas e edifícios urbanos

Segundo Beatriz Piccolotto S. Bueno (2009, p. 253), o papel da igreja durante o Brasil Colônia e o Imperial era crucial por ela preceder – no formato de redes eclesiásticas – a rede civil, e ser submetida a ela em termos jurídicos. Para que a institucionalização de pequenos povoados fosse possível, era antes necessária a construção de uma capela, porque “a elevação de uma comunidade ao estatuto de capela curada significava a ascensão de uma região inóspita a núcleo reconhecido pela Igreja e a garantia de visita de um pároco (cura)” (BUENO, 2009, p. 253).

Com a construção da primeira capela, solicitada por Jesuíno Soares de Arruda e sua esposa, juntamente com os herdeiros de Carlos José Botelho, proprietários de partes da sesmaria do Pinhal, de acordo com Truzzi (2007, p. 41): “um agregado cada vez maior de casas foi logo rodeando o sítio em torno da capela. A licença episcopal para sua elevação, concedida no ano seguinte, em 1857, já a apanhara quase pronta” (TRUZZI, 2007, p. 41).

Figura 4 - Antiga Igreja Matriz em c. 1920, sucessora da capela primitiva



Fonte: Acervo da Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Segundo Renata Priore Lima (2008, p. 34), muitas cidades paulistas do período foram influenciadas por um novo padrão urbanístico racionalista, o qual foi implantado no Brasil desde a segunda metade do século XVIII. Anteriormente, as cidades eram organizadas de maneira irracional, seguindo a topografia do terreno e com casas desalinhadas. Tal forma de organização urbana racionalista foi legada pelo governo de Dom Luis Antonio de Sousa Botelho, o morgado de Mateus (1765-1775), seguidor dos projetos do Marques de Pombal, então primeiro-ministro de Portugal.

O morgado de Mateus, além de fomentar o desenvolvimento do Estado de São Paulo, “(...) foi determinante na definição das características urbanísticas das novas vilas paulistas, desenhadas a partir de regras simples e racionais, com desenho das vias formando uma grelha ortogonal, cujas quadras teriam tamanho e forma padronizados (...)” (SANTOS, 2002 *apud* LIMA, 2008, p. 31). Com essa nova forma racionalista de se

organizarem as cidades, muitas como Campinas, Franca, Jaú, Limeira e São Carlos tiveram suas primeiras ruas traçadas no entorno das Igrejas Matriz (LIMA, 2002, p. 34).

Em 21 de abril de 1857, houve, então, a autorização para construção da capela, que seria a Igreja Matriz, e a construção de um cemitério, sendo essas as primeiras modificações no nascente núcleo urbano de São Carlos. A Câmara:

ordenou ao arruador que tirasse “o arruamento da primeira rua que passa por detraz da igreja e, seguindo de Norte a Sul, depois de passar dois quarteirões, com a largura das competentes ruas, e no terceiro alinhasse para o lado direito, para ali ser feito um cemitério”; e oficiou a Manoel Rodrigues Palhares pedindo a este que **“se incumbisse de convocar os habitantes daquele lugar para limparem e cercarem o lugar designado pelo arruador afim do Parocho benzer e servir de cemiterio”**. Este lugar é o actual largo de S. Benedito (BRAGA, 1894, p. XVII)⁵⁸.

As modificações descritas a partir do Almanaque de 1894, organizado por Braga (1894), além de mostrarem as primeiras modificações para a estruturação do núcleo urbano, explanam – mesmo que de forma discreta – o envolvimento e a participação da população nas obras da cidade, ao modificarem os arruamentos, erigirem a Igreja Matriz e cercarem e limparem o terreno para o primeiro cemitério da cidade, no atual largo de São Benedito.

A Igreja Matriz, além de ser considerada o pontapé inicial para a construção do núcleo urbano de São Carlos, representava também controle e coerção sobre a população por parte dos fazendeiros, interessados em “(...) disciplinar a vida em comum e suas posses de terra na frente pioneira”. O santo padroeiro, assim como o nome da cidade nascente, fora Carlos, por ser esse o nome mais frequente na família Botelho desde suas origens que remontam a Portugal (TRUZZI, 2007, p. 41).

Logo no começo da construção da capela em 1856 - que depois daria origem à Igreja Matriz -, já havia ao seu entorno, como disse Regina Balieiro Devescovi (1985, p. 25), 50 ranchos de madeira com cobertura de sapé, sendo as casas de telhas mais forte, pertencentes ao Conde do Pinhal, “(...) as quais se distribuíam a partir do marco inicial da cidade (a capela) em direção ao sul, até o Córrego do Gregório” (DEVESCOVI, 1985, p. 25). Como já é possível notar, desde os primeiros anos do surgimento do núcleo urbano, famílias de fazendeiros já detinham as melhores casas na localização privilegiada ao redor da Igreja Matriz. O Conde do Pinhal, Antônio Carlos de Arruda Botelho, por exemplo, por ser detentor de parte das terras da sesmaria do Pinhal, onde estava localizada a igreja,

⁵⁸ Grifos do autor.

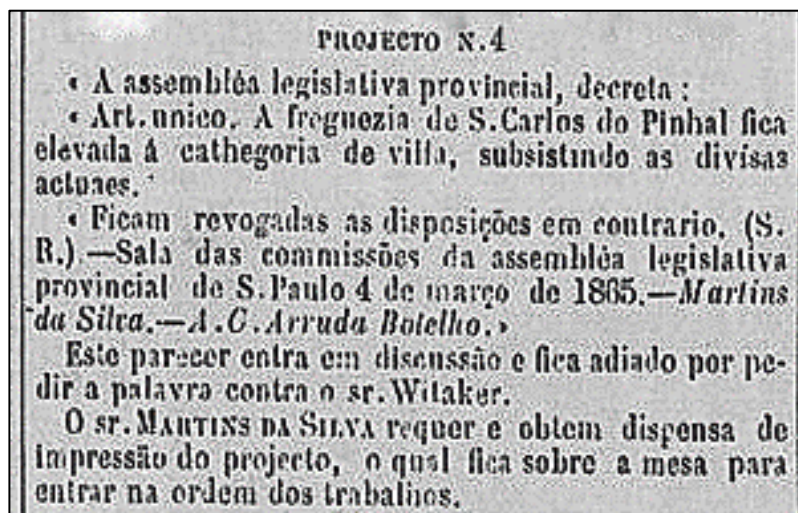
parece ter tido maior vantagem para escolher o local de edificação de suas casas cobertas com telhas, já apresentando diferenças em relação às casas cobertas de sapé dos demais habitantes.

Entretanto, de acordo com Neves (2007b, p. 6), por outro lado, os fazendeiros mais ricos em um primeiro momento “(...) preferiam residir nas casas-grandes das fazendas junto aos agregados e escravos, cuidando de suas fartas lavouras de café”. As casas na cidade, então, serviam mais como locais destinados às reuniões para “assistir” eventos políticos (como eleições), religiosos ou festividades que aconteciam na cidade em um primeiro momento (NEVES, 2007b, p. 6). Porém, como se discutirá mais de forma aprofundada posteriormente, tais casas ocupavam a região próxima ao centro administrativo da cidade, além de serem fonte de extração de renda, uma vez que eram constantemente cedidas ou alugadas para órgãos oficiais, “(...) visto que a pobreza dos orçamentos municipais não permitia a construção de edifícios públicos [nos primeiros anos de existência da cidade]” (NEVES, 2007b, p. 6).

De acordo com Devescovi (1985, p. 25), para dar início ao processo de constituição do núcleo urbano, uma das estratégias adotadas pelos grupos que se estabeleceram antes, no entorno do centro administrativo, foi a de doar terras ao redor da Igreja Matriz a quem tivesse condições de construir casas para moradia. O núcleo central da cidade, então, constituiu-se a partir de 4 doações de terra, e até o ano de 1865 a região urbana fora formada por três doações de fazendeiros da região, sendo eles: Antônio Carlos de Arruda Botelho (o Conde do Pinhal), Jesuíno Soares de Arruda, e Alexandrina Alves de Oliveira. Apenas em 1889 é que foi feita a última doação, por Joaquim Alves de Souza Nery (DEVESCOVI, 1985, p. 26).

Tal estratégia, com o passar do tempo e com o aumento do desenvolvimento econômico, “(...) gerou um afluxo considerável de comerciantes e profissionais liberais – além de fazendeiros da região – que passavam a fixar residência no nascente núcleo urbano” (DEVESCOVI, 1985, p. 25). Em 1858, o então distrito de São Carlos foi elevado à categoria de Freguesia, tendo sido criada uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino no mesmo ano, e outra para o sexo feminino em 1862, sinal do aumento populacional, como parece indicar a presença de crianças. No ano de 1865, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, a partir de reconhecimento da Assembleia Provincial (BRAGA, 1894, p. 17-18).

Figura 5 - Notícia da elevação de São Carlos do Pinhal à categoria de Vila



Fonte: Correio Paulistano (1865, p. 1)

Segundo Lima (2008, p. 59), o solo urbano foi dividido em datas, que compreendiam pequenas porções de terra, e foram utilizadas para a construção dos edifícios. No início, como relatado, as primeiras concessões de terras feitas pelos fazendeiros foram sem custo algum, para quem pudessem edificar casa para morar. Já entre 1859 e 1867, “(...) as datas passaram a cobradas, e seu valor variava de 2 mil a 5 mil réis. Em 1869, algumas datas situadas até o terceiro quarteirão da Matriz passaram a custar 10 mil réis” (LIMA, 2008, p. 61). Essa descrição, mais uma vez, reforça a ideia de que o núcleo urbano inicial, formado no entorno da Igreja Matriz (futura Catedral), já tinha alto custo para compor casas ao seu redor, gerando um certo afastamento de residências de pessoas mais pobres, que se dirigiam à cidade nascente a partir da segunda metade do século XIX.

Devescovi (1985, p. 26), ao ter analisado a Lista de Qualificação de Votantes de São Carlos em 1858, pôde notar que a população estava distribuída em 7 quarteirões e era composta por 212 eleitores, dos quais cada um correspondia a uma família. De acordo com Truzzi (2007, p. 42), a primeira Câmara Municipal foi formada em setembro de 1865, sendo todos os seus membros fazendeiros da região. Já o núcleo urbano “(...) era então formado por aproximadamente dez quarteirões distribuídos ao redor da capela, e os vereadores logo tomaram a iniciativa de batizar suas ruas, em número de seis” (DEVESCOVI, 1985, p. 26).

As ruas, por sua vez, conforme relatou Braga (1894, p. XX), foram nomeadas em 12 de dezembro de 1866, em sessão da câmara, dando origem a: rua do commercio (atual avenida São Carlos), rua do Itaqui (atual Jesuíno de Arruda), rua Riachuelo (atual 13 de maio), rua do Jatahy (atual Dona Alexandrina) e rua do Paysandú (atual General Osório)⁵⁹. Todas elas ainda eram preenchidas pela terra, uma vez que a “(...) rua do commercio devia ser carpida toda ela; a rua de Santo Ignacio devia ser carpida desde o principio do pateo até o Ribeirão (...)”. (BRAGA, 1984, p. XX). Além disso, a rua Paysandú, conforme registrou Neves (2007, p. 5) tinha apenas “alguns ranchos de palha de modestas sitiocas (...)”. Esses pequenos relatos demonstram o quão “ermo” ainda era o núcleo urbano de São Carlos em 1866.

Figura 6 - Rua São Carlos (atual Avenida São Carlos) c. 1890



Fonte: Acervo da Fundação Pró-Memória de São Carlos.

De acordo com Maria Ângela C. Bortolucci (1991, p. 28), desde o início da formação do núcleo urbano da cidade, a rua São Carlos teve posição de destaque, devido

⁵⁹ De acordo com Braga (1894, p. XX), essas denominações se devem ao fato de, no período, a rua São Carlos ser a mais movimentada, a Santo Ignacio ter herdado o nome de seu primeiro morador local (o Ignacinho), e as ruas Itaqui, Riachuelo, Jatahy e Paysandú comporem “(...) a perpetuação das victorias gloriosas que no anno anterior já as forças brasileiras tinham conquistado, na guerra então empenhada contra o Paraguay” (BRAGA, 1894, p. 20).

à sua maior largura em relação às outras ruas criadas e pelas atividades que lá se instalaram. Essa via foi responsável por definir um eixo de norte a sul ao longo da cidade e por conter também praças “localizadas a intervalos mais ou menos regulares (...), [sendo] a mais importante, desde o início (...) o pátio da Matriz (...)” (BORTOLUCCI, 1991, p. 29), o qual, no final do século XIX, deu origem ao prestigioso “Jardim Público de São Carlos do Pinhal”, símbolo de convívio social entre as elites.

Em 1874, a cidade já apresentava outro aumento populacional, contando com 6.897 habitantes, mais de dois terços da população de Araraquara, vila da qual fora distrito. A grande maioria da população residia na área rural do município e, apesar da falta de dados muitos precisos sobre sua composição, sabe-se que um quarto dessa população era composta por negros escravizados (TRUZZI, 2007, p. 44). De acordo com Devescovi (1894, p. 26), em 1874, dos 6.897 habitantes de São Carlos, 1.568 eram negros escravizados.

Os grupos de pessoas do período, além de serem representados por uma população amestiçada⁶⁰ com os descendentes de indígenas que viviam em São Carlos - como mencionado no tópico 3.1 deste capítulo -, também eram compostos por uma parcela de brasileiros livres e pela população negra. Apesar de a data oficial de fundação de São Carlos em 1857 coincidir com o declínio do regime escravagista no Brasil⁶¹, segundo Truzzi (2007, p. 51), “(...) durante mais de 30 anos, fazendeiros da região ainda continuaram utilizando o trabalho escravo, pois, na verdade, este representava a garantia da existência do latifúndio (...)”. Em 1874, São Carlos teve em suas fazendas quase o mesmo número de negros escravizados que em Araraquara e, apesar das leis abolicionistas do período, esse número não diminuiu. Pelo contrário, 10 anos antes da abolição oficial da escravidão no país, São Carlos, em relação à Araraquara, “(...) sempre dispôs de aproximadamente o dobro do número de escravos”⁶². (TRUZZI, 2007, p. 53).

Truzzi e Palma (2021) puderam estimar a origem desta população por meio de registros paroquiais de casamento de escravos, forros e libertos, entre 1860 e 1888, ano da abolição, conforme demonstra a tabela abaixo.

⁶⁰ Esse termo, mesmo possuindo um histórico racista, foi empregado nessa ocasião para dar visibilidade aos descendentes dos povos indígenas que sobreviveram mesmo após a chegada da *frente pioneira*.

⁶¹ Em 1850, houve a Lei Eusébio de Queirós (nº 581), que proibiu o tráfico negreiro, sendo reflexo da Lei Bill Alberdeen de 1845, promulgada pela Inglaterra, a qual proibia o tráfico internacional de escravos (TRUZZI, 2007, p. 51).

⁶² De acordo com Truzzi (2007, p. 53), comparando-se São Carlos e Araraquara com cidades mais ao leste e próximas à capital, como Rio Claro, observa-se que o contingente de negros escravizados é ligeiramente menor.

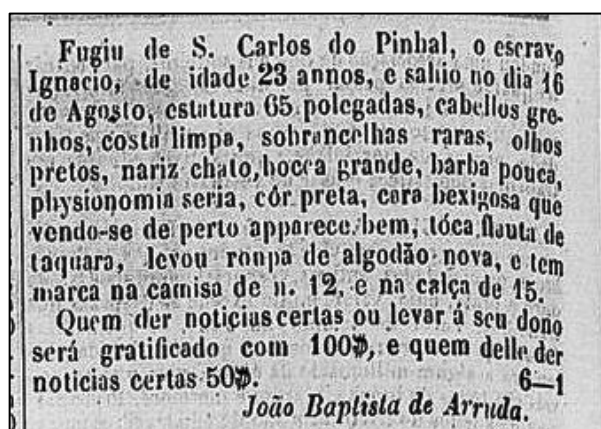
Tabela 2 - Origem dos cônjuges (escravos, forros e libertos), São Carlos, 1860-1888

Região	Frequência	Percentual ⁶³
Bahia	295	36
Quadrilátero do açúcar	152	18
São Carlos	97	12
Estados do Norte e Nordeste (menos Bahia)	79	10
Minas Gerais	78	10
Municípios vizinhos a São Carlos	64	8
Africanos	43	5
Vale do Paraíba	22	3
Total	830	100

Fonte: Cúria Diocesana, São Carlos, Livros de Registros de Casamentos.

Tais fontes indicam uma população relativamente heterogênea no tocante às suas origens, das quais apenas 5% dos negros que se casaram no período haviam nascido na África, sendo a imensa maioria deslocada para São Carlos por meio de migrações internas. Mais de 50% dos casados provieram da Bahia ou de regiões mais antigas do estado de São Paulo, em particular do chamado “Quadrilátero do açúcar”, área poligonal delimitada pelos municípios de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiáí.

Figura 7 - Anúncio de um negro escravizado que fugiu de São Carlos do Pinhal em 1865



Fonte: Correio Paulistano (1865, p. 4).

⁶³ Os percentuais foram arredondados para facilitar a leitura e análise.

Como será visto nos capítulos 4 e 5, muitos desses negros e negras escravizados, que antes viviam em fazendas, estabeleceram-se na região urbana do município.

Tabela 3 - População escrava de São Carlos do Pinhal (1874-1887)

	1874	1883	1884	1885	1886	1887
São Carlos	1.568	3.465	3.774	3.773	2.982	3.726
Araraquara	1.626	2.247	1.828	1.811	1.300	1.627
Rio Claro	3.935	4.852	4.980	4.886	3.304	4.709

Fonte: Truzzi (2007, p. 53).

Ainda na década de 1870 ocorreram dois surtos de varíola, um em 1874 e o outro em 1879, responsáveis por “ameaçar o desenvolvimento de São Carlos”. O primeiro surto teve alta gravidade e duração de dois meses, matando pessoas e expulsando outras, deixando a então vila praticamente deserta. Em virtude dessa epidemia, o governo provincial do período de João Teodoro Xavier decidiu vacinar a população em 1874, porém, poucas pessoas foram beneficiadas com essa medida, tendo sido a maioria da cidade de São Paulo. Já em 1871, a vila de São Carlos podia contar com médicos estrangeiros, pois não havia médicos formados no local (TRUZZI, 2007, p. 44).

Todavia, mesmo com esses desastres biológicos gerados pelas epidemias de varíola, o município não parou de crescer e, no final do século XIX, com a chegada do café em suas fazendas, as modificações no núcleo urbano e na população se deram de forma ainda mais acelerada, conferindo à então vila de São Carlos do Pinhal a categoria administrativa de cidade e a implantação das estradas de ferro, como se verá no tópico a seguir.

3.3. A chegada das ferrovias e as transformações urbanas e sociais (1886-1900)

No início do século XIX, o Brasil sofreu transformações profundas advindas de um produto muito requisitado pela Europa e América do Norte, o qual mudou as relações de trabalho vigentes no sistema escravista, impulsionou sua posterior queda, incentivou a vinda de trabalhadores estrangeiros, e direcionou seus lucros econômicos para as cidades que aceleraram seu processo de urbanização e industrialização. O café foi esse

grande responsável pelas mudanças econômicas, políticas e sociais durante o final do século XIX e começo do século XX⁶⁴.

Em 1860, de acordo com Emília Viotti da Costa (2010, p. 64), os cafezais atingiram a região oeste de São Paulo, onde o município de Campinas ganhou destaque com sua produção⁶⁵, chegando a rivalizar com as cidades do Vale do Paraíba, até então as maiores produtoras. Em São Carlos – quando ainda estava vinculado à Araraquara –, na Sesmaria do Pinhal, de acordo com Truzzi (2007, p. 97), as primeiras notícias sobre o plantio de café são de 1840, tendo sido as primeiras mudas plantadas por ordem de Antônio Carlos de Arruda Botelho, o qual também fora responsável por ter atraído o primeiro contingente de imigrantes para o trabalho nas lavouras de café em sua propriedade - 100 famílias de alemães, em 1876.

Com o conseqüente aumento de cafeeiros na província de São Paulo e em São Carlos, a demanda por trabalhadores, assim como o interesse de pessoas em morar nas regiões enriquecidas pelo produto agrícola, também ascendeu ao longo dos anos. No início, a maior parte dos trabalhadores dos cafezais era composta por negros escravizados em péssimas condições de trabalho e vida⁶⁶. Já na segunda metade do século XIX, os fazendeiros, prevendo o fim do regime escravocrata e afetados pelas leis abolicionistas, começaram a incentivar a imigração branca europeia para o trabalho em suas propriedades⁶⁷ (MILLIET, 1983; COSTA, 2010, p. 67,116).

De acordo com Sérgio Milliet (1983, p. 53-54) – estudioso da ligação entre o aumento da produção café e o acréscimo populacional –, São Carlos, de 1886 a 1920, passou de 66.667 arrobas de café para 693.193 em sua produção. Por sua vez, a população

⁶⁴ Segundo Viotti da Costa (2010, p. 61-62), as primeiras notícias sobre o cultivo de café datam ainda do final do século XVIII, no Rio de Janeiro. Em 1776, sua produção nesse local foi de 8.495 arrobas. Ainda no começo do século XIX, o porto de Santos, na província de São Paulo, registrou também algumas exportações do produto agrícola, com cerca de 1 mil e 10 mil arrobas nos anos de 1804 e 1813, respectivamente. Já em 1830, quando o café adentrou definitivamente em São Paulo, pelo Vale do Paraíba, sua produção começou a se disseminar por toda a província, que monopolizaria sua produção nos anos seguintes.

⁶⁵ Vale destacar também o fato de muitos municípios, além do café, terem a cana-de-açúcar como um dos principais produtos agrícolas das fazendas e de exportação. A exemplo disso, cidades do oeste paulista como Limeira, Rio Claro, Moji-Mirim e Jundiá, mesmo cultivando café, também tinham alta produção de açúcar. Das fábricas agrícolas de São Paulo, 466 eram de açúcar e 395 de café em 1852 (COSTA, 2010, p. 65).

⁶⁶ De acordo com Truzzi (2007, p. 54), a mortalidade entre os negros escravizados era alta devido às condições de péssima alimentação, trabalho e tortura. A exemplo disso, no ano de 1865 foram registrados os óbitos de quatro negros escravizados por mês, com idades entre 32, 36, 40 e 45 anos. Mas, por não ser costumeiro o registro de óbitos de escravizados, por serem enterrados nas próprias fazendas, é possível que esse número seja bem maior.

⁶⁷ Vale a pena destacar que esses trabalhadores brancos estrangeiros foram incentivados a virem ao Brasil devido a uma pseudociência, a qual afirmava que o país era atrasado devido à sua elevada população não branca (ORTIZ, 2013).

também acompanhou esse ritmo de produção, pois saltou de 16.104 habitantes, em 1886, para 54.225 em 1920. Com toda essa quantidade de café noticiada desde a década de 1870, o município precisou resolver a questão urgente do transporte da carga até o porto de Santos, antes feita de forma rudimentar e lenta, no lombo de burros, perdendo-se grande parte da produção pelo caminho.

Para resolver o problema do transporte da carga de café do interior ao litoral, foi necessário implementar ferrovias por grande parte do interior paulista. Segundo Odilon Nogueira de Matos (1990, p. 77), após a fundação da linha de trem de Santos a Jundiaí na década de 1860, houve a criação de linhas férreas ao oeste da então província de São Paulo. Com a construção desse pequeno trecho do litoral ao planalto, a companhia inglesa São Paulo Railway não havia se interessado pelo prolongamento dos trechos para além do município de Jundiaí, por ser privilegiada ao manter o monopólio no “(...) funil de São Paulo-Santos, de modo que qualquer estrada que se construísse no interior acabaria sua tributária (...)”. Por causa disso, coube aos “(...) fazendeiros, capitalistas e homens públicos de São Paulo levar os trilhos para as áreas que, na época, já vinham sendo dominadas pela ‘onda verde’ dos cafezais” (MATOS, 1990, p. 77-78).

Seguindo esse exemplo citado por Matos (1990), após a fundação pela recém-criada Companhia Paulista do trecho de estradas de ferro em Rio Claro no ano de 1876, as expectativas para o prolongamento até São Carlos aumentaram, de acordo com Fundação Pró-Memória de São Carlos (2017, p. 34). Todavia, foi apenas na década de 1880 que o município pôde receber ferrovias, com o prolongamento destas a partir de Rio Claro. Neste acontecimento, vale a pena citar os esforços de fazendeiros locais, como Antônio Carlos de Arruda Botelho e seu sogro, o Visconde de Rio Claro, na realização de tal empreitada por meio da criação da Companhia Rio Claro. A conclusão para as obras das estradas de ferro de Rio Claro até São Carlos deu-se em 1882, sendo abertas para o tráfego provisório no ano seguinte, em 1883⁶⁸. Tais estradas de ferro ficaram “(...) com uma extensão total de 77 quilômetros e 12,34 metros, reunindo ao longo de seus traçados armazéns, estações e oficinas de reparos” (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS, 2017, p. 41).

⁶⁸ De acordo com Truzzi (2007, p. 99), depois do ramal ferroviário chegar em São Carlos, a partir da Companhia Rio Claro (iniciativa privada do Conde do Pinhal), esta foi vendida em 1889 a um grupo de capitalistas ingleses pelo preço de 8 mil contos de réis. Entretanto, em 1892, a Companhia Paulista, interessada nas vantagens desse trecho ferroviário, comprou a Companhia de Rio Claro.

Com a ativação definitiva das ferrovias em 1884 entre as fazendas e o núcleo urbano da cidade, as distâncias foram “encurtadas” dentro e fora do município, facilitando o acesso entre as novidades que chegavam da Europa e de São Paulo. Novos materiais para construção foram importados e, com eles, a mão de obra imigrante – principalmente italiana – começou a exercer influência na construção e edificação de prédios por toda a cidade (BORTOLUCCI, 1991, p. 86). As ferrovias também foram responsáveis por desencadear o primeiro processo de dinamização do então centro urbano de São Carlos, “(...) deslocando o eixo político do município do campo para a cidade, o que se estendeu até as primeiras décadas do século XX” (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS, 2017, p. 41).

Figura 8 - Estação Ferroviária de São Carlos c. 1920



Fonte: Acervo da Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Além dessas modificações estruturais e materiais, a chegada das estradas de ferro em São Carlos facilitou as migrações de pessoas para o município, e do próprio campo para a cidade. Segundo a Fundação Pró-Memória de São Carlos (2017, p. 56), houve a abertura para

(...) um novo mundo de técnicas, tecnologias, pessoas, culturas e modos de viver (e trabalhar). Através da máquina do século, a locomotiva, a ferrovia imprimiram novos ritmos à vida das cidades, tanto em questões práticas quanto no imaginário de modernidade que se impunha naquele momento.

De fato, a população se modificou ainda mais em termos étnicos e raciais, e aumentou expressivamente após a chegada do transporte ferroviário em São Carlos, passando a contar com, além da população de caboclos, negros de diversas regiões do país, brancos libertos - anteriormente estabelecidos - e imigrantes estrangeiros. De acordo com Devescovi (1985, p. 39) na chamada Zona Paulista⁶⁹, os municípios mais procurados pelos imigrantes foram Limeira e São Carlos. De 1886 a 1900, o crescimento populacional desse município atingiu um percentual de 246%, sendo grande parte da população recém-chegada formada por imigrantes (Tabela 3) atraídos por fazendeiros na substituição do trabalho escravo nas fazendas de café.

Tabela 4 - População de São Carlos em 1874 (anterior à chegada das ferrovias)

Nacionalidade e status	1874	
	Frequência	Percentual ⁷⁰
Brasileiros livres	5.329	77
Imigrantes estrangeiros	-	-
Escravizados	1.568	23
Total	6.897	100

Fonte: modificado de Takashi Maeyama (1975, p. 26).

⁶⁹ A Zona Paulista, conforme afirmou Milliet (1982, p. 15), abrigava municípios que eram tributários da Estrada de Ferro Paulista, sendo eles: Anápolis, Araras, Araraquara, Barretos, Bebedouro, Cajobi, Colina, Descalvado, Guaiara, Guariba, Jaboticabal, Leme, Limeira, Monte Azul, Olímpia, Palmeiras, Pirassununga, Pitangueiras, Porto Ferreira, Rio Claro, São Carlos, Santa Cruz da Conceição, Santa Rita do Passa-Quatro e Viradouro.

⁷⁰ Os percentuais foram arredondados.

Tabela 5 - Composição demográfica do município de São Carlos em 1886 (após a chegada das ferrovias)

Nacionalidade	Total
Brasileira	14.053
Italiana	1.050
Portuguesa	464
Alemã	371
Espanhola	117
Austríaca	25
Francesa	4
Inglesa	2
Africana	12
Outras	6
Total	16.104

Fonte: MELLO (1975, p. 110) *apud* Devescovi (1985, p. 41).

Comparando-se com a década anterior (1870), São Carlos não possuía nenhum imigrante estrangeiro contabilizado na época, sendo sua população formada pelos grupos que chegaram entre o final do século XVIII e início do XIX, devido ao relativo isolamento antes da chegada das estradas de ferro. Karl Monsma (2016, p. 91), ao analisar a composição populacional em 1886, pôde notar como grande parte da população era não branca e começou a receber os primeiros imigrantes.

Tabela 6 - População de São Carlos, 1886

Grupo	Frequência	Percentual
Pretos	3.993	25
Pardos	1.957	12
Caboclos	2.906	18
Branco brasileiros	5.209	32
Italianos	1.050	7
Portugueses	464	3
Espanhóis	117	1
Alemães	371	2
Outros imigrantes	37	>1

Total	16.104	100
--------------	---------------	------------

Fonte: modificado de Monsma (2016, p. 91).

Os dados da Tabela 6, adquiridos a partir do recenseamento de 1886, esboçam como as categorias raciais do período diziam respeito principalmente à cor, e revelam a grande população negra habitante do município, indicando o quanto a região de São Carlos havia se fortalecido com a expansão da cafeicultura, responsável por demandar a mão de obra de negros escravizados no início (MONSMA, 2016, p. 90). Com outra diversificação populacional advinda do final do século XIX, muitas ocupações do período também se modificaram consideravelmente. Segundo Truzzi (2007, p. 133), com a chegada dos imigrantes no município, as atividades industriais foram favorecidas por vários motivos. Depois de chegarem da Europa para o Brasil, essas pessoas “(...) transplantaram consigo um rol de novas atitudes, técnicas e atividades que favoreceram por várias vias o surgimento das indústrias” (TRUZZI, 2007, p. 133).

Um exemplo que merece destaque foi registrado em 1894 pelo Almanaque municipal do mesmo ano, e organizado por Truzzi (2007). Mesmo muitas das indústrias nascentes sendo de “fundo de quintal”, já havia, em fins do século XIX, diversas atividades em vários estabelecimentos, dentre os quais é possível citar: 16 alfaiatarias, 47 oficinas de fabricação e conserto de sapatos, 2 fábricas de móveis, 5 de macarrão, 1 de charuto, 2 de sabão, 8 de cerveja, 15 ferreiros e serralheiros, 1 de fundição, 21 oficinas de carpintaria e marcenaria, 6 olarias e 2 serrarias (BRAGA, 1894 apud TRUZZI, 2007, p. 139).

A cidade, por sua vez, recebeu investimentos – direta ou indiretamente – de fazendeiros, a partir do capital resultante da economia cafeeira em diversos setores econômicos urbanos, dos quais se podem mencionar: os setores comerciais, financeiro, imobiliários e de construção civil. Em 1889, foi fundada em São Carlos a Casa Bancária, propriedade do Conde do Pinhal⁷¹; no ano seguinte, o Banco União de São Carlos, organizado em torno de uma sociedade anônima. No setor comercial, as atividades relativas à comercialização de café tiveram destaque, sendo alguns membros da família Arruda Botelho comissionários do café, fazendo a mediação do produto com as unidades de produção e as casas exportadoras. Já no setor da construção civil, muitos fazendeiros

⁷¹ Esse banco, conforme afirmou Truzzi (2007, p. 100), foi fundado pelo Conde do Pinhal, após o dinheiro adquirido com a venda da estrada de ferro para os ingleses anteriormente, também em 1889.

já detinham, em 1900, em torno de 875 casas de aluguel, de um total de 1350 edificações que São Carlos possuía no centro no período⁷² (DEVESCOVI, 1985, p. 52-54).

O centro da cidade recebeu uma série de melhoramentos urbanos advindos do capital cafeeiro, responsável por assemelhar São Carlos a grande parte das cidades paulistas inseridas nessas mesmas transformações. Segundo Bortolucci (1991, p. 86), a cidade surgia com mais conforto e sistema mais moderno de higiene para a população. Foi nesse período também que “(...) o fazendeiro de café optou por fixar-se definitivamente, em sua residência urbana” (BORTOLUCCI, 1991, p. 88).

A respeito dos melhoramentos urbanos, segundo as concepções e padrões da época⁷³, ocorreu a construção de um Lazareto para Variolosos em 1888, edificado com as orientações de Attilio Picchi, imigrante italiano. As linhas telefônicas da cidade também foram estabelecidas nesse período, dirigidas pela empresa de Manoel Cabral dos Santos. Ainda em 1899, houve a chegada da luz elétrica e o abastecimento de água e rede de esgotos. Um outro cemitério foi criado, afastado do centro urbano, sendo o primeiro cemitério criado em 1870, no Largo São Benedito, e o segundo criado no bairro Vila Nery em 1882, fechados por estarem muito próximos ao núcleo urbano e de bairros da cidade. Em 1894, foram inauguradas também linhas de bonde pelo centro, que funcionavam por tração animal e passavam pelas ruas Victoria (atual Bento Carlos), São Joaquim, General Osório e Avenida Prado (bairro Botafogo) (CAMARGO, 1928).

Segundo Débora de Almeida Nogueira (2013, p. 44), a luz elétrica, assim como a urgência em higienizar e melhorar o tráfego urbano da cidade nesse período, são representações desse processo de modernização urbana, “(...) cheio de assimetrias; disputado entre os que dispunham dos serviços urbanos e os que não dispunham, acentuando as diferenças entre pessoas e cidades ricas e pobres, entre zonas urbanizadas e zonas rurais” (NOGUEIRA, 2013, p. 3).

Entretanto, ainda no final do século XIX, mesmo com toda efervescência gerada pela economia cafeeira e a chegada das ferrovias, São Carlos fora acometida pela

⁷² A respeito disso, grande parte das casas de aluguéis eram propriedade diversos fazendeiros da região, sendo eles: “Conde do Pinhal com 25 casas, Salvador de Oliveira Lima com 22 casas, Joaquim Manoel de Sampaio, Joaquim de Almeida Penteadado e Theophilo Baptista Azevedo com 11 casas cada um, Evaristo Justiniano Oliveira com 10 casas e Banco União de São Carlos com 9 casas (...)” (DEVESCOVI, 1985, p. 54).

⁷³ De acordo com Débora de Almeida Nogueira (2013, p. 42), as cidades surgidas no final do século XIX foram representações da modernidade, vide europeia, “(...) baseadas em três ideias que traduziriam a imagem do urbanismo do *fin du siècle*: fomentar a limpeza e higienização, facilitar a fluidez da circulação e a criação das redes, quer do tráfego, das águas ou da Energia e regulamentar as edificações e sua inserção no lote urbano” (NOGUEIRA, 2013, p. 3).

epidemia de febre amarela. De 1895 a 1898, o Almanaque municipal, organizado por Camargo (1928), registrou a estagnação econômica e o decréscimo populacional gerados pela epidemia, responsável por, de certa maneira, expulsar a população para as áreas rurais do município, em específico para o distrito de Santa Eudóxia ao norte. Apesar do caos desencadeado pelas enfermidades, São Carlos retomou seu desenvolvimento paulatinamente, atraindo mais pessoas, modificando seu espaço urbano, criando estabelecimentos e bairros dentro do perímetro da cidade.

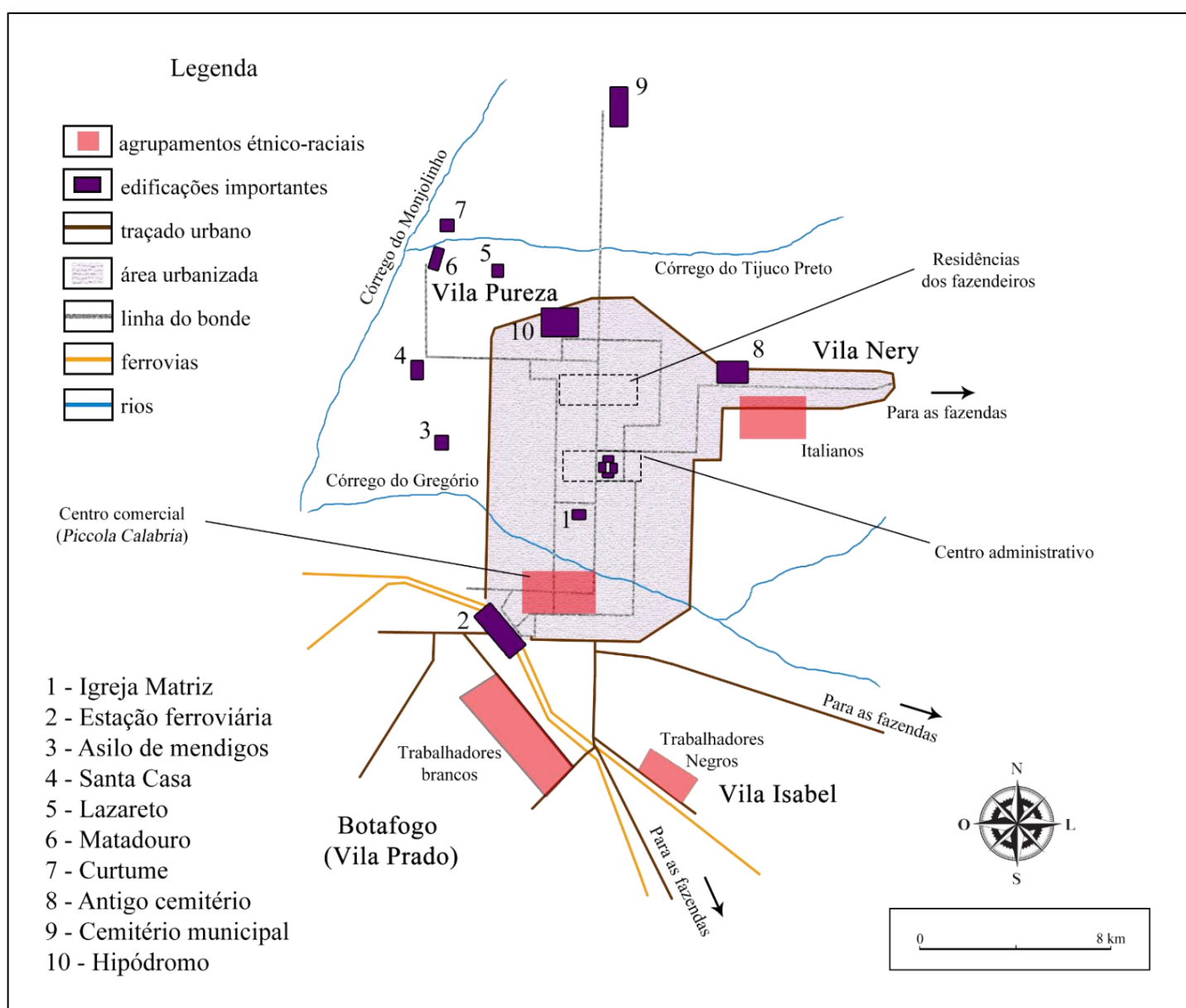
Mesmo com a construção de determinados estabelecimentos como o Lazareto, a Santa Casa e a chegada de luz elétrica para a cidade, nem todos os habitantes da zona urbana foram favorecidos com essas “inovações modernas”, por morarem em regiões mais afastadas em relação ao centro urbano de São Carlos, marcadas por insalubridade e dificuldade de acesso à região central, principalmente pela falta de estradas facilitadoras deste trajeto. Vale a pena ressaltar o fato de essas regiões mais distantes do centro da área urbana serem zonas de transição entre o rural e o urbano, onde ainda havia um intercâmbio predominante com fazendas, sítios e chácaras, os quais, indireta ou diretamente eram ligados ao centro da cidade.

Em vista de tudo o que foi discutido neste capítulo 3, após a apresentação de informações de cunho histórico, político e econômico nestes três períodos-chave de São Carlos, que envolvem os habitantes e suas atividades econômicas antes da edificação da Igreja Matriz, o início da urbanização e a criação das primeiras ruas, bem como a consequente construção das ferrovias com o alastramento do café, o capítulo 4 terá como objetivo apresentar em linhas gerais como estudos anteriores e relatos de memorialistas descreveram a interação entre elites, população imigrante e população negra com o espaço urbano da cidade.

Capítulo 4 – O espaço urbano e suas vivências: elites, negros, imigrantes e suas interações

Ao estudar a formação populacional de São Carlos, bem como suas características socioeconômicas, Takashi Maeyama (1976) – talvez o primeiro pesquisador a fazer isto de forma metodologicamente científica - conseguiu esboçar a forma pela qual os diferentes grupos sociais teriam ocupado o espaço urbano em diferentes regiões, segundo suas distinções étnicas, raciais econômicas e – talvez – afinidades por compartilharem uma mesma nacionalidade.

Mapa 1 - Representação do centro urbano de São Carlos em 1918



Fonte: adaptado de Maeyama (1976, p. 45).

Analisando-se o mapa, é possível notar como as elites (representadas pelos fazendeiros), negros e imigrantes (principalmente italianos) estabeleceram-se em diferentes regiões do então centro urbano de São Carlos em 1918, segundo os estudos e representações de Maeyama (1976). As elites habitavam, como observado, a região próxima à Igreja Matriz e ao centro administrativo; os negros e negras parecem ter edificado suas moradias nos bairros Vila Isabel, Vila Pureza e Vila Nery; os italianos e imigrantes, por sua vez, estabeleceram-se nos bairros Botafogo (atual Vila Prado), em partes do Vila Nery e em uma região abaixo do córrego do Gregório, próxima da estação ferroviária, conhecida na época como “*Piccola Calabria*”.

Baseando-se nestas premissas de Maeyama (1976), os tópicos a seguir descreverão como as elites, a população negra e os imigrantes estiveram presentes e se estabeleceram nestes espaços diferentes da cidade de São Carlos na passagem do século XIX para o XX. A discussão tem como objetivo detalhar como estes grupos eram lembrados e ocuparam as regiões centrais e os bairros do espaço urbano a partir de estudos anteriores e de relatos de memorialistas.

4.1. As elites

Como mencionado no capítulo 3 (tópico 2), após a construção da capela que deu origem à Igreja Matriz, a região central de São Carlos foi o primeiro segmento territorial surgido na cidade. Nele foram edificados os principais órgãos administrativos do município: a própria igreja, em 1857, e a Câmara Municipal, em 1884. No centro também foram edificadas as primeiras casas de fazendeiros próximas à capela. Essas já se diferenciavam das demais casas por serem feitas com estrutura e telhas melhores, já indicando o grau elevado de poder econômico e político por parte das elites latifundiárias, além de ocuparem essa região privilegiada próxima aos estabelecimentos administrativos.

Segundo Lima (2008, p. 73), durante o Brasil imperial, as cidades nascentes eram obrigadas a seguir regras decididas por suas Câmaras Municipais. Os principais documentos que asseguravam tais condutas eram os Códigos de Posturas, os quais apresentavam “(...) regras para os arruamentos, alinhamentos, entre outros parâmetros de ocupação do município”. Entretanto, a Câmara era composta normalmente pelas elites locais, empenhadas em garantir seus interesses, além de disputarem o controle pela liderança política (LIMA, 2008, p. 73).

O primeiro Código de Posturas de São Carlos foi aprovado em 1866, sendo um compilado do de Araraquara – município do qual acabara de se desmembrar, em 1865.

Suas primeiras determinações diziam respeito à organização inicial da cidade, sendo ela feita por meio de doação das datas de terras⁷⁴, concedidas pela Câmara Municipal “às pessoas que quisessem fixar residência na cidade”. Esse Código de Posturas descrevia também como as medidas de cada terreno deveriam ser: “ter medida padronizada de 17 metros de largura por 44 metros de profundidade” (LIMA, 2008, p. 73-74).

A partir do Código de Posturas de 1866, pode-se, então, entender como a região próxima à Igreja Matriz se tornou o local onde viviam grande parte dos fazendeiros e as pessoas com maior status e poder aquisitivo da cidade desde o início. Com a Câmara Municipal formada pelas elites locais, o acesso de pessoas mais humildes e de outras etnias parece ter sido limitado ou, em algumas ocasiões, dificultado – como se verá no decorrer do texto, uma vez que a população negra e parte dos imigrantes, por exemplo, provavelmente viviam de aluguel em muitos dos imóveis, não sendo proprietários de fato, em específico nesta região da Igreja Matriz.

De acordo com o memorialista Ary Pinto das Neves (2007a, p. 47), grandes casarões foram erigidos próximos à igreja no final do século XIX e início do século XX, dentre os quais é possível citar: a casa do tenente-coronel Antônio Carlos, construída na esquina da Rua São Carlos com a Rua da Mata (atuais Avenida São Carlos e rua 13 de Maio, respectivamente); um casarão “vasto de muitas janelas” entre as ruas São Carlos, da Mata e do Carvalho (atual Episcopal), do Coronel José Augusto de Oliveira Salles; entre a rua Dona Alexandrina e a da Mata, a construção do palacete de Bento Carlos de Arruda Botelho e sua esposa dona Maria Isabel de Oliveira, em 1890; entre a rua Alexandrina e a Visconde do Pinhal (atual Conde do Pinhal), o casarão Mattos, de propriedade de João Baptista de Arruda e sua esposa dona Cândida Maria da Pureza; e, por fim, talvez o mais lembrado deles, localizado entre as ruas São Carlos e Visconde do Pinhal, o palacete residencial do Conde do Pinhal. Esse palacete era “(...) assobradado e com sacadas na frente e na face leste, que dava para o jardim particular (...), e possuía uma grande área arborizada que ia até a Rua Municipal (hoje Major José Inácio)” (NEVES, 2007a, p. 49-50).

Os nomes mencionados emanam status e poder para a história de São Carlos, por dizerem respeito às elites da cidade, as detentoras de grandes porções de terras e

⁷⁴ De acordo com Elisangela Maria da Silva (2012, p. 20), conceder terras municipais por meio das Câmaras sempre foi um elemento existente desde os primórdios da invasão lusitana ao Brasil, que continuou pelos oficiais por meio de Cartas de Datas, sendo “Datas”, nesse sentido, o equivalente a “benefício” ou “dádiva”. Tais Cartas eram “escritas de próprio punho por pessoas de todas as camadas sociais (...) [e] pediam lotes de terrenos para diversos fins” (SILVA, 2012, p. 20).

enriquecidas pelo “ouro verde” do café. De acordo com Bortolucci (1991, p. 75), antes de chegarem as ferrovias ao município, o centro da cidade dispunha de poucos prédios públicos, sendo “(...) as poucas atividades urbanas (...) exercidas de forma improvisada, em residências adaptadas ou apenas emprestadas, atendendo inadequadamente à finalidade desejada” (BORTOLUCCI, 1991, p. 74). Muitas dessas residências eram desses personagens, membros das elites locais.

Após a chegada do transporte ferroviário, na década de 1880, e da expansão cafeeira – conforme discutido no capítulo 3 (tópico 2) -, a região próxima à Igreja Matriz já era conhecida como uma zona residencial rica e elegante, “(...) estendendo-se pelas ruas margeantes, Visconde do Pinhal, 13 de maio, Dona Alexandrina e do Carvalho. Ali se ergueram as melhores residências, fidalgas e com fumaças arquitetônicas” (NEVES, 2007a, p. 51). Conforme afirmou Bortolucci (1991, p. 65), antes de a economia cafeeira beneficiar São Paulo, a capital paulista ainda era muito erma e pobre, tendo apenas construções de taipa em seu perímetro urbanizado.

Em São Carlos a situação foi parecida, pois as primeiras casas eram de taipa e outras poucas tinham paredes e telhas mais sólidas. Com o posterior estabelecimento da economia cafeeira e a chegada das ferrovias, a capital paulista começou a receber materiais importados de outras partes do mundo e iniciou o período do Ecletismo⁷⁵ em seus prédios arquitetônicos, símbolo de progresso e tradução do poder econômico. Com a ativação definitiva do transporte ferroviário em 1886 em São Carlos, houve uma maior ligação do município com São Paulo, facilitando a vinda do Ecletismo e a substituição da taipa por materiais importados da Europa, além da implantação da mão de obra italiana para a construção dos novos edifícios modernos e avançados para a época (BORTOLUCCI, 1991, p. 66, 86).

Além dos fazendeiros estabelecidos próximos à Igreja Matriz, que procuravam sempre se diferenciar e demonstrar seu status – seja pela arquitetura, ou pelo número de casas que possuíam –, profissionais liberais, como médicos, dentistas e advogados adquiriram casas também nessa região para seus estabelecimentos profissionais registrados em 1894. Dentre esses, podem-se citar: Dr. Joaquim Pinheiro Paranaguá, com escritório no largo municipal, em frente à Câmara Municipal; Silvano e Brandão, dentistas com consultório no largo São Sebastião, na rua São Carlos; o farmacêutico Luiz

⁷⁵ O Ecletismo carrega esse nome por estar ligado a diversas influências artísticas e arquitetônicas em uma mesma obra, podendo ser elas o neo-renascimento, neo-romântico, neogótico, “*art-nouveau*”, neocolonial, dentre outras (BORTOLUCCI, 1991, p. 67).

Carlos de Arruda Mendes com estabelecimento na rua 13 de maio; o advogado Dr. Geminiano Costa que residia e tinha escritório na rua Dona Alexandrina; dentre outros (BRAGA, 1894, p. 26, 82, 151).

Para atender às necessidades e exigências das pessoas com casas e outros estabelecimentos nessa região, havia um comércio de luxo, repleto de modas, joias e outras mercadorias importadas da Europa. De acordo com Neves (2007, p. 51), havia lojas como a “Ao Espelho de Crystal”, a qual anunciava suas propagandas referindo-se ao fato de estar ao lado do suntuoso palacete Bento Carlos, vendendo louças e bijuterias. Existia também a “Joalheria Parisiense”, localizada na esquina do largo com a Rua do Carvalho (atual Episcopal), que vendia pedras preciosas e joias das mais diversas formas. Ainda próxima a essa área, na esquina da rua Dona Alexandrina com a Visconde do Pinhal, existia a “Joalheria e Ourivesaria” de José Ricchezza, especializada em trabalhar com medalhas com brilhantes, óculos e *pince-nez*⁷⁶ de ouro e prata.

Esses estabelecimentos residenciais, laborais e comerciais não são o único indicativo da considerável presença das elites pela região: em 1890, houve, por parte da imprensa local e a partir de doações feitas por ricos fazendeiros, um movimento para a construção de um Jardim “Público”. O largo da Igreja Matriz fora a área escolhida para a execução da obra, concluída totalmente em 1895, contando o jardim com bela vegetação e um coreto construído bem ao centro da área, por Attilio Picchi, imigrante italiano. De acordo com Neves (2007, p. 63), ao redor do terreno foi montado um gradil de ferro, “(...) com ponteiros de bronze, nova em folha, [a qual] **defendia a área de penetração indesejável**⁷⁷, sem impedir a todos a visão das belezas que encerrava” (NEVES, 2007a, p. 63).

⁷⁶ Espécie de óculos utilizado do começo do século XV até o século XX, com estrutura sem hastes.

⁷⁷ Grifos do autor.

Figura 9 - Jardim Público de São Carlos em 1940



Fonte: Acervo da Fundação Pró-Memória de São Carlos c. 1940.

A “penetração indesejável” mencionada por Neves (2007a) era provavelmente da população marginalizada da época, formada pelos moradores de rua, imigrantes pobres e, sobretudo, a população negra. Joana D’Arc Oliveira (2018), pesquisadora da trajetória de negros e negras no pós-abolição em São Carlos, constatou, a partir da documentação dos processos crime, como havia conflitos constantes entre os indivíduos que decidiram viver no espaço urbano durante esse período. A exemplo disso, ocorreu um crime em frente ao citado Jardim “Público”, no ano de 1907, no dia 30 de dezembro, em que Heitor Rodrigues da Silva, homem negro, fora agredido por Sabino Gaspar pelo simples fato de ter pisado em seus pés acidentalmente após sair da igreja, e depois encontrá-lo no Jardim “Público”. Essa atitude agressiva e os comportamentos relatados pelo réu e a vítima no decorrer do processo crime analisado por Oliveira (2018, p. 120-121), permitem aferir o quanto Sabino Gaspar era preconceituoso e intolerante, como grande parte da população branca do período.

O conflito ocorrido no Jardim “Publico” em 1907, um espaço reservado principalmente para entretenimento e divertimento entre as elites, é apenas uma prova, de muitas, do quanto essa região próxima à Igreja Matriz não era o local com maior aceitabilidade para grande parte da população pobre e negra que vivia na zona urbana da época. Oliveira (2018, p. 123) também entrevistou descendentes da população negra do

começo do século XX em São Carlos, e constatou como o Jardim Público era mais “particular” do que seu nome afirmava, sendo referido muitas vezes como o “jardim particular do Conde do Pinhal”, possuidor também de residência na quadra onde ficava esse espaço de lazer.

As autoridades municipais, por sua vez, ofereciam cuidados constantes ao jardim, conforme recordou Neves (2007a, p. 95) ao mencionar a gestão do major Manoel Antonio de Mattos, o qual foi presidente da Câmara e, juntamente com o coronel José Augusto de Oliveira Salles, deu início ao processo de calçamento com paralelepípedos na quadra circundante ao jardim em 1913.

Já em 1920, no jardim “público” a visita dos reis Belgas Alberto I e Elizabeth, acompanhados de seu filho Leopoldo, também marcou presença. Antes de irem ao local, os monarcas chegaram a São Carlos “(...) em um trem especial, enfeitado de bandeirolas brasileiras e belgas. (...)”. Além disso, toda a população, segundo os relatos da época, ficou à espera, enquanto as bandas musicais “(...) atiravam aos ares seus acordes musicais, sempre acirrada disputa de quem soprava mais forte, enquanto os rojões festivos estrondavam, para gáudio da pirralhada disputando as varetas”. (NEVES, 2007a, p. 99).

Após passearem e descerem pela rua General Osório, em um carro aberto, “(...) subiram a íngreme ladeira da rua principal [atual Avenida São Carlos], já então adoçada pelo calçamento de paralelepípedo [, chegando ao Jardim Público]”. Depois chegarem lá, “(...) a Rainha faz um gesto simpático, de quem está para agradecer. Fez parar a ‘máquina’ [o automóvel] (como se dizia no tempo) e desceu, entre a surpresa geral. Entrou no Jardim e colheu uma rosa, exclamando com entusiasmo: ‘Nunca vi mais bela em toda a Europa’” (NEVES, 2007a, p. 109).

Apesar do relato memorialístico incrementado de certo idealismo, Neves (2007a) pôde expor o quanto o Jardim “Público” foi importante – em especial - para a população mais enriquecida de São Carlos. Ele fora palco de eventos ilustres ao longo da história e símbolo de uma cidade pautada na suntuosidade. De acordo com Neves (2007a, p. 83), “o Jardim [teria sido] por anos, o coração pulsante da cidade; ali se reunia a família são-carlense para o lazer, para a conversa amistosa, para o namoro inconsequente e para o noivado sério”. Orquestras filarmônicas apresentavam suas músicas e, ao mesmo tempo, festas religiosas atraíam as “massas populares”, em que havia a “(...) oratória vigorosa dos missionários e pregadores religiosos (...)”. (NEVES, 2007a, p. 83).

Entretanto, conforme comentado anteriormente, baseando-se nos estudos de Oliveira (2018), bem como nos relatos de Neves (2007a) sobre a construção de um gradil

de ferro para deter “elementos indesejáveis”, o Jardim também não era o local mais receptivo, em especial para a população negra. Aparecida Pedro Jeronymo, ao ser entrevistada por Natália Alexandre Costa (2015, p. 70), relatou não se sentir completamente à vontade no local, tendo o frequentado poucas vezes:

“Aquela praça na frente da Catedral [Jardim “Público”], nós nunca ficamos ali não. Eu tenho até uma foto tirada ali na Catedral, as quatro irmãs junto, tiramos uma foto ali, mas nós nunca ia lá na praça. Nós, quando era moça, nós ia fazer o *footing* na praça Coronel Salles.” (JERONYMO *apud* COSTA, 2013).

O *footing*⁷⁸ era comum no começo do século XX entre os jovens como uma forma de se conhecerem e flertarem. Porém, segundo constatou Costa (2013, p. 71), os negros e negras da época costumavam realizar o *footing* com mais frequência próximo a Igreja São Benedito e na praça Coronel Salles, locais fora do círculo geográfico do Jardim “Público”, local mais receptivo para os ricos e brancos – apesar de algumas exceções. Em vista disso, tomando como ponto de partida essa relação oposta entre os membros da elite local e os negros e negras, a parte que segue discutirá de forma mais detalhada em quais espaços eles conviviam e habitavam com maior frequência e representatividade na cidade de São Carlos.

4.2. A população negra⁷⁹

Com o pós-abolição, muitos negros e negras decidiram se estabelecer no espaço urbano de São Carlos e deram início a novas vivências e socializações, tendo exercido ocupações consideradas menos qualificadas em relação a parte dos imigrantes e outros brasileiros brancos, conforme será discutido no capítulo 5. Mesmo tendo ocupado vários espaços da cidade (OLIVEIRA, 2018), aparentemente - em um primeiro momento -, a população negra parece ter se dirigido – além de estar bem representada - em três bairros em específicos: Vila Isabel, Vila Pureza e Vila Nery - onde as terras eram mais baratas, se comparadas às que havia no entorno da Igreja Matriz e mesmo no restante do centro urbano.

⁷⁸ O *footing* era caracterizado por ser um passeio a pé, “(...) no qual as mulheres andavam em um sentido e os homens em outro, de modo a cruzarem olhares, se conhecerem e flertarem.” (COSTA, 2013, p. 71).

⁷⁹ A escrita desse tópico do capítulo 3 só foi possível graças aos trabalhos de Natália Alexandre Costa (2015) e Joana D’Arc Oliveira (2018) sobre a povo negro no pós-abolição em São Carlos, suas trajetórias de vida e os espaços por eles ocupados. Grande parte do que segue a seguir foi escrito com base no trabalho dessas duas pesquisadoras, que expandiram o assunto na historiografia social sobre São Carlos, apresentando uma série de dados sobre os negros e negras na região urbana do município.

De acordo com Truzzi (2007), após o fim oficial da escravidão, muitos teriam se reunido próximos à Fazenda Pinhal, ao sul do município, “(...) aglutinando-se na então periferia, justamente na saída da estrada que ligava São Carlos à dita fazenda, e formaram um bairro de negros, existente ainda hoje e conhecido por Vila Isabel” (TRUZZI, 2007, p. 66). Segundo Lima (2008, p. 57) e Natália Alexandre Costa (2015, p. 50), essa região periférica da cidade foi formada pelo loteamento de terras de seu antigo proprietário, Casimiro Guimarães, em 1891, interessado em criar um bairro e construir uma capela em honra à Santa Isabel. Relatos de um ex-pároco da igreja, padre Tombolato (2015), registrados por Costa (2015), comprovam a presença negra em tal região:

O nome de Vila Izabel, foi dado, a êsse local, primeiro, por causa, da Capela, dedicada a Sta. Izabel, e, depois em atenção a Princesa Isabel, a Redentora, dos escravos negros, no Brasil; já, que (...) muitos ex-escravos, vieram, aqui, se estabelecer. Isto tudo, segundo, depoimentos de D. Julia Rafael Francisco que, junto com seu marido, Rafael Francisco 34, foram alguns, dentre os primeiros, ex-escravos que, aqui, vieram se estabelecer. E que conheceram, pessoalmente, o Sr. Casimiro Guimarães, e o surgimento da Vila Izabel, desde seus primórdios. (...) [A capela de Santa Izabel] já existia desde 1898, construída, pelo Sr. Casimiro Guimarães e família, que eram cristãos. Católicos, muito piedosos, e devotos de Sta. Izabel, Rainha de Portugal, a cuja proteção, recorriam sempre, nos casos, das mais urgentes necessidades, porque eram de Portugal, da região de Coimbra, do lugar, onde estava e está, até hoje, o túmulo dessa Rainha Santa, no convento de Sta. Clara. E também, em atenção, ao nome de sua esposa, e de uma de suas filhas, que se chamavam Izabel. Essa, teria sido, então, a razão, de terem trazido, de sua terra natal, a pequenina Imagem, que, como um amuleto, de estimação acompanhava-os, para que ela, Sta. Izabel, fosse sempre, sua especial protetora, e, para ela, logo que se acharam, em condições financeiras razoáveis, levantaram em sinal de gratidão, a pequena capela, em terras naquêles tempos, próximas a São Carlos, no local que veio a ser, hoje, a Vila Izabel. E, isso fizeram, por dois grandes motivos: 1º porque eram portugueses, e grandes devotos, da Rainha Sta. Isabel (...). E depois, porque, como Cristãos, Católicos e Devotos, dessa Rainha Santa, procuravam imitar-lhes as virtudes (...). E, com esse intuito, socorriam, facilitando o mais que podiam, os pobres ex-escravos, negros que haviam sido libertados, há pouco (...). E ele Sr. Casimiro Guimarães, procurava, de alguma maneira, ajudá-los, cedendo-lhes pedaços de suas terras, para que construíssem os seus barracos, para morar, pagando-lhes depois, como pudessem, ou mesmo, com trabalhos em suas terras ou fazenda (PADRE TOMBOLATO, 2006 *apud* COSTA, 2015, p. 51).

O bairro Vila Isabel, entretanto, também teve influência das elites na época, as quais influenciaram em sua estruturação, pois seus terrenos foram cedidos em troca de trabalho, e não doados ou vendidos aos negros e negras antes escravizados, impedindo, assim, uma liberdade plena desses indivíduos com o pós-abolição (COSTA, 2015, p. 52). Por ser o bairro periférico mais afastado da cidade em relação à Vila Nery, Vila Pureza e Vila Prado, o Vila Isabel, durante muitos anos, não foi equipado com redes de esgoto, água e tampouco luz elétrica. Essas condições, conforme afirmou Costa (2015, p. 52-53),

foram melhoradas por “(...) João Francisco (filho do casal de ex-escravos citado no texto do padre Tombolato: Julia Raphael Francisco e Raphael Francisco)”. Homem negro, João Francisco, por meio de muitas negociações políticas e realização de comícios com candidatos da cidade, pôde trazer melhorias para o bairro Vila Isabel, conferindo-lhe pavimentação nas ruas, rede de esgoto e luz elétrica (COSTA, 2015, p. 52-53).

Já o bairro Vila Pureza, localizado a noroeste do município, tinha um espaço de socialização conhecido como “cinzeiro”, referência à elevada população negra que se reunia toda semana para “(...) cantar e fazer batucada em uma espécie de praça, em um terreiro localizado próximo à atual Escola de Engenharia [hoje USP Campus São Carlos]” (TRUZZI, 2007, p. 63-64). De acordo com registros do censo de 1907, havia no bairro 94 pessoas negras e 106 brancas (OLIVEIRA, 2018, p. 163).

Assim como o Vila Isabel, o Vila Pureza foi constituído a partir de loteamentos de um proprietário, tendo sido, na ocasião, Manoel Antônio de Mattos. A área onde o bairro se formou era bastante conectada às condições de baixa salubridade e epidemias da cidade, uma vez que por lá foi edificado um matadouro em 1886 e, anos mais tarde, um Lazareto de Variolosos, um Hospital de Isolamento e uma Santa Casa de Misericórdia, responsáveis por acomodar pacientes nos tempos de epidemia do município ainda em fins do século XIX e começo do século XX (COSTA, 2015, p. 56-57).

Oliveira (2018, p. 62), após entrevistar Sebastião Nunes, nascido em 1927 em São Carlos no bairro Vila Pureza, pôde ter acesso às memórias de seu pai José Nunes, ex-escravizado, que adquiriu terras do senhor Mattos, loteador dos terrenos do bairro. De acordo com Costa (2015), a Vila Pureza sofreu ocupações bastante distintas de um modo geral, podendo elas serem divididas em duas partes: a região extremo-sul e a norte. No eixo sul, o bairro estaria conectado à parte central da cidade, por meio da continuação das ruas XV de Novembro e Carlos Botelho, sofrendo muita influência das construções existentes no núcleo central. Por ser uma região de terreno elevado, parte da elite decidiu lá se fixar, para fugir dos miasmas⁸⁰ acumulados nas partes mais baixas do terreno. Já a parte norte do bairro “(...) sofreu outro tipo de ocupação bastante diferente, habitada pela população de baixa renda, dentre os quais muitos negros. A desvalorização das terras, muito próximas dos equipamentos ligados à saúde e higiene, barateou os terrenos e aluguéis” (COSTA, 2015, p. 37).

⁸⁰ Os miasmas eram conhecidos como gases maléficos, capazes de causar danos à saúde. De acordo com as teorias científicas do século XIX, eles poderiam também ser encontrados em cemitérios, exigindo o afastamento destes das partes centrais das cidades.

Em 1907, segundo Oliveira (2018, p. 171), o bairro era o mais representativo da população negra do período, se comparado com o restante da população branca no município. Em decorrência disso, tal espaço se tornou “um reduto da cultura negra local”. Octavio C. Damiano (1955, p. 89), memorialista de São Carlos, mencionou que o Vila Pureza era repleto de cortiços e casebres, sendo também nomeado de “Bola Preta” em anos posteriores. Nos terrenos vagos, quando ainda eram poucas as casas no local, “havia batuques todos os sábados que Deus dava, que se prolongavam animadamente por muitas horas. Foram os precursores das escolas de samba (...)” (DAMIANO, 1955, p. 89). Portanto, pode-se entender que o bairro, além de ser local de grande representatividade do povo negro em São Carlos, também era espaço de sua manifestação cultural.

Ainda segundo os relatos memorialísticos de Damiano (1955, p. 90-91), havia também visitas frequentes de moradores de outros bairros e regiões de São Carlos, que “(...) vinham de longe para apreciar os dançarinos. Sendo que alguns rapazes da cidade, mais folgazões arrebatados pelo ritmo, também entravam na dança, mas qual! Fracassavam redondamente” (DAMIANO, 1955, p. 91). Pode-se perceber, então, o envolvimento de parte da população – residente fora do bairro – nesses “famosos batuques”, instigadores de curiosidade. Com o passar do tempo, esses eventos foram transferidos para os terrenos privados, onde desapareceram lentamente, conforme conta Damiano (1955, p. 91).

Figura 10 - Vista aérea da Vila Pureza em primeiro plano (s. d.)



Fonte: Costa (2015, p. 58).

Outro espaço ocupado pela população negra, o bairro Vila Nery, por sua vez, também foi formado pela doação de terras, porém essas eram particulares e foram cedidas para Câmara Municipal, a qual, depois, gerenciou os lotes, ruas e espaços públicos, diferentemente dos bairros Vila Pureza e Vila Isabel, em que seus antigos proprietários realizaram a cessão de terras em troca de trabalho dos habitantes lá estabelecidos. Durante o surgimento do bairro, o traçado do núcleo urbano foi estendido até sua área por meio da abertura de ruas no sentido leste da cidade. Isso conferiu ao bairro um formato estreito no sentido norte-sul e comprido de Leste-Oeste, “de modo que as características de sua ocupação mudassem significativamente de um extremo ao outro, pois se a Leste o bairro se aproximava da zona rural, a oeste ele encontrava o núcleo central” (COSTA, 2015, p. 44).

No início de sua história, o Vila Nery foi o local onde foi construído o segundo cemitério da cidade, fundado em 1891, fechado pouco tempo depois em virtude das concepções higienistas do período, bem como pela expansão urbana e populacional no bairro. Apesar de a população negra ser bem numerosa nesse local, com cerca de 132 pessoas em relação aos brancos (306 pessoas), não havia representação significativa dos negros e negras se comparado ao Vila Pureza, onde estes quase se equiparavam aos brancos (OLIVEIRA, 2018, p. 163).

Costa (2015, p. 45) entrevistou uma antiga moradora do Vila Nery, chamada Aparecida P. Jeronymo, mulher negra, que relatou ter vivido muita gente rica no bairro na primeira metade do século XX, sendo sua família uma das mais pobres da região:

Lá era tudo casa boa, bonita. Era tudo gente que tinha dinheiro, gente mais ou menos tipo classe média, gente que tava bem de vida. Não existia assim, pedinte e essas coisas. Eu acho que a família mais pobre que tinha ali naquele pedacinho era a minha (APARECIDA P. JERONYMO *apud* COSTA, 2015)

Ao extremo leste do bairro havia uma transição entre os meios rural e urbano, pois fazendas se conectavam ao bairro nesse eixo espacial, onde se concentrava a maior parte da população de baixa renda. Uma informação interessante, constatadora da periferização do bairro Vila Nery, diz respeito à existência de um bordel também no extremo leste da propriedade, administrado por uma mulher negra até a segunda metade do século XX. Benedita Ribeiro, uma das antigas funcionárias do bordel, relatou a Costa (2015, p. 46) sua trajetória de vida: fugiu de uma situação familiar, veio para São Carlos com os filhos

e foi empregada do bordel, exercendo atividades como lavar as roupas das moças que lá viviam e cuidar de suas refeições. Com esse emprego, Benedita foi capaz de comprar o terreno vizinho e construir sua casa com outras famílias de negros e negras da região.

A área centro-oeste do bairro, por sua vez, diferente da área do extremo leste, recebeu investimentos de infraestrutura no início do século XX, dentre os quais se pode citar a instalação da linha de bonde em 1914, sendo seu último local de parada e de retorno um local chamado “balão do bonde”, atualmente uma praça. E, próximo a esse local, foi fundado o Nery Parque em 1918, uma espécie de clube esportivo para os adultos e crianças da elite (COSTA, 2015, p. 47).

Apesar de não ser o espaço mais lembrado e marcado pela presença negra, o centro da cidade também abrigou um significativo contingente dessa população. Nele, conflitos entre negros, imigrantes e brasileiros brancos eram constantes, e se caracterizam por serem desde brigas em bares até mesmo mortes por atraso no pagamento de aluguel. Ao investigar os processos crime arquivados na Fundação Pró-memória de São Carlos, Oliveira (2018, p. 74) encontrou o caso de uma mulher negra chamada Anna Mendes, que fora assassinada cinco anos depois da morte de um homem pardo, chamado Martins, em 1898, devido à uma dívida de aluguel que estava atrasada.

Também conhecida como Anna Espada - provavelmente devido ao seu comportamento, sua aparência ou mesmo crenças que eram julgadas incoerentes para a época -, Anna Mendes, contava com 45 anos de idade, era viúva, brasileira e morava de aluguel na Rua Riachuelo, número 13. Lavadeira, ela “parecia ser a única responsável por seu sustento” ao lavar roupas de soldados e de outras pessoas. Durante a reunião com os peritos na discussão do crime de ter deixado de pagar aluguel da casa em que morava, Anna Mendes foi descrita como “(...) uma mulher frágil, de estatura pequena e franzina (...)”. Era 22 de outubro de 1898 quando houve o conflito entre ela e o italiano Chiomino Giovanni Francisco, o qual trabalhava como carroceiro para o padre Matheo Pugliasi, proprietário do imóvel de residência de Anna Mendes (OLIVEIRA, 2018, p. 74-75).

Chiomino, com intuito de cobrar os aluguéis atrasados de Anna Mendes – que contava então 20 Mil Réis -, se dirigiu à casa dela, e ela, por não ter a quantia necessária para pagá-lo, não foi capaz de reagir às injúrias do italiano. Inicialmente, Anna foi defendida por sua vizinha, Serafina di Face, italiana e viúva que residia na rua Riachuelo, n. 9. De acordo com Oliveira (2018, p. 76), o fato de Serafina ter defendido sua vizinha Anna, é um indicativo de que, em determinadas ocasiões,

“(...) as questões de gênero e do cotidiano se sobressaíam às étnicas e raciais, unindo indivíduos que partilhavam vivências similares. Anna e Serafina eram antes de qualquer diferença racial, mulheres pobres e viúvas, que se constituíram diariamente como agentes de suas vidas, provendo recursos por meio da ocupação informal.” (OLIVEIRA, 2018, p. 76).

Neste caso, destacou-se também uma outra mulher italiana, chamada Fortunata Francisca, com 28 anos, residente na rua Riachuelo, n. 5, a qual foi responsável por mandar ir embora o italiano Chiomino, enquanto este discutia com Anna, sem reação durante o acontecimento. O responsável por sua morte foi Thomaz Giampá, italiano de 22 anos de idade, casado e marceneiro, residente na rua Riachuelo, n. 11. Thomaz era genro de Serafina di Face e, acidentalmente, segundo relatos das testemunhas no local, ele teria atingido Anna Mendes com dois tiros direcionados inicialmente à Giovani Chiomino. Após ela ter sido morta, tanto ele, quanto Giampá teriam negado sua culpa, tendo, de certa forma, compactuado um acordo implícito em decorrência do crime para se livrarem de maiores complicações jurídicas⁸¹ (OLIVEIRA, 2018, p. 76-78).

Outra ocorrência merecedora de menção para o presente trabalho foi registrada em 1902, e se caracterizou por ser um homicídio cometido por Vicente Xavier contra Cypriano de Barros. Ambos eram homens pretos, mas o censo registrou a vítima como homem preto e o culpado como pardo. Neste caso, Oliveira (2018, p. 78) mencionou que o indiciado pelo crime foi condenado, nos levando a constatar “(...) que a cor da pele exercia [influência] sobre as averiguações, andamento e julgamento dos casos.” (OLIVEIRA, 2018, p. 78).

Vicente Xavier da Rocha era praça de polícia, homem pardo e fora acusado de “ofender fisicamente” Cypriano de Barros, homem preto, o qual também tinha a ocupação de praça de polícia. O crime teria acontecido no bar Pão Chinês, localizado na Rua José Bonifácio, esquina com a Rua Municipal (atual Major José Inácio). Vicente Xavier da Rocha, durante os questionamentos da polícia, teria afirmado sobre o ocorrido:

“Há tempos me apaixonei da rapariga de nome Joaquina residente na Rua do Mercado, não sei o número, com quem vivi bem há uns três ou quatro meses. Joaquina era mulher da vida virada e eu não era positivamente amasiado com ela. Há um mês foi destacado para São Carlos o praça Cypriano que já havia morado aqui e tido um relacionamento com Joaquina. Ao voltar para cá retomou o relacionamento com ela e sabendo do meu ciúme todos os dias me falava que tinha passado a noite com Joaquina.” (PROCESSO CRIME Nº

⁸¹ Conforme observou Oliveira (2018, p. 77) os culpados teriam dito que não viram o responsável pelos disparos, “(...) demonstrando alto grau de proteção para com os brancos italianos envolvidos no delito, pois das oito testemunhas convocadas para deporem, sete eram de nacionalidade italiana e uma de nacionalidade portuguesa.” (OLIVEIRA, 2018, p. 77).

A partir dos relatos apresentados acima, fica evidente que o conflito foi gerado por ciúmes entre os praças de polícia por Joaquina, mulher mulata, pessoa com quem Vicente teve um relacionamento amoroso. Esta, chamada Joanna Augusta Silvestre de Oliveira, contava com 18 anos de idade, tinha nascido em Queluz/RJ, era solteira e analfabeta, tendo declarado exercer a ocupação de doméstica na Rua do Mercado (atual Geminiano Costa), n. 3, contrariando em seu depoimento as declarações de Vicente e das outras testemunhas sobre ela ser “rapariga, prostituta e mulher virada”. Durante o incidente, Vicente estaria inconformado com o comportamento de Joanna, sua amada, uma vez que, mesmo ambos não tendo algo sério, ele demonstrava se sentir no direito de ela lhe dever satisfações (OLIVEIRA, 2018, p. 78-79).

Se sentindo no direito de controlá-la e com o orgulho ferido, Vicente, então, foi ao bar e venda Pão Chinês, onde teria encontrado Joaquina acompanhada de outras mulheres e do soldado Cypriano, com quem quis tirar satisfações. No momento, ele teria dito a Vicente “(...) que Joaquina tinha dormido com Gabriel na noite passada e com ele em várias outras.” Diante desta afirmação, o réu quis agredir fisicamente Joaquina, a qual foi defendida por Cypriano, morto durante o conflito. Como consequência, Vicente foi declarado culpado, tendo sido o botequim e venda Pão Chinês “(...) palcos de conflitos envolvendo negros no município”. (OLIVEIRA, 2018, p. 79).

Estes foram apenas alguns dos vários conflitos ocorridos entre negros, imigrantes e brasileiros no espaço urbano de São Carlos entre o final do século XIX e início do XX. As informações acima, colhidas dos processos crime por Oliveira (2018), são fortes indicativos de como era parte do cotidiano de negros e negras em convívio com outros grupos étnicos, os quais serão discutidos no tópico a seguir.

4.3. A população dos imigrantes estrangeiros

Chegados no município desde 1870 para o trabalho nas fazendas de café no meio rural, os imigrantes, principalmente os italianos, também se estabeleceram na região urbana de São Carlos. Segundo Bortolucci (1991, p. 28), enquanto as elites ocuparam as áreas próximas à Igreja Matriz, ao norte da cidade, os estrangeiros se instalaram mais ao sul do município, após o córrego do rio Gregório. A exemplo disso, a área “(...) desde a

baixada do Mercado até as imediações da Estação Ferroviária (...) era [conhecida como] a ‘*Piccola Calabria*’ [Pequena Calábria], ou “Baixa Calábria” (BORTOLUCCI, 1991, p. 28).

Tal nome *Piccola Calabria* – parte também do imaginário local – talvez faça referência ao grande número de italianos advindos do sul da península, que abriram seus pequenos negócios e construíram casas nessa região ao sul da cidade. Conforme cita Silvia Maria Mazutti (2009, p. 47), a região era vista pelos jornais e pela população da época como discriminada, mal habitada, sem policiamento e sem muitos eleitores, revelando o elevado número de estrangeiros. Também era pejorativamente caracterizada pela fama de conter calabreses, italianos “(...) depreciados, marginalizados e que exerciam atividades pouco remuneradas e sem grandes qualificações profissionais” (MAZUTTI, 2009, p. 47).

De acordo com Neves (2007b, p. 29), os primeiros italianos estabelecidos na área urbana eram calabreses, sicilianos, napolitanos, apúlios, abruceses e lucanos, todos do sul do país europeu. Esses imigrantes também teriam sido os primeiros a se agremiarem na “*Società Meridionali Uniti Vittorio Emmanuele III*”, associação fundada em 3 de agosto de 1900, sendo sua sede localizada na rua General Osório, rua integrante da *Piccola Calabria*. Em tal rua foi possível constatar – como será discutido no próximo capítulo – a presença unânime de estabelecimentos comerciais comandados por italianos. Talvez o fato de terem construído uma associação na rua General Osório não seja mera coincidência, sendo mais um indicativo da forte presença desse grupo de imigrantes nessa região. Todavia, estudos mais detalhados precisariam ser feitos para comprovar se estes imigrantes italianos realmente vieram do sul da península, conforme afirmou Neves (2007b).

O jornal da colônia italiana em São Paulo, “*Il Pensiero Italiano*”, em um pequeno fragmento textual descreveu também como os italianos residentes em São Carlos, em sua maioria procedentes da Calábria, se preparavam para comemorar os festejos de 20 de setembro⁸²:

⁸² Entretanto, mais pesquisas quantitativas e direcionadas para a temática teriam que ser feitas para realmente comprovar se a maioria dos italianos de São Carlos eram procedentes da Calábria.

Figura 11 - Descrição sobre a colônia italiana de São Carlos - 1890

Il 30 Settembre a S. Carlos do Pinhal—Abbiamo ricevuto da S. Carlos do Pinhal una corrispondenza, nella quale ci si danno particolari sui progetti grandiosi e sui meravigliosi preparativi che va concretando ed eseguendo la veramente patriottica Colonia Italiana di S. Carlos do Pinhal, composta in grandissima parte di figli di quella forte Calabria, onore d'Italia per gli uomini di mente, di cuore, d'eroismo che ha dato in ogni tempo, tanto nel campo umanitario, che civile e guerresco, nel periodo specialmente del risorgimento nazionale.

Le grandi cose, i grandi sacrifici non sono per essi ostacoli, ma stimolo e pungolo a vincerli e li vincono perché sono uniti, sono concordi, sempre quando trattasi di onorare l'Italia, celebrarne le glorie patrie.

Riferiremo quindi domani quella corrispondenza, non avendo spazio e tempo di pubblicarla oggi, lieti che ovunque si procuri di solennizzare quella data memoranda in modo degno e solenne.

In questa gara di festeggiamenti la Colonia di S. Carlos avrà il primato; sia lode ad essa ed ai bravi connazionali che vi concorrono con denaro e coll'opera. A domani dunque.

Fonte: IL PENSIERO ITALIANO (1890, p. 1).

Em sua pesquisa sobre as associações italianas em São Carlos, Carla Fernandes da Conceição (2020, p. 32) pôde perceber como os imigrantes precisaram construir e estruturar novas relações com a sociedade que os acolheu. Por causa disso, associações étnicas foram criadas por todo o interior de São Paulo com o objetivo principal de preservar a identidade, bem como facilitar a inserção desses imigrantes na sociedade brasileira. Em São Carlos, além da “Società Meridionali Uniti Vittorio Emmanuele III”, houve a criação da “Società Dante Alighieri” – as principais associações italianas do município – em 1902, situada em seus primeiros anos na rua São Joaquim e, depois, na rua Nove de Julho⁸³. Vale destacar também que, conforme afirmou Conceição (2020, p. 76), “(...) a organização de tais imigrantes em uma associação étnica favorecia uma distinção social perante a colônia italiana local, que era, em sua maioria, analfabeta e ligada aos trabalhos no campo” (CONCEIÇÃO, 2020, p. 76).

⁸³ Essas foram as maiores e mais influentes associações étnicas da cidade, porém, antes mesmo da criação de ambas, já existia a *Società Beneficenza Italiana di Mutuo Soccorso*, fundada antes da Dante Alighieri em 1902, e a *Società Ginnastica Educativa Cristoforo Colombo*, fundada em 1894 (CONCEIÇÃO, 2020, p. 38).

Entre a colônia italiana de São Carlos, era comum a ocorrência de festas e comemorações cívicas de sua pátria natal. Em 30 de agosto de 1890, por exemplo, o Jornal “Il Pensiero Italiano” noticiou a ocorrência de uma festa para o dia 20 de setembro, data na qual os italianos comemoravam a tomada de Roma - ou questão de Roma -, caracterizada pelo *Risorgimento* ou Unificação da Itália⁸⁴:

Figura 12 - Anúncio sobre a festa de 20 de setembro em São Carlos do Pinhal - 1890

<p>Corrispondenze Brasiliane</p> <p>S. Carlos do Pinhal 26 agosto Egredi Redattori</p> <p>Come vi ho promesso in lettera particolare eccovi la mia prima breve corrispondenza al vostro pregiato giornale che fu accolto con entusiasmo.</p> <p>Vi notifico, cari amici, che i preparativi per la solenne commemorazione del 20 settembre sono già bene incamminati e che i sacrifici, tutti gli sforzi degli italiani qui residenti saranno senza dubbio coronati dal miglior successo. Difatti vedrete dal programma che vi sarà inoltrato fra breve che finora in nessuna parte del Brasile la colonia italiana diede festeggiamenti simili.</p> <p>Il ricevimento del R. Console di S. Paulo che diede parola di venir tra noi sarà grandioso e degno del nostro benemerito rappresentante.</p>	<p>Passeggiata civica, rivista, grande parata del battaglione garibaldino, musiche, fanfare e uno spettacolo di fuochi d'artificio come non se ne vedono facilmente in questi paesi e puranche grandi nelle città.</p> <p>Per aver tutto questo potete ben immaginare che si raccolsero dei bei fondi e difatti sia detto ad onore della colonia italiana di qui, tutti risposero generosamente dando una prova di vero patriottismo.</p> <p>Per oggi come dissi mi limito a poche righe, essendo stato primo scopo di questa lettera il mandare il saluto al <i>Pensiero Italiano</i> che spero alle feste del 20 avrà qui un suo degno rappresentante apposito.</p> <p>Non chiudo però questa mia senza lodare come meritano gli iniziatori della commemorazione e tutti coloro che contribuiscono perchè riesca splendida, tanto da poter dire che in questa occasione S. Carlos si mette in prima linea.</p> <p>Vi stringo a tutti la mano con affetto fraterno.</p> <p style="text-align: right;">GIOVANNI BARBETTA</p>
--	--

Fonte: IL PENSIERO ITALIANO (1890, p. 1).

A notícia reforça que o evento estaria sendo feito com muito “esforço” por parte dos italianos em São Carlos e que contaria com bandas musicais, fanfarras e fogos de artifício, sendo a comemoração uma prova verdadeira de todo o patriotismo por parte deles.

Fortemente influenciada e mesmo impactada pelos imigrantes italianos, São Carlos se caracterizava como a cidade do interior paulista com maior contingente desta

⁸⁴ De acordo com João F. Bertonha (2010) O *Risorgimento* foi a “(...) criação de um Estado independente italiano.”

população estrangeira, atrás de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Campinas⁸⁵ (TRUZZI E VOLANTE, 2019, p. 172). A exemplo disto, a cidade presenciou, no final do século XIX, de acordo com Monsma *et al* (2003, p. 73), a atuação de uma quadrilha de calabreses, chamada Mangano. Estes, em sua maioria, eram originários da província de Catanzaro e, frequentemente, assaltavam fazendeiros e administradores de fazendas. Um de seus planos mais ambiciosos foi o de roubar o Banco União, destruindo sua parede com dinamite, e ao mesmo tempo atacar o trem pagador da Cia Paulista. Entretanto, conforme afirmou Monsma *et al* (2003, p. 85):

o plano, que resultou no pé esmagado de Parise [um dos integrantes da quadrilha], era serrar uma parte do trilho e deixá-la no lugar, só retirando-a quando o trem se aproximasse. Antes de levar o dinheiro, eles pretendiam matar todos os sobreviventes do descarrilamento, para não deixar testemunhas. (MONSMA *et al*, 2003, p. 85).

Em 1898, a quadrilha foi dissolvida e caiu nas mãos da polícia por traição de um de seus membros, depois de um roubo na casa comercial de dois turcos. Apesar de não serem muito evidentes os motivos desta traição dentro do grupo, de acordo com Monsma *et al* (2003, p. 90), ela teria terminado por “um desejo de sair da criminalidade”.

Além da região conhecida como *Piccola Calabria*, os imigrantes, de uma maneira geral, também se estabeleceram – ainda mais ao sul da cidade – no bairro Botafogo (atual Vila Prado), onde estavam ao lado da linha férrea. Esse bairro começou a se formar em 1893 por iniciativa do Coronel Leopoldo de Almeida Prado, “(...) com suas ruas e quadras ortogonais, entretanto, orientadas segundo a direção dominante dos trilhos e não mais pelos pontos cardeais” (BORTOLUCCI, 1991, p. 30).

Grande parte da população que desembarcava em São Carlos na estação ferroviária – em especial os imigrantes estrangeiros – estabelecia-se no Botafogo, constituindo um bairro operário, formado por trabalhadores ferroviários, comerciantes, e operários das fábricas que estavam próximas aos trilhos. O entorno da estação ferroviária era um local privilegiado, uma vez que indústrias lá estabelecidas se favoreceram com a entrada e saída fácil de mercadorias, além de terem a maioria de seus trabalhadores próximos no bairro Botafogo (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS, 2018, p. 58).

⁸⁵ São Carlos contava com 8.235 italianos, enquanto São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Campinas contavam com 8.278, 10.907 e 14.529, respectivamente.

De acordo com Truzzi (2007, p. 138), a maior parte das indústrias nascentes após a chegada das ferrovias e no início do século XX foram empreendimentos de imigrantes, os quais eram atraídos pelo mercado urbano que se desenvolvia na cidade. Conseqüentemente, muitas das fábricas próximas à Estação Ferroviária eram de estrangeiros, dentre as quais se podem citar a Fiação de Tecidos São Carlos, unidades de beneficiamento de café, as serrarias de Abel Giongo (imigrante italiano) e a Santa Rosa (de um imigrante português), além da fábrica de móveis de Germano Fehr (imigrante suíço). Os estabelecimentos fabris que mais abrigaram trabalhadores foram “a indústria de móveis Germano Fehr, aberta por volta de 1917, e as serrarias de Abel Giongo e Santa Rosa; esta última, em 1916, com ‘60 operários na empresa e 120 no sertão’” (MELO, 1975 *apud* DEVESCOVI, 1987, p. 63).

Muitas fábricas criadas pelos imigrantes eram alicerçadas em pequenos estabelecimentos, movidas a poucas máquinas – ou mesmo de forma artesanal – e tinham como principal objetivo fabricar gêneros alimentícios e instrumentos de trabalho para a população da região. No período, é possível identificar fábricas de macarrão, bolachas, pregos, peneiras, dentre outras.

Houve também empreendimentos maiores pelos quais as fábricas eram direcionadas - principalmente para a venda de produtos básicos aos latifúndios cafeeiros. Nesse caso, é válido citar a Antônio Narvaes e Cia – propriedade de um imigrante espanhol – e as Indústrias Giometti – propriedade de Michelle Giometti, um imigrante italiano⁸⁶ –, estabelecidas em 1897 e 1914, respectivamente. Ambas fabricavam peneiras, rastelos, pregos, arames, grades e telas. Da mesma forma, caberia ainda citar a fundação de uma das primeiras fábricas de adubos orgânicos do país: a Facchina, no começo do século XX, dirigida pelo imigrante italiano Carlos Facchina (TRUZZI, 2007, p. 140).

⁸⁶ De acordo com Giometti (2018), Michelle Giometti saiu da Itália em 1885 e chegou ao Brasil em 1890. Após alguns anos, também incentivou a vinda de seu cunhado, Pietro Maffei, que possuía uma olaria na cidade de Lucca, na região da Toscana. Pietro Maffei veio acompanhado de sua esposa Giorgia e dos filhos Alfredo Ítala e Josephina. Estabeleceram-se em Campinas em 1877, iniciando suas atividades ao montar uma olaria. Por possuir conhecimentos de mecânica, Michelle Giometti e seu vizinho José Benetti se mudaram para São Carlos, onde montaram uma oficina de veículos. Em 1897, fundaram a “Fábrica de Vehiculos Americana M. Giometti”, além de comercializarem móveis. Com o falecimento de Pietro Maffei em 1907, Giorgia Giometti Maffei se mudou com os filhos para São Carlos, onde montou uma colchoaria com sua filha Ítala, atelier de costura de enxovais. Sua outra filha, Josephina, deu aulas na *Società Dante Alighieri*. Em 1914, associaram-se a Carlos Facchina e Luigi Picchi, imigrantes italianos, dando origem, assim, à Sociedade Industrial e Commercial de S. Carlos Facchina, Giometti e Picchi.

Outro grupo imigrante expressivo em São Carlos⁸⁷, segundo a Fundação Pró-Memória de São Carlos (2010), foi formado pelos portugueses, que começaram a chegar na região ainda nos primórdios da formação do município. Estiveram aqui desde a tomadas das sesmarias, estabelecendo propriedades privadas até grande parte do século XX. Os portugueses foram representados a partir de 1915 com a fundação de um vice-consulado⁸⁸, que tinha como funcionário Francisco Ferreira, proprietário da Serraria Santa Rosa. Além desse, caberia citar Antônio Accacio, imigrante português muito presente no ramo hoteleiro, que participou de investimentos na cidade, como

(...) a compra de uma fábrica de tecidos no Rio de Janeiro juntamente a Argeu Vinhas e Silvério Ignarra Sobrinho e sua transferência para São Carlos, em 1911, e a sociedade para a compra do Teatro São Carlos, do qual também foi gerente (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS, 2010, p. 7).

Depois dos portugueses, caberia citar outro grupo de imigrantes ibéricos, formados pelos espanhóis, os quais mesmo sendo minoria na zona urbana, também chegaram a fundar uma associação étnica, demonstrando certa articulação da colônia na cidade. Truzzi e Palma (2014, p. 472), após analisarem dados referentes aos casamentos entre espanhóis em São Carlos, puderam constatar o fato de que mesmo as origens desse grupo sendo diversas, elas foram predominantemente marcadas por pessoas que vieram do sul da Espanha:

De um universo de 533 cônjuges cujas origens puderam ser identificadas, 64% deles são andaluzes (as províncias de Granada, Almeria e Málaga contribuem com 90% desta origem regional), 8% são galegos, 7% provêm de Múrcia, 6% das Ilhas Canárias e 5% de Castela e Leão (TRUZZI e PALMA, 2014, p. 472).

Em 1896, uma associação espanhola foi fundada no município com o nome de “Sociedade Espanhola Beneficente e Instrutiva de São Carlos”, comandada por Filemon Perez, um fotógrafo espanhol, ao lado de uma diretoria formada por poucos negociantes e um industrial (TRUZZI e PALMA, 2014, p. 476).

⁸⁷ Mesmo não havendo muitas pesquisas sobre a presença de sírios e libaneses nos espaços de São Carlos, caberia também mencioná-los. Os primeiros registros de sua presença na cidade datam ainda do final do século XIX, em 1896, com a chegada do casal Nicolau Kiffury e Andume Simão (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS, 2007, p. 4).

⁸⁸ De acordo com Fundação Pró-Memória de São Carlos (2010, p. 4), o vice-consulado português dava assistência aos imigrantes aqui chegados e costumava manter comunicação constante com o Consulado português na cidade de São Paulo.

A partir de tais relatos da presença de diferentes grupos no espaço urbano de São Carlos, podemos retomar as considerações de Simmel (2013) sobre o espaço, mais especificamente sobre a qualidade do espaço referente às interações sociais. Para este trabalho, talvez essa “qualidade espacial”, descrita por Simmel (2013), sobre a proximidade ou dispersão das pessoas seja a mais importante, uma vez que diferentes grupos étnicos e raciais parecem, em um primeiro momento, terem estabelecido uma relação de vizinhança e afastamento em relação a outros que dominaram o poder político e econômico.

Talvez os exemplos mais marcantes sejam o da população negra e dos imigrantes italianos, conforme mencionados anteriormente. Os primeiros, apesar de estarem bem próximos das elites e de pessoas com melhores condições econômicas no centro da cidade, viviam como agregados – muitos criados e em ocupações domésticas - e dificilmente eram proprietários de alguma casa, vivendo de aluguel. Além disso, provavelmente por estarem na condição de agregados, ou mesmo viverem em casas de aluguel, sua presença foi mais considerável – a partir dos dados estatísticos encontrados – nos bairros Vila Izabel e Pureza, localizados às margens do núcleo urbano, em condições pouco salubres, exercendo atividades ligadas ao meio rural, como camaradas, e outras com baixa qualificação, como doceiros e cozinheiros (OLIVEIRA, 2018).

Já os italianos, mesmo estando bem representados em várias regiões da cidade, demonstraram ser numericamente mais representados entre as ruas do Mercado e Victoria – a Piccola Calabria com má fama entre os nacionais e a mídia jornalística (MAZZUTTI, 2009) -, onde tocavam seus armazéns de secos e molhados e exerciam as ocupações de alfaiates, sapateiros, barbeiros, dentre outras, além de também estarem muito concentrados nos bairros Vila Nery e Botafogo.

Baseadas a esmo em entrevistas variadas, em memórias dispersas, em artigos de periódicos, em processos judiciais selecionados, em almanaques de época e em outras fontes produzidas em datas bastantes diversas, as considerações de memorialistas e de estudiosos fornecem *insights* preciosos a respeito do modo como diferentes grupos populacionais interagiram com os diferentes espaços urbanos de São Carlos. O próximo capítulo, no entanto, oferece a oportunidade de se explorar de forma exaustiva, sistemática e muito mais precisa, um determinado momento desta interação: justamente o ano de 1907, quando o censo municipal de São Carlos foi realizado.

Capítulo 5 – São Carlos e sua população no espaço urbano em 1907

5.1. Construindo informações sociais ligadas ao espaço

Após as considerações a respeito de como se deu o processo de urbanização, e de como diferentes grupos populacionais se relacionaram com o espaço urbano, expostas nos capítulos 3 e 4, podemos retomar nossa *démarche* metodológica adiantada no capítulo 2, no qual apresentamos o censo municipal de 1907 e outros documentos contendo dados de localização dos indivíduos na cidade.

Outro problema identificado para a recuperação mais precisa de como as pessoas estavam localizadas na cidade foi que a forma como a numeração se distribuía pelas ruas era desconhecida. Ou seja, mesmo conhecendo os endereços dos indivíduos identificados, a sequência a eles atribuída no final do século XIX e início do XX ainda não se tornou completamente evidente. A exemplo disso: caso determinada pessoa, imigrante italiana, com 36 anos, proprietária, não alfabetizada e alfaiate, fosse encontrada como residente da rua São Carlos, no estabelecimento número 3, não necessariamente ela estaria ao lado da que residisse no imóvel número 4.

Esse problema da numeração das casas pôde ser parcialmente solucionado por meio do entendimento de como o censo de 1907 foi construído, pois, depois de conhecida de maneira parcial a forma como as pessoas foram nele registradas, pôde-se ter uma visão aproximada de em que trecho das quadras cada uma vivia. Mesmo havendo poucas informações sobre sua estrutura, há algumas estimativas possíveis de serem estabelecidas sobre a localização das pessoas no começo do século XX.

Rogério da Palma (2010, p. 36), ao tentar entender a configuração familiar da população de São Carlos no meio rural, nas fazendas, deparou-se com o mesmo problema de organização do censo de 1907. Para tentar suprir isso, ele identificou a existência de pequenos traços entre um grupo de pessoas e outro nas várias páginas do documento. Ao estudar os primeiros volumes, foi possível observar que onde começava um traço e terminava outro, havia a população quase exata de uma determinada fazenda. Porém, – mais uma vez –, vale ressaltar o fato de isso ser uma aproximação, estando parcialmente correto.

Na presente pesquisa, levou-se em conta a mesma forma de contar os indivíduos em cada rua ou mesmo segmento da cidade: entre cada traçado haveria a existência de uma população alocada em uma determinada rua, e assim por diante. Entretanto, diferentemente do meio rural, o meio urbano, mesmo tendo sofrido uma série de

mudanças estruturais em suas ruas, quadras e edifícios, possui maior documentação que possibilita identificar aproximadamente o imóvel da maioria das pessoas.

Figura 13 - Página do volume 7 do censo de 1907 com um “traço” que separa um grupo de outro

Fonte: Acervo da Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Nessa etapa, os memorialistas foram importantes para o auxílio da reconstrução aproximada da localização de algumas pessoas. Por meio do que disse Ary Pinto das Neves (2007a), por exemplo, a maior parte das elites e dos profissionais liberais moravam próximos à Igreja Matriz e no entorno do Jardim Público. É descrita a posição onde estava a residência de cada fazendeiro e das lojas que complementavam o status daquela região como espaço mais elitizado:

No meio do quarteirão, bem mais tarde, outro irmão, Bento Carlos de Arruda Botelho e sua mulher dona Maria Isabel de Oliveira, filha dos barões de Dourado e neta dos viscondes de Rio Claro, edificaram nos primeiros anos da década de [18]90 o elegante palacete que ainda hoje ostenta as suas sacadas, torneadas de ferro e cuja chácara se alargava até a rua de baixo, ao nível do alagado do [rio] Gregório e da qual restam, até bem pouco tempo, as antigas colcheiras, na atual Rua Jesuíno de Arruda. Fechando o pátio, já na esquina da Rua da Mata com Dona Alexandrina, o coronel Paulino Carlos de Arruda Botelho, casado com dona Ana Flora Ferraz Coelho, e portanto também irmão e concunhado do futuro conde do Pinhal (eram quatro irmãos casados com

quatro irmãos, erguera, igualmente, sua residência, suficientemente vasta para abrigar os seus vinte e três filhos. Aí residiu depois o benemérito dr. Seraphim Vieira de Almeida, seu genro, casado com sua filha dona Sebastiana (atualmente, nela se abriga a Escola Machado de Assis) (NEVES, 2007a, p. 48).

Como é possível notar a partir do trecho acima, Neves (2007a) traçou uma descrição detalhada sobre onde cada membro da família Arruda Botelho tinha residências na cidade. Sabe-se que a maioria dessas pessoas consistia em grandes latifundiários e, muitas vezes, tinham casas no centro urbano, mas raramente as frequentavam, ficando grande parte de suas vidas nas fazendas ou mesmo na capital São Paulo para tratar de negócios.

Neves (2007b) também traz informações relevantes sobre algumas casas comerciais na cidade. Na obra “São Carlos na Esteira do Tempo”, além de relatos memorialísticos, têm-se gravuras do pintor são-carlense Julio Bruno de diversos edifícios históricos (Figura 14).

Figura 14 - Casa de Gabriel Gagliardi (c. 1890) desenhada por Julio Bruno

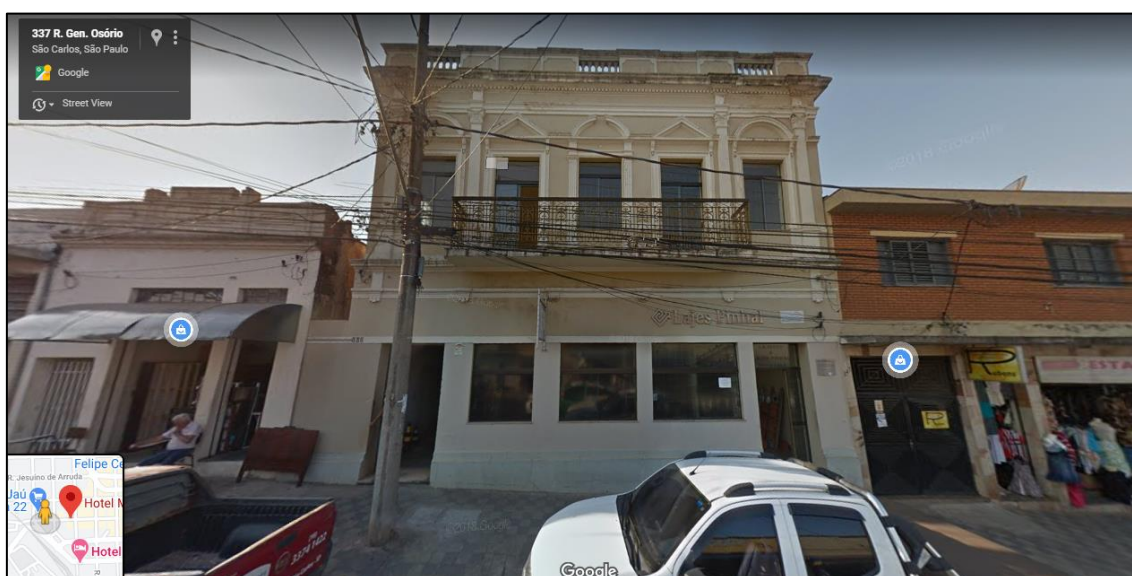


Fonte: Neves (2007b, s. p.).

Na Figura 14 há a seguinte descrição:

Residência do comerciante italiano, Gabriel Gagliardi, construída em 1895. Os baixos do sobrado serviam para o armazém atacadista. Havia primitivamente um sótão, com um galo servindo de ventoinha. As portas de madeira, com ornatos clássicos, foram trabalhadas pelo artista Francisco Scalamandrê. Localiza-se na rua General Osório, entre Riachuelo e Visconde de Inhaúma (NEVES, 2007b, s. p.)

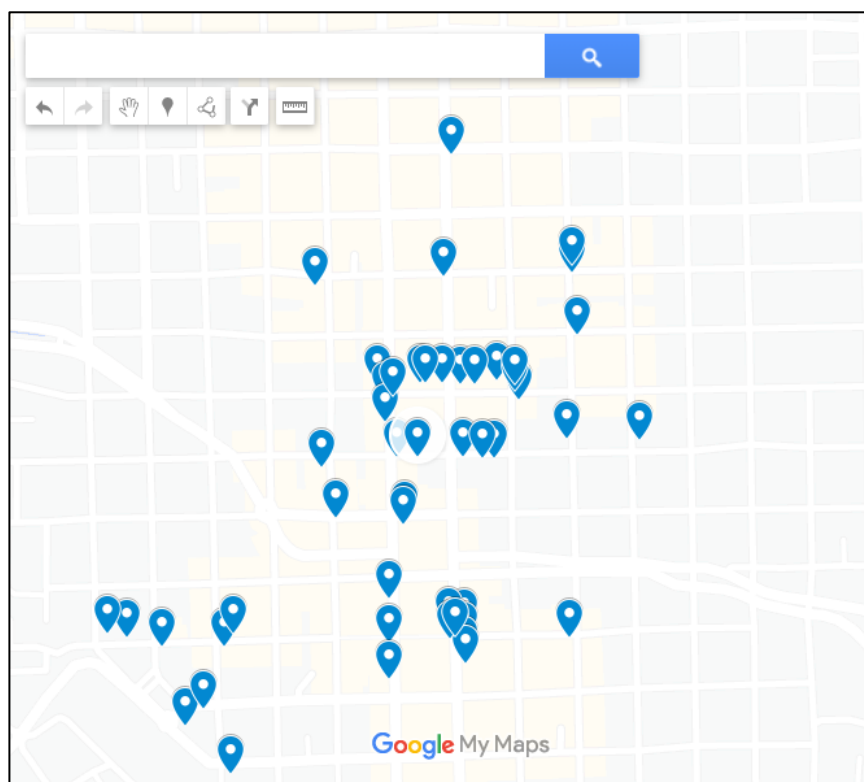
Figura 15 - Antiga Residência de Gabriel Gagliardi (c. 2010), atual “Lajes Pinhal”



Fonte: Google Maps.

Com isso, foi possível encaixar algumas descrições de Neves (2007a e 2007b) no atual mapa de São Carlos, com a finalidade de identificar previamente onde algumas pessoas residiam para, depois, estimar a localização de outras com os dados obtidos com a junção dos documentos de localização e o censo de 1907 (dados socioeconômicos).

Figura 16 - Estabelecimentos e pessoas localizadas a partir dos relatos de Neves (2007a)



Fonte: Google Maps.

Quadro 1 - Pessoas e estabelecimentos encontrados na região da estação ferroviária a partir de relatos memorialísticos e dados de almanaques

Nome/estabelecimento	Número do estabelecimento
Hotel Toscano ⁸⁹	desconhecido
Hugo Dornfeld & Cia ⁹⁰	2
Serraria de Abel Giongo ⁹¹	1

Fonte: elaborado pelo autor.

⁸⁹ Fonte: Almanaque de 1928, p. 7.

⁹⁰ Fonte: Almanaque de 1928, p. 5.

⁹¹ Fonte: Almanaque de 1915, s. p.

Quadro 2 - Pessoas e estabelecimentos encontrados na rua General Osório a partir de relatos memorialísticos, dados de almanaques e fotografias

Nome/estabelecimento	Número do estabelecimento
Serraria Santa Rosa de F. Ferreira e Santiago ⁹²	desconhecido
João Gagliardi ⁹³	39b
A. I. e Cerri Fábrica de Licores, Xaropes e Vinagres, com fábrica de Sabão ⁹⁴	4
João Villari	73
José Gullo ⁹⁵	77
Pedro Rizzini (Casa Rizzini) ⁹⁶	38
Relojoaria de Guilherme Frigori ⁹⁷	241
Francisco de Senzi (Casa de Senzi) ⁹⁸	52
Nicolau Dibo ⁹⁹	155
Società Vittorio Emanuele III ¹⁰⁰	desconhecido

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 3 - Pessoas e estabelecimentos encontrados na região próxima à Igreja Matriz a partir de relatos memorialísticos, dados de almanaques e fotografias

Nome/estabelecimento	Número do estabelecimento
Antiga residência de José Joaquim de Abreu Sampaio e de Eulália Carolina de Meira ¹⁰¹	desconhecido
Região aproximada da casa do padre Joaquim Botelho da Fonseca ¹⁰²	desconhecido
Residência de Joaquim de Meira Botelho ¹⁰³	desconhecido

⁹² Fonte: Almanaque de 1928, *s. p.*

⁹³ Fonte: Neves (2007b, p. 159).

⁹⁴ Fonte: Almanaque de 1905.

⁹⁵ Fonte: Acervo Digital Fotográfico FPMSC, Coleção Porceno Marino.

⁹⁶ Fonte: Neves (2007b, p. 229).

⁹⁷ Fonte: Almanaque de 1915, *s. p.*

⁹⁸ Fonte: Almanaque de 1915, *s. p.*

⁹⁹ Fonte: Acervo Digital Fotográfico FPMSC.

¹⁰⁰ Fonte: Neves (2007b, p. 90).

¹⁰¹ Fonte: Neves (2007a, p. 50).

¹⁰² Fonte: Neve (2007a, p. 50-51).

¹⁰³ Fonte: Neves (2007a, p. 50).

Região da antiga residência de Bento Carlos de Arruda Botelho ¹⁰⁴	desconhecido
Casa de Major Domingos José Inácio ¹⁰⁵	desconhecido
Palacete Conde do Pinhal ¹⁰⁶	desconhecido
Casarão Mattos de João Baptista Arruda e Cândida Maria de Pureza ¹⁰⁷	desconhecido
Região Aproximada da Loja das Flores ¹⁰⁸	desconhecido
Região aproximada da Joalheria e Ourivesaria de José Ricchezza ¹⁰⁹	desconhecido
Residência de Comendador Luiz Antonio de Souza Barros	desconhecido
Residencia inicial de Paulino Carlos, que depois foi de Dr. Seraphim Vieira de Almeida ¹¹⁰	desconhecido
Palacete Bento Carlos	desconhecido
Loja "Ao Espelho de Crystal" ¹¹¹	desconhecido
Residência de Joaquim de Meira Botelho e Brasilina Coelho. Depois residência de tabelião Liberato de Mattos ¹¹²	desconhecido
Casarão do Coronel José Augusto de Oliveira Salles ¹¹³	desconhecido
Residência onde viveu inicialmente o major José Inácio Camargo Penteado ¹¹⁴	desconhecido
Região do palacete de major Joaquim Roberto Rodrigues Freire e de Maria Jacintha de Meira (filha de Carlos José Botelho) ¹¹⁵	desconhecido
Região aproximada da Joalheria Parisiense ¹¹⁶	desconhecido

¹⁰⁴ Fonte: Neves (2007a, p. 50).

¹⁰⁵ Fonte: Neves (2007a, p. 50).

¹⁰⁶ Fonte: Neves (2007a, p. 49).

¹⁰⁷ Fonte: Neves (2007a, p. 49).

¹⁰⁸ Fonte: Neves (2007a, p. 51-52).

¹⁰⁹ Fonte: Neves (2007a, p. 51).

¹¹⁰ Fonte: Neves (2007a, p. 48).

¹¹¹ Fonte: Neves (2007a, p. 51).

¹¹² Fonte: Neves (2007a, p. 48).

¹¹³ Fonte: Neves (2007a, p. 47-48).

¹¹⁴ Fonte: Neves (2007a, p. 48).

¹¹⁵ Fonte: Neves (2007a, p. 51).

¹¹⁶ Fonte: Neves (2007a, p. 51).

Residência de Visconde da Cunha Bueno ¹¹⁷	desconhecido
--	--------------

Fonte: elaborado pelo autor.

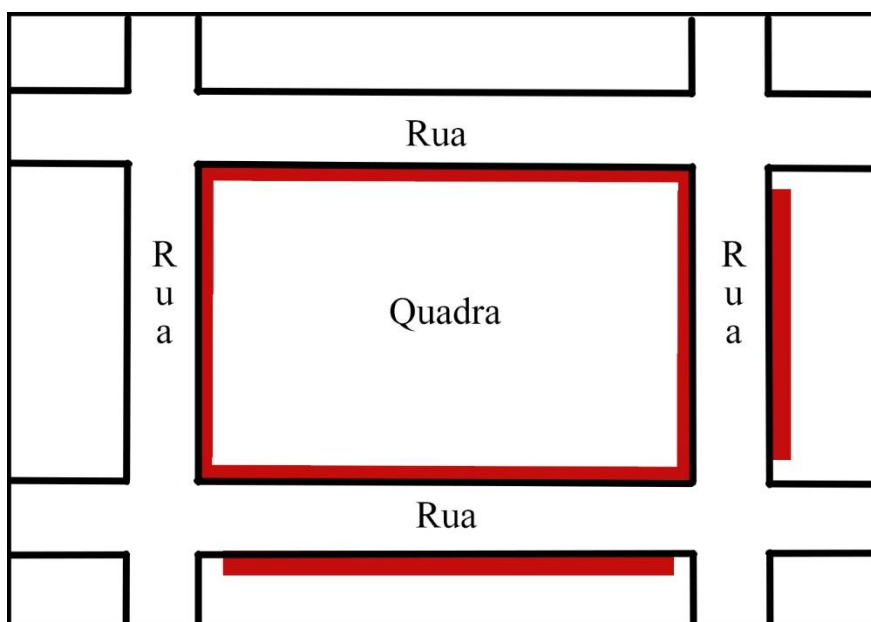
Para entender como funcionava a numeração das casas e onde cada pessoa estava localizada, a fim de elucidar maiores informações sobre a configuração das pessoas no espaço urbano de São Carlos, algumas regiões estratégicas da cidade foram levadas em conta. Tais regiões demonstram – a partir de fontes bibliográficas já apresentadas no capítulo 4 e documentais - terem abrigado em seus espaços populações negras, imigrantes e membros das elites de formas diferentes, sendo nelas determinados grupos mais numerosos em relação a outros, indicando, assim, pressupostos coerentes para se iniciar a extração de informações. As áreas definidas foram: a região da Piccola Calabria, o entorno da Igreja Matriz, a rua São Carlos (a maior e principal no período), além dos bairros Botafogo (atual Vila Prado), Vila Izabel, Vila Pureza e Vila Nery.

Em sua pesquisa, Olivier Zunz (1982, p. 53) também levou em conta algumas áreas estratégicas para explicar agrupamentos ou mesmo isolamentos de determinados grupos étnicos e raciais. O autor pôde identificar 4 zonas étnicas distintas na cidade de Detroit: uma região central com americanos nativos, um grande quarteirão alemão ao leste, uma zona irlandesa, chamada Corktown ao oeste e, por fim, um pequeno enclave polonês ao nordeste da cidade. Além disso, havia zonas com concentrações de diferentes trabalhadores qualificados e não qualificados: os menos qualificados estavam ao centro, enquanto os mais qualificados estavam ao leste.

Para chegar a essa conclusão, Zunz (1982, p. 22-23) decidiu utilizar alguns segmentos das quadras das ruas como o centro, a parte de cima e a de baixo, a fim de entender as sutilidades dos padrões de concentração, bem como os padrões de dominância espalhados. O autor achou válido não utilizar construções “artificiais” da cidade, como os bairros, para entender os padrões de sua ocupação, entretanto, como se verá no decorrer da análise dos dados em São Carlos, essa alternativa se tornou a única solução para saber onde algumas pessoas moravam, pois em praticamente todos os bairros urbanos – Vila Nery, Vila Pureza, Botafogo (Vila Prado) e Vila Isabel –, não há a informação do números das residências, tampouco informações mais detalhadas sobre como as casas estavam organizadas nesses espaços.

¹¹⁷ Fonte: Neves (2007a).

Figura 17 - Modelo utilizado por Zunz (1982) “um aglomerado de seis blocos nas fachadas”



Fonte: Zunz (1982, p. 23).

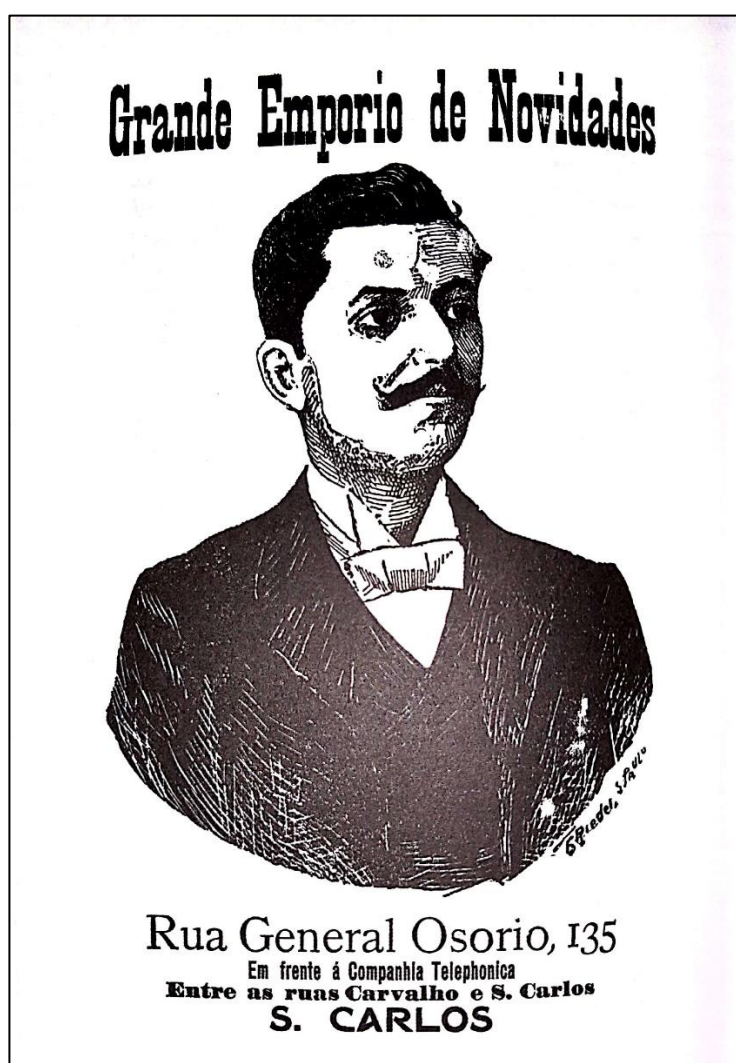
Como é possível notar na Figura 13, Zunz (1982) utilizou as fachadas da quadra para descrever os padrões de ocupação das pessoas em Detroit no final do século XIX. A fim de analisar São Carlos, tentou-se buscar inspiração na metodologia de Zunz (1982), mas primeiramente identificando os indivíduos que tinham estabelecimento nas esquinas das ruas, então unir seus dados com o censo de 1907, para depois definir a presença de outros entre eles com base na posição do censo.

Todos os Almanques históricos de São Carlos facilitaram este processo ao apresentarem algumas propagandas onde os estabelecimentos eram anunciados estando na esquina de determinada rua. Entretanto, diferentemente da pesquisa realizada por Zunz (1982), em que houve o amparo de muitas fontes documentais e locais preservados, a presente pesquisa enfrentou uma série de dificuldades devido à falta de mais documentação e principalmente pelo fato de muitos prédios históricos terem sido demolidos rapidamente desde os anos 1950, quando São Carlos iniciou seu processo de “modernização” industrial, derrubando muitos estabelecimentos do período cafeeiro para dar lugar a prédios e construções de concreto¹¹⁸.

¹¹⁸ A respeito deste assunto, gostaria de mencionar a conversa que tive com a historiadora Leila Massarão da Fundação Pró-Memória de São Carlos, que me explicou esta “transição urbanística” em São Carlos a partir dos anos 1950. Ainda não existem estudos sobre tal temática, mas a partir das evidências atuais encontradas na cidade, podemos chegar a esta conclusão.

Grande parte das moradias e estabelecimentos das pessoas do passado só foram localizados graças aos que ainda permanecem edificadas até a atualidade. Em vista disso, este trabalho ressalta a importância de se preservar e resguardar o patrimônio material de São Carlos e do interior paulista, a fim de se manter a memória e poder recuperá-la posteriormente.

Figura 18 - Anúncio de estabelecimento entre as ruas Carvalho (atual Episcopal) e São Carlos em 1905



Fonte: Almanáque de 1905.

Após esta breve descrição de como a construção de informações sobre a população de São Carlos no espaço urbano foi realizada, o próximo tópico irá demonstrar a aplicação metodológica desse processo, o qual gerou dados estatísticos com base nas regiões elencadas. Além disso, o último tópico deste capítulo abordará o resultado obtido por

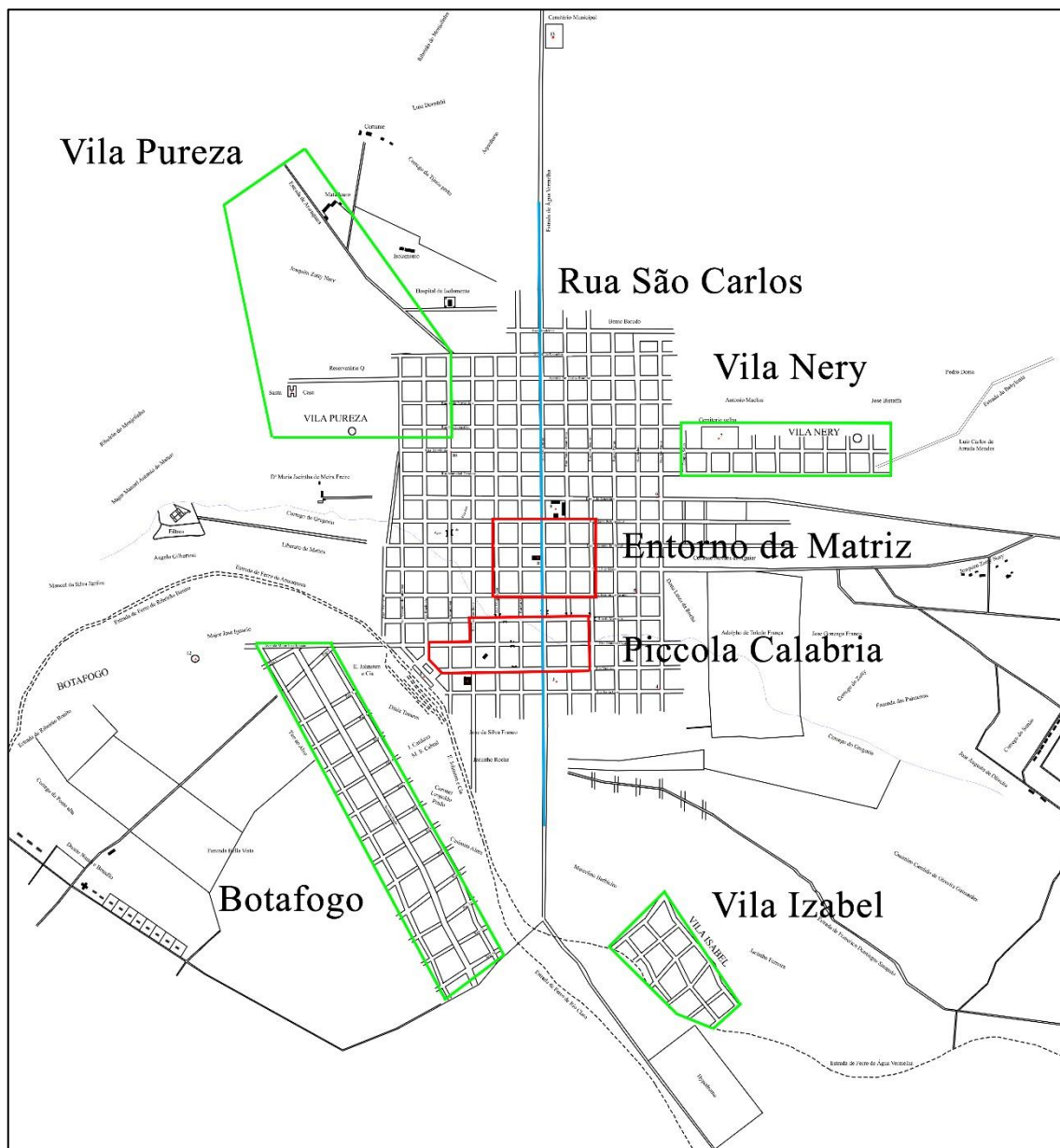
meio do geoprocessamento ao ser utilizado o *software Quatum GIS*, revelando os mapas temáticos gerados a partir dele, e apresentará uma discussão analítica sobre os dados espaciais e estatísticos reunidos na pesquisa.

5.2 – A população dos bairros e do núcleo central de São Carlos no começo do século XX¹¹⁹

Antes de construir os mapas temáticos com recorte de nacionalidade, cor e ocupações (categorizadas como profissões no censo de 1907), foi preciso analisar os dados estatísticos que foram obtidos a partir dos bairros Vila Pureza, Vila Nery, Botafogo e Vila Izabel, além das regiões da *Piccola Calabria* e do entorno da Igreja Matriz, bem como do eixo da rua São Carlos. Baseando-se nestes dados estatísticos, foi possível identificar se realmente havia uma diferenciação socioespacial na cidade, seja ela caracterizada por cor, nacionalidade, ou por categorias de classe, como ocupação, alfabetização e posse de propriedade.

¹¹⁹ Todos os dados desta pesquisa foram esquematizados e filtrados pelo Excel e, depois, exportados para o *software* estatístico PSPP, um *software* gratuito que pode ser utilizado por todo cientista para construir tabelas de frequência, além de relacionar variáveis qualitativas e quantitativas e testar hipóteses matemáticas.

Mapa 2 - Áreas de análise da população da cidade de São Carlos no começo do século XX



Fonte: elaborado pelo autor

O mapa 1 representa as regiões levadas em conta para reunião e discussão dos dados sobre a população urbana em São Carlos no começo do século XX. Tais seções geográficas, segundo mencionado pela bibliografia por autores como Maeyama (1976), Bortolucci (1990), Truzzi (2007), Oliveira (2018), Mazutti (2009), e Neves (2007a e 2007b), Costa (2015) e Oliveira (2018), eram, de certa forma, distintas entre si, pois a *Piccola Calabria*, localizada de forma aproximada entre as rua do Mercado e a Victoria (atual Bento Carlos), abrigaria mais estrangeiros – em específico italianos -, além de

conter um comércio mais popular e diversificado se comparado à região próxima à Igreja Matriz, onde fazendeiros, profissionais liberais (membros das elites) e um comércio de luxo estariam alocados. Os bairros, por sua vez, também seriam diferenciados em relação ao centro, pois a Vila Pureza e a Vila Izabel seriam considerados bairros em que a população negra era numericamente mais representada, além de serem espaços abrigadores de sua cultura. Em contrapartida, o Botafogo e o Vila Nery seriam bairros formados por uma população imigrante, composta principalmente por italianos.

Já a rua São Carlos, conforme identificado por meio dos almanaques do município, bem como por Bortolucci (1990) e Neves (2007a), seria o principal trecho viário, o qual ditou a expansão da cidade de norte a sul e possuiu edifícios e fábricas dos mais diferentes proprietários. Vale a pena ressaltar que de forma alguma esse trabalho conseguiu abarcar toda a população presente em todo o núcleo urbano. Houve um esforço para conseguir arrolar a maior quantidade de dados dos documentos socioeconômicos e de localização, resultando no encontro da maioria dos indivíduos residentes nos trechos viários das regiões acima destacadas.

Com isso, foi possível delimitar aproximadamente onde cada região começava e terminava no censo de 1907, entendendo um pouco sua construção ao levar em conta os dados de localização obtidos tanto nos trechos das ruas posicionadas horizontalmente, quanto verticalmente nas áreas delimitadas do mapa.

Unindo todos os dados obtidos – e levando em conta que alguns trechos da rua São Carlos também contavam como trechos pertencentes às regiões do entorno da Igreja Matriz e da *Piccola Calabria* –, constatou-se um universo de pesquisa formado por 4371 indivíduos, ou seja, 51% do total de pessoas (8584) que habitavam a cidade. Assim sendo, 1780 (21%) habitavam a região do entorno da Igreja Matriz, 1381 (16%) a Piccola Calabria, 814 (9%) a Rua São Carlos, 199 (2%) a Vila Pureza, 163 (2%) a Vila Izabel, 438 (5%) a Vila Nery, e 95 (1%) o bairro Botafogo.

Dando destaque para os dados socioeconômicos deste universo de pesquisa, comparando primeiramente seus dados sobre a variável cor – presente no censo de 1907 – entre as diferentes regiões, bairros e o eixo da rua São Carlos, pudemos constatar o perfil racial das áreas em questão. Tomando como exemplo o número de 25 mulatos habitando a Vila Nery, a tabela a seguir (e as subsequentes) deve ser lida do seguinte modo: em 1907, existiam 25 indivíduos mulatos habitando a Vila Nery. Este contingente representava 11% de todos os mulatos que habitavam a cidade e 6% do total de habitantes da Vila Nery.

Tabela 7 - Distribuição da população da cidade de São Carlos por categorias raciais - 1907

Local	Área Urbana	Entorno da Matriz	Piccola Calabria	Rua São Carlos	V. Pureza	V. Izabel	V. Nery	Botafogo
Branços	7345 (100) (86)	1587 (22) (89)	1290 (18) (93)	750 (11) (92)	106 (1) (53)	95 (1) (58)	306 (4) (70)	93 (1) (98)
Cor Pretos	1014 (100) (12)	154 (15) (9)	72 (7) (5)	44 (4) (5)	89 (9) (45)	54 (5) (33)	107 (11) (24)	2 (0) (2)
Mulatos	225 (100) (3)	39 (17) (2)	19 (8) (1)	20 (9) (2)	4 (2) (2)	14 (6) (9)	25 (11) (6)	0 (0) (0)
Total	8584 (100) (100)	1780 (21) (100)	1381 (16) (100)	814 (9) (100)	199 (2) (100)	163 (2) (100)	438 (5) (100)	95 (1) (100)

Fonte: elaborado pelo autor

Embora a população negra sempre fosse numericamente menor que a branca em qualquer área analisada, ela apresentava índices percentuais numericamente mais significativos nos bairros de Vila Izabel, Vila Nery e Vila Pureza. No primeiro, os indivíduos pretos e mulatos somavam 68 pessoas (42%) das 163 que formavam o bairro. No segundo, eram eles 132 indivíduos (30%) de um total de 438. Já no terceiro, a população negra era quase metade da população que formava o bairro, sendo representada por 93 pessoas (47%) de 199. Não obstante, observa-se também que o maior contingente de negros entre as áreas analisadas situava-se no entorno da matriz, com 193 indivíduos que compunham 16% de todos os negros existentes na cidade.

Em contrapartida, constatou-se a forte presença de brancos nas regiões da *Piccola Calabria*, do bairro Botafogo e na rua São Carlos. Na primeira região, eles perfaziam 1290 pessoas (93%) de um total de 1381. No bairro Botafogo, embora pouco populoso porque recém-aberto, chamou a atenção o fato haver apenas 2 pessoas pretas (2%) e nenhuma mulata, sendo os brancos 98% da população do bairro. Por fim, a rua São Carlos também apresenta um percentual elevado (92%) de brancos.

Com relação à nacionalidade destas pessoas, foram identificadas as seguintes frequências e percentuais:

Tabela 8 - Distribuição da população da cidade de São Carlos por nacionalidade - 1907

Local		Área Urbana	Entorno da Matriz	Piccola Calabria	Rua São Carlos	V. Pureza	V. Izabel	V. Nery	Botafogo
Nacionalidade	Brasileiros	5970 (100) (70)	1340 (22) (75)	832 (14) (60)	580 (10) (71)	152 (3) (76)	122 (2) (75)	321 (5) (73)	38 (1) (40)
	Italianos	1787 (100) (21)	291 (16) (16)	392 (22) (28)	191 (11) (23)	35 (2) (18)	21 (1) (13)	106 (6) (24)	26 (1) (27)
	Estrangeiros								
	Outros	827 (100) (10)	149 (18) (9)	157 (19) (12)	43 (5) (5)	12 (1) (6)	20 (2) (12)	11 (1) (3)	31 (4) (33)
Total		8584 (100) (100)	1780 (21) (100)	1381 (16) (100)	814 (9) (100)	199 (2) (100)	163 (2) (100)	438 (5) (100)	95 (1) (100)

Fonte: elaborado pelo autor.

Podemos perceber que há um grande contraste entre a região no entorno da matriz, da *Piccola Calabria* e do bairro Botafogo. Muitos italianos viviam na região da *Piccola Calabria*, sendo que sua população, formada por 1381 pessoas (100%), era composta por 392 (28%) deles. Além disso havia 157 estrangeiros, entre os quais podemos citar portugueses, espanhóis, turcos (sírios e libaneses) e alemães, os quais representavam 12% do total (157 pessoas). Ou seja, na *Piccola Calabria* havia 40% de imigrantes estrangeiros, se somarmos os diferentes grupos étnicos com os italianos – estes mais numerosos em São Carlos do que qualquer outro grupo de imigrantes.

Em termos percentuais, o único bairro com mais estrangeiros que brasileiros era o Botafogo, uma vez que os italianos eram 27% de seus habitantes (26 pessoas) e os demais eram 33% (31 indivíduos), resultando em um total de 60% de imigrantes (57 pessoas) que compunham o bairro. Por outro lado, a região do entorno da Igreja Matriz e os bairros de Vila Pureza e Vila Izabel apresentaram os menores percentuais de estrangeiros em relação ao total de sua população, variando entre 24 e 25%. Registra-se ainda uma diferença significativa entre a *Piccola Calabria* e a Vila Nery: o fato de os estrangeiros não italianos estarem muito menos representados na segunda (12% e 3% respectivamente), embora o percentual de italianos seja relativamente próximo (28% e 24% respectivamente).

O censo de 1907 ainda fornece informações a respeito da ocupação e de duas variáveis binárias (sim/não), a capacidade de ler (para nossos propósitos traduzida como

alfabetização) e a posse de propriedade. Tomadas em conjunto, elas podem funcionar como uma aproximação possível, mesmo que imprecisa, do estrato social dos indivíduos recenseados. Quanto à alfabetização, notaremos que a maior parte da população urbana (53%) não sabia ler, conforme expresso na tabela abaixo.

Tabela 9 - Distribuição da população da cidade de São Carlos (indivíduos maiores de 12 anos) por alfabetização – 1907

Local	Área Urbana	Entorno Catedral	Pequena Calábria	Rua São Carlos	V. Pureza	V. Izabel	V. Nery	Botafogo
População Total	8584 (100)	1780 (21) (100)	1381 (16) (100)	814 (9) (100)	199 (2) (100)	163 (2) (100)	438 (5) (100)	95 (1) (100)
Alfabetizado	Sim	4019 (100) (47)	858 (21) (71)	537 (13) (59)	374 (9) (72)	37 (1) (29)	34 (1) (30)	99 (2) (35)
	Não	4565 (100) (53)	343 (8) (28)	367 (8) (40)	149 (3) (28)	89 (2) (71)	78 (2) (70)	184 (4) (65)

Fonte: elaborado pelo autor.

Logo de início é possível notar que a região no entorno da Igreja Matriz e o eixo da Rua São Carlos apresentavam as maiores taxas de alfabetização em relação ao restante da cidade (71% e 72% respectivamente). Em contraste, os bairros da Vila Pureza, Vila Izabel e Vila Nery apresentavam os menores percentuais de alfabetização (29%, 30% e 35% respectivamente), sendo que o Botafogo e a *Piccola Calabria* inseriam-se em posições intermediárias (50% e 59%).

Levando em conta os indivíduos com 21 anos ou mais que possuíam propriedades, os números também são diferentes para cada região e bairro. Observa-se maiores índices nos bairros de Vila Pureza e Vila Izabel (61% e 65% respectivamente), enquanto as regiões da Piccola Calabria, rua São Carlos, Vila Nery e Botafogo apresentam percentuais que variam entre 40% e 42%. A meio termo, o entorno da matriz abriga 57% de proprietários entre os indivíduos com idade de 21 anos ou mais. Aparentemente trata-se de um dado contraditório, mas nossa hipótese é que nos bairros de Vila Pureza e Vila Izabel, justamente por serem mais periféricos, houve doação de terrenos, precisamente por serem muito pouco valorizados, para estratos da população mais desprovidas de recursos. Há indícios, como explicado no capítulo 4, de que proprietários rurais dessas regiões assentaram ex-escravos em lotes em troca de preservarem relações de trabalho e dependência com as famílias no pós-abolição, o que possivelmente não ocorreu em outras regiões onde a presença de negros era menor, em termos percentuais.

Tabela 10 - Distribuição da população da cidade de São Carlos por posse de propriedade - 1907

Local	Área Urbana	Entorno Catedral	Pequena Calábria	Rua São Carlos	V. Pureza	V. Izabel	V. Nery	Botafogo
População Total	8584 (100) (100)	1780 (21) (100)	1381 (16) (100)	814 (9) (100)	199 (2) (100)	163 (2) (100)	438 (5) (100)	95 (1) (100)
Ppde	Sim	3526 (100) (41)	355 (10) (57)	249 (7) (40)	152 (4) (42)	51 (1) (61)	50 (1) (65)	86 (2) (42)
	Não	5058 (100) (59)	465 (9) (43)	379 (7) (60)	211 (4) (58)	32 (1) (39)	27 (35)	118 (58)

Fonte: elaborado pelo autor.

Por fim, resta analisar o perfil ocupacional dos indivíduos recenseados nas áreas sob análise. Buscamos agrupar a enorme variedade de ocupações registradas pelo censo em 14 categorias mais significativas (vide anexo 2).

Tabela 11 - Distribuição das categorias de ocupação entre as áreas de estudo na cidade de São Carlos – 1907 (maiores de 15 anos)

Ocupações	Total	Entorno Matriz	Piccola Calabria	R. S. Carlos	V. Nery	V. Pureza	V. Izabel	Botafogo
Elites	52 (100) (3)	25 (48) (4)	13 (25) (2)	13 (25) (5)	0 (0) (0)	0 (0) (0)	0 (0) (0)	1 (2) 2
Comércio	280 (100) (15)	95 (34) (14)	116 (41) (22)	52 (19) (19)	12 (4) 6	3 (1) 4	0 (0) (0)	2 (1) 5
Vestuário	176 (100) (10)	90 (51) (13)	48 (27) (9)	20 (11) (7)	12 (7) (6)	2 (1) (3)	1 (1) (2)	3 (2) (7)
Alimentação e bebidas	168 (100) (9)	68 (40) (10)	37 (22) (7)	21 (12) (8)	17 (10) (9)	14 (8) (19)	11 (7) (20)	0 (0) (0)
Artesão	103 (100) (6)	35 (34) (5)	38 (37) (7)	17 (16) (6)	11 (11) (6)	2 (2) (3)	0 (0) (0)	0 (0) (0)
Construção	91 (100) (5)	27 (30) (4)	24 (26) (5)	20 (22) (7)	9 (10) (5)	5 (5) (7)	5 (5) (9)	1 (1) (2)
Funcs públs, profs, afins	65 (100) (4)	38 (58) (5)	10 (15) (2)	15 (23) (6)	1 (2) (1)	1 (2) (1)	0 (0) (0)	0 (0) (0)
Serviços em geral	48 (100) (3)	10 (21) (1)	19 (40) (4)	8 (17) (3)	6 (12) (3)	5 (10) (7)	0 (0) (0)	0 (0) (0)
Serviços domésticos	132 (100) (7)	67 (51) (10)	25 (19) (5)	30 (23) (11)	7 (5) (3)	3 (2) (4)	0 (0) (0)	0 (0) (0)
Agropecuário	288 (100) (16)	47 (16) (7)	78 (27) (15)	23 (8) (9)	52 (18) (26)	35 (12) (49)	35 (12) (62)	18 (6) (41)
Estudante	11 (100) (1)	7 (64) (1)	3 (27) (1)	1 (9) (0)	0 (0) (0)	0 (0) (0)	0 (0) (0)	0 (0) (0)
Empregados, trabalhadores	204 (100) (11)	91 (45) (13)	66 (32) (12)	27 (13) (10)	10 (5) (5)	1 (1) (1)	3 (1) (5)	6 (3) (14)
Lavrador	185 (100) (10)	71 (38) (10)	21 (11) (4)	20 (11) (7)	59 (32) (30)	0 (0) (0)	1 (1) (2)	13 (7) (30)
Ferrovário	63 (100) (3)	25 (40) (4)	34 (54) (6)	0 (0) (0)	3 (5) (1)	1 (2) (1)	0 (0) (0)	0 (0) (0)
Total	1835 (100) (100)	696 (38) (100)	532 (29) (100)	267 (15) (100)	199 (11) (100)	72 (4) (100)	56 (3) (100)	44 (2) (100)

Fonte: elaborado pelo autor.

Na categoria elites, as ocupações mais numerosas são as de industriais, farmacêuticos e médicos, perfazendo 35 dos 52 indivíduos encontrados nas regiões

analisadas. Há uma evidente concentração deles no entorno da matriz (48%), com a Piccola Calabria e a Rua São Carlos exibindo percentuais de 25% cada. Em outras palavras, 98% dos indivíduos de idade maior ou igual a 12 anos residiam nestas regiões, ao passo que nos bairros de Vila Pureza, Vila Izabel e Vila Nery não havia nenhum (apenas 2% no Botafogo).

Observe-se que os proprietários rurais, que certamente constituem o grupo mais poderoso economicamente, não se incluem no grupo de elite aqui definido. Entre os que habitavam a cidade, eles provavelmente integram a categoria de lavradores, exposta na tabela. Entretanto, esta é uma categoria imprecisa por abarcar uma variedade bastante grande de situações. De fato, consultando-se um Glossário do trabalho agrícola e profissões publicado pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo em 1943, a categoria compreende todos os indivíduos responsáveis por decisões envolvendo o cultivo de terras, "quer seja por sua conta e por suas mãos, quer seja por conta de outrem a quem pague, seja, enfim, como proprietário ou rendeiro" (BARBOSA, 1943, p. 51). De qualquer modo, o fato de mais de 70% dos lavradores serem proprietários (TRUZZI E BASSANEZI, 2009), tanto no meio urbano quanto no rural, indica que há uma clara correlação entre as duas categorias. Para nossos fins, importa observar que os lavradores também estão sobre-representados no entorno da matriz (38%), em grau um pouco menor na Vila Nery (32%), e são pouco significativos nas demais regiões.

É claro que as classificações adotadas pelo censo são muitas vezes imprecisas, como ocorre, por exemplo, também com as categorias empregados e trabalhadores, mais concentrados no entorno da matriz (45%) e na *Piccola Calabria* (32%).

O entorno da matriz, por ser mais populoso, reúne ainda a maior parte (51%) dos ocupados na categoria vestuário (sobretudo costureiras, sapateiros e alfaiates), com 27% deles na Piccola Calabria; 58% da categoria funcionários públicos, professores e afins (e 23% na rua São Carlos); 40% dos ocupados nos ramos de alimentação e bebidas (no qual a maior parte são cozinheiros(as) e por isso muitos deles poderiam também ser agrupados na categoria de serviços domésticos); 30% dos ocupados no setor de construção, no qual a maior parte são pedreiros e carpinteiros (26% para a Piccola Calabria e 22% para a Rua São Carlos); e ainda 64% na categoria estudantes.

Entretanto, algumas categorias são mais numerosas na *Piccola Calabria*, a segunda área mais populosa após o entorno da matriz. São elas as ocupações associadas ao setor de comércio (com 41%, sobretudo composta por negociantes), os artesãos (37%,

em sua maioria marceneiros, ferreiros e seleiros), as ocupações de serviços em geral (40%, sobretudo cocheiros e barbeiros) e a de empregados na ferrovia (54%). Ressalte-se ainda que a *Piccola Calabria* confirma aglutinar as ocupações ligadas ao comércio, pois 22% de seus habitantes se dedicavam a tal setor, seguida pela Rua São Carlos (19%).

Significativamente, os bairros periféricos de Vila Izabel, Vila Pureza, Botafogo e Vila Nery têm em comum a circunstância de abrigarem como maior contingente ocupacional os indivíduos do setor agropecuário (no qual camaradas e carroceiros respondem por quase 90%). Na Vila Izabel, nada menos de 62% da população está ocupada nesse setor (49%, 41% e 26% para Vila Pureza, Botafogo e Vila Nery respectivamente).

Com base nestes dados estatísticos que dizem respeito tanto às características raciais e étnicas, quanto as de estratificação social, podemos afirmar, empiricamente respaldados, que havia em São Carlos uma diferenciação socioespacial com viés racial, étnico e de estrato social – se levarmos em conta a totalidade das populações nestas áreas sob análise -, uma vez que, cada uma das regiões - entorno da Igreja Matriz, *Piccola Calabria*, e os 4 bairros (Vila Pureza, Vila Nery, Botafogo e Vila Izabel) apresentaram populações com características significativamente heterogêneas entre si.

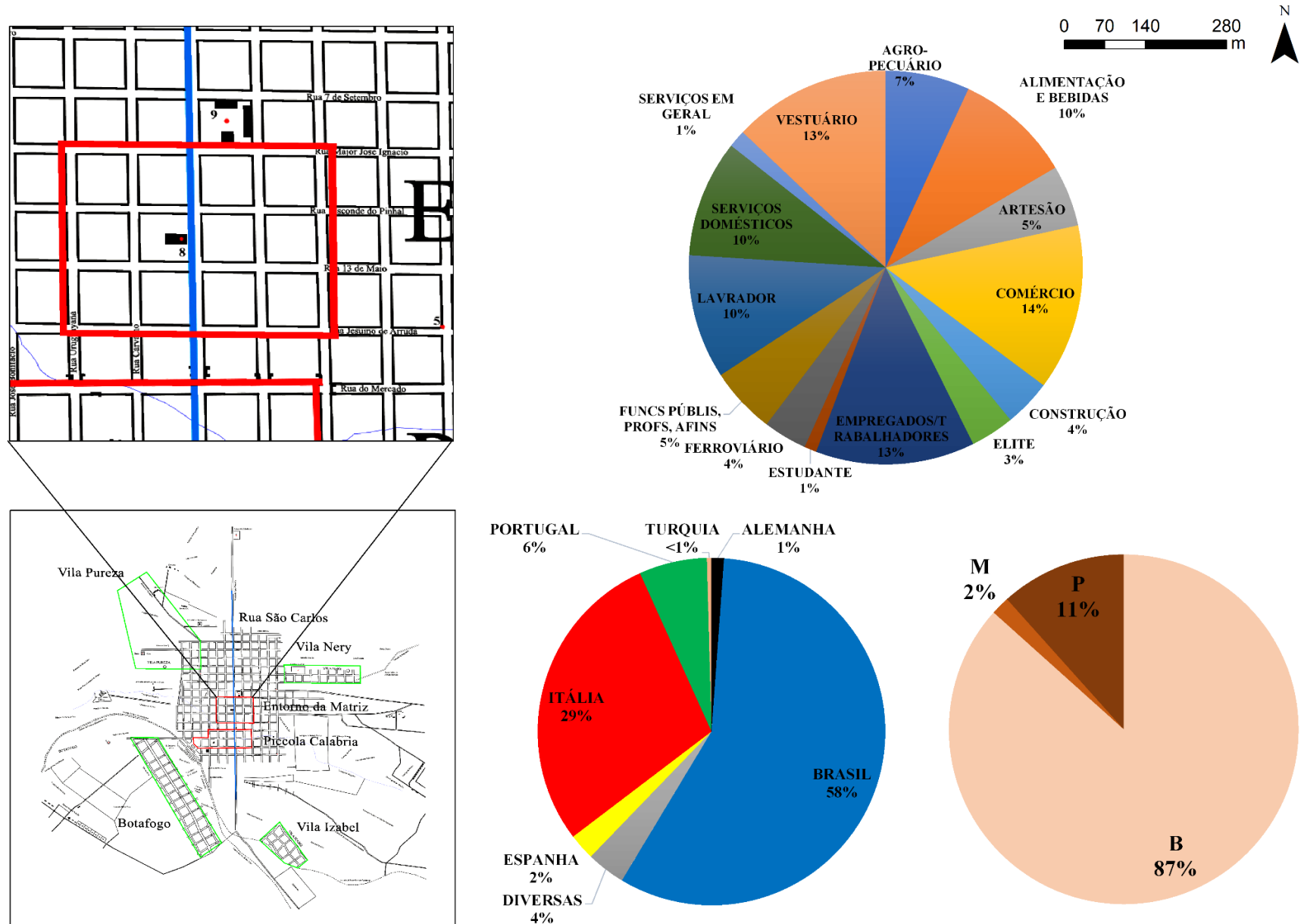
Para melhor evidenciar tais resultados, apresenta-se a seguir uma análise de caráter interseccional - envolvendo categorias ocupacionais com raciais e de nacionalidade - em cada região analisada.

5.3 - Características sociais e econômicas da população urbana de São Carlos expressas cartograficamente

Após georreferenciar um mapa de São Carlos que representava o centro da cidade e seus bairros no começo do século XX, iniciou-se a aplicação das informações das pessoas que estavam presentes no censo de 1907 e seus dados socioeconômicos com recorte de ocupações e de idade – levando em conta apenas indivíduos com 15 anos ou mais. Isto tornou as análises e relações entre variáveis mais precisas e nítidas, uma vez que foi possível realizar comparações entre os diferentes mapas temáticos, elucidando melhor informações populacionais que variavam de acordo com a distância entre as regiões, os bairros e a rua São Carlos com base também nas ocupações exercidas pelos diferentes indivíduos.

Iniciando as discussões a partir da região central, temos – primeiramente – a região do entorno da Igreja Matriz, a qual apresentou um perfil de pessoas e ocupações bem diversificado:

Mapa 3 – Perfil socioeconômico dos indivíduos com ocupações e com 15 anos ou mais na região do entorno da Igreja Matriz - 1907



Fonte: elaborado pelo autor

Como é possível visualizar pelo mapa acima, 70% das pessoas na região do entorno da Matriz se concentravam em ocupações de 6 setores: comércio com 95 (14%), vestuário com 90 (13%), empregados/trabalhadores com 91 (13%), serviços domésticos com 67 (10%), lavrador com 71 (10%), e alimentação e bebidas com 67 (10%), agropecuário com 48 pessoas (7%), de uma amostra de 696 pessoas de um universo de 1780.

Ao relacionar a variável cor com ocupação (definida como profissão no censo de 1907), foi possível obter as seguintes relações para a região do entorno da Igreja Matriz:

Tabela 12 - Distribuição da população na região do entorno da Igreja Matriz por categorias raciais e de ocupação - 1907

Profissão ¹²⁰	cor			Total Geral
	Brancos	Mulatos	Pretos	
Agropecuário	39 (81) ¹²¹	0 (0)	9 (19)	48 (100)
Alimentação e bebidas	44 (66)	1 (1)	22 (33)	67 (100)
Artesão	33 (94)	2 (6)	0 (0)	35 (100)
Comércio	94 (99)	1 (1)	0 (0)	95 (100)
Construção	19 (70)	3 (11)	5 (19)	27 (100)
Elite	24 (96)	0 (0)	1 (4)	25 (100)
Empregados/trabalhadores	70 (77)	1 (1)	20 (22)	91 (100)
Estudante	7 (100)	0 (0)	0 (0)	7 (100)
Ferrovário	23 (92)	1 (4)	1 (4)	25 (100)
Funcs públis, profs, afins	38 (100)	0 (0)	0 (0)	38 (100)
Lavrador	71 (100)	0 (0)	0 (0)	71 (100)
Serviços domésticos	47 (70)	1 (1)	19 (28)	67 (100)
Serviços em geral	9 (90)	0 (0)	1 (10)	10 (100)
Vestuário	85 (94)	2 (2)	3 (3)	90 (100)
Total geral	603 (87)	12 (2)	81 (12)	696 (100)

Fonte: elaborado pelo autor

A população negra – categorizada pelo recenseador como “mulatos” e “pretos” -, conforme apresentado acima, demonstrou estar mais concentrada nos setores de alimentação e bebidas (34%, sobretudo, como vimos, cozinheiros), de construção (30%, sobretudo pedreiros), serviços domésticos (29%, sobretudo criados), empregados e trabalhadores (23% e agropecuário (19%, sobretudo camaradas).

¹²⁰ Optou-se por manter o termo utilizado pelo recenseador.

¹²¹ Os números fora dos parênteses indicam as frequências absolutas, enquanto os dentro deles são as frequências relativas de cada grupo racial/étnico em um determinado setor de ocupações.

Os brancos, por sua vez, mesmo predominantes em todos os setores, chamaram a atenção por monopolizarem a classe de lavradores, de funcionários públicos, professores e afins, e de estudantes. Além disso, ocupavam-se em taxas maiores de 90% nos setores do comércio (99%), da elite (96%), do vestuário e como artesãos (94%) e de empregos na ferrovia. Baseando-se nestes dados estatísticos, a partir das frequências absolutas e relativas, podemos perceber que a população negra, embora presente no entorno da Igreja Matriz, estava mais alocada em ocupações menos qualificadas na construção, no âmbito doméstico ou mesmo rurais, em contraposição aos brancos, os quais eram os únicos funcionários públicos, estudantes, lavradores e quase a totalidade dos que exerciam atividades laborais mais qualificadas.

Tabela 13 - Distribuição da população na região do entorno da Igreja Matriz por categorias raciais e de ocupação - 1907

Profissão	Nacionalidade							Total Geral
	Alemanha	Brasil	Diversas	Espanha	Itália	Portugal	Turquia	
Agropecuário	0 (0)	19 (40)	0 (0)	6 (13)	20 (42)	3 (6)	0 (0)	48 (100)
Alimentação e bebidas	2 (3)	36 (54)	3 (4)	1 (1)	22 (33)	3 (4)	0 (0)	67 (100)
Artesão	0 (0)	11 (31)	0 (0)	0 (0)	24 (69)	0 (0)	0 (0)	35 (100)
Comércio	3 (3)	38 (40)	2 (2)	0 (0)	42 (44)	7 (7)	3 (3)	95 (100)
Construção	0 (0)	10 (37)	0 (0)	0 (0)	14 (52)	3 (11)	0 (0)	27 (100)
Elite	1 (4)	20 (80)	1 (4)	1 (4)	2 (8)	0 (0)	0 (0)	25 (100)
Empregados/ Trabalhadores	0 (0)	64 (70)	0 (0)	3 (3)	20 (22)	4 (4)	0 (0)	91 (100)
Estudante	0 (0)	7 (100)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	7 (100)
Ferrovário	0 (0)	11 (44)	0 (0)	3 (12)	4 (16)	7 (28)	0 (0)	25 (100)
Funcs públis, Profs, afins	0 (0)	21 (55)	13 (34)	0 (0)	2 (5)	2 (5)	0 (0)	38 (100)
Lavrador	0 (0)	61 (86)	2 (3)	2 (3)	2 (3)	4 (6)	0 (0)	71 (100)
Serviços domésticos	0 (0)	44 (66)	3 (4)	0 (0)	14 (21)	6 (9)	0 (0)	67 (100)
Serviços em geral	0 (0)	8 (80)	0 (0)	0 (0)	2 (20)	0 (0)	0 (0)	10 (100)
Vestuário	2 (2)	50 (56)	1 (1)	1 (1)	31 (34)	5 (6)	0 (0)	90 (100)
Total Geral	8 (1)	400 (57)	25 (4)	17 (2)	199 (29)	44 (6)	3 (>1)	696 (100)

Fonte: elaborado pelo autor.

Se nos atentarmos para as nacionalidades e ocupações desta população, poderemos notar também como havia diferenças entre nacionais e estrangeiros na região.

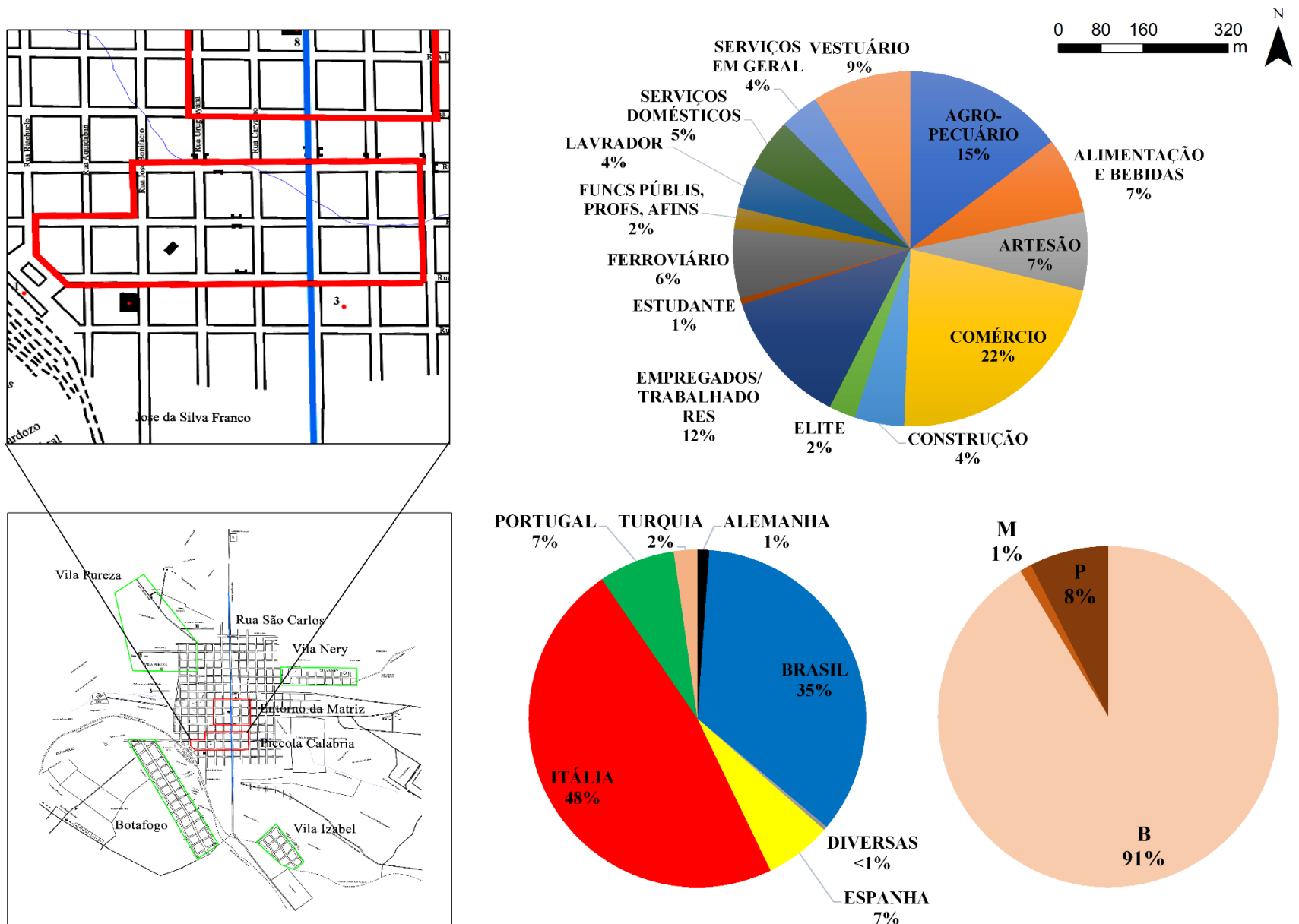
Os brasileiros, na condição de mais numerosos, perfaziam a totalidade dos estudantes e achavam-se bastante concentrados nas categorias de lavrador (86%), de elite (80%), e de serviços em geral (também 80%).

Já entre os estrangeiros, a maioria dos italianos se concentrava no setor de comércio (44%), agropecuário (42%), de vestuário (34%), e de alimentação e bebidas (33%).

Outros elementos que nos chamaram a atenção foram as sobrerrepresentações de portugueses, e em menor medida de espanhóis, no setor ferroviário, destes últimos no setor agropecuário e de imigrantes de outras nacionalidades entre professores.

Prosseguindo nossas análises mais ao sul da área urbana, temos agora a região da *Piccola Calabria*, a qual apresentou um perfil diferenciado em relação à região do entorno da Igreja Matriz por estar um pouco mais distante do centro administrativo, depois do rio Gregório, e possuir um perfil populacional distinto.

Mapa 4 – Perfil socioeconômico dos indivíduos com ocupações e com 15 anos ou mais na região da *Piccola Calabria* - 1907



Fonte: elaborado pelo autor.

De início, levando em conta apenas as pessoas que exerciam alguma ocupação e que tinham 15 anos ou mais, podemos notar que os italianos eram maioria em relação aos brasileiros e que havia uma população de maioria estrangeira nesta região em relação a do entorno da Igreja Matriz. Isto poderia ser um indicativo de que muitos dos brasileiros residentes na *Piccola Calabria* provavelmente eram filhos destes estrangeiros que chefiavam suas famílias. Com relação às ocupações exercidas por estas pessoas, podemos ver que a maioria concentrava-se no setor de comércio (22%), de agropecuária (15%), de empregados/trabalhadores (12%), e de vestuário (9%).

Se relacionarmos a variável cor com os setores de ocupações, poderemos ver o quanto os negros também se diferiam em relação aos brancos. Totalizando apenas 9% da população da área, apresentavam, contudo, participações expressivas em atividades mais subalternas e menos qualificadas: 41% no setor de alimentação e bebidas (sobretudo cozinheiros, como vimos), 26% no de serviços em geral (sobretudo cocheiros e barbeiros), 17% na categoria de empregados e trabalhadores, e 16% na de serviços domésticos.

Tabela 14 - Distribuição da população na região da Piccola Calabria por categorias raciais e de ocupação - 1907

Profissão	Cor			Total Geral
	Brancos	Mulatos	Pretos	
Agropecuário	76 (97)	0 (0)	2 (3)	78 (100)
Alimentação e bebidas	22 (59)	1 (3)	14 (38)	37 (100)
Artesão	37 (97)	0 (0)	1 (3)	38 (100)
Comércio	113 (97)	1 (1)	2 (2)	116 (100)
Construção	23 (96)	0 (0)	1 (4)	24 (100)
Elite	13 (100)	0 (0)	0 (0)	13 (100)
Empregados/trabalhadores	55 (83)	1 (2)	10 (15)	66 (100)
Estudante	2 (67)	1 (33)	0 (0)	3 (100)
Ferrovário	32 (94)	0 (0)	2 (6)	34 (100)
Funcs públis, profs, afins	9 (90)	0 (0)	1 (10)	10 (100)
Lavrador	21 (100)	0 (0)	0 (0)	21 (100)
Serviços domésticos	21 (84)	1 (4)	3 (12)	25 (100)
Serviços em geral	14 (74)	1 (5)	4 (21)	19 (100)
Vestuário	48 (100)	0 (0)	0 (0)	48 (100)
Total Geral	486 (91)	6 (1)	40 (8)	532 (100)

Fonte: elaborado pelo autor.

Já os brancos, mesmo perfazendo 91% da população da área, monopolizavam os setores da elite, dos lavradores e do vestuário, além de índices de 97% entre artesãos, nos setores do comércio e agropecuário, e 96% no de construção.

Ao relacionar suas nacionalidades com os setores de ocupações, podemos entender com mais detalhes onde os nacionais e estrangeiros estavam mais conectados em relação ao perfil laboral da região.

Tabela 15 - Distribuição da população na região da Piccola Calabria por nacionalidade e categorias de ocupação - 1907

Profissão	Nacionalidade							Total geral
	Alemanha	Brasil	Diversas	Espanha	Itália	Portugal	Turquia	
Agropecuário	2 (3)	12 (15)	2 (3)	3 (4)	58 (74)	1 (1)	0 (0)	78
Alimentação e bebidas	0 (0)	19 (51)	0 (0)	1 (3)	16 (43)	1 (3)	0 (0)	37
Artesão	0 (0)	9 (24)	0 (0)	2 (5)	26 (68)	1 (3)	0 (0)	38
Comércio	2 (2)	23 (20)	0 (0)	11 (9)	63 (54)	5 (4)	12 (10)	116
Construção	0 (0)	6 (25)	0 (0)	1 (4)	16 (67)	1 (4)	0 (0)	24
Elite	0 (0)	5 (38)	0 (0)	1 (8)	5 (38)	2 (15)	0 (0)	13
Empregados/trabalhadores	0 (0)	38 (58)	0 (0)	1 (2)	17 (26)	10 (15)	0 (0)	66
Estudante	0 (0)	3 (100)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	3
Ferroviário	0 (0)	14 (41)	0 (0)	2 (6)	3 (9)	15 (44)	0 (0)	34
Funcs públis, profs, afins	0 (0)	6 (60)	0 (0)	0 (0)	4 (40)	0 (0)	0 (0)	10
Lavrador	2 (10)	9 (43)	0 (0)	9 (43)	1 (5)	0 (0)	0 (0)	21
Serviços domésticos	0 (0)	12 (48)	0 (0)	1 (4)	12 (48)	0 (0)	0 (0)	25
Serviços em geral	0 (0)	11 (58)	0 (0)	1 (5)	5 (26)	2 (11)	0 (0)	19
Vestuário	0 (0)	19 (40)	0 (0)	1 (2)	27 (56)	1 (2)	0 (0)	48
					253			532
Total Geral	6 (1)	186 (35)	2 (0)	34 (6)	(48)	39 (7)	12 (2)	(100)

Fonte: elaborado pelo autor.

Os italianos, maioria na região da *Piccola Calabria* – se considerarmos apenas as pessoas com alguma ocupação e com 15 anos ou mais -, se mostravam proeminentes no setor agropecuário (74% do total que exercia ocupações neste setor), de artesanato (68%), de construção (67%), e no de comércio (54%). Tais dados demonstram o quanto os italianos eram uma etnia principalmente comercial, de artesãos e de ofícios ligados às construções na região da *Piccola Calabria*, mas que também exerciam atividades agropecuárias (sobretudo como camaradas ou carroceiros).

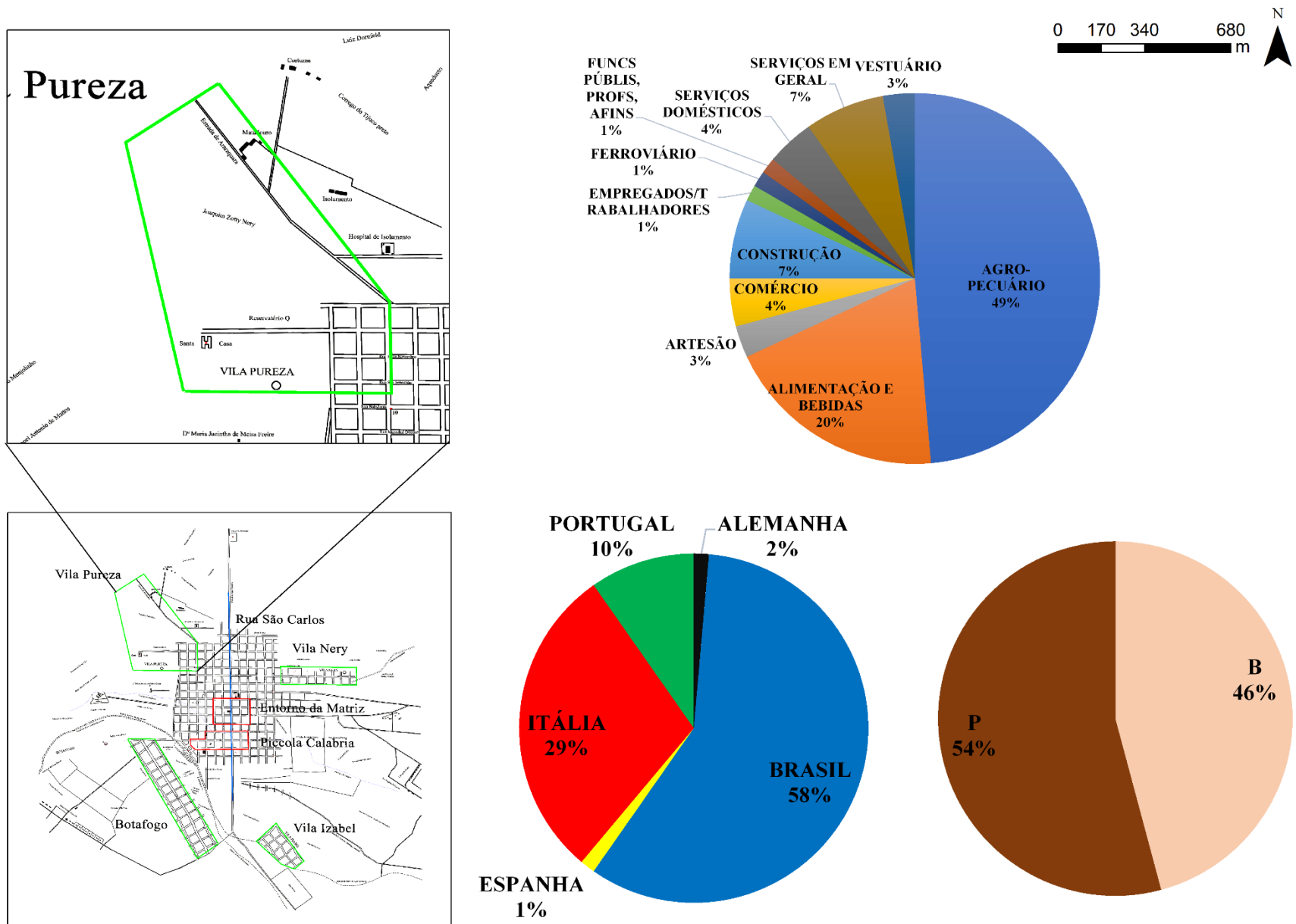
Já os brasileiros, também bem distribuídos em todos os setores ocupacionais, se mostraram mais numerosos no de funcionários públicos e professores (60%), de empregados/trabalhadores (58%), e no de serviços domésticos com 12 pessoas (48% do

total dos que exerciam ocupações neste setor), além de monopolizarem a classe estudantil da área.

Com relação aos outros estrangeiros, podemos ainda confirmar a alta concentração de portugueses no setor ferroviário (44% do total dos que trabalhavam neste setor), de espanhóis como lavradores (43% do total) e, de modo previsível, da dedicação total dos turcos ao comércio.

Retornando para o norte da área urbana, podemos observar o bairro Vila Pureza à oeste, acima das duas regiões. Ao comparar dados deste bairro, características socioeconômicas que o diferenciavam das duas regiões também se mostraram presentes.

Mapa 5 – Perfil socioeconômico dos indivíduos com ocupações e com 15 anos ou mais no bairro Vila Pureza - 1907



Fonte: elaborado pelo autor.

Diferentemente das regiões localizadas no centro urbano, a Vila Pureza demonstrou um perfil de ocupações acentuadamente rural, já que quase metade das pessoas ocupavam-se no setor agropecuário, 20% no setor de alimentos e bebidas, e 7% nos setores de construção e serviços em geral.

Ao relacionarmos a variável profissão com cor, foi possível obter os seguintes resultados para as populações branca e negra:

Tabela 16 - Distribuição da população no bairro Vila Pureza por categorias raciais e de ocupação - 1907

Contagem de cor	Rótulos de Coluna		
Rótulos de Linha	Branco	Pretos	Total Geral
Agropecuário	10 (29)	25 (71)	35 (100)
Alimentação e bebidas	4 (29)	10 (71)	14 (100)
Artesão	2 (100)	0 (0)	2 (100)
Comércio	3 (100)	0 (00)	3 (100)
Construção	4 (80)	1 (20)	5 (100)
Empregados/trabalhadores	1 (100)	0 (0)	1 (100)
Ferroviário	0 (0)	1 (0)	1 (100)
Funcs públics, profs, afins	1 (100)	0 (0)	1 (100)
Serviços domésticos	1 (33)	2 (67)	3 (100)
Serviços em geral	5 (100)	0 (0)	5 (100)
Vestuário	2 (100)	0 (0)	2 (100)
Total Geral	33 (46)	39 (54)	72 (100)

Fonte: elaborado pelo autor.

Primeiramente, podemos notar que não havia pessoas classificadas como “mulatas” na Vila Pureza, e que a frequência de pretos (54%) superava um pouco a de brancos (46%) com relação às pessoas que exerciam alguma ocupação e tinha 15 anos ou mais. Mais uma vez, a população negra – classificada como “pretos” – demonstrou estar em desigualdade com relação aos brancos, pois a maioria se concentrava nos setores agropecuário e de alimentação e bebidas (71% do total que exercia alguma ocupação neste setor), e no setor de serviços domésticos (67%). A população branca, por sua vez, embora mais diminuta, monopolizava as ocupações associadas a quase todos os outros setores presentes no bairro: artesãos, comércio, funcionalismo público e docência, vestuário, serviços em geral, e de empregados.

Ao relacionar a variável nacionalidade com profissão, nota-se sobretudo a escassez de estrangeiros entre as ocupações no bairro, exceção feita à dezena de italianos ocupados no setor agropecuário:

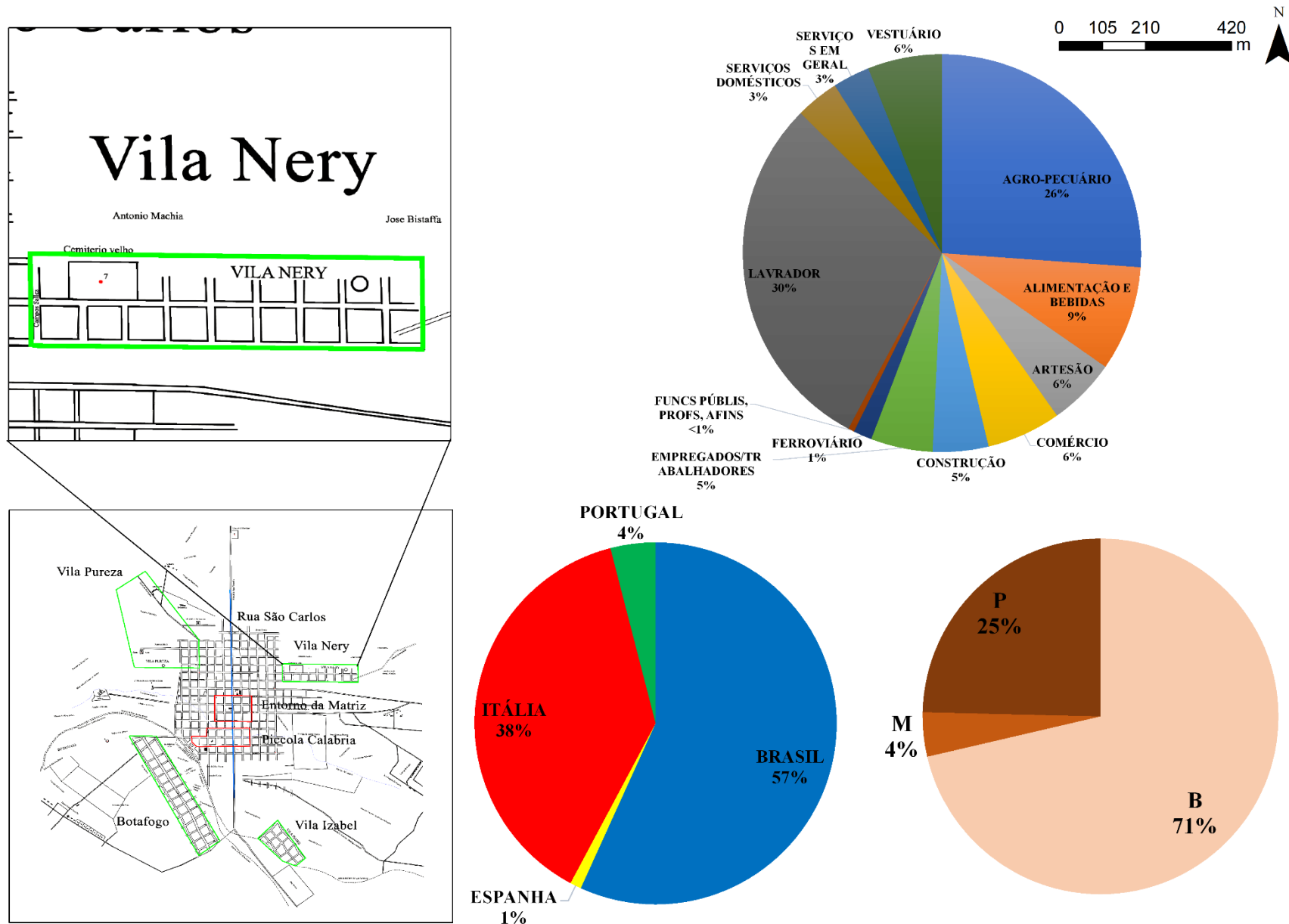
Tabela 17 - Distribuição da população no bairro Vila Pureza por nacionalidade e categorias de ocupação - 1907

Profissão	Nacionalidade					Total Geral
	Alemanha	Brasil	Espanha	Itália	Portugal	
Agropecuário	0 (0)	25 (71)	0 (0)	10 (29)	0 (0)	35 (100)
Alimentação e bebidas	0 (0)	11 (79)	0 (0)	0 (0)	3 (21)	14 (100)
Artesão	0 (0)	0 (0)	0 (0)	2 (100)	0 (0)	2 (100)
Comércio	0 (0)	1 (33)	0 (0)	2 (67)	0 (0)	3 (100)
Construção	0 (0)	1 (20)	0 (0)	2 (40)	2 (40)	5 (100)
Empregados/trabalhadores	0 (0)	0 (0)	0 (0)	1 (100)	0 (0)	1 (100)
Ferrovário	0 (0)	1 (100)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	1 (100)
Funcs públis, profs, afins	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	1 (100)	1 (100)
Serviços domésticos	0 (0)	2 (67)	1 (33)	0 (0)	0 (0)	3 (100)
Serviços em geral	1 (20)	1 (20)	0 (0)	2 (40)	1 (20)	5 (100)
Vestuário	0 (0)	0 (0)	0 (0)	2 (100)	0 (0)	2 (100)
Total Geral	1 (1)	42 (58)	1 (1)	21 (29)	7 (10)	72 (100)

Fonte: elaborado pelo autor

Continuando as análises das ocupações e relações entre elas e as regiões e bairros da cidade de São Carlos do começo do século XX, ao lado da Vila Pureza, ao leste, temos o bairro Vila Nery, o qual apresentou uma população elevada de italianos e de negros ao mesmo tempo.

Mapa 6 – Perfil socioeconômico dos indivíduos com ocupações e com 15 anos ou mais no bairro Vila Nery - 1907



Fonte: elaborado pelo autor.

Mais uma vez, é possível notar a alta incidência de ocupações mais rurais: 30% de lavradores e 26% de ocupados no setor agropecuário.

Se relacionarmos a variável cor com profissão, podemos elucidar em detalhes onde cada grupo racial estava alocado em termos laborais:

Tabela 18 - Distribuição da população no bairro Vila Nery por categorias raciais e de ocupação – 1907

Profissão	Cor			Total Geral
	Branços	Mulatos	Pretos	
Agropecuário	28 (54)	5 (10)	19 (37)	52 (100)
Alimentação e bebidas	12 (71)	0 (0)	5 (29)	17 (100)
Artesão	11 (100)	0 (0)	0 (0)	11 (100)
Comércio	12 (100)	0 (0)	0 (0)	12 (100)
Construção	8 (89)	0 (0)	1 (11)	9 (100)
Empregados/trabalhadores	7 (70)	0 (0)	3 (30)	10 (100)
Ferrovário	3 (100)	0 (0)	0 (0)	3 (100)
Funcs públis, profs, afins	1 (100)	0 (0)	0 (0)	1 (100)
Lavrador	40 (68)	3 (5)	16 (27)	59 (100)
Serviços domésticos	2 (29)	0 (0)	5 (71)	7 (100)
Serviços em geral	6 (100)	0 (0)	0 (0)	6 (100)
Vestuário	12 (100)	0 (0)	0 (0)	12 (100)
Total Geral	142 (71)	8 (4)	49 (25)	199 (100)

Fonte: elaborado pelo autor

De acordo com a tabela, a população negra, representada em quase 30% das ocupações no bairro, concentrava-se mais nos setores de serviços domésticos (71%) e agropecuário (47%).

Os brancos, por sua vez, aparecem representados em todos os setores, com destaque para o monopólio no bairro entre artesãos, comerciantes, ferroviários, funcionários públicos e professores, ocupados nos setores de vestuário e serviços em geral.

De forma similar às regiões da *Piccola Calabria* e do entorno da Matriz, as populações negras e brancas do bairro Vila Nery estavam alocadas em ocupações menos ou mais qualificadas, dependendo de seu indicador racial. Logo, os negros e negras, por exemplo, estavam em setores em que as ocupações eram menos qualificadas, como o de serviços domésticos e agropecuário. Já os brancos eram totalidade em muitos setores

marcados por uma qualificação previa, como o de artesão, ferroviário e funcionários públicos e professores.

Se nos atentarmos agora às suas nacionalidades relacionadas às profissões, são notáveis as incidências de italianos entre comerciantes (75%) e artesãos (73%), mas sobretudo no setor de vestuário (83%). Observe-se ainda que dos 8 portugueses constantes da tabela, nada menos que 7 dedicavam-se ao setor de alimentação e bebidas.

Tabela 19 - Distribuição da população no bairro Vila Nery por nacionalidade e categorias de ocupação – 1907

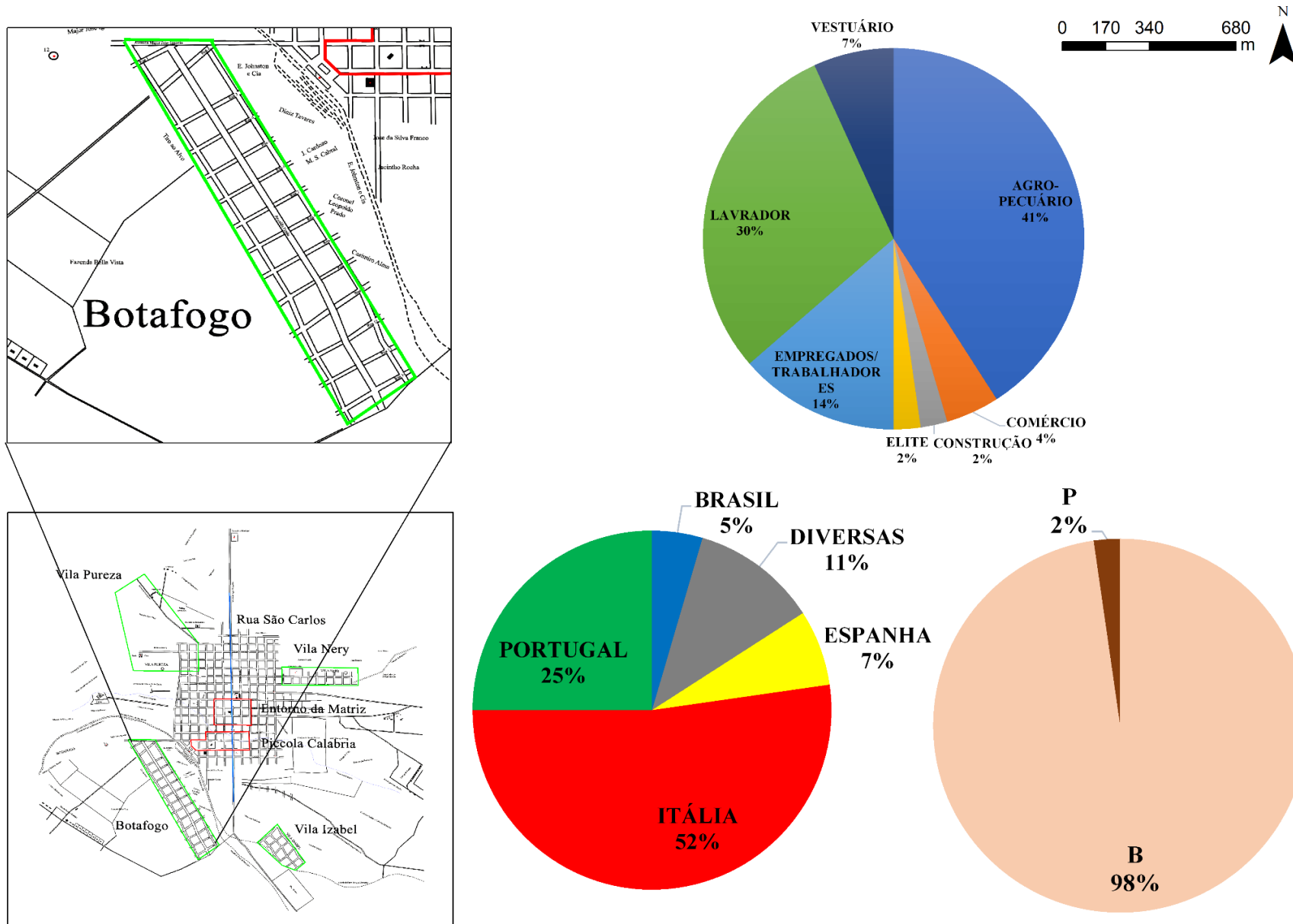
Profissão	Nacionalidade				Total Geral
	Brasil	Espanha	Itália	Portugal	
Agropecuário	34 (65)	0 (0)	17 (33)	1 (2)	52 (100)
Alimentação e bebidas	7 (41)	0 (0)	3 (18)	7 (41)	17 (100)
Artesão	2 (18)	1 (9)	8 (73)	0 (0)	11 (100)
Comércio	3 (25)	0 (0)	9 (75)	0 (0)	12 (100)
Construção	5 (56)	0 (0)	4 (44)	0 (0)	9 (100)
Empregados/trabalhadores	6 (60)	0 (0)	4 (40)	0 (0)	10 (100)
Ferrovário	1 (33)	0 (0)	2 (67)	0 (0)	3 (100)
Funcs públis, profs, afins	1 (100)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	1 (100)
Lavrador	43 (73)	1 (2)	15 (25)	0 (0)	59 (100)
Serviços domésticos	6 (86)	0 (0)	1 (14)	0 (0)	7 (100)
Serviços em geral	3 (50)	0 (0)	3 (50)	0 (0)	6 (100)
Vestuário	2 (17)	0 (0)	10 (83)	0 (0)	12 (100)
Total geral	113 (57)	2 (1)	76 (38)	8 (4)	199 (100)

Fonte: elaborado pelo autor.

Comparando italianos com brasileiros, podemos notar que os italianos provavelmente exerciam ocupações ligadas a estes setores por terem trazido conhecimentos de sua pátria natal, como a alfaiataria, a costura, a sapataria e a marcenaria. Os brasileiros, por sua vez, eram mais ligados à questão da terra e do rural, por estarem alocados no setor agropecuário e como lavradores.

Dando prosseguimento às análises dos bairros a partir de seus indicadores sociais, se nos voltarmos para o sul da cidade, ao leste, teremos agora o bairro Botafogo (atual Vila Prado), o qual aparentou ser um “bairro de estrangeiros” – conforme discutido no tópico anterior - se comparado aos demais e às regiões centrais da área urbana.

Mapa 7 – Perfil socioeconômico dos indivíduos com ocupações e com 15 anos ou mais no bairro Botafogo - 1907



Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 20 - Distribuição da população no bairro Botafogo por categorias raciais e de ocupação – 1907

Profissão	Cor		Total Geral
	Branco	Pretos	
Agropecuário	17 (94)	1 (6)	18 (100)
Comércio	2 (100)	0 (0)	2 (100)
Construção	1 (100)	0 (0)	1 (100)
Elite	1 (100)	0 (0)	1 (100)
Empregados/trabalhadores	6 (100)	0 (0)	6 (100)
Lavrador	13 (100)	0 (0)	13 (100)
Vestuário	3 (100)	0 (0)	3 (100)
Total Geral	43 (98)	1 (2)	44 (100)

Fonte: elaborado pelo autor.

No bairro, havia um único preto ocupado, no setor agropecuário, enquanto o restante dos brancos ocupava a totalidade dos outros setores presentes no bairro.

Se mudarmos o a variável de análise para nacionalidade, poderemos detalhar melhor em quais setores laborais estaria a população branca do bairro, observando-se a predominância de italianos em muitos setores e a elevada presença de lavradores portugueses no bairro.

Tabela 21 - Distribuição da população no bairro Botafogo por nacionalidade e categorias de ocupação – 1907

Profissão	Nacionalidade					Total geral
	Brasil	Diversas	Espanha	Itália	Portugal	
Agropecuário	2 (11)	0 (0)	0 (0)	13 (72)	3 (17)	18 (100)
Comércio	0 (0)	0 (0)	0 (0)	2 (100)	0 (0)	2 (100)
Construção	0 (0)	0 (0)	0 (0)	1 (100)	0 (0)	1 (100)
Elite	0 (0)	1 (100)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	1 (100)
Empregados/trabalhadores	0 (0)	4 (67)	1 (17)	1 (17)	0 (0)	6 (100)
Lavrador	0 (0)	0 (0)	2 (15)	3 (23)	8 (62)	13 (100)
Vestuário	0 (0)	0 (0)	0 (0)	3 (100)	0 (0)	3 (100)
Total Geral	2 (5)	5 (11)	3 (7)	23 (52)	11 (25)	44 (100)

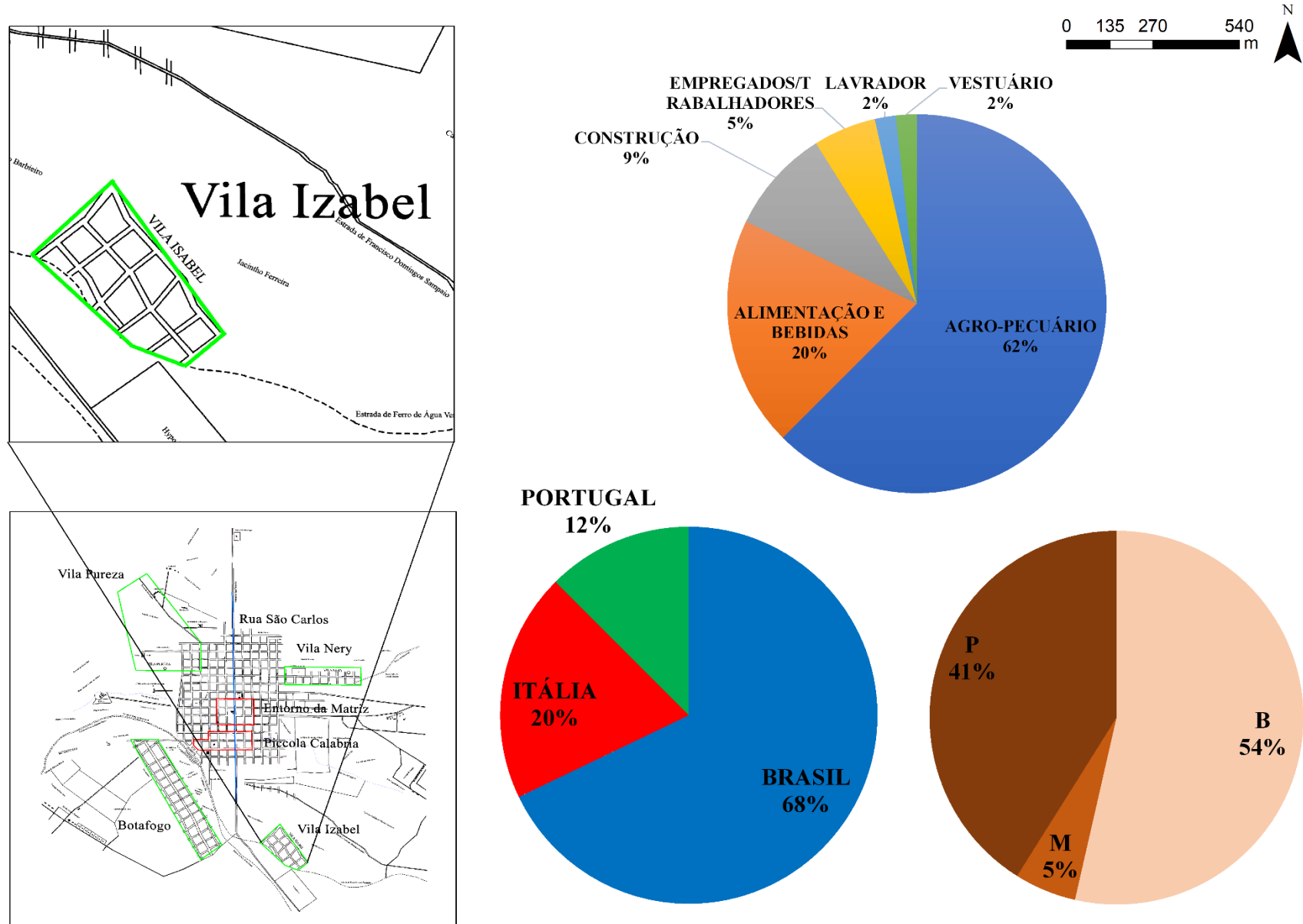
Fonte: elaborado pelo autor

Como foi visto no capítulo anterior, o fato de o bairro Botafogo estar perto das ferrovias, influenciou em sua formação e consequente composição étnica e racial, uma

vez que muitos estrangeiros que acabavam de desembarcar com destino para a cidade, se dirigiam ao bairro para morar e trabalhar.

Ainda na porção sul da cidade, mas ao leste, temos o bairro Vila Izabel, o qual é um dos mais antigos e é considerado – ao lado do Vila Pureza – um espaço com forte representatividade da população negra.

Mapa 8 – Perfil socioeconômico dos indivíduos com ocupações e com 15 anos ou mais no bairro Vila Izabel - 1907



Fonte: elaborado pelo autor

Considerando apenas indivíduos com alguma ocupação e com 15 anos ou mais, podemos visualizar a partir do mapa acima que o bairro Vila Izabel tinha uma predominância de pessoas ocupadas no setor agropecuário (62%), seguido pelo de alimentação e bebidas (20%). No primeiro, os negros representavam cerca de um terço dos ocupados, e no segundo, quase a totalidade.

Tabela 22 - Distribuição da população no bairro Vila Izabel por categorias raciais e de ocupação – 1907

Profissão	Cor			Total Geral
	Branços	Mulatos	Pretos	
Agropecuário	25 (71)	2 (6)	8 (23)	35 (100)
Alimentação e bebidas	1 (9)	0 (0)	10 (91)	11 (100)
Construção	3 (60)	1 (20)	1 (20)	5 (100)
Empregados/trabalhadores	0 (0)	0 (0)	3 (100)	3 (100)
Lavrador	0 (0)	0 (0)	1 (100)	1 (100)
Vestuário	1 (100)	0 (0)	0 (0)	1 (100)
Total geral	30 (54)	3 (5)	23 (41)	56 (100)

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 23 - Distribuição da população no bairro Vila Izabel por nacionalidade e categorias de ocupação – 1907

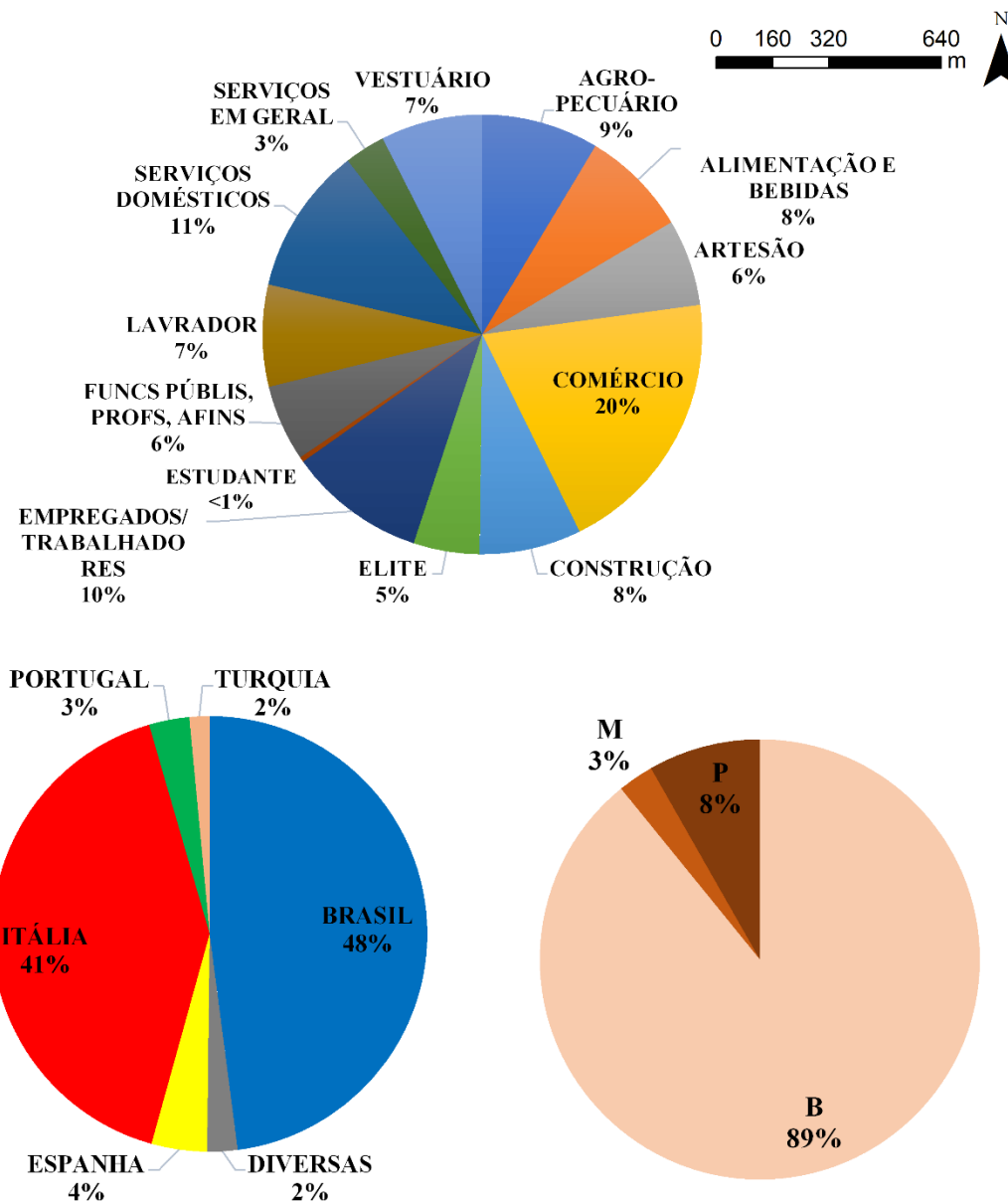
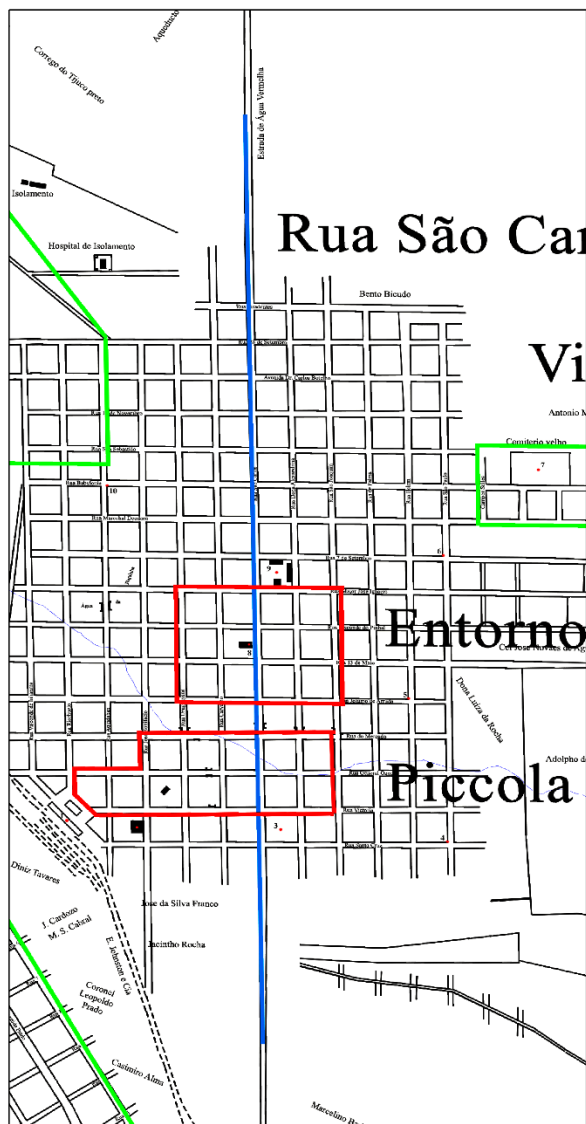
Profissão	Nacionalidade			Total geral
	Brasil	Itália	Portugal	
Agropecuário	19 (54)	10 (29)	6 (17)	35 (100)
Alimentação e bebidas	9 (82)	1 (9)	1 (9)	11 (100)
Construção	5 (100)	0 (0)	0 (0)	5 (100)
Empregados/trabalhadores	3 (100)	0 (0)	0 (0)	3 (100)
Lavrador	1 (100)	0 (0)	0 (0)	1 (100)
Vestuário	1 (100)	0 (0)	0 (0)	1 (100)
Total Geral	38 (68)	11 (20)	7 (13)	56 (100)

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao nos atentarmos para suas nacionalidades relacionadas com as ocupações, fica evidente que a quase totalidade dos 18 estrangeiros ocupados no bairro exerciam atividades agropecuárias.

Por fim, após discutir as duas regiões do centro urbano de São Carlos e seus bairros, há também informações relevantes encontradas sobre a rua São Carlos, principal e mais diferenciado eixo da cidade.

Mapa 9 – Perfil socioeconômico dos indivíduos com ocupações e com 15 anos ou mais no eixo Rua São Carlos - 1907



Fonte: elaborado pelo autor.

Delimitando a população a partir dos que apenas exerciam alguma ocupação e tinham 15 anos ou mais, podemos perceber que, etnicamente, a rua São Carlos tinha uma população praticamente “dividida” entre italianos e brasileiros. Além disso, em termos laborais, o setor comercial era o mais numeroso com 20% do total, sendo a distribuição restante bastante representativa de diversos setores.

Se relacionarmos a variável cor com profissão, veremos que a rua São Carlos talvez seja a mais desigual em relação aos setores ocupacionais em que brancos e negros estavam alocados. A exemplo disto, os negros – representados por mulatos e pretos, conforme classificação do começo do século XX -, estavam mais representados nos setores de serviços domésticos (41%), agropecuário (22%) e de construção (20%).

Já os brancos, em contrapartida, estavam alocados e bem representados em todos os setores de ocupações existentes na rua São Carlos, com destaque para o fato de constituírem a totalidade dos lavradores, dos funcionários públicos e professores, dos estudantes, dos ocupados no setor de serviços, e dos empregados e trabalhadores.

Tabela 24 - Distribuição da população no eixo Rua São Carlos por categorias raciais e de ocupação – 1907

Profissão	Cor			Total Geral
	Brancos	Mulatos	Pretos	
Agropecuário	18 (78)	0 (0)	5 (22)	23 (100)
Alimentação e bebidas	18 (86)	0 (0)	3 (14)	21 (100)
Artesão	16 (94)	1 (6)	0 (0)	17 (100)
Comércio	52 (98)	0 (0)	1 (2)	53 (100)
Construção	16 (80)	2 (10)	2 (10)	20 (100)
Elite	12 (92)	0 (0)	1 (8)	13 (100)
Empregados/trabalhadores	27 (100)	0 (0)	0 (0)	27 (100)
Estudante	1 (100)	0 (0)	0 (0)	1 (100)
Funcs públics, profs, afins	15 (100)	0 (0)	0 (0)	15 (100)
Lavrador	20 (100)	0 (0)	0 (0)	20 (100)
Serviços domésticos	17 (59)	2 (7)	10 (34)	29 (100)
Serviços em geral	8 (100)	0 (0)	0 (0)	8 (100)
Vestuário	18 (90)	2 (10)	0 (0)	20 (100)
Total geral	238 (89)	7 (3)	22 (8)	267 (100)

Fonte: elaborado pelo autor.

Por outro lado, ao analisarmos a relação entre as variáveis profissão e nacionalidade, o cenário se modifica, dividindo entre italianos e brasileiros graus diferentes de representatividade nos diferentes setores de ocupações. Os primeiros

estavam melhor representados no setor de vestuário (65%), serviços (63%), construção (60%), ofícios artesanais (59%), e alimentação e bebidas (52%). Já os brasileiros estavam mais concentrados entre as elites (77%), os funcionários públicos e professores (73%), os lavradores (70%), os empregados e trabalhadores (63%), e nos serviços domésticos (59%).

Mais uma vez, assim como nas regiões do entorno da Igreja Matriz e da *Piccola Calabria*, os brasileiros eram os que ocupavam e estavam mais representados em atividades ligadas à esfera pública e educacional público, além de também estarem ligados a ocupações que demonstrariam posse de terras. Por outro lado, os italianos estavam em diversas ocupações com qualificações que provavelmente teriam sido trazidas de sua terra natal.

Tabela 25 - Distribuição da população no eixo Rua São Carlos por nacionalidade e categorias de ocupação – 1907

Profissão	Nacionalidade						Total geral
	Brasil	Diversas	Espanha	Itália	Portugal	Turquia	
Agropecuário	8 (35)	0 (0)	5 (22)	10 (43)	0 (0)	0 (0)	23 (100)
Alimentação e bebidas	7 (33)	2 (10)	0 (0)	11 (52)	1 (5)	0 (0)	21 (100)
Artesão	6 (35)	0 (0)	1 (6)	10 (59)	0 (0)	0 (0)	17 (100)
Comércio	21 (40)	1 (0)	3 (6)	22 (42)	3 (6)	3 (6)	53 (100)
Construção	7 (35)	0 (0)	0 (0)	12 (60)	1 (5)	0 (0)	20 (100)
Elite	10 (77)	0 (0)	0 (0)	3 (23)	0 (0)	0 (0)	13 (100)
Empregados/trabalhadores	17 (63)	0 (0)	0 (0)	7 (26)	2 (7)	1 (4)	27 (100)
Estudante	1 (100)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	1 (100)
Funcs públis, profs, afins	11 (73)	1 (7)	0 (0)	2 (13)	1 (7)	0 (0)	15 (100)
Lavrador	14 (70)	0 (0)	1 (5)	5 (25)	0 (0)	0 (0)	20 (100)
Serviços domésticos	17 (59)	1 (3)	1 (3)	10 (34)	0 (0)	0 (0)	29 (100)
Serviços em geral	3 (38)	0 (0)	0 (0)	5 (63)	0 (0)	0 (0)	8 (100)
Vestuário	6 (30)	1 (5)	0 (0)	13 (65)	0 (0)	0 (0)	20 (100)
Total geral	128 (48)	6 (2)	11 (4)	110 (41)	8 (3)	4 (1)	267 (100)

Fonte: elaborado pelo autor.

Comparando todos os dados apresentados a respeito das regiões, dos bairros e da rua São Carlos, podemos notar que quase 50% das pessoas (25 indivíduos) que exerciam alguma ocupação do setor das elites estavam concentradas na região do entorno da Igreja Matriz. Já na região da *Piccola Calabria*, o comércio predominava com 41% das pessoas (116 indivíduos) deste setor possuindo alguma ocupação ligada à venda e compra de produtos. Seguida dela, também temos a região do entorno da Matriz com um comércio

considerável, onde 95 pessoas (34%) também tinham atividades laborais ligadas à comercialização de produtos. Além dessas duas regiões, a rua São Carlos demonstrou ter muitos moradores com ocupações ligadas ao setor comercial, sendo que 52 pessoas (19%) exerciam alguma atividade no comércio.

Levando em conta o setor alimentício e de bebidas, foi possível constatar a presença da maioria – sobretudo cozinheiros e padeiros – na região do entorno da Matriz, em que 68 indivíduos - 40% do total dos que foram categorizados neste setor - tinham ocupações ligadas à produção de alimentos e bebidas. O setor dos artesãos, por sua vez, dividia-se entre a região da *Piccola Calabria* - com 38 pessoas (37%) que exerceram atividades deste setor – e do Entorno da Matriz, em que 95 pessoas (34%) tinha ocupações ligadas ao artesanato. Vale destacar que na primeira predominavam ferreiros, e na segunda, marceneiros e seleiros.

Outras atividades laborais “mais qualificadas” como funcionários públicos e professores estavam concentradas na região da matriz, em que quase 60% dos indivíduos deste setor, formado por 38 pessoas, exerciam estas ocupações direcionadas para o setor público e de ensino. Outras atividades menos qualificadas como a dos trabalhadores do setor de serviço (sobretudo cocheiros) estavam mais alocadas na região da *Piccola Calabria*, sendo 40% do total de pessoas (19 indivíduos) que exerciam alguma ocupação e tinham 15 anos ou mais. Já os domésticos – principalmente criados – estavam concentrados em demasia na região do entorno da Matriz, onde compunham 50% (formado por 67 pessoas) do total dos indivíduos que exerciam ocupações neste setor.

Mudando o eixo de análise para as ocupações de caráter mais rural - classificadas no setor agrícola -, podemos notar alta concentração – principalmente de camaradas – em todos os bairros de São Carlos do período e mesmo na região da *Piccola Calabria*, em que eram 78 pessoas (27%) do total de atividades exercidas nesta região. Já a categoria de “estudantes” se mostrou fortemente presente na região do entorno da Matriz, em que eram 7 pessoas (64%) do total de estudantes de todas as áreas de análise. Em contrapartida, mesmo sendo categorias bastantes genéricas que poderiam indicar trabalhadores em vários tipos de serviços, quanto o próprio trabalhador, rural, a categoria “empregados e trabalhadores” mostrou-se relevante na região do entorno da Matriz, em que 91 pessoas (45% do total de indivíduos neste setor) estavam nela concentradas e, também, na região da *Piccola Calabria*, a qual possuía 66 pessoas (32%) alocadas em seu território.

Também temos a relevante categoria “lavrador”, a qual, assim como a “empregados e trabalhadores”, possui polissemia, podendo indicar alguém responsável por cuidar de um lote de terra, fazendeiro, sitiante, arrendatário, meeiro, responsável, encarregado, chefe de turma, dentre outros. Ao observar a distribuição desta categoria nas diferentes áreas de estudo, nota-se sua forte presença na região do entorno da Matriz, composta por 71 indivíduos - 38% do total das pessoas que exerciam ocupações neste setor – e no bairro Vila Nery, em que 59 pessoas (32% do total) estavam ligadas a este setor. Por fim, também temos pessoas que exerciam atividades no setor ferroviário, muito presentes nas regiões do entorno da Igreja Matriz – com 25 pessoas (40% do total de quem exercia ocupações ligadas a este setor) – e, sobretudo, da *Piccola Calabria* – com 35 pessoas (54% do total de quem exercia ocupações ligadas a este setor).

Tabela 26 - Distribuição das categorias de ocupação entre as áreas de estudo na cidade de São Carlos - 1907

Ocupações	Entorno Matriz	Piccola Calabria	R. S. Carlos	V. Nery	V. Pureza	V. Izabel	Botafogo	Total
Elites	25 (48) (4)	13 (25) (2)	13 (25) (5)	0 (0) (0)	0 (0) (0)	0 (0) (0)	1 (2) 2	52
Comércio	95 (34) (14)	116 (41) (22)	52 (19) (19)	12 (4) (6)	3 (1) 4	0	2 (1) 5	280
Vestuário	90 (51) 13	48 (27) 9	20 (11) 7	12 (7) 6	2 (1) 3	1 (1) 2	3 (2) 7	176
Alimentação e bebidas	68 (40) 10	37 (22) 7	21 (12) 8	17 (10) 9	14 (8) 19	11 (7) 20	0	168
Artesão	35 (34) 5	38 (37) 7	17 (16) 6	11 (11) 6	2 (2) 3	0	0	103
Construção	27 (30) 4	24 (26) 5	20 (22) 7	9 (10) 5	5 (5) 7	5 (5) 9	1 (1) 2	91
Funcs públs, profs, afins	38 (58) 5	10 (15) 2	15 (23) 6	1 (2) 1	1 (2) 1	0	0	65
Serviços em geral	10 (21) 1	19 (40) 4	8 (17) 3	6 (12) 3	5 (10) 7	0	0	48
Serviços domésticos	67 (51) 10	25 (19) 5	30 (23) 11	7 (5) 3	3 (2) 4	0	0	132
Agropecuário	47 (16) 7	78 (27) 15	23 (8) 9	52 (18) 26	35 (12) 49	35 (12) 62	18 (6) 41	288
Estudante	7 (64) 1	3 (27) 1	1 (9) 0	0	0	0	0	11
Empregados, trabalhadores	91 (45) 13	66 (32) 12	27 (13) 10	10 (5) 5	1 (1) 1	3 (1) 5	6 (3) 14	204
Lavrador	71 (38)	21 (11)	20 (11)	59 (32)	0 (0)	1 (1)	13 (7)	185

	10	4	7	30		2	30	
Ferroviário	25 (40)	34 (54)	0	3 (5)	1 (2)	0	0	63
	4	6		1	1			
	696	532	267	199	72	56	44	1835

Fonte: elaborado pelo autor.

Com base nestas comparações realizadas entre as diferentes ocupações e áreas de estudo, podemos afirmar que, na São Carlos do começo do século XX, além de existirem diferenciações socioespaciais fundamentadas por questões raciais e étnicas, também houve outras pautadas em questões de estratificação social, se considerarmos as ocupações, o nível de alfabetização, e a posse de propriedades das pessoas no ano de 1907.

Considerações finais

Inserida geograficamente no interior do Estado de São Paulo, a cidade de São Carlos passou por diversas transformações socioeconômicas consideráveis desde seu surgimento oficial em 1856, com a edificação da Igreja Matriz, até o começo do século XX. O lucro fornecido pelo café foi o grande responsável por movimentar fazendeiros para a construção das ferrovias e atrair determinados grupos étnicos e raciais para o município e o espaço urbano de forma geral (TRUZZI, 2007).

Na passagem do século XIX para o XX, é evidente que houve uma tentativa de estruturar a cidade e seu crescimento para a região central (sentido norte) desde os primeiros anos da edificação da Igreja Matriz, em que as elites e os habitantes que lá estavam iniciaram o processo de construção dos primeiros edifícios e ruas, além de um cemitério no então afastado ponto ao sul da cidade, onde hoje está localizado o largo de São Benedito. Porém, com a chegada de imigrantes estrangeiros e negros antes escravizados para a região urbana, novos bairros surgiram e a cidade atingiu o antigo cemitério municipal, o qual – após uma segunda transferência no bairro Vila Nery – só se “estabeleceu” por completo no extremo norte da região urbanizada, onde a população era pouca.

Conseqüentemente, podemos notar como a concentração de população não pode ser controlada nas diversas áreas de uma cidade, como discutiu Robert Park (1984). Somado a isso, ainda podemos citar a chegada das ferrovias ao município – um empreendimento privado em um primeiro momento - para as modificações humanas no espaço: anteriormente ordenado em um eixo norte-sul por sua via principal - a rua São Carlos -, a área urbana da cidade foi se modificando sentido oeste por influência da proximidade das estradas de ferro, facilitadora do comércio e transporte de pessoas.

A bibliografia tradicional a respeito do município, revelou como as elites – formadas principalmente por fazendeiros e profissionais liberais – ocuparam a região central da cidade, próxima à Igreja Matriz, e o centro administrativo onde estavam localizadas a câmara municipal e o fórum. Já os negros, de acordo com Costa (2015) e Oliveira (2018), além de terem se estabelecido também no centro da cidade – mesmo que morando como agregados ou de aluguel -, se fixaram em bairros mais distantes do centro urbano, onde eram mais representados – se comparados ao restante da população -, edificaram suas casas e foram responsáveis por construir a infraestrutura inicial dos trechos viários e mesmo a aquisição de recursos básicos para a sobrevivência como água. Nos bairros, a população negra, em grande parte, executava atividades ligadas ao meio

rural - na figura dos camaradas -, e outras consideradas menos qualificadas, como doceiros, cozinheiros e quitandeiros.

Os imigrantes estrangeiros, por sua vez, ocuparam diversas ruas e regiões da cidade, onde a presença de italianos se fazia notar. Ela foi descrita por Maeyama (1976) e Mazutti (2009) nos diferentes bairros e sobretudo na região da *Piccola Calabria*, até então considerada mal habitada e perigosa, pela falta de nacionais. Muitos imigrantes estrangeiros ocupavam estabelecimentos comerciais, principalmente os armazéns de secos e molhados, conforme disse Truzzi (2007), e as pequenas “fábricas de quintal”, sendo também eles sapateiros, ferreiros, alfaiates, marmoristas, dentre outras ocupações antes inexistentes em São Carlos.

Após reunir a documentação, selecionar seus dados, gerar informações estatísticas e espacializá-las em mapas temáticos, foi possível ver, em um primeiro momento – consolidado até a primeira década do século XIX -, como tais informações detalham e conferem precisão às informações descritas pela bibliografia. Realmente as elites e os profissionais liberais eram quantitativamente mais numerosos na região próxima à Igreja Matriz e ao centro administrativo. Os negros e negras, mesmo sendo encontrados na região central, eram ligeiramente mais representados nos bairros Vila Pureza e Vila Izabel, conforme demonstraram os dados esquematizados. Tal fato talvez seja um indicativo de que a maioria tinha propriedades nestas regiões em contraposição ao centro, em que provavelmente viviam como agregados a outras famílias ou moravam de aluguel.

Por fim, os imigrantes estrangeiros, em especial os italianos, se revelaram numericamente superiores na região entre a rua do mercado municipal e Victoria, conhecida como *Piccola Calabria*, onde exerciam diversas ocupações ligadas ao setor comercial e artesanal. Entretanto, mais pesquisas seriam necessárias para comprovar se a maior parte dos italianos realmente eram procedentes desta região italiana. Além disso, seria interessante investigar o processo de criação do bairro do Botafogo, no qual os estrangeiros predominavam amplamente.

Caberia também analisar mais detalhadamente o caso dos portugueses e espanhóis, os quais quase se equiparavam numericamente nas ruas mais próximas à Igreja Matriz e mesmo na *Piccola Calabria*. O mesmo se aplica aos turcos (sírios e libaneses) encontrados mais comumente, como era de se esperar, nas regiões mais comerciais do centro urbano, como a rua São Carlos e a região da *Piccola Calabria*. Além disso, mais estudos poderiam ser feitos, abordando outras regiões de São Carlos, como a que está

acima do entorno da Matriz, os subúrbios catalogados pelo censo de 1907, e mesmo a área rural em relação à cidade.

Também temos muitas incógnitas no caso da população negra, a qual se mostrou presente no centro urbano da cidade – em ocupações mais subalternas -, além de ter sido encontrada em grande número nos bairros mais distantes do núcleo central. Novos estudos seriam necessários para compreender melhor as diferenças entre como viviam estas pessoas no centro da cidade e nos diferentes bairros, inclusive no tocante à propriedade de imóveis e relações laborais.

Após reunir e comparar todos os dados obtidos pela pesquisa, ficou evidente que na São Carlos do final do século XIX e começo do XX, havia uma espécie de diferenciação socioespacial marcada por características raciais, étnicas e de estrato social – aqui aproximado por meio do grau de alfabetização e tipos de ocupação. Tal fenômeno ocorreu mesmo que, de certa forma, houvesse uma integração entre os diferentes indivíduos, conforme relatado pelos memorialistas, em um quadro no qual nacionais, imigrantes e negros se socializavam em espaços comuns – mesmo havendo desavenças e conflitos -, mais evidentes em comemorações festivas. Porém, as informações construídas com base nos dados demonstraram haver sim uma predominância de determinados grupos, bem como ocupações em diferentes regiões, conforme relatado acima.

Os estudos da Escola de Chicago, apesar de estarem muito distantes da realidade histórica e social de São Carlos, uma cidade pouco populosa do interior paulista no começo do século XX, possibilitaram uma reflexão maior sobre como a população do período cafeeiro teria se estabelecido e se configurado no espaço urbano, em que haveria esta predominância de determinados grupos em relação a outros nos diferentes espaços da cidade, segundo suas próprias diferenças étnicas, raciais e socioeconômicas. Foi possível comprovar que grupos étnicos e raciais, os quais possuem diferenças e similaridades entre si, parecem se agrupar em espaços específicos, muitas vezes lembrados e classificados pela população como “espaços negros” e “espaços italianos”, mesmo inexistindo formação de guetos, e tampouco sendo segregados do restante dos habitantes, nacionais e brancos.

Vale a pena ressaltar que, apesar de terem sido considerados os estudos da primeira geração da Escola de Chicago para se observar similaridades entre o caso norte-americano e o paulista – em que diferentes grupos étnicos e raciais se alocaram em determinados espaços -, seria infundado afirmar que São Carlos teria sua população segregada entre si, segundo definido por Park (1984) em seus estudos sobre a população

das grandes cidades em espaços urbanos. Com base nos dados estatísticos apresentados no capítulo 5, podemos ver divisões “menos rígidas” entre os habitantes das diferentes regiões e bairros, os quais poderiam abrigar mais imigrantes italianos do que brasileiros, por exemplo. Ademais, também os bairros distantes do núcleo central tinham uma população bem diferente da encontrada no centro da cidade em termos laborais e raciais, pois, além de nos três bairros analisados as ocupações serem relativas ao meio rural, a população dos bairros Vila Pureza e Vila Izabel era bem representada por negros e negras, diferente do centro da cidade, onde os imigrantes estrangeiros prevaleciam.

Como mencionado anteriormente, São Carlos não passou por um processo de segregação espacial entre seus habitantes, como parece ter às vezes ocorrido em algumas grandes cidades norte-americanas. Em São Carlos, os grupos étnicos e raciais parecem ter se direcionado para diferentes regiões da cidade tanto por imposições econômicas, quanto, em menor medida, por afinidades étnico-raciais. Na região da *Piccola Calabria* e nos bairros de Botafogo, Vila Izabel, e Vila Pureza, provavelmente as terras eram mais baratas e não havia a mesma cobrança de impostos realizada no centro da cidade. Além disso, todos eles acumulavam algum fator visto como desfavorável ao estabelecimento humano: a Vila Pureza por abrigar a Santa Casa de Misericórdia, o Matadouro e a zona de isolamento de leprosos; as regiões da *Piccola Calabria* e da Vila Nery, por abrigarem sucessivamente os primeiros cemitérios do município; e o Botafogo por se posicionar atrás da linha férrea. Provavelmente muitas das pessoas que lá se estabeleceram não tinham condições financeiras para morar no centro da cidade, além de fazerem parte de um mesmo grupo étnico-racial. Isso se aplica também à Vila Isabel e ao recém-aberto bairro do Botafogo, igualmente em contraste com a região próxima à Igreja Matriz, onde elites e lavradores tenderam a ser mais comuns, embora estivessem longe de predominar.

Concluimos afirmando ter ocorrido de fato uma diferenciação socioespacial na cidade de São Carlos, no sentido de que tinha possibilidades diferenciadas em relação ao uso dos espaços urbanos. A cidade e o espaço, como mencionados, são produto do social (SANTOS, 1997; LEFEBVRE, 2016), conseqüentemente, com a população de São Carlos alterada e acrescida drasticamente desde o final do século XIX e início do século XX, diversos grupos sociais modificaram o espaço urbano e a cidade, estabelecendo-se e formando bairros e regiões específicas, reflexos de suas próprias diferenças raciais, étnicas e econômicas. Meio século após a fundação da cidade, estas já exerciam forte influência na configuração das pessoas no espaço urbano. Em vista disso, este trabalho, acima de tudo, procurou ser um pontapé inicial para novas pesquisas que envolvam o

espaço urbano e sua população no interior do Brasil. Que elas possam ser realizadas e discutidas com estudos anteriores sobre o interior paulista durante o período da economia cafeeira.

Referências bibliográficas

- ALMANACH Album ilustrativo de São Carlos (1916-1917). Ano 1, n.1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2007.
- ALMANACH de São Carlos (1894). Ano 1, n.1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2007.
- ALMANACH de São Carlos (1905). Ano 1, n.1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2007.
- ALMANACH de São Carlos (1915). Ano 1, n.1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2007.
- ALMANACH de São Carlos (1927). Ano 1, n.1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2007.
- ALMANACH de São Carlos (1928). Ano 1, n.1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2007.
- ANDRADE, Mario. Poesias Completas/Mario de Andrade. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, 1987.
- AUGUSTO, J. (Ed.). Almanaque de São Carlos. São Carlos: Typ. Aldina, 1905.
- BARBOSA, C. Glossário do trabalho agrícola e profissões. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1943.
- BLOCH, Marc. Apologia da história ou O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORTOLUCCI, Maria Angela P. de C. e S. Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro. 1991. Doutorado (Tese em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1991. 1 v.
- BOTELHO, Tarcisio R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321-341, jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a13.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BRAGA, Cincinato de C. Contribuição ao estudo da história e geografia da cidade e município de São Carlos do Pinhal. In: _____. (Org.). Almanach de São Carlos. São Carlos do Pinhal: A Empresa d'O Popular, 1894.
- BRANDÃO, Rodrigo. Samuel Clarke contra o determinismo de Anthony Collins. *Acta Scientiarum*, v. 40, n. 1, p. 1-6, jul. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/39425>. Acesso em: 02 jun. 2020.

- BRUNELLI, Aideli S. U. et al. Barra Funda. Série História dos Bairros. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/DPH, 2006. 29 v. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/publicacoes/index.php?p=8313. Acesso em: 30 mai. 2020.
- BUENO, Beatriz P. S. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). Anais do Museu Paulista, v. 17, n. 12, p. 251-294. jul./dez. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142009000200013&script=sci_arttext. Acesso em 20 mai. 2020.
- BULMER, Martin. A Escola de Chicago de Sociologia: o que a tornou Escola?. **History of Sociology: An International Review** - v. 5, n. 2, p. 18-34, 1985. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/download/174481/163245/432988>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- CAMARGO, T. Breve notícia histórica e geográfica sobre a cidade e município de São Carlos. In: CAMARGO, J. F. (Org.). Almanach Annuário de São Carlos. São Carlos: [s/e], 1928.
- CARLOS, Ana Fani A. Diferenciação socioespacial. Revista Cidades, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/569>. Acesso em: 05 mai. 2020.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al (Org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CONCEIÇÃO, Carla F. da. A società Dante Alighieri: um estudo de caso sobre o associativismo étnico italiano em São Carlos/SP – 1902 a 1938. Doutorado (Tese de Doutorado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.
- COSTA PINTO, L. A. O negro no Rio de Janeiro. Relações de raças em uma sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1953.
- COSTA, Emília V. da. Da Senzala à Colônia. 5 ed. São Paulo: UNESP, 2010.
- COSTA, Fabio R. da. O Conceito de Espaço em Milton Santos e David Harvey: uma primeira aproximação. Revista Percurso, v. 6, n. 1, p. 63-79, jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49581>. Acesso em: 02 jun. 2020.

- COSTA, Natalia A. Espaços Negros na Cidade do Pós Abolição. São Carlos, um estudo de caso. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Instituto de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.
- COULON, Alain. A Escola de Chicago. Campinas: Papirus, 1995.
- D'ADESKY, Jacques. Pluralismo étnico e multiculturalismo. Afro-Ásia, n. 19-20, p. 165-182, 1997. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20952>. Acesso em: 05 mai. 2020.
- DEVESCOVI, Regina C. B. Urbanização e Acumulação: Um estudo sobre a cidade de São Carlos. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea – UFSCar, 1987.
- DUTENKEFER, Eduardo. Metodologia para um saber e um fazer geo-histórico: análise de espacialidades pretéritas utilizando instrumentos computacionais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 65, p. 57-71, dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/125159>. Acesso em: 5 jun. 2020.
- EINSTEIN, ALBERT (1879-1955). ELABORADO POR: RAFAEL BERNARDES ALTAVINI. Disponível em: <http://www.fem.unicamp.br/~em313/paginas/person/einstein.htm>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ESPINDOLA, Polianne M. A fenomenologia de Alfred Schutz: uma contribuição histórica. Revista Trama Interdisciplinar, v. 3, n. 1, p. 157-171, 2012. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/5013>. Acesso em: 02 jun. 2020.
- FERNANDES, Cleudemar A. Contribuições de Erving Goffman para os estudos lingüísticos. Cadernos De Linguagem E Sociedade, v. 4, nov. 2000. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/6490>. Acesso em: 04 jun. 2020.
- EUFRASIO, Mário A. Estrutura urbana e Ecologia Humana: A Escola de Chicago (1915-1940). São Paulo: Editora 34, 2013.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 5 ed. São Paulo: Editora Globo, 2008. 1 v.
- FERNANDES, Florestan. Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

FERREIRA, Lania S. Racismo na "família ferroviária": brancos e negros na Companhia Paulista em São Carlos. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

FONDA, Ênio A. A diáspora judaica em Roma das origens até Nero. Revista de História, São Paulo. v. 39 n. 79, p. 39-50, set. 1969. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128814>. Acesso em: 05 mai. 2020.

FONSECA, Witer N. et al. As categorias território e poder em Geografia. Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais, v. 9, n. 2, p. 128-148, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/10107>. Acesso em: 03 jun. 2020.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREHSE, Fraya. O espaço na vida social: uma introdução. Estudos Avançados, São Paulo. v. 27, n. 79, p. 69-74, out. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300006. Acesso em: 02 jun. 2020.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS. A Presença da cultura Árabe em São Carlos, 2007. Disponível em: <https://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/acervo-files/historias-sc/presenca_arabe.pdf> Acesso em: 03 out. 2020.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS. A Presença portuguesa em São Carlos, 2010. Disponível em: < <https://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/acervo-files/historias-sc/presenca-portuguesa.pdf>> Acesso em: 03 out. 2020.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS. Fogo e Vapor: Aspectos da História de São Carlos a partir da ferrovia. São Carlos: FPMSC, 2017.

FURLAS, Héllen A. Formação do campo policial na "Princesa do Oeste": relações de poder e conflitos cotidianos entre elites, populares e a Polícia de São Carlos, 1888 – 1914. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

GATO, Matheus. Espaço, cor e distinção social em São Luís (1850-1888). In: BARONE, Ana; RIOS, Flavia. Negros nas cidades brasileiras (1890-1950). São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2018.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. Dividindo as províncias do império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854). Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, n. 35, p. 8-39, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/18625>. Acesso em: 03 jun. 2020.

HINO, Paula *et al.* Geoprocessamento aplicado à área da saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 14, n. 6, p. 939-943, nov./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692006000600016&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 de jan. 2021.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Octavio. A Sociologia de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 25-33, jan./abr. 1996. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100006. Acesso em: 21 jan. 2021.

IBGE 2020. TRANSFORMAÇÃO DE COORDENADAS ENTRE SISTEMAS DE REFERÊNCIA OFICIAIS – PROGRID. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/servicos-para-posicionamento-geodesico/16312-progrid.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 8 jun. 2020.

ITO, Marcia H. *et al.* Uso do software livre Quantum Gis para ensino de geoprocessamento em nível superior. **Revista Cartografica**, Mexico, n. jan./jun. 2017, p. 127-148, 2017. Disponível em: http://comisiones.ipgh.org/CARTOGRAFIA/rca/RCA94_Digital.pdf. Acesso em: 21 de jan. 2021.

LANNA, Ana Lucia Duarte. Aquém e além-mar: imigrantes e cidades. **Varia Historia**, v. 28, n. 48, p. 871-887, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000200018&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 jan. 2021.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. 3 reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à Cidade*. Itapevi: Nebli, 2016.

LEIBNIZ, GOTTFRIED WILHELM (1646-1716). FEM-UNICAMP. Disponível em: <http://www.fem.unicamp.br/~em313/paginas/person/leibniz.htm>. Acesso em: 10 jun. 2020.

LIMA, Renata P. *Limites da legislação e o (des)controle da expansão urbana: São Carlos (1857-1977)*. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

MACHADO, Maria H. P. T.; ARIZA, Marília B. de A. *Escravas e libertas na cidade: experiências de trabalho, maternalidade e emancipação na cidade de São Paulo (1870-*

- 1888). In: BARONE, Ana; RIOS, Flavia. *Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2018.
- MAEYAMA, Takashi. *Familiarization of the unfamiliar world: the familia, networks, and group in a Brazilian city*. 1975. Doutorado (Tese em Antropologia) - Cornell University, 1975.
- MANO, Marcel. *Os Campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2006.
- MARAFON, Glaucio J. O espaço urbano: a abordagem da Escola de Chicago e da Escola Marxista. *Ciência e Natura*, Santa Maria, v. 18, p. 149-181, 1996. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231201168.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- MARCUSE, Peter. Enclaves, sim. Guetos, não: a segregação e o Estado. *Espaço & Debates*, São Paulo. v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul. 2004.
- MARIOSA, Duarcides F. Conceito de Integração em Florestan Fernandes. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XI., 2003, Campinas. **Grupo de trabalho 24 - Teorias Sociológicas**.
- MARIOSA, Duarcides F. Florestan Fernandes e os aspectos socio-históricos de uma integração híbrida no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 21, n. 50, p. 182-209, jan./abr. 2019. Acesso em: 21 jan. 2021.
- MARTINS, Pedro A; SILVA, Luis F. C. F. Panorama das pesquisas com sistemas de informações histórico-geográficas no mundo e suas relações com a geografia, história e cartografia histórica. *Revista Brasileira de Cartografia*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 3, p. 485-498, ago. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/44757>. Acesso em: 21 de jan. 2021.
- MASSI, Fernanda; PONTES, Heloísa. *Guia biobibliográfico dos brasilianistas*. São Paulo: Editoria Sumaré, FAPESP, 1992.
- MATOS, Odilon N. de. A cidade de São Paulo no século XIX. *Revista de História*, São Paulo, v. 10, n. 21-21, p. 89-125, jun. 1955. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36444>. Acesso em: 30 mai. 2020.
- MATOS, Odilon N. de. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 4 ed. Campinas: Pontes, 1990.
- MAZUTTI, Silva M. *Italianos em formação. (São Carlos, 1882-1914)*. Mestrado (Dissertação de Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

- MEDEIROS, Simone. Resistência e rebeldia nas fazendas de café de São Carlos. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
- MELO, Vilmo G. A imigração italiana e a transformação da estrutura econômica-social do município de São Carlos. Doutorado (Tese de Doutorado em História) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, UNESP, Marília, Marília, 1975.
- MILLIET, Sérgio. Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4 ed. rev. e aum. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: HUCIETEC, POLIS, 1984.
- MONSMA, Karl *et al.* Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no oeste paulista, 1895-1898. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, p. 71-97, out. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300005. Acesso em: 21. Jan. 2021.
- MONSMA, Karl. A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- MORTATI, Debora A. N. A Implantação da Hidreletricidade e processo de ocupação do território no interior paulista (1890-1930). 2013. Doutorado (Tese de Doutorado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Campinas, Campinas, 2013.
- MOUZELIS, Nicos. David Lockwood. In: STONES, R. (org.) **Key Sociological Thinkers**. Palgrave, London, 1998. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-349-26616-6_13#citeas. Acesso em: 21 jan. 2021.
- MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. Cadernos Penesb, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172682/teoria_social_relacoes_sociais_brasil_contemporaneo.pdf. Acesso em: 07 mai. 2020.
- NEGRI, Silvio M. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. Coletâneas do nosso tempo, v. 8, n. 8, p. 129-153, out. 2008. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108>. Acesso em: 02 jun. 2020.
- NEVES, Ary P. das. O jardim Público de S. Carlos do Pinhal. São Carlos: EdUFSCar, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007a.

NEVES, Ary P. das. São Carlos na esteira do tempo. São Carlos: EdUFSCar, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007b.

OLIVEIRA, Joana D'Arc. Da Senzala para onde? Negros e negras no pós-abolição em São Carlos – SP (1880-1910). São Carlos: FPMSC, 2018.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. Revista Sociedade e Estado, v. 28, n. 3, p. 609-633. set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v28n3/a08v28n3.pdf>. Acesso em 07 mai. 2020.

PALMA, Rogerio da. A família no processo de construção social de mercados: uma análise da constituição moral do trabalho livre na economia cafeeira de São Carlos. Mestrado (Dissertação de Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

PALMA, Rogério da. Liberdade sob tensão: negros e relações interpessoais na São Carlos pós-abolição. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. The City: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. London: The University of Chicago Press Chicago and London, 1984.

PINTO BORGES, Maria Inez Machado. Urbes industrializada: o modernismo e a paulicéia como ícone da brasilidade. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 435-455, dez. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 25 mai. 2020.

PIRES, Rui P. O problema da integração. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 24, 2012, p. 55-87, 2012. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10758.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

PIRES, Rui. P. Uma teoria dos processos de integração. **CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia**, 1999. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/880?mode=full>. Acesso em: 21 de jan. 2021.

PRÉTECEILLE, Edmond. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. Espaço & Debates, São Paulo. v. 24, n. 45, p. 11-23, jan./jul. 2004.

QUEIROGA, Eugenio F.; BENFATI, Denio M. Entre o nó e a rede, dialéticas espaciais contemporâneas: o caso da metrópole de Campinas diante da megalópole do Sudeste do Brasil. Revista de Estudos Urbanos e Regionais, v. 9, n. 1, p. 41-52, mai. 2007. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/169>. Acesso em: 01 jun. 2020.

QUEIROZ, M. I. P. de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. **Revista USP**, [S. l.], n. 13, p. 78-87, 1992. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i13p78-87. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25601>. Acesso em: 21 jan. 2021.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática S.A., 1993.

REALE, G.; ANTISERI, D. História da Filosofia: do humanismo a Descartes. São Paulo: Paulus, 2004. 3 v.

REALE, G.; ANTISERI, D. História da Filosofia: filosofia pagã antiga. São Paulo: Paulus, 2004. 1 v.

REVISTA QUESTÃO DE CIÊNCIA. **John Snow na Guerra das Epidemias**. Disponível em: <https://www.revistaquestaodeciencia.com.br/questao-nerd/2019/04/15/john-snow-na-guerra-das-epidemias>. Acesso em: 21 de jan. 2021.

SANCHIS, Isabelle de P. Simmel e Goffman: uma comparação possível. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 856-872, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/8340/6132>. Acesso em: 02 jun. 2020.

SANTOS FILHO, Julio Cesar de M. O pensamento de Simmel: uma introdução à sociologia da filosofia ou à filosofia da sociologia. [s. l.]. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/31730895/SANTOS_FILHO_Julio_O_pensamento_de_Simmel_uma_introducao_a_sociologia_da_filosofia.pdf?1376628278=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_pensamento_de_Simmel_uma_introducao_a_pdf&Expires=1598839963&Signature=g9bcj1TVJdsHNIZ2wzPvRPfjRs6pKQRZn5qfpBIRn6tvxVqtQV1obqZ4WeiPvwIEDFeHJ9lck62F64Jvpn-3kp7yxi0EvaXXku9ORdYqY2golgQvVFugBdTciNquKTe7xJc-SQRSJEPNyQXMum7JJ~hKba7oe8S4E6X1Fod-RK9YoEUqvFzQcnFv3Ae5ItrPaZk1dlOS6H-26dX38LQgVg5p5K7dxCynuAN9mqbEWrtwopVmh9-TaVqevZrzEug1aPTPPDejPqzhmIHtpGIVBqErIbk2bO1P9H-w6KnFhHjnn8YPhwy114Yn~dZgciRoSyCNhQsJYaUgKZU3C60A &Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em 02 jun. 2020.

SANTOS, Alexandre R. dos et al. ArcGis 9.3 Total: aplicações para dados espaciais. 2 ed. Alegre: CAUFES, 2010.

SANTOS, Antonio da C. Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terras e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso e Jundiá (1732-1992). Campinas: UNICAMP, 2002.

- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. 2. reimpr. São Paulo: USP, 2006.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. Antipode, v. 9, n. 1, p. 81-99, jan./fev. 1977. Disponível em: [www.agb.org.br › boletim-paulista › article › download](http://www.agb.org.br/boletim-paulista/article/download). Acesso em: 03 jun. 2020.
- SANTOS, Sofia. Mobilidade geográfica e desigualdades sociais: lugares e caminhos de investigação sociológica sobre território. CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, n. 179, p. 1-28, 2014. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/9875>. Acesso em: 03 jun. 2020.
- SAVAGE, Mike; WARDE, Alan. Urban Sociology, Capitalism and Modernity. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: The Macmillan Press Ltd, 1993.
- SCHMITT, Aldrei; MOREIRA, Carlos R. Manejo e gestão de bacia hidrográfica utilizando o software gratuito Quantum-GIS. **Revista Cultivando o saber**, jan. 2015, p. 125-137, 2015. Disponível em: <https://cultivandosaber.fag.edu.br/index.php/cultivando/article/view/684>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- SCHROER, M. Bringing space back in – Zur Relevanz des Raums als soziologischer Kategorie. In: DÖRING, J.; THIELMANN, T. (Org.) spatial turn. Bielefeld: Transcript, 2008. p.125-148.
- SESMARIAS E POSSE DE TERRAS: POLÍTICA FUNDIÁRIA PARA ASSEGURAR A COLONIZAÇÃO BRASILEIRA. MÔNICA DINIZ. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/> > Acesso em: 20 mai. 2020.
- SILVA, Carla H. da. Território: uma combinação de enfoques – material, simbólico e espaço de ação social. Revista Geografar, v. 4, n. 1, p. 98-115, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/14430>. Acesso em: 03 jun. 2020.
- SILVA, Elisângela M. da. Práticas de apropriação e produção do espaço em São Paulo: a concessão de terras municipais através das cartas de datas (1850-1890). 2012. Mestrado (Dissertação de Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SILVA, João Paulo da. Posses e possuidores: conflitos sociais na formação da estrutura fundiária em São Carlos-SP entre 1850 e 1888. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SILVA, Maria Nilza. Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo. 1 ed. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). Mana, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, out. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010.

Acesso em: 04 jun. 2020.

SIMMEL, Georg. Sociologia do espaço. Estudos Avançados, São Paulo. v. 27, n. 79, p. 75-112, out. 2013. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 jun. 2020.

SOUSA, Hugo F. de. A produção social da cidade. Os discursos legitimadores da segregação sócio-espacial no interior paulista: Ribeirão Preto 1889-1930. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

TELLES, Edward E. Racismo a brasileira. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TILLY, Charles. La desigualdade persistente. Buenos Aires: Manantial, 2000.

TORRES, Maria C. T. M. O bairro do Brás. Série História dos Bairros. 2 ed. São Paulo: [s. n.], 1985. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/publicacoes/index.php?p=8313. Acesso em: 30 mai. 2020.

TRUZZI, O. M. S. Café e indústria: São Carlos: 1850-1950. 3 ed. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

TRUZZI, O. M. S. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 27, p. 143-166, set. 2001. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2144>. Acesso em: 30 mai. 2020.

TRUZZI, O. M. S. Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2009.

TRUZZI, O. M. S.; BASSANEZI, Maria S. B. População, grupos étnico-raciais e economia cafeeira: São Carlos, 1907. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 26, n. 2, p. 197-218, jul./dez. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-30982009000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 01 jun. 2020.

TRUZZI, O. M. S.; PALMA, R. da. A imigração espanhola no interior paulista: inferências a partir de um estudo de caso. *Contemporânea*, v. 4, n. 2, p. 461-480. jul./dez. 2014. Disponível em: [www.contemporanea.ufscar.br > article > download](http://www.contemporanea.ufscar.br/article/download). Acesso em: 20 mai. 2020.

TRUZZI, O. M. S.; PALMA, R. Da economia cafeeira escravocrata ao trabalho livre ao longo do século XX: trajetória de um município de porte médio no interior paulista. (no prelo).

TRUZZI, Oswaldo M. S.; VOLANTE, João P. Percursos migratórios intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no oeste paulista (1880-1950). **Tempo Social**, v. 31, n. 3, p. 161-191, jan. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702019000300161&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 jan. 2021.

VIANNA, Eduardo. A Escola de Chicago e a explicação ecológica do crime. In: VIANNA, Eduardo. *Criminologia*. Rio de Janeiro: Editora Juspodivm, 2015. P. 167-175.

VILLA, Carlos E. V. Georreferência de mapas históricos: os casos de Cartagena de Índias Colonial e do Rio de Janeiro Imperial. **LOCUS – Revista de História**, Juíz de Fora, v. 21, n. 2, p. 517-546, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20809>. Acesso em: 21 de jan. 2021.

WIRTH, Louis. *The Ghetto*. London: The University of Chicago Press Chicago and London, 1956.

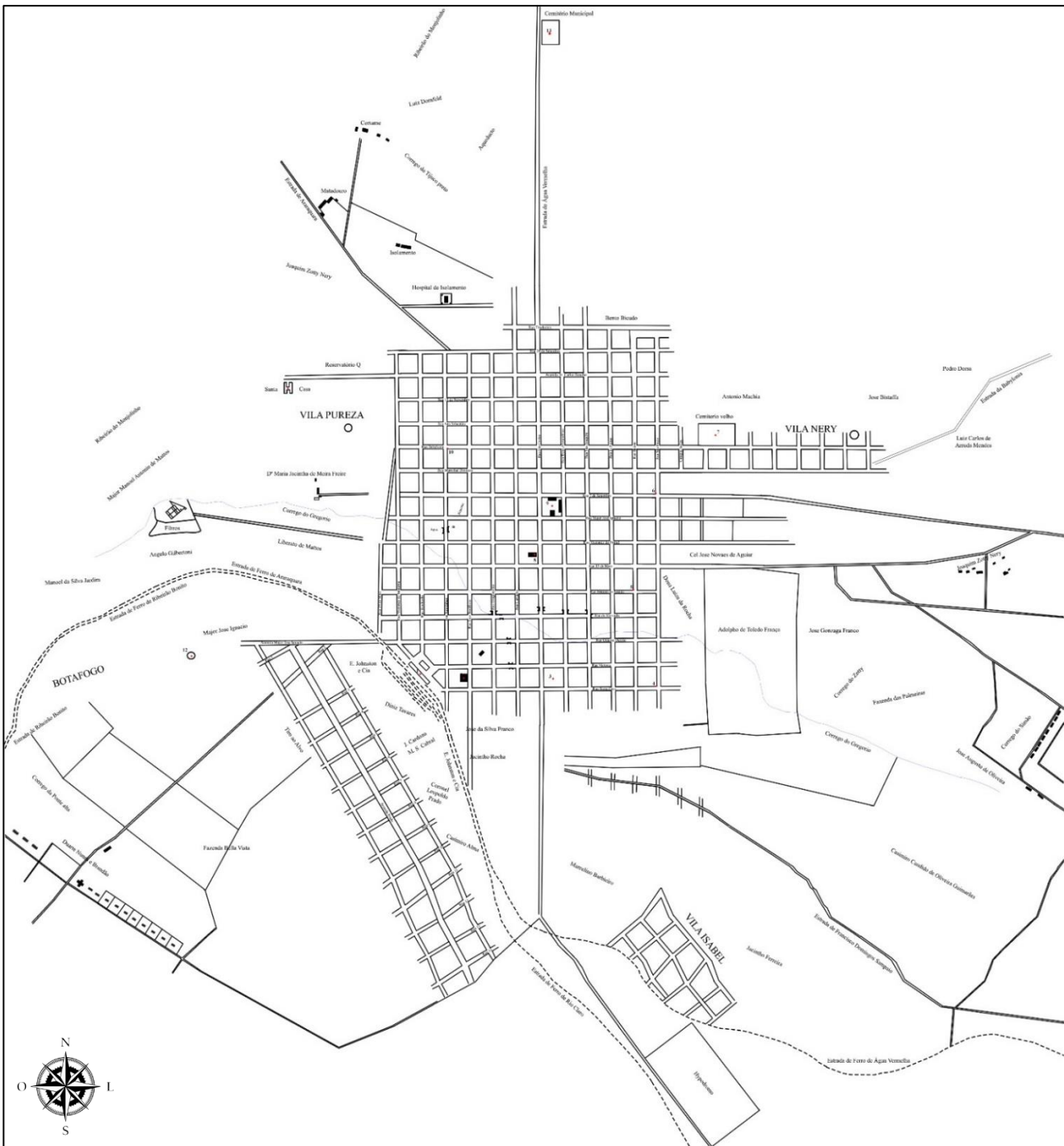
ZAIDAN, Ricardo T. Geoprocessamento conceitos e definições. *Revista de Geografia - PPGeo – UFJF*, v. 7, n. 2, p. 195-201. set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/18073>. Acesso em: 25 mai. 2020.

ZUNZ, Olivier. *The changing face of inequality*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

Anexo 1: tutorial de georreferenciamento utilizado para a presente pesquisa

Após o sombreamento do mapa para uma visualização um pouco mais detalhada de seus elementos urbanos e traçados das ruas, optou-se por desenhá-lo novamente (Mapa 4), utilizando o *software Adobe Photoshop CS6*, para possibilitar uma melhor aparência e organização antes de se realizar a segunda etapa do georreferenciamento.

Mapa 10 – Zona urbana de São Carlos em 1909 desenhada a partir do mapa original



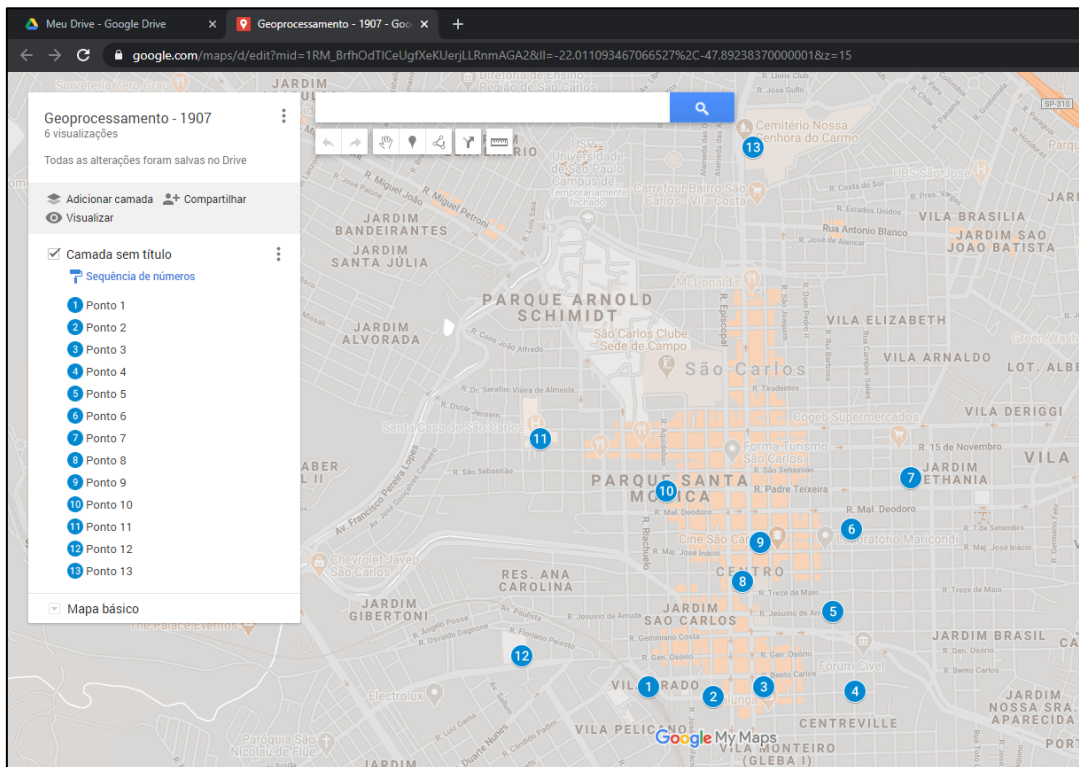
Fonte: elaborado pelo autor a partir do mapa do acervo da UEIM, UFSCar.

Com o término do desenho do mapa de 1909, foi possível dar prosseguimento para a identificação de “pontos” existentes no passado, presentes ainda hoje, visando georreferenciar a representação cartográfica. Os pontos escolhidos foram 13:

- 1 - A Estação Ferroviária;
- 2 - A Escola Estadual Eugênio Franco;
- 3 - O Largo Santa Cruz;
- 4 - A quina da quadra da rua Santa Cruz com a rua São Paulo;
- 5 - A quina da quadra da rua Jesuíno de Arruda com a rua Rui Barbosa (antiga rua Belém);
- 6 - A quina da quadra da rua 7 de Setembro com a Rua São Paulo;
- 7 - A Fundação Educacional *São Carlos* (FESC) / antigo Campo do Rui / Cemitério da Vila Nery (velho);
- 8 - A Catedral;
- 9 - A Praça Coronel Salles onde há um conjunto de edifícios históricos;
- 10 - A quina da quadra da rua Padre Teixeira (antiga rua Babylonia) com a rua Aquidaban;
- 11- A Santa Casa de Misericórdia;
- 12 - A Residência do Major José Inácio e, por último,
- 13 - O Cemitério Nossa Senhora do Carmo (Cemitério Municipal).

Todos esses pontos escolhidos a partir de imóveis históricos, quinas de ruas e mesmo terrenos com praças e cemitérios, foram construídos antes ou no início do século XX. Por meio deles, foi possível estabelecer uma conexão entre as coordenadas geográficas do presente e do passado, como na Figura 7.

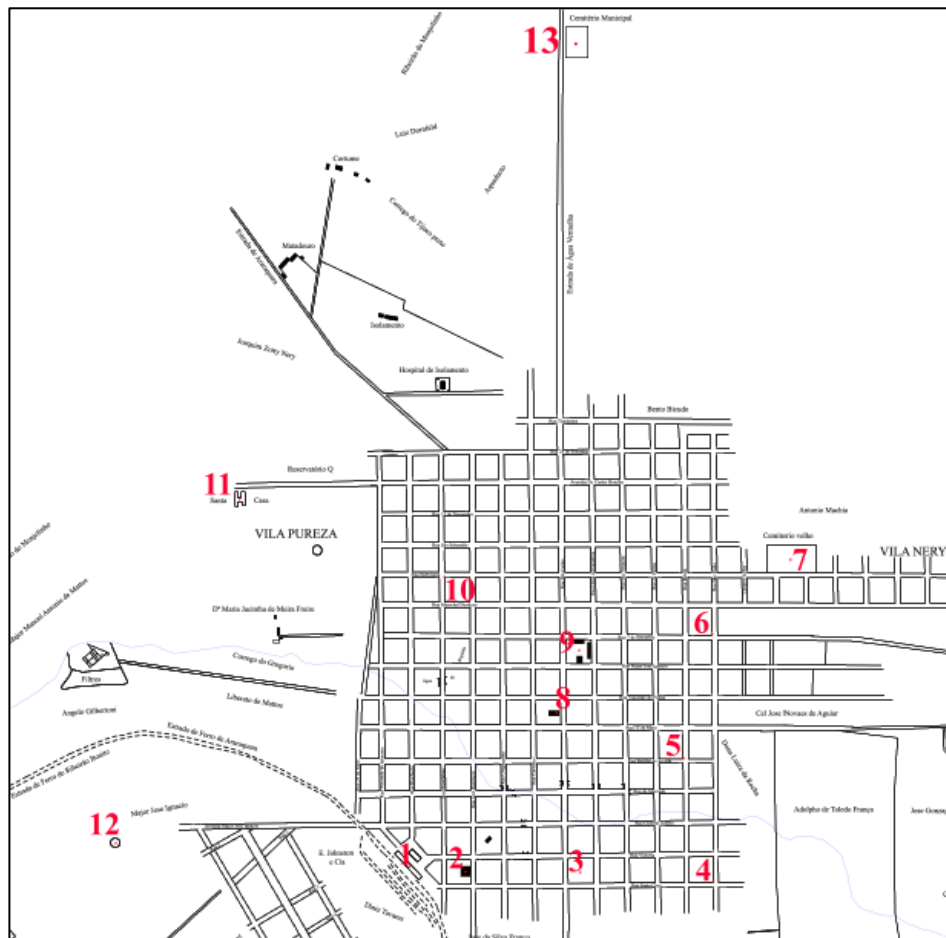
Figura 19 - Pontos estabelecidos no Google Maps para o georreferenciamento do mapa de 1909



Fonte: Google Maps.

Os mesmos pontos foram marcados no mapa de 1909 para facilitar o ato de unir as coordenadas geográficas (Figura 8).

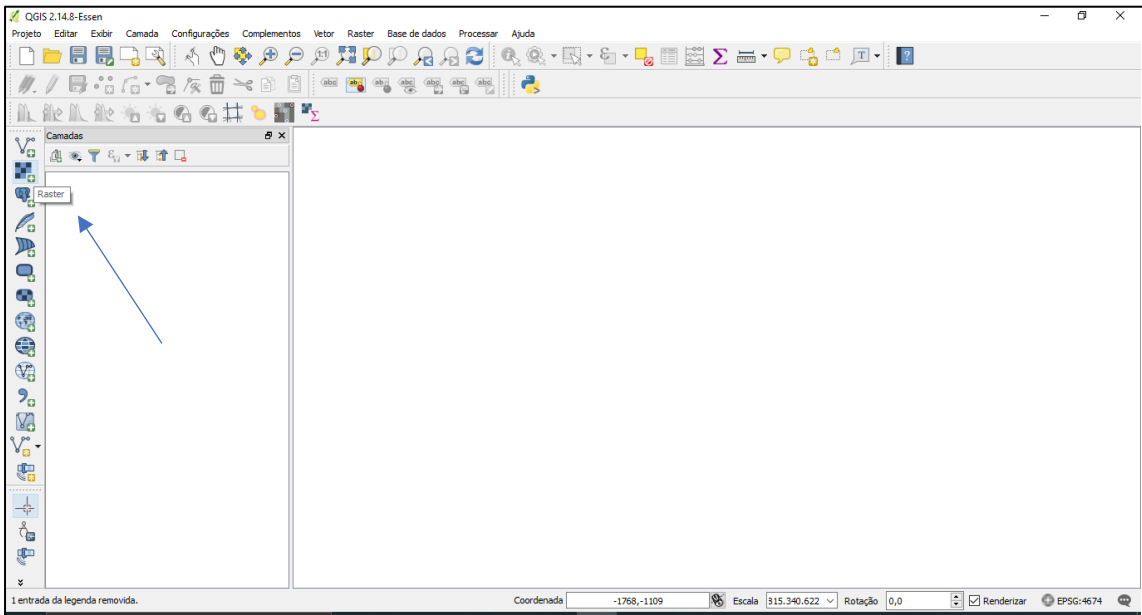
Figura 20 - Pontos de georreferenciamento transferidos para o mapa de 1909 a partir do Google Maps



Fonte: elaborado pelo autor.

Após essa etapa prévia de estabelecer uma ligação entre pontos existentes no passado e no presente, foi possível dar início à segunda etapa: o georreferenciamento do mapa de 1909. Todo o processo foi realizado no *software Quantum GIS*[®], a partir das coordenadas geográficas – latitude e longitude – fornecidas pelo *Google Maps*.

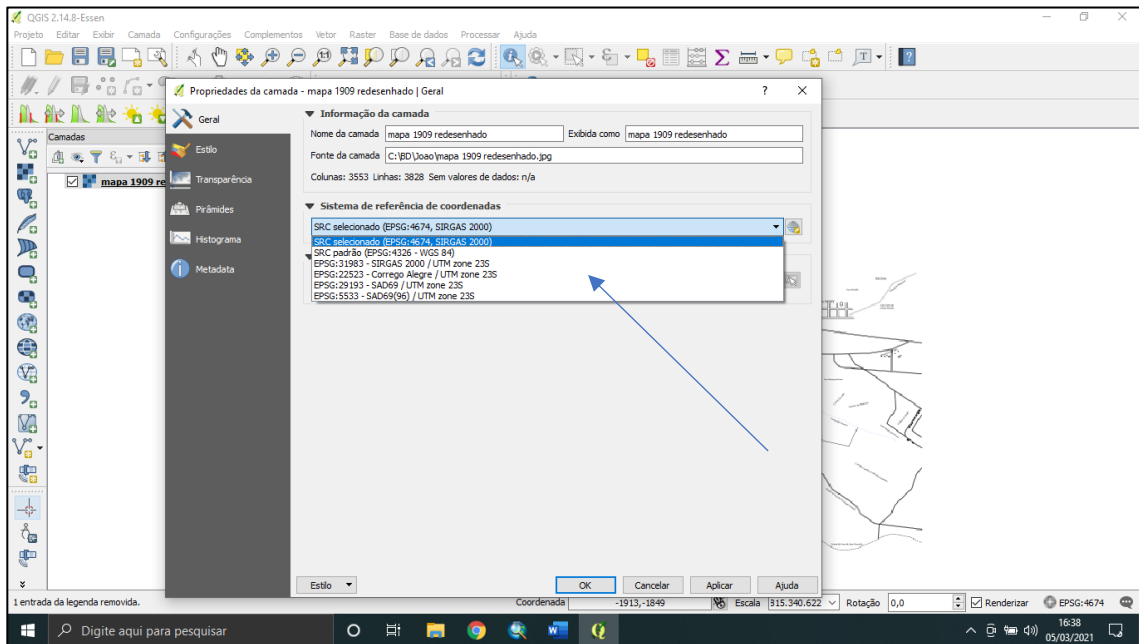
Figura 21 - inserção do mapa no software *QuantumGIS*



Fonte: *QuantumGIS*.

Para inserir o mapa no *software* é necessário clicar no botão raster, como apontado pela seta na Figura 9. Entretanto, essa imagem não possui coordenadas geográficas, ou seja, não está “amarrada” ao mundo real. Para corrigir isso, a camada onde ficaria o mapa foi programada para localizar os pontos indicados na imagem com base nas coordenadas geográficas mais próximas do presente a partir de um DATUM, ou seja, um sistema de referências, capaz de representar as três dimensões da Terra. O utilizado para o mapa de 1909 foi o SIRGAS2000 (Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas), definido pelo IBGE como sendo o “Sistema Geodésico Brasileiro” (IBGE, 2020).

Figura 22 - Inserindo o *DATUM* “SIRGAS 2000” para dar início ao georreferenciamento do mapa de 1909

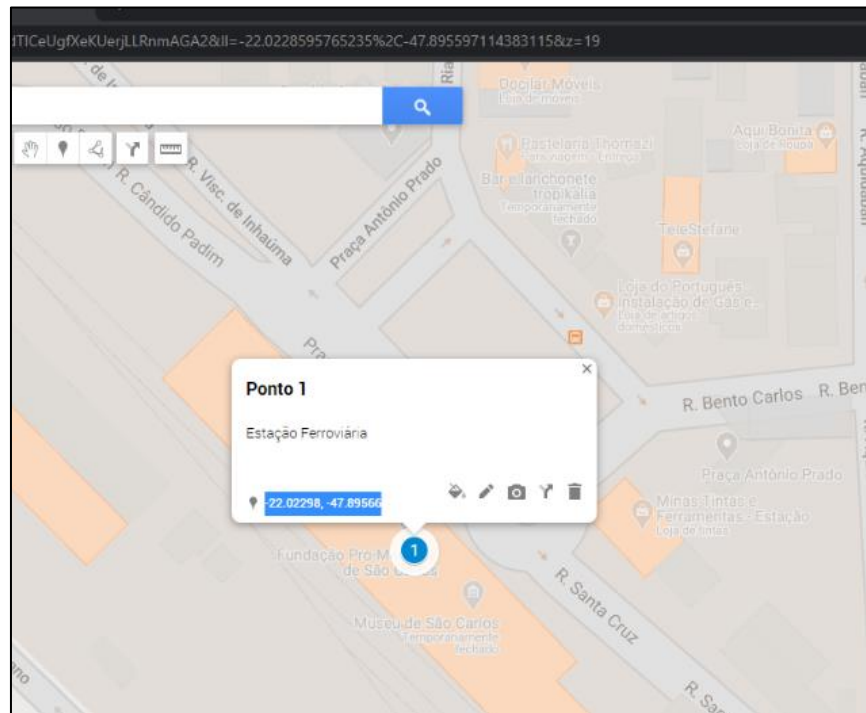


Fonte: *QuantumGIS*.

Para isso, basta clicar duas vezes em cima do nome da camada com a qual estamos trabalhando, no caso “mapa 1909 redesenhado”, e essa ação abrirá essa janela. Na aba geral, no item Sistema de referência de coordenada, você deve selecionar o *DATUM* com o qual está trabalhando e clicar em “ok”.

Com isso, tornou-se possível inserir coordenadas geográficas do presente em uma imagem que representa um mapa do passado, para ligá-la à Terra. A partir dos pontos elencados no *Google Maps*, obtive-se acesso às latitudes e longitudes dos diferentes pontos para o georreferenciamento (Figura 23).

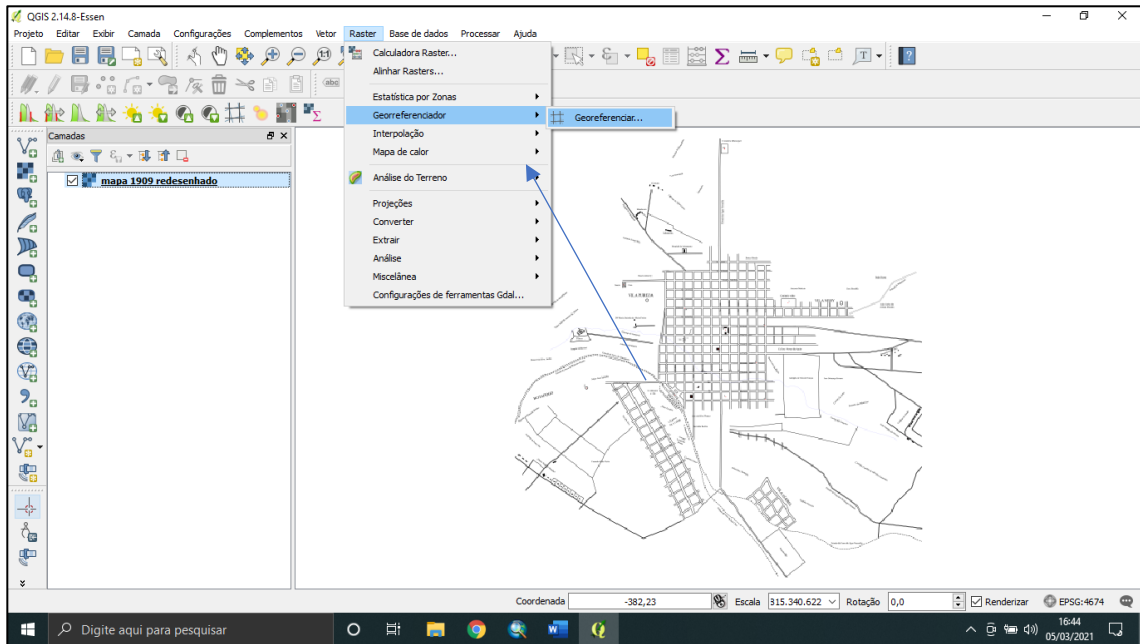
Figura 23 - Localização da latitude e longitude da Estação Ferroviária no Google Maps



Fonte: Google Maps.

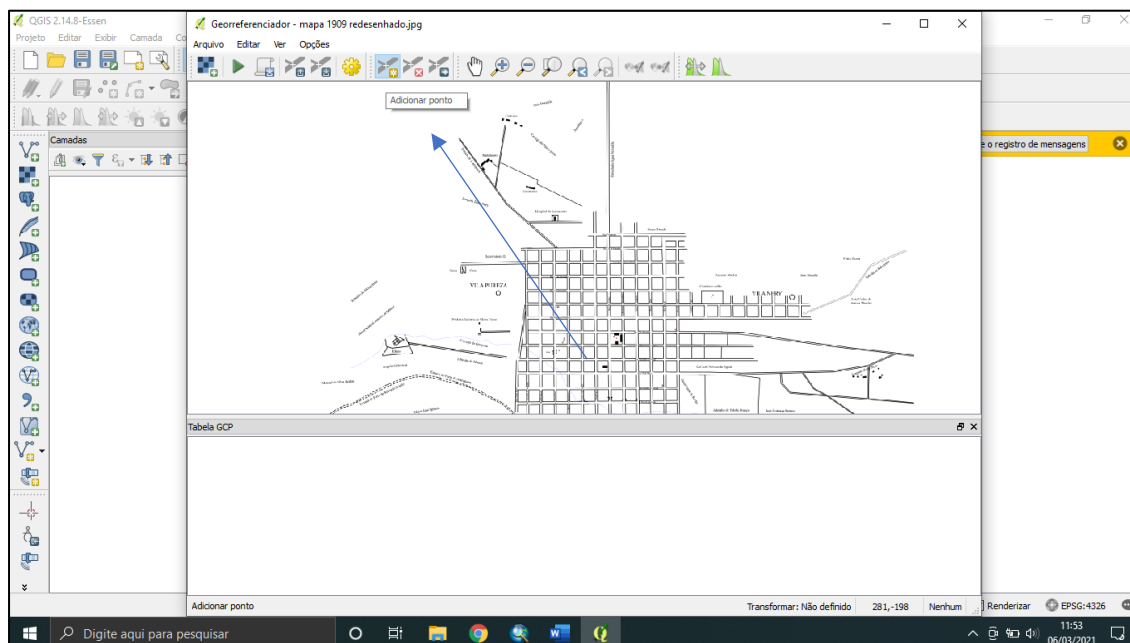
No exemplo exposto na Figura 11, que trata da Estação Ferroviária, a latitude do prédio é de -22.02298 (S), e a longitude de -47.89566 (W). No *QuantumGIS* foi preciso converter essas unidades representadas por números inteiros negativos em graus, minutos e segundos, conforme o aceito pelo *software*, e consequentemente obteve-se a latitude como 22°01'22.7"S, e a longitude como 47°53'44.4"W. Esses dados foram aplicados ponto a ponto na imagem, por meio da ferramenta georreferenciar, que consiste em um “ponteiro” aplicador de dados espaciais (Figura 12 e 13).

Figura 24 - Ferramenta georreferenciar utilizada para georreferenciamento no QuantumGIS



Fonte: QuantumGIS.

Figura 25 - Marcando os pontos elencados para o georreferenciamento

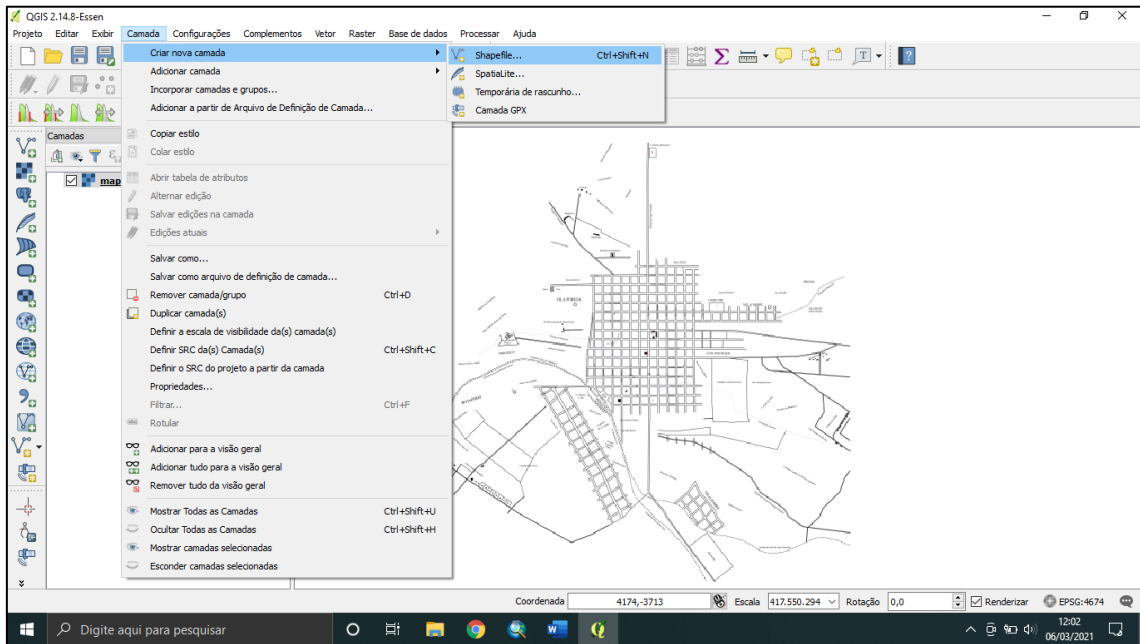


Fonte: *QuantumGIS*.

Entretanto, nem todos os 13 pontos anteriormente elencados foram utilizados, tendo em vista que apenas 8 pontos foram suficientes para possibilitar o encaixe nas coordenadas geográficas atuais, sendo eles: (1) a estação ferroviária, (2) a Escola Estadual Eugênio Franco, (3) a quina da quadra da rua 7 de setembro com a Rua São Paulo, (4) a quina da quadra da rua Padre Teixeira (Babylonia) com a rua Aquidaban, (5) a Catedral, (6) a Santa Casa de Misericórdia, (7) o Cemitério Nossa Senhora do Carmo (Cemitério Municipal), e (8) a Praça Coronel Salles. Durante o processo de georreferenciamento, alguns pontos, por estarem próximos demais, geraram uma distorção considerável do mapa, de modo que se optou pelo uso de apenas esses 8.

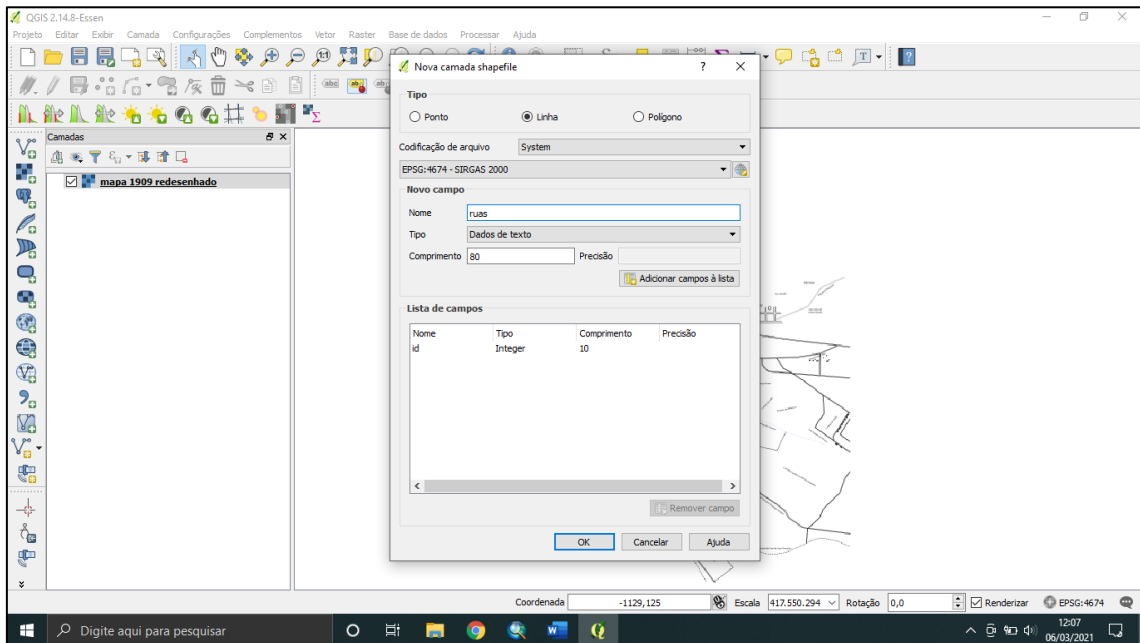
Com o mapa já georreferenciado a partir desses 8 pontos, o traçado viário do período pôde ser desenhado com a ferramenta camada → criar nova cama → Shapefile, ou pelo atalho do teclado (Ctrl + Shift +N), a qual permite inserir elementos sólidos no mapa.

Figura 26 - Criando uma nova camada de dados vetoriais



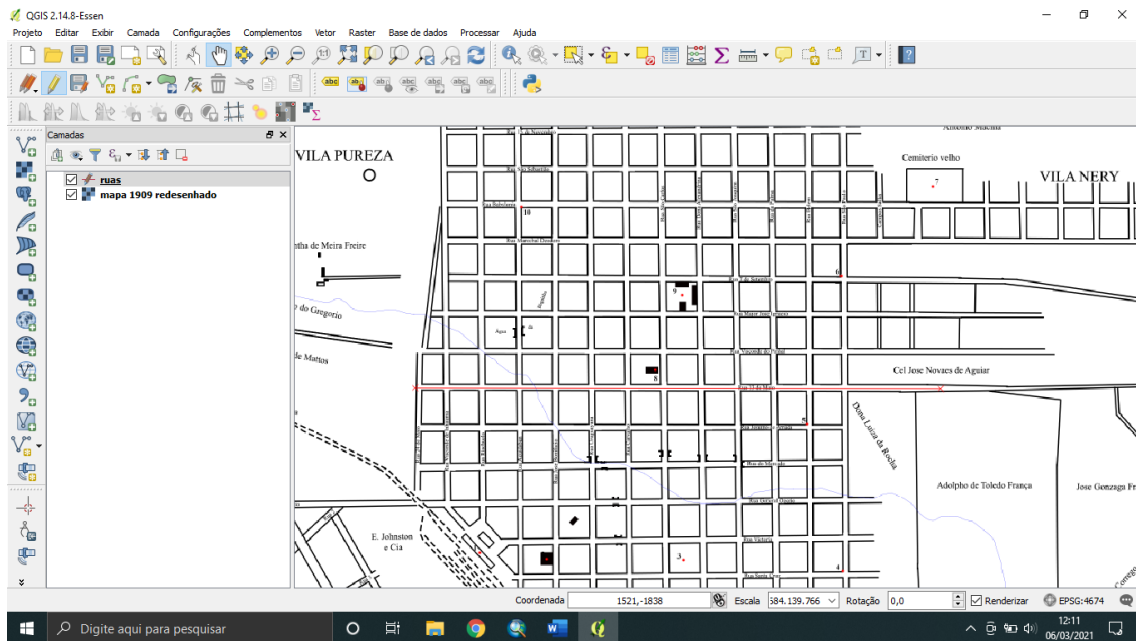
Fonte: *QuantumGIS*.

Figura 27 - Nomeando a nova camada



Fonte: *QuantumGIS*.

Figura 28 - Camada do traçado viário da rua 13 de maio, em 1909 em São Carlos



Fonte: *QuantumGIS*.

Anexo 2: categorização das ocupações

Quadro 4 - Ocupações encontradas nas áreas de análise e suas categorias com frequências populacionais - 1907

Categoria	Ocupações
Alimentício	açougueiros, carneiros, copeiros, cozinheiros, doceiros, fabricante de macarrão, entregadores de leite, macarroneiros, padeiros, quitandeiros, verdureiros e vivandeiros.
Elites	advogados, banqueiros, chefes de estação, doutores, engenheiros, farmacêuticos e fazendeiros
Comércio	agenciadores, vendedores de leite, vendedor de loteria, mascate, caixeiro, comerciante, guarda-livros, joalheiros, leiloeiros, negociantes, vendedores, empregados de farmácia, fotógrafos, hotel, marchante.
Serviços	barbeiro, enfermeiro, amolador, dentista, engraxate, parteira, portador, tintureiro, viajante, zelador, cocheiro.
Ferrovário	Foguista, empregado da Cia Paulista, empregado da Estrada de Ferro e maquinista.
Vestuário	alfaiates, chapeleiros, costureiras e sapateiros
Agropecuário	amansadores, camaradas, campeiros, carroceiros, celeiros, empregados de lavoura, empreiteiros, feitores, hortelões, lenhadores, serradores e vaqueiros.
Artesão	armeiros, charuteiros e fabricante de carro, fabricante, ferreiros, fogueteiros, folheiros, marceneiros, marmoristas, mecânicos, relojoeiros, seleiros, tipógrafos e tabuladores.
Construção	carpinteiros, construtor, oleiros, pedreiros e pintores.
Funcionários públicos	carteiros, coletores, empregados consulares, empregados do correio, empregados públicos, fiscais de selos,
Serviços domésticos	caseiros, criados, engomadeiras, lavadeiras, podadores, porteiros, zeladores
Empregados	empregados, trabalhadores
Lavrador	lavradores

Estudiantes	estudiantes
-------------	-------------